Banco do Nordeste

Referência: 2009-823/015
Fortaleza-CE, 11 de fevereiro de 2009

Ilustríssimo Senhor
Juan Poveda
Especialista Setorial do
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID
Representação Brasil
Brasília-DF

Prezado Senhor,

Assunto: Prodetur NE/II – Cumprimento Cláusula Contratual

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos, em atendimento ao disposto na Cláusula 4.13 "c ", das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, um CD contendo o Relatório de Avaliação de Meio Termo do Prodetur NE/II.

Solicitamos o posicionamento desse Banco quanto ao cumprimento da citada Cláusula, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Central Operacional para o Setor Público

Ofélia Maria Maia Amorim
Gerente de Central

Anexo: 01 CD - Relatório de Avaliação e Revisão de Meio Termo

BID-BRASIL (Arquivo) -13-Fev-2009-09:31-025969-2/2

Banco do Nordeste

PRODETUR/NE-II

Conrato de Empréstimo 1392/OC-BR

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE MEIO TERMO

DEZEMBRO/2008

Apresentação

O presente documento consubstancia o Relatório Final de Avaliação e Revisão de Meio Termo do PRODETUR/NE-II. A Avaliação foi precedida de um diagnóstico, para o qual foi contratada a PBLM Consultoria Empresarial. Esse diagnóstico teve como objetivo identificar os principais entraves para o avanço do programa e subsidiar a elaboração de um plano de ação para garantir a conclusão do Programa dentro dos parâmetros exigidos e em tempo compatível.

O Relatório Final, ora apresentado, foi elaborado com base nas informações do diagnóstico e na avaliação realizada pela consultoria, incorporando as percepções e proposições do BNB, mutuário do Programa.

As sugestões elencadas para promover o avanço do Programa serão objeto de Plano de Ação detalhado, a ser elaborado pelo BNB e cuja implementação se iniciará tão logo o BID se pronuncie quanto ao presente relatório.

O Plano de Ação deverá conter uma sistemática de acompanhamento que propicie a avaliação contínua dos processos e a indicação dos responsáveis pela implementação de cada ação, de modo a permitir a correção dos entraves identificados no menor tempo possível.

Para a implementação do Plano de Ação, o BNB disponibilizará às UEEs apoio técnico da sua equipe e dos consultores externos e desenvolverá as articulações necessárias com os demais atores que compõem a estrutura institucional do Programa, com vistas ao atendimento dos objetivos pactuados.

Siglas Utilizadas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A.
CIP	Centro de Informações ao Público
Co- Executor	Entidade especializada em cada Estado, responsável direta pela contratação e supervisão de obras, aquisição de bens e serviços de consultoria, conforme seu respectivo âmbito de responsabilidade. Incluem-se Prefeituras Municipais, Companhias de Saneamento e Órgãos Estaduais.
Conselho de Turismo	Conjunto de membros participantes, estruturado para cada pólo de turismo, com representação definida para assegurar a participação equilibrada entre os setores público e não governamental, estabelecidos no BNB, atuando como foro para estabelecimento de acordos sobre estratégias e prioridades em seu respectivo pólo.
ECG	Equipe Central de Gestão - unidade composta por equipe de profissionais do BNB, localizada no escritório central em Fortaleza, que funcionará como elemento de ligação com as unidades executoras estaduais e atuará como contraparte exclusiva do Banco.
Estado	Cada um dos 11(onze) Estados participantes do Programa: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Minas Gerais, na qualidade de agente financiador e promotor.
MP	Ministério Público
MTUR	Ministério do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável ou instrumento técnico para planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos Pólos de Turismo. Plano de Ação Conjunto de projetos e medidas prioritárias necessárias ao desenvolvimento do Programa.
Pólo de Turismo	Grupos de Municípios contíguos, com atrações turísticas similares ou complementares, e compromisso de desenvolver a capacidade local de gerenciar o fluxo de turismo sustentável, em benefício da população local.
PRODETUR NE/I	Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste I - financiado com recursos do empréstimo 841/OC-BR e da contrapartida local.
PRODETUR NE/II	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II - financiado com recursos do empréstimo 1392/OC-BR e da contrapartida local.
R.O.	Regulamento Operacional – Documento que descreve as regras que regulam o programa.
Subempréstimo	Empréstimo concedido pelo BNB a um Estado ou Município, de acordo com o Regulamento Operacional do Programa, para financiar projetos integrantes do PDITS.
Submutuários	Estados que participam do PRODETUR NE/II utilizando recursos do financiamento e de contrapartida.
UEE	Unidade Executora Estadual – unidade formada no âmbito estadual, responsável pela execução do Programa no Estado.

Índice

APRESENTAÇÃO **1**

SIGLAS UTILIZADAS **2**

ÍNDICE **3**

ÍNDICE DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES **5**

1. INTRODUÇÃO **6**

1.1 JUSTIFICATIVA 7
1.2 METODOLOGIA UTILIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO 7
1.3 CONTEXTO DO PRODETUR/NE-II 8

2. ANÁLISE DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA **12**

2.1. BNB 14
2.1.1. Equipe Central de Gestão *14*
2.1.2. Equipes Descentralizadas *16*
2.1.3. Consultoria de Apoio *17*
2.2. UNIDADES EXECUTORAS ESTADUAIS 17
2.2.1. Bahia *18*
2.2.2. Ceará *19*
2.2.3. Minas Gerais *20*
2.2.4. Pernambuco *21*
2.2.5. Piauí *22*
2.2.6. Rio Grande do Norte *23*
2.2.7. Síntese do Diagnóstico da Estrutura das UEE's *24*
2.3. MTUR 26
2.4. ÓRGÃOS CO-EXECUTORES 28
2.4.1. Municípios *28*
2.4.2. Demais Co-executores *29*
2.5. COMITÊ CONSULTIVO 30
2.6. CONSELHOS DE TURISMO DOS PÓLOS 30
2.7. CONCLUSÕES 33

3. AVALIAÇÃO DO CICLO OPERACIONAL DO PROGRAMA **36**

3.1. ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS PARA A CONTRATAÇÃO DOS SUBEMPRÉSTIMOS 37
3.1.1. Processo de Elaboração dos PDITS *39*
3.1.2. Processo de Autorização para a Contratação dos Subempréstimos *41*
3.1.3. Conclusões *42*
3.2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA 43
3.2.1. Avaliação da Execução Física *44*
3.2.2. Avaliação da Execução Financeira *56*

4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA **68**

4.1. MARCO LÓGICO DO PROGRAMA 69
4.2. SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA 71
4.2.1. Sistema de Gerenciamento e Avaliação do Programa *71*
4.2.2. Centro de Informação ao Público *72*
4.2.3. Conclusões *73*

5. AVALIAÇÃO E PROPOSTAS **74**

5.1. AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA 75
5.1.1. Avaliação da Estrutura Institucional do Programa *75*
5.1.2. Avaliação do Ciclo Operacional do Programa *77*

5.1.3. Acompanhamento e Avaliação do Programa *79*
5.2. PROPOSIÇÕES 81
5.2.1. Proposições para o Horizonte do PRODETUR/NE-II *82*
5.2.2. Proposições para o Desenho de Futuras Operações *85*

ANEXOS **87**

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA 88
ANEXO II – COMPOSIÇÃO DA EQUIPE CENTRAL DE GESTÃO 92
ANEXO III – COMPOSIÇÃO DA EQUIPE PREVISTA PARA AS UNIDADES EXECUTORAS ESTADUAIS 93
ANEXO IV – PROJETOS CONCLUÍDOS POR COMPONENTE, SUBCOMPONENTE, ESTADO E FONTE DE RECURSOS 94
ANEXO V – PREVISÃO DE CONCLUSÃO DOS PROJETOS 96

Índice de Tabelas e Ilustrações

Quadro 1 – Reuniões e Encontros para preparação do PRODETUR/NE-II - 2001 10
Quadro 2 – Síntese do Programa..... 11
Figura 1 – Estrutura Institucional do PRODETUR/NE-II..... 13
Figura 2 – Ciclo Operacional do Programa 37
Tabela 1 – Ciclo de Elaboração e Aprovação dos PDITS..... 40
Tabela 2 – Processo de Autorização para a Contratação dos Subempréstimos 42
Tabela 3 – Ações com Recursos a Comprometer 54
Tabela 4 – Performance de Comprometimento e Desembolso do Programa 56
Tabela 5 – Alteração do orçamento do Programa em reais causada pela variação cambial..... 58
Tabela 6 – Impacto da variação cambial no comprometimento de recursos do financiamento..... 59
Tabela 7 – Comprometimento de recursos do financiamento por componente e sub-componente..... 60
Tabela 8 – Comparação da Matriz do Empréstimo com as Matrizes de Subempréstimo 62
Tabela 9 – Aplicação dos recursos BID e Contrapartida..... 64
Tabela 10 – Acompanhamento Pari Passu da Execução do Programa 65

1. Introdução

1.1 Justificativa

A cláusula 4.13 do contrato 1392/OC-BR prevê a realização de uma avaliação de meio termo no prazo de 27 meses da data de vigência do contrato ou quando 50% dos recursos do financiamento estiverem comprometidos, o que viesse a ocorrer primeiro.

O objetivo desse relatório é avaliar o cumprimento das obrigações contratuais, o nível de eficiência do processo de planejamento e implantação do ciclo de projetos e o nível de eficácia dos sistemas de divulgação de informações e de participação popular do programa.

Pretendeu-se com essa avaliação identificar o perfil e a atuação dos principais agentes envolvidos no Programa, avaliar o arranjo institucional, avanços na execução, identificar possíveis entraves, indicando ao final, medidas necessárias para assegurar a completa execução do Programa, bem como sugestões de ajustes ao modelo atual, se pertinente.

1.2 Metodologia Utilizada para a Realização do Diagnóstico e Avaliação

O Diagnóstico e a Avaliação realizados pela empresa PBLM Consultoria Empresarial, utilizou como metodologia a análise de documentos e entrevistas com participantes do Programa.

Foram colocados à disposição da consultoria os seguintes documentos: Contrato de Empréstimo, Regulamento Operacional, convênios, PDITS, e Relatórios de Progresso.

As entrevistas foram realizadas em visitas ao BID, ao Ministério do Turismo, ao Banco do Nordeste e a cada um dos submutuários, todas com a participação do Banco do Nordeste. De forma amostral, também foram entrevistados representantes dos Conselhos de Turismo do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte e coordenadores para o Prodetur de municípios nesses 3 estados. Essas entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado para orientar as reuniões.

Utilizou-se a técnica de dinâmica de grupo, com o consultor fazendo papel de moderador e estimulando os participantes a comentar os temas previstos no roteiro, captando assim a percepção das pessoas acerca desses temas e possíveis entraves existentes, com vistas a melhorar o desempenho do Programa.

Os resultados das reuniões foram sistematizados e cada UEE recebeu o relatório específico para contribuir com ajustes e complementações.

O trabalho realizado pela PBLM teve início em agosto de 2008 com o estudo dos documentos e relatórios do programa. Posteriormente foram realizadas reuniões e entrevistas para elaboração do diagnóstico do PRODETUR/NE-II. A tabela a seguir sintetiza as atividades realizadas pela consultoria para elaborar o Diagnóstico:

Data	Local	Atividade
19/Ago	Brasília	Reunião com BID
19/Ago	Brasília	Reunião com MTur
28/Ago	Fortaleza	Reunião com a equipe do BNB
29/Ago	Fortaleza	Reunião com representantes das UEEs
08/Set	Belo Horizonte	Reunião com a UEE/MG
09 e 10/Set	Salvador	Reunião com a UEE/BA
11 e 12/Set	Fortaleza	Reunião com a UEE/CE
15/Set	Teresina	Reunião com a UEE/PI
16 e 17/Set	Recife/Olinda	Reunião com a UEE/PE
18 e 19/Set	Natal	Reunião com a UEE/RN

1.3 Contexto do PRODETUR/NE-II

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o Setor Público (Estados e Municípios), que conta com recursos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e tem o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A como Órgão Mutuário e Executor. O programa prevê também contrapartida local, que pode ser aportada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pelo setor Privado.

A área de abrangência do PRODETUR/NE compreende os nove Estados Nordestinos, além da porção norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O Programa tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população residente nos Pólos Turísticos situados nos estados participantes. Os objetivos específicos do Programa consistem em aumentar as receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios.

A primeira fase do programa – Prodetur NE, cuja execução foi concluída em 2005, foi desenvolvida com o objetivo de reduzir o déficit da infra-estrutura da Região Nordeste.

A segunda fase do Programa foi desenhada com o objetivo de consolidar, completar e complementar a primeira fase, financiando as ações necessárias à sustentabilidade da atividade turística nas áreas já beneficiadas, ou que sofreram impacto com os investimentos da primeira fase, podendo incluir novas áreas, depois de assegurada a implementação dessas ações..

Para cumprir esses objetivos, o Programa prevê investimentos em obras de infra-estrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. No Prodetur NE/II, objeto da presente avaliação, foram inseridos investimentos voltados para projetos de capacitação profissional e empresarial.

A nova fase teve os seus preparativos iniciados em 1999. O Programa foi desenhado a partir da avaliação dos resultados da primeira fase, elaborada em 2001, culminando com a assinatura do Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR em 27/09/2002.

A avaliação da primeira fase considerou o Programa exitoso, mas, indicou a necessidade de aperfeiçoamento nas regras da segunda fase, com vista a minimizar impactos ambientais negativos, melhorar o processo de planejamento e de execução, com maior participação dos municípios e das comunidades locais. Assim é que o marco conceitual da segunda fase – PRODETUR/NE-II – incorporou novos mecanismos, destacando-se:

- plano integrado de desenvolvimento do turismo - a definição dos investimentos a serem financiados deve partir de um plano para pólos com limites geográficos claramente definidos;
- participação popular através dos Conselhos de Turismo e realização de audiências públicas para discussão dos projetos;
- subcomponentes para fortalecimento institucional de municípios - voltados para o fortalecimento da capacidade de gerenciamento administrativo, fiscal, ambiental, cultural e de turismo.
- subcomponentes para a capacitação profissional e empresarial – direcionados para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos.

Esses novos mecanismos, apesar de terem sido importantes para o alcance dos resultados pretendidos, implicaram um programa de maior complexidade de execução. A seguir, disponibiliza-se um histórico das negociações que culminaram com a assinatura do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR .

Histórico

O início da preparação da segunda fase do PRODETUR/NE-II ocorreu em março de 1999, com a Reunião do Banco do Nordeste com governadores e secretários dos estados da Região, para apresentar e discutir a minuta de concepção do PRODETUR/NE II, envolvendo os seguintes temas: mudança nos componentes; macro-estratégias turísticas estaduais; alternativas para viabilização das autorizações para formalização dos contratos e das contrapartidas; e, flexibilização operacional. Entre abril e agosto do mesmo ano foi encaminhada a carta-consulta à SEAIN e à COFIEX para a autorização da contratação do empréstimo.

No ano de 2000 foi realizado o Seminário "Turismo e Desenvolvimento – Experiência e Novos Avanços do PRODETUR/NE", que contou com a participação do BID, SEAIN, Ministério do Esporte e Turismo, de representantes estaduais e da sociedade civil organizada, além de palestrantes internacionais. Em dezembro desse ano, foi aprovada a carta consulta pela COFIEX.

Em 2001 foram selecionados os pólos da amostra representativa do programa: Costa do Descobrimento (BA), Costa das Dunas (RN) e Costa dos Coqueirais (SE). Foi disponibilizado o termo de referência para a confecção do PDITS desses pólos e contratadas as empresas para a sua elaboração. Ainda nesse ano foram entregues os relatórios de diagnóstico da situação fiscal dos Estados e a avaliação do PRODETUR/NE-I, realizada por firma consultora contratada pelo BID. Foram realizadas também diversas reuniões com a participação dos governadores e secretários estaduais, representantes da SEAIN, Ministério do Esporte e Turismo, além de encontros de trabalho envolvendo técnicos do BNB e UEE's e representantes dos estados, conforme discriminado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Reuniões e Encontros para preparação do PRODETUR/NE-II - 2001

Janeiro	Missão de Identificação I do BID.
Fevereiro	Aplicação da Metodologia do Marco Lógico por representantes do BID, junto à equipe do Banco do Nordeste.
Março	Missão do Banco do Nordeste ao BID, em Washington, com a participação de representantes do BID, Banco do Nordeste e Estado da Bahia.
Abril	Reuniões com representantes do Ministério do Esporte e Turismo, para discussões preliminares acerca da contrapartida nacional; Missão de Identificação II do BID.
Maio	Missão do Banco do Nordeste ao BID, em Washington, com a participação de representantes do BID, Banco do Nordeste, Ministério do Esporte e Turismo e SEAIN.
Julho	Reunião para apresentação dos resultados e lições aprendidas do PRODETUR/NE-I e das linhas mestras do PRODETUR/NE-II, contando com a participação dos Governadores dos estados nordestinos, de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de representantes do BID e Banco do Nordeste; Missão de Identificação III do BID;
Agosto	Encontro de Trabalho para Aplicação da Metodologia de Construção do Marco Lógico, contando com a participação do BID, Banco do Nordeste e dos estados (estados do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo);
Setembro	Encontro de Trabalho para orientação da elaboração dos PDITS da amostra
Outubro	Missão de Orientação do BID.
Novembro	Encontro de Trabalho – Fortalecimento das UEE'S.
Dezembro	Missão de Análise do BID.

A Missão de Negociação ocorreu no início de 2002. Em março daquele ano foi assinado o Termo de Compromisso BID/BNB para operacionalização do Programa e a autorização do Senado Federal para a contratação da garantia da União ao Empréstimo. Em maio foi realizado um encontro de trabalho voltado para a elaboração do Plano de Acompanhamento e Avaliação do Programa e uma reunião para as negociações finais do empréstimo para a segunda fase do programa. No final

do primeiro semestre foi aprovada, pelo Senado Federal, a concessão do aval da União aos submutuários e encaminhado aos estados os formulários referentes às Pesquisas de Demanda, previstas no Plano de Acompanhamento e Avaliação do Programa, para estimativas de custos e teste piloto. No segundo semestre de 2002 foi realizada a aplicação dos questionários relativos à 1ª Pesquisa de Demanda, que forneceriam os dados para compor a linha de base do Sistema Informatizado de Acompanhamento e Avaliação do Programa, bem como reuniões entre o BID e o BNB para acerto das condições prévias e reunião com os gestores estaduais do PRODETUR/NE.

Em 27/09/2002, depois de cumpridas todas as etapas descritas, foi assinado o Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR entre BID e Banco do Nordeste, no valor de US$ 400 milhões, sendo US$ 240 milhões de financiamento e US$ 160 milhões, aporte da contrapartida local, detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Síntese do Programa

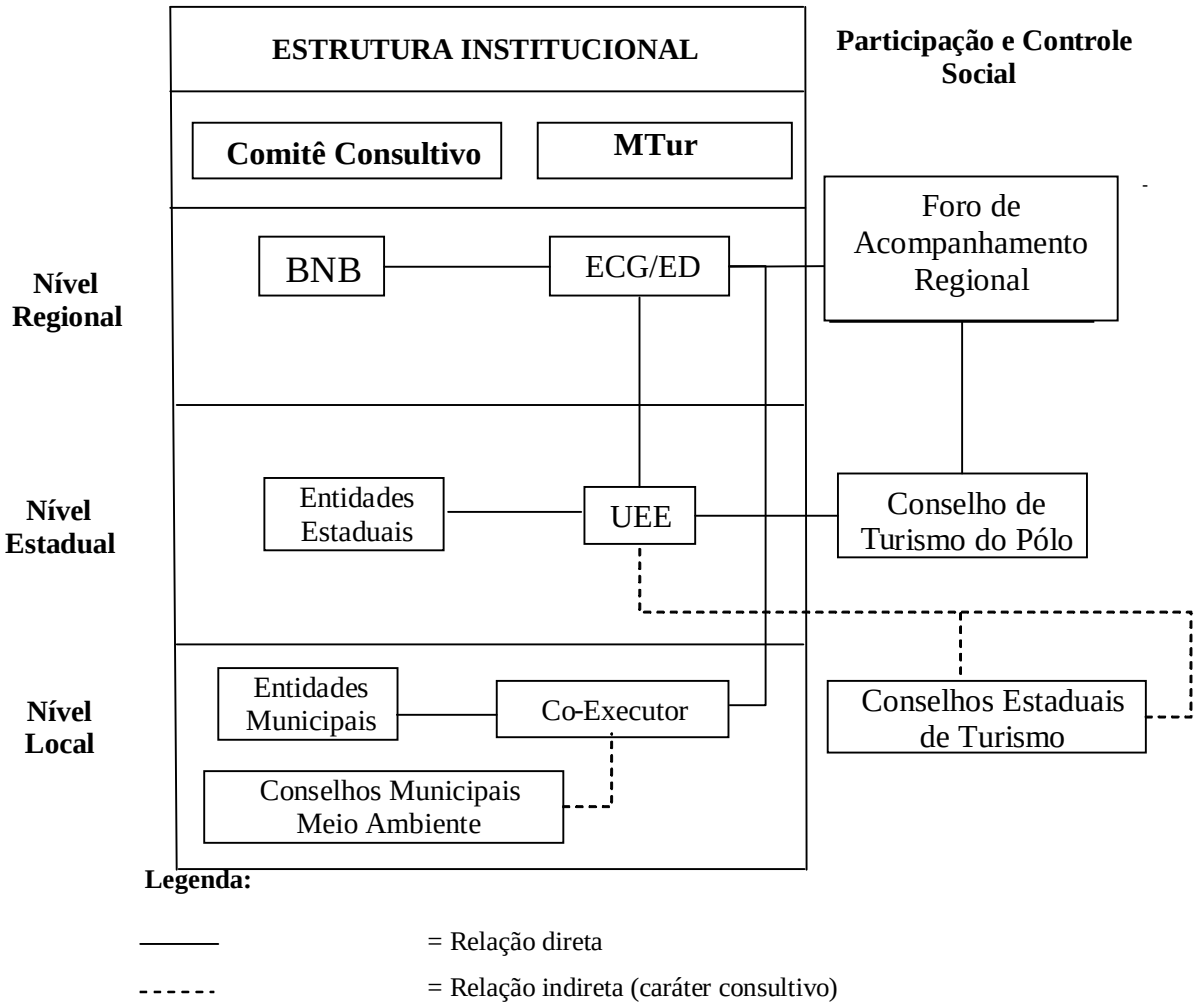
NOME DO PROJETO:		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE/NE-II	
NÚMERO DO PROJETO:		BR-0323	
NÚMERO DO EMPRÉSTIMO		1392-OC/BR	
PAÍS:		BRASIL	
ORGANISMO EXECUTOR:		Banco do Nordeste do Brasil S.A.	
SETOR:		Turismo	
DATA DE APROVAÇÃO:	01/03/2002	DATA DO CONTRATO: 1a. ALTERAÇÃO CONTRATUAL:	27/09/2002 16/03/2004
DATA DE ELEGIBILIDADE:	12/01/2004	DATA DE CONCLUSÃO:	27/09/2009
MONTANTE DO EMPRÉSTIMO:		US$ 240 milhões	
MONTANTE DO PROGRAMA		US$ 400 milhões	
CLASSIFICAÇÃO FINAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (MS, S, IN, MI):			S
CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS SUPOSTOS DO PROJETO (A, B):			B
CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (MP, P, D, I):			P

Fonte: Project Performance Monitoring Report (PPMR) – DRAFT
MS = muito satisfatório, S = satisfatório,IN = insatisfatório, MI = muito insatisfatório
A= Alta probabilidade, B = Baixa probabilidade
MP = Muito Provável, P = Provável, D = duvidoso, I = Improvável

2. Análise da Estrutura Institucional do Programa

A estrutura institucional do Programa foi delineada visando à integração dos distintos níveis de execução e controle com o de participação e controle social, conforme apresentado a seguir:

Figura 1 – Estrutura Institucional do PRODETUR/NE-II



O **Anexo I** deste relatório apresenta as atribuições e competências de cada um dos agentes envolvidos com o programa. A seguir, uma análise da atuação de cada um desses entes.

2.1. BNB

O Banco do Nordeste é mutuário e executor do PRODETUR NE/II, cabendo a ele a coordenação do Programa. Para realizar suas atribuições o BNB conta com uma Equipe Central de Gestão (ECG), com as Equipes Descentralizadas nos Estados e com uma Consultoria de Apoio.

2.1.1. Equipe Central de Gestão

Para gerenciar o Programa, o BNB incorporou em sua estrutura organizacional uma unidade técnica denominada Central de Apoio Operacional para o Setor Público, vinculada à Superintendência de Microfinanças e de Programas Especiais e à Diretoria da Gestão do Desenvolvimento. Essas três áreas do Banco compõem a Equipe Central de Gestão – ECG.

A Central Operacional para o Setor Público, com sede em Fortaleza, atua diretamente na orientação, análise e acompanhamento da execução do Programa, fazendo a articulação com as Equipes Descentralizadas do BNB, Unidades Executoras Estaduais, Ministério do Turismo e BID, na esfera operacional.

A Central Operacional para o Setor Público tem a seguinte composição:

- Gerente Geral
- Gerente Executivo da Célula de Análise e Acompanhamento de Projetos
- Gerente Executivo da Célula de Controle Financeiro e Monitoramento
- 10 Analistas de Projetos com especialização nos segmentos saneamento, transporte, meio ambiente, urbanismo, turismo, avaliação socioeconômica e licitações e contratos.

Além desse quadro (ver perfil no **Anexo II**), a ECG conta com os serviços de uma consultoria externa – Empresa Logos Engenharia, para apoio técnico nas análises dos PDITS e Projetos e ainda para a realização das Auditorias Ambientais,

Esse desenho prevê a centralização das análises de projetos na Central Operacional para o Setor Público, assegurando uniformidade nas análises e nos demais procedimentos operacionais.

Para imprimir maior celeridade na implantação de cada subprograma, a ECG mobiliza seus técnicos para apoiar as UEEs em todas as fases dos projetos, desde a elaboração do Termo de Referência à implementação das obras/serviços, contemplando ainda a fase de preparação de editais. Nesse sentido, promove reuniões sistemáticas nos Estados, muitas vezes envolvendo as consultorias contratadas para elaboração/ajustes de projetos, para orientá-las quanto aos critérios de elegibilidade exigidos no Regulamento Operacional.

Na avaliação da Consultoria, a ECG conta com pessoas capacitadas e dedicadas exclusivamente ao programa e a equipe está adequadamente dimensionada para atender às suas atribuições especificadas no R.O. de forma bastante criteriosa, estando, portanto, adequada às exigências do Programa.

Porém, na percepção das UEEs, o BNB não tem prazos definidos para atendimento das demandas dos Estados e nem sempre emite com a tempestividade requerida parecer sobre os documentos enviados, o que também impacta os prazos do processo como um todo. Segundo as mesmas, a ECG não se limita a fazer supervisão e aprovação ampla dos processos. Realiza criteriosa análise dos TRs, minutas de edital, projetos de engenharia, estudos ambientais e viabilidade socioeconômica, acompanhando cada etapa do processo.

Por outro lado, como nas UEEs não é feita uma pré-analise dos projetos/processos, na avaliação da consultoria, esse procedimento do BNB assegura a observância dos critérios de elegibilidade do Programa, respeitando o seu marco conceitual. Via de regra, as recomendações do BNB com relação aos projetos e processos são avaliadas pelas UEEs como positivas e melhoram a qualidade dos documentos.

Na avaliação do BNB, a demora na resposta às UEEs ocorre, na maioria das vezes, em função da aleatoriedade das demandas dos Estados ao BNB em diferentes níveis de prioridade, impossibilitando o planejamento para atender a essas demandas nos prazos esperados.

Em que pese a previsão de prazos constante do R.O, a seguir transcrita, não existem estatísticas no BNB quanto ao cumprimento desses prazos, o que poderá ser aferido com a plena utilização do Sistema de Gerenciamento.

"No processo de análise, serão observados os prazos a seguir, contados a partir da data da apresentação completa da documentação necessária para sua conclusão:

- *projeto de obras múltiplas (engenharia, socioeconômica, institucional e ambiental): 30 dias;*
- *projeto de fortalecimento institucional: 15 dias;*
- *Termos de Referência para estudos e projetos: 10 dias;*
- *Projetos de Capacitação: 15 dias"*

Entretanto, se os documentos são apresentados com os dados requeridos para análise, o esforço dos técnicos resulta no retorno às UEEs com prazo inferior aos estimados. Noutros casos, a ausência de dados importantes para a análise contribui para o atraso na resposta, registrado pelas UEEs. No tocante às obras, via de regra, são enviados ao BNB projetos básicos de engenharia, sem os estudos complementares (ambientais e socioeconômicos). Nessa situação, antes de um posicionamento formal, o BNB indica por telefone ou e-mail que a documentação está incompleta, impossibilitando dar seguimento à análise. Neste momento suspende-se o prazo.

A reclamação das UEEs no tocante ao cumprimento dos prazos por parte do BNB, procede em casos pontuais, quando a demanda por análise ultrapassa a capacidade operacional da Equipe Central de Gestão - ECG A dificuldade de se planejar com as UEEs os prazos para envio dos projetos ao BNB concorre para gerar essa situação. Muitos projetos são apresentados no mesmo momento por várias UEEs, forçando a ECG a definir prioridades de análise, gerando atraso para os demais.

Na esfera administrativa, há uma constante interlocução entre a Diretoria da Gestão do Desenvolvimento do BNB e os Governos Estaduais, representados pelos Secretários de Turismo, para compartilhamento das dificuldades e identificação de encaminhamentos conjuntos com vistas ao bom termo do Programa. Essa articulação dá-se, constantemente, também com o Ministério do Turismo e BID.

2.1.2. Equipes Descentralizadas

As Equipes Descentralizadas estão localizadas nas Unidades Estaduais do BNB, representadas pelas Superintendências Estaduais e as Centrais de Apoio Operacional.

O BNB conta com Superintendências em cada um dos Estados submutuários do programa. Elas são responsáveis pela coordenação local, que é realizada através dos Superintendentes Estaduais e dos Agentes de Desenvolvimento. Os Superintendentes Estaduais atuam apoiando o relacionamento institucional entre o BNB e Secretarias Estaduais de Turismo. O BNB tem vários instrumentos para possibilitar uma atuação mais próxima dos clientes e a ampliação de suas atividades, indo além da intermediação financeira e buscando contribuir para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, associada à melhoria das condições de vida da população nordestina. Um desses instrumentos é o Agente de Desenvolvimento, que no PRODETUR/NE-II tem seu foco de atuação na organização das reuniões dos Conselhos de Turismo.

No tocante ao acompanhamento físico das obras/serviços, a ECG tem o apoio direto das Centrais de Apoio Operacional - CENOP's de cada Estado, que trabalham em articulação com a ECG e são responsáveis pelas visitas e inspeções periódicas às obras e serviços e pela análise técnica das solicitações de desembolso para as mesmas. Em função da proximidade física entre as CENOP's e as UEE's, em alguns estados a atuação vai além do acompanhamento da execução, incluindo orientar ações e/ou participar de reuniões atinentes ao Programa.

A articulação institucional com as Secretarias de Turismo dos estados é compartilhada com as Superintendências Estaduais do Banco, que apóiam a Equipe Central de Gestão.

2.1.3. Consultoria de Apoio

Os técnicos da ECG no BNB contam com o apoio de uma empresa de consultoria contratada para apoiar as análises de projetos, sempre que for identificada a necessidade de suprir uma competência específica, ou ainda quando o volume de projetos supera a sua capacidade operacional. Já foram utilizadas pelo BNB 7.275 horas técnicas de consultoria, que demandaram recursos no montante de R$ 1.458.461,40. Dentre os principais trabalhos realizados pela consultoria, destacam-se:

- análise de PDITS;
- apoio na realização da Missão de Arranque;
- revisão de anexos do Regulamento Operacional;
- curso de Avaliação socioeconômica de projetos;
- análises técnicas, especialmente de estudos de viabilidade socioeconômica e aspectos ambientais;
- capacitação da equipe do BNB sobre planos de marketing; e
- realização do Primeiro Ciclo de Auditoria Ambiental.

2.2. Unidades Executoras Estaduais

Corresponde à equipe responsável pela execução do Programa em cada Estado submutuário. Na cláusula 4.06 do Anexo A do Contrato 1392/OC-BR consta que cada UEE deverá contar com, pelo menos, um coordenador, um especialista administrativo financeiro, um assistente legal e um especialista em projetos, podendo ser apoiadas por consultorias de curto prazo. O Regulamento Operacional prevê adicionalmente a necessidade de um especialista sócio-ambiental.

O **Anexo III** informa a equipe técnica indicada pelas UEE's, com vistas ao atendimento da cláusula 4.06 anteriormente citada.

Na primeira fase do Programa, alguns estados não contavam com uma Secretaria de Turismo, ficando as UEEs vinculadas às Secretarias de Planejamento. No Prodetur NE/II, todos os Estados têm na sua estrutura uma Secretaria de Turismo, que conduz o Programa, operacionalmente sob a responsabilidade da UEE, possibilitando melhor direcionamento do Programa.

Verifica-se que cada Estado possui uma estrutura própria para gerenciar o Prodetur. Porém, isto não é o fator determinante para o desempenho do Programa. A constituição da UEE, com competências e quantidades compatíveis com as demandas das matrizes de cada subempréstimo é requisito primordial para assegurar execução célere e segundo as regras do Programa. Nesse sentido, identifica-se que há necessidade de aprimoramento na maioria das UEEs.

O diagnóstico da estrutura de cada uma das UEE está resumido nos itens seguintes.

2.2.1. Bahia

Houve algumas alterações na equipe da UEE com a mudança de governo, mas a nova equipe já está integrada ao contexto do Programa. Uma mudança, considerada positiva, foi o desmembramento da Secretaria de Turismo, anteriormente vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo. Desta forma o PRODETUR/NE-II passa a ser tratado com mais foco em uma secretaria específica do turismo. Atualmente a equipe da UEE não atua somente no PRODETUR. Gerencia também outros repasses do MTur, atividade sinérgica com a gestão do Programa.

Resumo do diagnóstico da UEE/BA

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Decreto n° 10.638 de 2007.
Está vinculada à SETUR?	Sim. A SETUR foi desmembrada da Secretaria de Cultura e do Turismo.
Houve mudança significativa na equipe?	Sim. Na troca de governo houve mudanças. Entretanto elementos chave foram mantidos e a equipe atual está inserida no contexto do Programa.
A mudança na equipe comprometeu o andamento do Programa?	O avanço do Programa ficou comprometido logo após a mudança de governo, mas retomou seu ritmo normal.
Situação dos funcionários	São funcionários do Estado.
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do Estado	A UEE funciona como articuladora e possui um contato definido em cada órgão. Uma característica particular da Bahia é a participação do terceiro setor nas atividades do programa, exigindo que a UEE/BA não limite o seu papel de articulação ao BNB, órgãos do Estado e Municípios.
Principais problemas de estrutura enfrentados	Houve modificações na equipe após a mudança de governo, sem implicar desestruturação da UEE.

2.2.2. Ceará

A equipe que compõe a UEE do Estado do Ceará sofreu alterações com a mudança de governo, com destaque para a substituição da coordenação e gestores técnicos. Além disso, não há em sua composição profissionais compatíveis com as demandas das suas matrizes de investimento. Para suprir essas deficiências a SETUR contratou consultoria de apoio técnico, com recursos da contrapartida do Ministério do Turismo.

Resumo do diagnóstico da UEE/CE

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Sim, porém a estrutura não está suprida e passa por revisão, juntamente com a reestruturação da SETUR – processo tramita na Assembléia Legislativa.
Está vinculada a SETUR?	Sim.
Houve mudança significativa na equipe?	Sim. Com a mudança de governo foram substituídos coordenador, gestores e alguns técnicos que vinham conduzindo o Prodetur desde a primeira fase.
A mudança na equipe comprometeu o andamento do Programa?	Sim. Observou-se desaceleração no ritmo da implementação do programa, pela necessidade de nivelamento e apropriação das regras do Programa pela nova equipe.
Situação dos funcionários	A equipe é composta por técnicos do quadro do Estado, porém desvinculados formalmente da SETUR e colaboradores terceirizados.
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do Estado	Identifica-se a necessidade de melhorar a articulação com os executores, especialmente os municípios, na implementação das ações de contrapartida local, conveniadas diretamente com o Mtur.
Principais problemas de estrutura enfrentados	Dimensionamento inadequado da equipe técnica (quantitativo e qualitativo). A estrutura física requer adequações, inclusive no tocante aos equipamentos e sistemas de controle. Essa carência deverá ser suprida parcialmente, com o apoio técnico da consultoria contratada pela SETUR.

Atualmente, a estrutura da UEE não contém as competências mínimas exigidas contratualmente. Entretanto, encontra-se em andamento procedimento administrativo que prevê a revisão na estrutura da Secretaria de Turismo, possibilitando a criação de cargos próprios e que possam abrigar os especialistas necessários para atender as demandas do PRODETUR/NE-II, resultando num melhor gerenciamento das suas ações.

2.2.3. Minas Gerais

Minas Gerais criou a sua Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-MG) em 1999, antes mesmo da existência do PRODETUR/NE-II. A criação de uma secretaria específica para o turismo fortalece os programas voltados para o setor. Não obstante, diversas mudanças aconteceram desde a sua criação, repercutindo inclusive em alterações na coordenação da UEE, o que prejudicou a celeridade e o avanço do PRODETUR/NE-II em Minas Gerais.

Resumo do diagnóstico da UEE/MG

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Sim, através do Decreto n° 44623 de 2007.
Está vinculada à SETUR?	Sim.
Houve mudança significativa na equipe?	Sim, especialmente na coordenação da UEE.
A mudança na equipe comprometeu o andamento do Programa?	Sim, as mudanças atrasaram o início de algumas ações de planejamento e capacitação que deveriam ter sido priorizadas, além de outras de infra-estrutura que têm execução demorada, e que só agora serão iniciadas (estradas, por exemplo).
Situação dos funcionários	São funcionários do Estado, mas muitos são cedidos. A SETUR não tem atribuição para executar obras, por isso não pode ter em seu quadro engenheiros e arquitetos, necessários para orientar as ações de infra-estrutura e urbanização previstas no subprograma do Estado. Atualmente, a UEE conta com uma equipe multidisciplinar, formada por turismólogos, arquiteto, economista, antropólogo, gestor de patrimônio histórico e mestres em cultura e turismo. Esforços estão sendo dispendidos no sentido de adequar as competências da UEE às necessidades do subprograma no Estado
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do Estado	A UEE atua como articuladora e orientadora junto aos órgãos co-executores. Apesar da complexidade e nível de exigência, que provocam lentidão nas ações, a UEE-MG possui um excelente relacionamento com todos os órgãos executores envolvidos, direta ou indiretamente no Programa.
Principais problemas de estrutura enfrentados	Necessidade de reforço de pessoal com qualificação compatível com as demandas do subprograma, mas, não há estimulo financeiro para recrutar de outros órgãos do Estado, técnicos com as competências exigidas e com dedicação exclusiva ao Programa.

Na perspectiva da UEE/MG, as unidades estruturadas de acordo com as exigências do Programa, e com técnicos habilitados para conduzir as ações da matriz de investimento, poderiam gozar de mais autonomia e poder de decisão na avaliação dos Termos de Referência, projetos e processos, resultando ganhos para o Programa.

2.2.4. Pernambuco

Uma característica particular da UEE/PE é ser de fato o órgão executor do PRODETUR no Estado, sendo responsável por contratar e gerenciar os projetos, atribuição que a Secretaria de Turismo incorporou a partir de 19/01/07.

Neste modelo há uma necessidade da UEE adequar sua estrutura às novas funções. A matriz de investimentos de Pernambuco tem uma demanda significativa de obras de infra-estrutura, o que exige um maior número de engenheiros, com as especializações requeridas (saneamento, transporte, urbanização), bem como especialistas ambientais.

Resumo do diagnóstico da UEE/PE

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Sim. Decreto 31.654 aprovou o regimento da UEE e redefiniu seus cargos.
Está vinculada à SETUR?	Sim.
Houve mudança significativa na equipe?	Sim. Na troca de governo houve mudanças na coordenação da equipe e nas suas atribuições, incorporando a função de órgão executor único para o PRODETUR/NE-II.
A mudança na equipe comprometeu o andamento do Programa?	A mudança foi significativa, pois a UEE deixou de ter um papel de articuladora para ter um papel de executora. Com a incorporação do novo papel, percebe-se que houve avanço na execução do Programa. Isto porque as ações do PRODETUR/NE-II não concorrem com outras prioridades do Estado, como ocorreria na execução descentralizada
Situação dos funcionários	São funcionários do Estado.
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do estado	A UEE funciona como executora e independe dos órgãos co-executores para realizar as ações do PRODETUR no Estado. Entretanto, ainda não se tem elementos suficientes para aferir se este modelo é o mais adequado. Uma boa prática para esse modelo seria a alocação de especialistas dos principais órgãos executores (saneamento e transporte) na equipe da UEE, o que traria ganhos em virtude da experiência que detém.
Principais problemas de estrutura enfrentados	Ausência de um sistema de gerenciamento; equipe própria de especialistas insuficiente para atender a demanda do seu subprograma

Em função da particularidade da UEE/PE, foi necessário contratar uma consultoria de apoio, haja vista que, além do gerenciamento do seu subprograma, a UEE também é responsável pela elaboração dos projetos que compõem a sua matriz de investimentos, o que requer um conhecimento técnico multidisciplinar, não suprido pelo quadro técnico próprio existente na SETUR/UEE.

Na avaliação da UEE, a consultoria deveria ter um papel mais abrangente, atuando também como uma gerenciadora e não apenas como apoio à UEE.

A UEE conta, ainda, com o apoio de uma assessoria jurídica, pois muitos dos acordos contratuais são desenhados no âmbito da UEE. Há uma comissão de licitação especial para o PRODETUR/NE-II, mas os processos licitatórios têm que ser enviados à Procuradoria Geral do Estado. Como a UEE trata de diversos assuntos (desde as regras gerais do programa até o recebimento de produtos parciais e finais dos contratos), há necessidade de um apoio jurídico próximo para evitar erros nas negociações de contratos e facilitar o relacionamento com a PGE.

2.2.5. Piauí

A UEE/PI foi instituída por decreto, originalmente vinculada à Secretaria do Planejamento. Com a criação da Secretaria de Turismo, o que ocorreu após a assinatura do contrato de subempréstimo, a UEE passou a integrar essa Secretaria. Atualmente, está em curso a elaboração de um projeto de fortalecimento da unidade por uma consultoria externa.

Resumo do diagnóstico da UEE/PI

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Decreto n° 12.288 de 2006.
Está vinculada à SETUR?	Sim.
Houve mudança significativa na equipe?	Não
Situação dos funcionários	São funcionários do Estado.
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do estado	A UEE mantém um canal aberto com os executores estaduais e demais parceiros do Programa. Entretanto, a sua equipe não possui técnicos com o perfil exigido para a condução dos projetos da sua matriz.
Principais problemas de estrutura enfrentados	Ausência de um sistema de gerenciamento e controle e deficiência no quadro técnico. Os principais problemas de natureza logística poderão ser resolvidos com a implementação do projeto de fortalecimento, cuja elaboração está em curso. Porém, a estrutura de recursos humanos deverá ser redimensionada em termos quantitativos e qualitativos.

2.2.6. Rio Grande do Norte

A UEE do RN mantém na sua equipe técnicos desde a primeira fase do Programa. Uma estratégia adotada pela SETUR/RN para garantir a execução do Programa foi remanejar técnicos dos principais órgãos executores para compor a equipe da UEE. Com isto, além desses técnicos possuírem as competências necessárias para a condução das ações, possibilitou-se uma melhor articulação da UEE com os órgãos executores.

Outra estratégia do Estado para permitir maior celeridade na implementação do PRODETUR/NE-II foi a instituição de uma Comissão de Licitação específica para o Programa.

Resumo do diagnóstico da UEE/RN

Questão	Situação da UEE
Está formalizada?	Decreto n° 12.371 de 1994. Os cargos foram criados pela lei complementar 235 de 2002.
Está vinculada à SETUR?	Sim. Antes era vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.
Houve mudança significativa na equipe desde a contratação do subempréstimo?	Não. Apesar de ter mudado o Coordenador Geral, foram mantidos alguns coordenadores técnicos e outros servidores.
A mudança na equipe comprometeu o andamento do Programa?	Não
Composição da equipe	Servidores estaduais, com alguns cedidos pelos órgãos estaduais, a exemplo do DER e CAERN.
Modo de funcionamento/ relacionamento com demais órgãos do estado	A UEE funciona como articuladora. Esta tarefa é facilitada por ter seu quadro formado por técnicos dos órgãos executores locais, que inclusive desempenharam funções de gerência nesses órgãos.

2.2.7. Síntese do Diagnóstico da Estrutura das UEE's

Foram identificados modelos organizacionais e atribuições distintas nas UEE's, em especial:

- a UEE/PE é a executora de todos os projetos no âmbito do Programa;
- a UEE/BA não atua exclusivamente com o PRODETUR/NE-II.

O modelo da UEE/PE requer uma equipe técnica mais estruturada, tendo em vista a ampliação de suas atribuições. O modelo da UEE/BA, mesmo não sendo exclusivo para o PRODETUR/NE-II, não registra dificuldades, uma vez que as demais atividades executadas têm sinergia com a atividade turística.

No modelo das demais UEE's, com exceção do RN o fator restritivo é a capacidade de formação da equipe técnica, que em alguns casos não favorece a boa condução do subprograma.

Porém, a diversidade de modelos não é o fator preponderante para o desempenho das Unidades Executoras e os resultados do Prodetur NE/II. Na maioria delas, com maior ou menor grau de intensidade, a equipe técnica não possui as competências mínimas para a execução dos respectivos subprogramas, mesmo quando da existência de documento formal que balize a composição da equipe técnica.

Contribui também para o desempenho das Unidades, a ausência de mecanismos eficientes de controle e gerenciamento, tais como manuais e sistemas informatizados. Em alguns casos, se existentes, esses não são utilizados amplamente por toda a equipe, por falta de treinamento e articulação interna. Nesse sentido fica evidente a necessidade de constantes seminários de nivelamento, promovendo um intercâmbio de informações e boas práticas.

Os problemas apontados são recorrentes. Na Nota Técnica nº 016/2007, de 30/01/2007, o Ministério do Turismo já verificava as questões mais relevantes que impactavam o desempenho das Unidades Executores e indicava que o BNB e o MTur, de forma conjunta, deveriam promover ações para a resolução desses problemas, para permitir maior celeridade na implementação do Prodetur II, como exemplo:

- fixação das competências e atribuições básicas das UEE's no contexto do Programa;
- apoio para o dimensionamento de um quadro de recursos humanos compatível com as dimensões de cada matriz de investimento e com as normas técnicas estabelecidas no Regulamento Operacional, a ser definido tanto com profissionais do corpo permanente do Estado quanto com profissionais contratados de forma eventual para apoio gerencial;
- apoio técnico para a elaboração e implementação, pelos profissionais designados para trabalhar nas UEE's, dos respectivos manuais de

operação do programa, com estabelecimento dos fluxos de informação, as responsabilidades internas pelas tramitações de processos e os modelos de formulários a serem adotados e respectivo treinamento em serviço e,

- apoio financeiro com recursos da contrapartida federal, a cargo do MTur, para o suprimento dos meios logísticos requeridos em cada UEE, após o cumprimento dos itens anteriormente citados.

Como desdobramento dessas proposições, o Ministério do Turismo incorporou com prioridade na alocação dos recursos da União, o fortalecimento das UEEs, mediante contratação de consultoria de apoio técnico. Os Estados do Ceará e Pernambuco firmaram convênios com o MTur para a estruturação e dotação de capacidade técnica e operacional das suas UEE's, nos montantes de R$ 3.900.210,08 (CE) e R$ 3.520.000,00 (PE) e contrataram consultoria de apoio técnico. O Estado do Piauí firmou convênio no valor de R$ 131.036,00 com o objetivo de fortalecer a capacidade operativa da UEE, a partir de uma constituição formada com profissionais do quadro próprio. No item 2.8 consta uma avaliação do trabalho das consultorias contratadas para apoio às UEE's. Os demais estados ainda não demandaram tal apoio. Recursos do financiamento também podem ser alocados em ações de Fortalecimento da UEE.

Complementarmente, o BNB vem promovendo reuniões sistemáticas com as UEEs, num processo de constante reciclagem e orientação quanto às regras do Programa e compartilhamento de boas práticas.

Observa-se, ainda, que algumas Unidades não exercem o papel de coordenação de todos os atores estaduais envolvidos no Programa e na orientação quanto à aplicação do Regulamento Operacional. Esta deficiência faz com que os projetos sejam elaborados em desacordo com as regras do Prodetur NE/II, comprometendo os prazos e gerando um retrabalho que impacta diretamente a performance do Programa.

Na avaliação do BNB, a adequada estruturação das UEEs com atuação mais efetiva junto aos órgãos executores, em todas as etapas dos projetos, principalmente na fase de concepção dos projetos, minimizaria a demora na conclusão dos processos, que ocorre muitas vezes em função do desconhecimento das regras do Programa pelos mesmos.

2.3. MTur

O Ministério do Turismo é o órgão responsável pela formulação e implementação das políticas nacionais para o desenvolvimento da atividade turística, que se materializa no Plano Nacional de Turismo, com a incorporação de diretrizes e metas para o setor até 2010.

O PRODETUR/NE-II integra o Plano Nacional de Turismo, estando alinhado com as suas diretrizes. Nesse contexto, o Ministério do Turismo participa da coordenação juntamente com o BNB, integrando o Programa com os demais programas regionais de desenvolvimento do turismo, além de participar do processo de planejamento e execução do Programa. A orientação e análise dos PDITS foram realizadas por um Grupo Técnico formado por representantes do BNB e do Mtur.

No tocante à execução, registra-se o relevante papel como responsável pelo aporte da maior parcela de recursos da contrapartida local, oriundos do Orçamento da União. De acordo com os convênios até então firmados, há uma previsão de aporte em torno de 80% da contrapartida mínima exigida. Em alguns Estados, se considerados elegíveis todos os projetos conveniados, os recursos da União por si só serão suficientes para suprir a exigência mínima da contrapartida local.

Na esfera operacional, a relação com o BNB se dá através da Diretoria Regional de Programas daquele Ministério e está formalizada no Termo de Cooperação Técnica assinado em 13/10/2003, onde estão definidas as atribuições de cada ente.

O Regulamento Operacional do Programa prevê, também, que o MTur atue na coordenação da coleta de dados sobre turismo nos Estados, apoiando as pesquisas relacionadas à atividade turística. Além disso, realizaria a avaliação ambiental estratégica e um estudo de demanda regional, que seria o documento de referência para a elaboração dos Planos e campanhas de marketing no âmbito do Programa.

Quanto à Avaliação Ambiental Estratégica, o trabalho foi realizado para o Pólo Costa Norte, que se estende da região de Jericoacoara, no Ceará, passando pelo Delta do Piauí, até os Lençóis Maranhenses.

Com relação ao Estudo de Demanda, o MTur considera que o estudo encomendado junto à FIPE, denominado “Características e Dimensões do Turismo Doméstico no Brasil”, atenderia esse requisito. Entretanto, esse documento não atende os requisitos do estudo de caracterização de demanda potencial, comprometendo a elaboração dos planos de marketing, ação não implementada até o momento.

Tanto a Lei Geral do Turismo (lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) quanto o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, reforçam o papel do MTur como direcionador das políticas para o turismo e como órgão que consolida as informações sobre o turismo. Portanto, o papel do MTur no PRODETUR/NE-II não se limita aos convênios, mas há uma importante atuação na estratégia e avaliação do Programa.

Mesmo incentivando a descentralização do turismo, cabe ao MTur organizar dados e promover a integração das esferas municipal, estadual e federal.

Na avaliação da consultoria, a atual política do MTur, focada nos "65 Destinos Indutores do Turismo", não coincide com a diretriz de planejamento para o PRODETUR/NE-II, que é focada em pólos turísticos e cujos municípios são diferentes daqueles destinos considerados indutores. Verifica-se também a ausência de uma política de integração dos pólos ou destinos da Região Nordeste.

Quanto à atuação do MTur na execução do Programa, apresentam-se como relevantes os seguintes aspectos:

a) A Equipe Técnica do Ministério do Turismo que operacionaliza o PRODETUR/NE-II é responsável por repasses do MTur para Estados e Municípios, independentes deles estarem ou não participando do PRODETUR/NE-II;

b) Com a incorporação da responsabilidade pela análise e acompanhamento dos projetos apoiados com recursos da União, para fins de contrapartida no Programa, a partir do Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, com a observância do Regulamento Operacional como parâmetro de elegibilidade dos projetos, o Mtur assume novo papel no Programa. Entretanto, com foco na celeridade dos processos, a partir de julho de 2007, a avaliação realizada pelo Mtur tem como referência as exigências na IN nº 01, não havendo evidências de que os demais aspectos de elegibilidade exigidos pelo Programa, a exemplo da viabilidade socioeconômica, realização de audiências públicas, exigências de planos ambientais estão sendo observados;

c) A capacidade técnica-operacional do Mtur diante das novas atribuições de análise e acompanhamento apresenta-se reduzida para atender a demanda de todos os Estados no ritmo que o Programa demanda;

d) Outro aspecto que impacta os resultados do Programa diz respeito à finalização dos processos de prestação de contas e reconhecimento dos objetos dos convênios executados por parte do Mtur, condição para que o BNB possa incorporar na contrapartida do Programa, os gastos efetuados com obras/serviços elegíveis. Há indicativos de muitos convênios concluídos sem o devido Parecer Final do Mtur.

2.4. Órgãos Co-executores

2.4.1. Municípios

Com o intuito de facilitar a relação entre UEE e municípios, no âmbito do PRODETUR/NE-II, foi instituída a figura do Coordenador Municipal, responsável no município pelo apoio no processo de planejamento para o Pólo de Turismo, bem como a execução dos componentes e atividades diretamente relacionados às competências municipais. Este coordenador tem o papel de articular as ações do seu município com a UEE e demais parceiros, acompanhando-as em todas as fases.

Entretanto, na prática, essa articulação deixa a desejar, até mesmo entre secretarias do próprio município. Na relação Município X UEE essa situação se agrava, seja por desconhecimento das regras do Programa e das suas prioridades, seja por dificuldades político-institucionais. O coordenador municipal nem sempre consegue mobilizar os atores necessários para avançar nas suas propostas.

Para minimizar essa questão, no ano de 2004 foram realizados seminários de nivelamento com gestores e representantes de todos os municípios integrantes dos pólos amparados pelo Prodetur, quando foram compartilhadas informações sobre o Programa, suas premissas, parceiros, processos, etc.

Para melhor compreender a atuação dos Municípios no PRODETUR/NE-II, foram realizadas, de forma amostral, entrevistas com Secretários de Turismo do Município de Ipojuca (PE), de Tibau do Sul/PIPA (RN) e Aquiraz (CE), que representam o Coordenador Municipal naqueles municípios.

Constatou-se que, apesar da exigência formal de Coordenador Municipal, mesmo aqueles municípios que têm coordenadores atuantes, registram dificuldades de inserção efetiva no PRODETUR/NE-II.

Os municípios que integram os Pólos do Prodetur, participaram das oficinas de discussão do PDITS, quando foram identificadas as ações prioritárias para o Programa, ratificadas no Conselho de Turismo onde os Prefeitos têm assento.

As secretarias de turismo municipais, via de regra, não possuem quadro técnico, ou mesmo, quando o tem, é composto por terceirizados. Isso provoca uma descontinuidade quando da mudança de gestão, tendo em vista que as ações identificadas no planejamento deixam de ser prioritárias, na visão dos novos gestores, por desconhecimento do acordado anteriormente e por não contarem com um suporte técnico que os oriente quanto às premissas do Programa. Isso ocorre especialmente nos municípios de pequeno porte, tendo em vista que a distribuição de algumas competências entre os entes federados, promovida pela Constituição Federal de 1988, não levou em consideração a assimetria existente entre esses entes. O Programa conta com recursos para promover o fortalecimento institucional

dos municípios, mas essas ações não tem sido priorizadas pelas Unidades Executoras Estaduais.

Outro fator limitante da participação dos municípios no Programa diz respeito à questão fiscal. Os pequenos municípios dos Pólos tendem a apresentar desequilíbrio nas suas contas, gerando conseqüentemente situação de inadimplência, o que impede o acesso aos recursos da União que são repassados diretamente pelo Mtur, mediante convênios, contribuindo para a contrapartida do Programa. Ações estruturais, como planejamento e fortalecimento da gestão administrativa, cuja titularidade é do município, ficaram comprometidas em função dessa limitação.

Os percentuais de execução do Programa no subcomponente Gestão Administrativa e Fiscal indicados adiante, por si só demonstram essa situação indicados.

2.4.2. Demais Co-executores

Além dos municípios os principais co-executores do Programa são os DERs, Companhias de Saneamento e Órgãos Ambientais, os quais mantém articulação direta com as UEEs. Com exceção de Pernambuco, cuja Setur é a executora, nos demais estados são os órgãos co-executores os responsáveis pela preparação e implementação dos projetos.

A atuação desses órgãos, o nível de preparação dos seus técnicos e até mesmo o envolvimento dos administradores têm relação direta com os resultados do Programa. Na percepção das UEEs entrevistadas, as principais dificuldades identificadas na condução do Programa com os executores são:

a) Desconhecimento das regras do Programa e dificuldade de ajustar os projetos a tais regras;
b) Equipes técnicas reduzidas;
c) As ações do Prodetur não são consideradas prioridade nos órgãos, visto que eles gerenciam um volume expressivo de projetos e na maioria com regras e critérios de elegibilidade mais simplificados. O Prodetur é visto como um projeto muito complexo;
d) No caso dos **órgãos ambientais**, destaca-se:
    a. Prazo de atendimento das demandas não compatível com os prazos da Secretaria de Turismo/UEE - demora excessiva na emissão de pareceres e licenças;
    b. Ausência de monitoramento do cumprimento das condicionantes das licenças ambientais, para evitar impactos ambientais negativos;
    c. Não há acompanhamento das obras na fase de execução para orientar executores quanto aos cuidados ambientais necessários para evitar a geração de passivos.

2.5.Comitê Consultivo

O Comitê Consultivo é um fórum de gestão instituído a partir do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o BNB e o MTur, que se propõe a ser um espaço para acompanhar a execução do programa, a partir das seguintes ações: (i) analisar e propor diretrizes para os investimentos do Programa; (ii) acompanhar a execução do Programa e analisar os relatórios de monitoramento; e (iii) formular sugestões de aperfeiçoamento nos instrumentos de execução do Programa, inclusive do R.O.

O Comitê é formado pelos Secretários de Turismo, BNB, e Mtur, este na função de presidente. A partir da sua criação em 2007, somente ocorreram três reuniões, o que demonstra a necessidade de uma melhor mobilização, para que o fórum atinja os seus objetivos.

2.6.Conselhos de Turismo dos Pólos

A exigência de um Conselho de Turismo para cada Pólo foi introduzida no Prodetur NE/II. Com isto esperava-se uma maior participação das comunidades no Programa, representados pelo diversos membros do Conselho, que agrega setor público federal, estadual e municipal, setor privado e terceiro setor, no propósito de definir, acompanhar e monitorar as ações do Programa, compartilhando com o Estado os compromissos com a manutenção e com as demais intervenções necessárias para o desenvolvimento do turismo em cada município, em cada Pólo.

É inegável que esta inovação contribuiu para o compartilhamento das decisões, o que se verificou com maior intensidade na fase do Planejamento – discussão dos PDITS. Entretanto, o processo de participação ocorre de forma gradativa e ainda depende do Setor Público Estadual como indutor desse movimento.

Como resultado das entrevistas realizadas com representantes de Conselhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, e ainda a partir da percepção do BNB e dos representantes das SETURs, existem características comuns aos Conselhos dos seis Estados submutuários:

a) a atuação dos conselhos foi satisfatória na fase de construção do PDITS, mas, com exceção do Rio Grande do Norte e Bahia, apresentam atualmente baixo nível de mobilização e as reuniões voltam-se apenas para cumprir regras do Programa;

b) as reuniões são presididas pela SETUR, com o apoio efetivo do BNB que exerce a secretaria do conselho e disponibiliza apoio técnico e financeiro para a logística das reuniões, além da participação efetiva da Superintendência Estadual na mobilização e organização dos eventos e geração de atas;

c) os Conselhos ainda não atingiram a capacidade esperada de auto mobilização e acompanhamento da execução do Programa e das demais questões relacionadas ao turismo de cada Pólo; dependem, na sua maioria da motivação do Estado, através da SETUR;

d) em que pese a formação dos Conselhos envolver todos os setores, a participação do setor privado e terceiro setor ainda são bastante incipientes;

e) há necessidade de desenvolver capacitação para os conselheiros, permitindo-lhe melhor atuação no fórum;

f) como o Programa é conduzido pelo Governo do Estado (SETUR) há dificuldade de integrar os demais setores (privado e terceiro setor) nas discussões do Conselho e no compromisso com os resultados.

Os Conselhos de Turismo dos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte, vêm demonstrando uma atuação que mais atende à proposta do Programa. Os demais Conselhos, em que pese a realização de reuniões, muitas vezes com decisões importantes para o Programa, precisam de maior mobilização e preparação para que se alcance os objetivos a que se propõem. Aspectos positivos que se destacam nos Conselhos da BA e RN:

a) verifica-se o efetivo envolvimento dos membros do Conselho na discussão das ações do Programa e nos demais problemas do Pólo;

b) as reuniões são freqüentes e com participação de grande número de pessoas, gerando pauta de atividades, as quais são monitoradas e avaliadas na próxima reunião;

c) os encaminhamentos decididos nas reuniões de Conselho são acatados e implementados pelos Gestores Públicos.

O Conselho do Pólo Costa das Dunas destaca-se pela sua atuação e pode ser tomado como referência para o Programa. No caso da Estado da Bahia, entretanto, o processo participativo não teve um desenvolvimento linear, como a seguir comentado.

Em 2006, uma avaliação conjunta entre a UEE/BA e o BNB verificou-se que houve um esvaziamento das reuniões após a apresentação das matrizes de investimento contratadas. Percebeu-se a falta de motivação dos conselheiros, inclusive na construção das pautas das reuniões. Dentre os motivos identificados, ressalta-se a distância dos pólos turísticos em relação à capital e entre os municípios que compõem cada pólo, que por vezes ultrapassa 500 km. O fato das reuniões serem itinerantes, ocorrendo às vezes nos extremos dos pólos, contribuía ainda mais para esse esvaziamento. Para minimizar esses problemas, o BNB disponibiliza apoio financeiro para a logística dos eventos. Porém, outro fator determinante para o baixo nível de participação, naquela época, foi o fato dos pólos turísticos da Bahia não coincidirem com as zonas turísticas delineadas no sistema de planejamento estadual para a atividade. Isso levou à junção de algumas zonas turísticas sem interligação direta por terra (Costa do Descobrimento/Costa das Baleias; Costa do Dendê/Costa do Cacau; Circuito do Ouro/Circuito do Diamante) e com estágios de desenvolvimento

distintos. Diferentemente dos demais Estados, a Bahia conta com 4 pólos integrando o PRODETUR/NE-II.

Para a resolução dos problemas citados, a UEE/BA e o BNB definiram como estratégia a constituição de Câmaras de Turismo em cada Zona Turística, que seriam espaços para discussão de problemas específicos de cada Zona, a serem encaminhados para a instância do Pólo, alimentando, assim, a pauta das reuniões e estimulando a participação dos conselheiros. Essas Câmaras seriam espaços consultivos, ficando a deliberação a ser feita através dos conselhos dos Pólos.

Para tanto, contratou uma consultoria com recursos do PRODETUR/NE-II, com vistas à implementação da estratégia institucional que propiciasse um maior envolvimento dos agentes envolvidos e ao estímulo à implantação de uma cultura de cooperação. A consultoria realizou diversas reuniões de sensibilização e capacitação, onde foi elaborado um plano de trabalho para cada conselho e definido conjuntamente sua missão e propósitos.

A instituição das Câmaras de Turismo mostrou-se efetiva, por se tratarem de fóruns abertos a qualquer membro da comunidade e coordenados por entidades com representatividade local. As reuniões têm sido mais propositivas e as pautas mais abrangentes, extrapolando as questões ligadas ao PRODETUR/NE-II. Entretanto, contrariando as expectativas, causou um maior esvaziamento do Conselho dos Pólos.

A sistemática de gestão compartilhada criada pelo Ministério do Turismo através do PNT, a partir de 2003, criou a figura do Fórum Estadual de Turismo, de caráter deliberativo e formado com paridade entre os setores privado e público, com participantes de todas as regiões turísticas do Estado. As Secretarias de Turismo Estaduais são os coordenadores e secretários executivos dos fóruns e as reuniões ocorrem na capital de cada Estado. Esse formato foi posterior à criação dos Conselhos dos Pólos, sendo que, em alguns Estados, há uma duplicidade de fóruns com o mesmo fim.

A adoção do Fórum Estadual de Turismo como o fórum de deliberação para efeito do PRODETUR seria mais conveniente, pois as reuniões ocorrem na capital de cada Estado, o que permite uma maior participação dos poderes públicos estadual e federal, que coordenam o Sistema Nacional de Turismo e são os maiores provedores de recursos para o seu desenvolvimento. Entretanto, isso não elimina o papel das instâncias de governança regionais. Caberia a elas o acompanhamento das ações em execução nos pólos, levando as proposições de ajustes que se fizerem necessários ao conhecimento do Fórum Estadual de Turismo, onde seriam deliberada a solução final e os respectivos agentes responsáveis, que não necessariamente estarão sediados na região turística. Essa mudança promoveria o alinhamento do Programa com a política de gestão compartilhada definida no Plano Nacional de Turismo.

Na concepção do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, as instâncias de governança regionais devem ser um instrumento de ampliação da participação da sociedade nos processos decisórios e na gestão da atividade turística, além de servir como mecanismo para a qualificação e ampliação da oferta turística regional. Assim, induz-se a integração dos municípios com vista ao

desenvolvimento regional. O Programa de Regionalização do Turismo orienta que essas instâncias devem ter o formato mais adequado ao perfil de cada região turística, podendo assumir as seguintes formas de institucionalização:

- associação;
- conselho;
- fórum;
- comitê;
- consórcio Intermunicipal.

Para guardar consonância com as políticas federais e obtenção de resultados mais efetivos, indica-se que as instâncias de governança regionais deveriam ter como abrangência os destinos turísticos e não pólos com área de planejamento tão extensa como os definidos para o PRODETUR/NE-II, a exemplo do que ocorreu na Bahia.

2.7. Conclusões

A avaliação dos agentes envolvidos no PRODETUR NE/II demonstra que houve avanços com relação à primeira fase do Programa, com maior integração entre eles, entretanto, se avaliados sob a ótica da capacidade operacional e comprometimento com os resultados do Programa, ainda existem lacunas e aspectos a aperfeiçoar. Observa-se que especialmente os municípios e órgãos executores estaduais carecem ser melhor estruturados para atender a contento demandas de um Programa como o Prodetur, cujas exigências técnicas vão além do que se pratica normalmente em cada órgão.

O BNB conta com equipe multidisciplinar conforme exigido pelo Programa e com apoio de consultoria externa, que vem sendo acionada quando necessário, e dá suporte ao quadro próprio do BNB, tanto na orientação e análise de projetos quanto na realização de Auditorias Ambientais do Programa. Porém, na percepção das UEE's, o BNB imprime excessivo rigor nas análises de projetos e processos licitatórios, o que é visto como um fator que interfere no ritmo do Programa. Por outro lado, como os projetos nem sempre são concebidos em observância às regras definidas, o "excesso de zelo" do BNB busca melhores resultados, com otimização de recursos e implementação dos investimentos focado na sustentabilidade e na minimização de eventuais impactos ambientais.

Quanto ao MTur, as UEEs indicaram que a equipe envolvida com o Prodetur é capacitada mas, apresenta-se reduzida para atender as demandas do Programa, especialmente com as atribuições de análise da viabilidade técnica dos projetos e acompanhamento da execução, atribuições incorporadas a partir do Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica. O volume de convênios firmados com o Mtur, para aporte de recursos da União no Prodetur requer uma melhor estruturação da área responsável, o que permite a finalização dos processos em tempo hábil. Percebe-se que os números do Programa com relação à contrapartida da União, não refletem o

efetivamente gasto, visto que não foram apresentadas as prestações de contas finais ao mutuário para os devidos registros.

Nos municípios, há indicativos de limitação no quadro próprio de pessoal, além da baixa qualificação que compromete a participação no processo de discussão, gestão e monitoramento dos projetos de seu interesse e titularidade. Além disto, a questão da inadimplência também afeta a participação dos municípios no Programa, impedindo-os de acessar diretamente os recursos da União, os quais são repassados de forma não reembolsável, mediante convênios com o Mtur.

Com relação às UEEs, as quais têm papel preponderante nos resultados do Prodetur NE/II, como responsáveis pela orientação, coordenação e articulação com os demais co-executores, constata-se que não há uniformidade nos modelos de gestão e estruturação das equipes técnicas. A maioria dos Estados submutuários não conta com UEEs estruturadas adequadamente, em quantidade e qualificação técnica condizente com as demandas dos respectivos subprogramas. Além disso, há carência de sistemas de controle e acompanhamento.

Dois Estados apresentam arranjos diferentes:

- Rio Grande do Norte - Tem na equipe da UEE representantes dos principais órgãos executores (DER e Companhia de Saneamento), cedidos na vigência do Programa, o que têm demonstrado bons resultados, especialmente pela facilidade de articulação entre a Unidade e o órgão executor;
- Pernambuco atribuiu à UEE a função de executora do PRODETUR/NE-II, além de fazer a necessária articulação com os demais parceiros do Programa. Conta com uma consultoria de apoio.

Ainda não há elementos suficientes para avaliar se o modelo aplicado no Estado de Pernambuco é adequado e se trará os resultados esperados. Indica por maior agilidade nos processos, visto que não demanda articulação direta com os outros órgãos. Por outro lado, requer uma melhor estruturação e capacidade técnica operacional dos integrantes da UEE. Além disso, deixa-se de contar com o apoio dos órgãos executores (DER, Companhias de Saneamento) que detém experiência na condução dos projetos.

Os órgãos co-executores estaduais têm demonstrado dificuldade no entendimento das regras do PRODETUR/NE-II, resultando em projetos de qualidade inferior ao exigido, o que retarda a finalização dos processos e conseqüentemente a execução das obras/serviços. Adicionalmente, há evidências de que os projetos do Prodetur não são colocados como prioridade no rol das ações de cada órgão, motivado pela deficiência no quadro de pessoal, ou mesmo por questões institucionais, problemas de fluxo interno em cada Estado. Os coordenadores de UEE indicam que essa relação com os executores e o não compromisso dos seus gestores com os prazos e as prioridades do Prodetur impactam o seus resultados.

Quanto às consultorias contratadas pelas UEEs ou órgãos executores para preparação de projetos, o histórico demonstra que ainda não há clareza no

entendimento das premissas e exigências do Programa, especialmente quanto aos aspectos ambientais e socioeconômicos. Mesmo com TRs bem estruturados, os produtos apresentados, via de regra, são devolvidos pelo BNB para ajustes, por não observância de questões básicas do Regulamento Operacional.

Os Conselhos de Turismo podem ser reconhecidos como mecanismos de inserção da sociedade nas discussões e acompanhamento do Prodetur NE. Todos eles conheceram e validaram os PDITS e Plano de Ação e as respectivas matrizes de investimento de cada Estado. Entretanto, é possível identificar resultados distintos desses fóruns, os quais carecem ser reavaliados e preparados para o papel a que se propõe segundo as diretrizes do Programa. Enquanto nos conselhos da Bahia e Rio Grande do Norte seus membros têm participação nas discussões e poder de indução às decisões do Estado na priorização de ações, os conselhos dos Pólos de Pernambuco e do Ceará cumprem apenas as formalidades do Programa, no tocante à validação das matrizes de subempréstimo. Funcionam quando motivados pela Secretaria de Turismo ou BNB.

O Comitê Consultivo não tem apresentado os resultados esperados, enquanto articulador maior das questões do Prodetur, como prevê o seu documento de constituição. Há espaço para uma participação mais efetiva desse Comitê com decisões e encaminhamentos concretos com vistas à boa execução do Programa. Ocorreram poucas reuniões e não existe sistemática de acompanhamento que permita avaliar os resultados das decisões encaminhadas nesse fórum.

Concluí-se, por fim, que os problemas identificados não podem ser atribuídos ao desenho institucional do Programa, mas, decorrem de falhas na formação das equipes e no funcionamento dos fóruns criados para acompanhamento e avaliação do Programa.

Observa-se uma certa fragilidade com relação à constituição das estruturas envolvidas no Programa. As exigências se limitam à fase de elegibilidade dos contratos de subempréstimo. Não há compromisso quando à manutenção dessas estruturas, tampouco possibilidade de sanções pela descontinuidade dos processos.

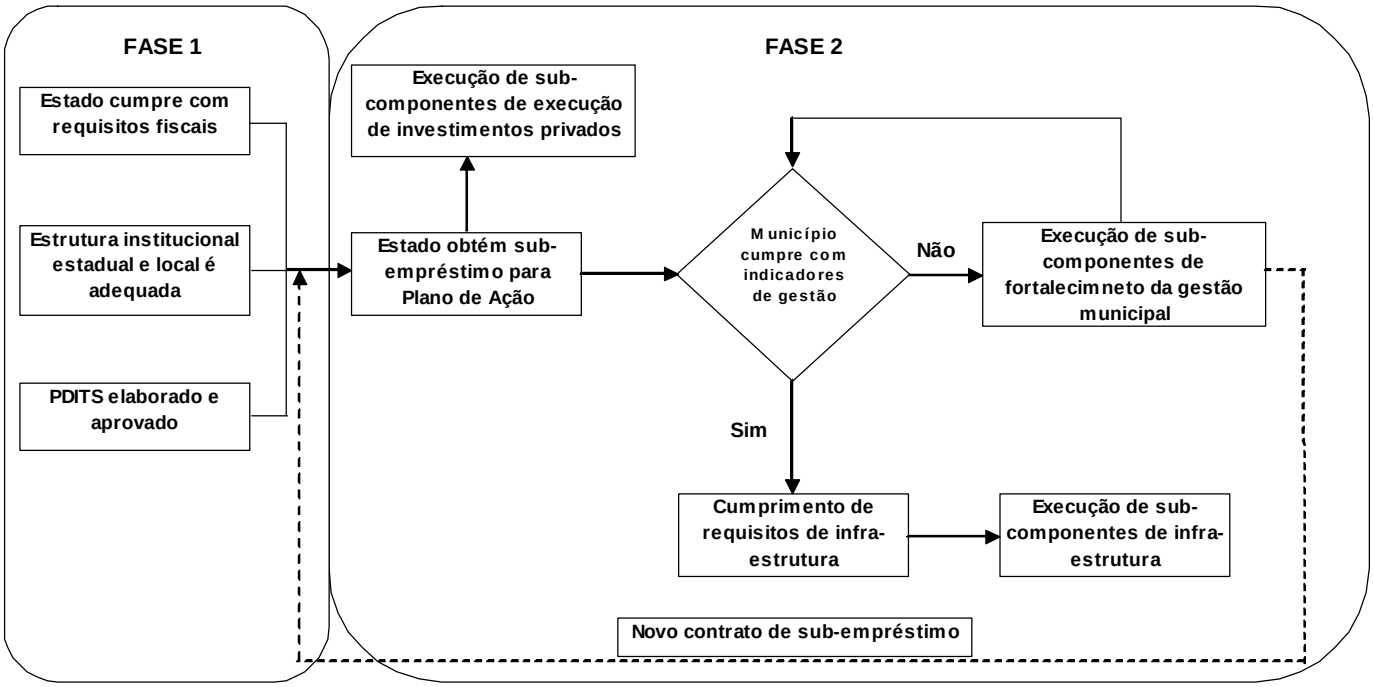
Quanto ao processo participativo, regra geral, ainda é uma prática muito incipiente no Brasil. No caso do Prodetur II, esse processo ocorre principalmente através dos Conselhos de Turismo, que acompanha o programa de forma pontual, com atuações diferenciadas em cada Pólo. Em que pese as deficiências citadas anteriormente, há um movimento propício a uma maior integração dos diversos segmentos da sociedade, contribuindo para a tomada de decisões governamentais para o desenvolvimento desses Pólos.

A recente implantação do Centro de Informações ao Público-CIP, com acesso via Internet través do Site do BNB/PRODETUR, permite que qualquer cidadão possa acompanhar a evolução dos projetos do seu interesse.

3. Avaliação do Ciclo Operacional do Programa

O Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR estabelece condições gerais para participação no programa, bem como para a elaboração de projetos e acesso aos recursos dos seus diversos sub-componentes. O Ciclo Operacional do Programa pode ser dividido em duas fases, conforme Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Ciclo Operacional do Programa



A primeira fase, que antecede a contratação dos subempréstimos, consiste na formatação da estrutura de execução local, na elaboração do instrumento de planejamento que indicará as ações que integrarão o Programa e na demonstração, pelos Estados, do cumprimento dos requisitos fiscais para contraírem o subempréstimo. Após a contratação, inicia-se a fase de execução. Nos tópicos seguintes, serão abordados os principais aspectos relacionados com essas duas fases.

3.1. Atendimento das Condições Prévias para a Contratação dos Subempréstimos

As condições básicas de elegibilidade que os Estados ou Municípios devem atender para participar do Programa são as seguintes:

a) ter o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS elaborado para o pólo, validado pelo respectivo Conselho de Turismo, e aprovado pelo BNB e pelo BID;

b) implantar o Conselho de Turismo do(s) Pólo(s) objeto(s) de investimentos do Programa;

c) implantar a Unidade Executora Estadual (e Municipal no caso do Município ser o tomador do subempréstimo), composta por profissionais com o nível de qualificação previamente acordado com o BID;

d) cumprir com as condições para a contratação do subempréstimo nos termos da legislação nacional em vigor e deste Regulamento Operacional;

e) demonstrar que disporá oportunamente de recursos suficientes à execução do Programa, quanto ao aporte de contrapartida local, de acordo com o cronograma de investimentos;

f) confirmar a nomeação dos Coordenadores dos municípios que compõem o Pólo de Turismo;

g) ter agente prestador de serviços de saneamento básico que cumpra com os requisitos de eficiência e autosustentabilidade financeira, ou que demonstre que vem adotando medidas com vistas a cumprir tais requisitos;

h) firmar os contratos de subempréstimo com o BNB contendo os seguintes aspectos: escopo; dimensionamento; custos por fonte de financiamento; plano de execução; condições financeiras e outros, de acordo com o modelo previamente acordado com o BID;

i) demonstrar a existência de um plano ou catálogo de contas para registro da movimentação dos recursos do Programa, que registre pelo menos, os montantes recebidos das distintas fontes, os bens adquiridos e os serviços e obras contratados, o custo dos investimentos em cada categoria o progresso de atividades e os detalhes relativos ás transferências financeiras feitas aos co-executores para execução dos projetos.

Após a assinatura do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR em 27/09/2002, todos os esforços do BNB concentraram-se nas ações para o cumprimento das cláusulas contratuais necessárias para a elegibilidade do mesmo para desembolso, o que ocorreu em 2/01/2004 quando o BID declarou a elegibilidade para os desembolsos.

Em 16/03/2004, foi formalizado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Empréstimo Nº 1392-OC/BR, inserindo alterações em algumas cláusulas consideradas restritivas à execução do Programa, o que possibilitou a assinatura do primeiro contrato de subempréstimo com o Estado do Rio Grande do Norte, no final daquele mesmo ano, e o primeiro contrato de subempréstimo com o Estado da Bahia. As principais alterações incorporadas no referido Aditivo Contratual foram:

- possibilidade dos Estados assinarem o subempréstimo com uma amostra mínima de projetos elegíveis e aprovados para licitação (30% do valor do subempréstimo). Originalmente era requerido 100% de projetos prontos para definir um subempréstimo;
- possibilidade de efetuar desembolsos para obras de infra-estrutura cujos municípios beneficiados estejam em processo de elaboração/ajustes do Plano Diretor Municipal ou ainda analisando as obras caso a caso, para verificar o seu impacto nas áreas urbanas. Originalmente exigia-se Plano Diretor atualizado e em vigor, o que atrasaria grande parte dos investimentos planejados e necessários;
- mecanismos alternativos no tocante aos indicadores fiscais, aplicáveis aos municípios detentores de obras financiadas pelo Programa e cuja manutenção seja de titularidade municipal, inclusive permitindo o financiamento de ações voltadas para melhorar a gestão fiscal desses municípios;
- reconhecimento do PDITS como instrumento de planejamento, mesmo que ainda passível de ajuste, desde que apresente as condições mínimas requeridas pelo Programa para definir a matriz de investimentos prioritários.

3.1.1. Processo de Elaboração dos PDITS

Para acesso aos recursos do PRODETUR/NE-II, o Estado deveria apresentar, para cada Pólo a ser atendido no Programa, um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

O PDITS, concebido na etapa de preparação do PRODETUR/NE-II, é o instrumento técnico para planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos Pólos de Turismo.

A abrangência exigida quando da elaboração dos PDITS's, a qual incluiu a participação dos municípios e sociedade organizada no processo de diagnóstico e na validação do Plano de Ação, contribuiu sobremaneira para o atraso no início da execução do Programa. Houve dificuldades na aplicação da metodologia participativa, especialmente em grupos que não estão habituados a atuar em processos de planejamento coletivos, como foi o caso dos Conselhos de Turismos.

As diretrizes do Regulamento Operacional para a elaboração do Plano não se mostraram de fácil entendimento pelas equipes estaduais envolvidas na sua preparação, bem assim pelas consultorias de apoio técnico contratadas para a tal fim.

Outra dificuldade com a elaboração do PDITS decorre da extensão dos Pólos de Turismo que, no caso do PRODETUR, abrigam um grande número de municípios com estágios de desenvolvimento turístico distintos, algumas sem oferta de produtos no mercado. Quanto mais extenso o Pólo, maior é a busca por informações,

pesquisas e reuniões com a sociedade. A inexistência de um estudo de demanda preliminar à elaboração do PDITS pode ter contribuído para a pulverização dos recursos.

Todo esse processo demandou um longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1 – Ciclo de Elaboração e Aprovação dos PDITS

UF	Pólo	Elaboração e Aprovação do PDITS				
		Data Contratação Consultoria	Data envio ao BNB	Validação Conselho Turismo	Aprovação BNB/MTur	Aprovação do BID
BA	Pólo do Descobrimento - Costa do Descobrimento	Não informado	jul/2001	jul/2003	out/2003	jan/2005
	Descobrimento - Costa das Baleias	nov/2001	ago/2003	jul/2004	jan/2005	dez/2005
	Litoral Sul	nov/2001	jul2003	jun/2003	out/2003	jan/2005
	Chapada Diamantina	nov/2001	ago/2003	jun/2003	abr/2005	dez/2005
	Salvador e Entorno	nov/2001	jul/2003	abr/2003	dez/2003	jan/2005
CE	Ceará Costa do Sol	dez/2001	set/2003	mar/2004	set/2004	abr/2005
MG	Vale do Jequitinhonha	jul/2003	dez/2004	nov/2004	abr/2005	jul/2005
PE	Costa dos Arrecifes	mai/2002	set/2003	jun/2003	jan/2005	abr/2005
PI	Costa do Delta	fev/2002	jan/2003	nov/2003	mar/2004	abr/2005
RN	Costa das Dunas	out/2001	fev/2002	ago/2003	out/2003	jan/2005

Registre-se que a maior parte dos PDITS foi contratada antes mesmo da entrada em vigor do Regulamento Operacional, com base em um Termo de Referência que foi se ajustando ao longo do processo, incorporando as percepções das consultorias. De acordo com informações de técnicos das UEEs, o processo de elaboração do PDITS foi de aprendizagem e interativo, com ajustes simultâneos no planejamento e no Termo de Referência. Esse processo contribuiu diretamente para a demora na elaboração dos Planos.

Durante as entrevistas realizadas junto às equipes técnicas das UEE's, foram apresentadas algumas das dificuldades enfrentadas no processo de planejamento para o Prodetur NE/II, conforme explicitadas a seguir:

a) **diretrizes do Termo de Referência para o PDITS** de difícil assimilação pelas consultorias contratadas para elaboração dos Planos;

b) **os Pólos e Áreas de Planejamento eram muito abrangentes**. A falta de um critério rígido para definir os municípios do Pólo e a Área de Planejamento que iria receber o investimento resultou em (i) dificuldade gerencial por envolver grande número de municípios; (ii) dificuldade de

reuniões devido à grande distância entre municípios; e (iii) pulverização dos recursos aplicados;

c) **dificuldade na priorização das ações –** A recomendação do Programa é que as ações prioritárias e a definição do Plano de Ação fossem discutidas no Conselho de Turismo, com base no diagnóstico e nas principais demandas do Pólo para desenvolver o turismo. Ocorre, que nem sempre as prioridades do gestor público são as mesmas indicadas em estudos técnicos. Essa situação é comum em planejamentos participativos onde cada município procura dar prioridade para ações do seu interesse. No caso do Prodetur, o resultado foi um rol de ações prioritárias muito acima da possibilidade de atendimento no Programa;

d) **ausência de dados estatísticos.**

Porém, mesmo com todas as dificuldades apresentadas pelas UEE's, no processo de construção do PDITS, os entrevistados reconhecem a sua importância como um instrumento de planejamento, uma vez que possibilita o diagnóstico da situação dos municípios e a identificação das prioridades, destacando-se como aspectos favoráveis:

a) É um instrumento eficaz de planejamento público;

b) a inserção da comunidade no processo de planejamento legitima as proposições e gera compromissos com os resultados por parte da sociedade.

Registrou-se como aspecto a ponderar, o fato de o PDITS não ser utilizado na prática como instrumento balizador das decisões de governo para o Pólo, independente do Programa ou fonte de financiamento. Para tanto deveria ser atualizado, o que não vem ocorrendo.

3.1.2. Processo de Autorização para a Contratação dos Subempréstimos

O tempo decorrido entre o início do processo e a autorização final da STN/PGFN para contratação das operações de crédito também contribuiu para o atraso no início da efetiva execução do Programa.

O quadro a seguir ilustra o tempo despendido no processo, desde a assinatura da Proposta Firme entre o BNB e o Estado, formalizando a intenção de contratar, até a autorização final por parte da STN/PGFN.

Tabela 2 – Processo de Autorização para a Contratação dos Subempréstimos

UF	Valor (US$)	PROPOSTA FIRME	Aprovações do Subempréstimo		
		Data da Assinatura	BNB	STN	Garantia (PGFN)
BA	10.000.000,00	11/9/2003	6/10/2004	8/12/2004	9/6/2005
	14.000.000,00	5/5/2004	14/6/2005	8/12/2004	23/3/2006
	15.000.000,00	24/2/2005	27/3/2006	21/2/2006	12/6/2006
CE	21.100.000,00	16/11/2004	14/6/2005	22/2/2005	20/10/2005
	38.100.000,00	16/11/2004	14/6/2005	22/2/2005	20/10/2005
MG	27.500.000,00	20/12/2004	23/3/2006	29/8/2005	29/5/2006
PE	75.000.000,00	19/11/2004	28/12/2005	29/9/2005	28/3/2006
PI	15.000.000,00	11/11/2004	28/12/2005	12/12/2005	4/7/2006
RN	21.000.000,00	15/9/2003	20/4/2004	16/3/2004	16/7/2004

Avaliando-se a tabela acima, verifica-se que o processo durou entre 1 e 2 anos, o que pode ser explicado pela dificuldade de alguns Estados em cumprir os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e pela burocracia nos procedimentos definidos para acesso à autorização.

3.1.3. Conclusões

A demora entre a assinatura do contrato de empréstimo com o BID e a formalização dos contratos com os estados submutuários foi significativa, especialmente por se tratar da continuidade de um Programa, que apesar de trazer no seu desenho novos conceitos, replica modelos já conhecidos por todos os agentes intervenientes.

No tocante às inovações do PRODETUR/NE-II, a exigência de um planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, representado pelo PDITS, como condição prévia para contratar subempréstimo contribuiu substancialmente para o atraso na partida do Programa.

Contribuiu também para esse atraso a situação fiscal de alguns Estados, cuja restrição inviabilizou a assinatura de subempréstimos nos dois primeiros anos seguidos à contratação do empréstimo.

3.2. Execução do Programa

Após a assinatura dos contratos de subempréstimo, a expectativa era de um avanço rápido na execução do Programa. O planejamento foi bem feito e aceito pelos envolvidos nas reuniões do Conselho do Pólo. Isso deveria minimizar oposições à realização do plano de ação definido no PDITS. O R.O. foi bastante detalhado, apresentando inclusive minutas de termos de referências para agilizar as contratações. As UEE's já estavam formadas e muitas representavam uma continuidade do PRODETUR/NE-I.

Além disto, em virtude dos contratos de subempréstimo terem sido assinados com uma amostra mínima de 30% de projetos aprovados e prontos para licitar, esperava-se que, no curto prazo, o Programa teria um volume significativo de obras/serviços iniciados.

Os fatores descritos indicavam que a execução dos projetos seria muito rápida, mas não foi o que aconteceu, como será apresentado a seguir. Registre-se como exemplo o Estado do Rio Grande do Norte, que assinou contrato em março de 2004 e só iniciou o processo de desembolso em 2006. Ou seja, o planejamento detalhado e a flexibilização da exigência de 100% de projetos aprovados não se constituíram em garantia de execução mais célere.

Ademais, as condições descritas a seguir, impostas para a implementação de obras de infra-estrutura se colocavam como óbices à imediata execução do Programa, uma vez que a maior parcela dos recursos se destinava a este subcomponente.

a) adotar as medidas necessárias para a mitigação dos passivos ambientais do Programa PRODETUR/NE-I;

b) ter plano diretor municipal em vigor;

c) para os Municípios onde estarão localizadas as infra-estruturas, concluir as atividades relativas ao primeiro módulo de treinamento em gestão municipal;

d) implantar o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

e) se a infra-estrutura requer operação e manutenção municipais, o Município deve cumprir os critérios e indicadores de gestão fiscal e administrativa e

f) cumprir com as condições estabelecidas no R.O.

Para acelerar o cumprimento dessas condições, foram tomadas algumas medidas. Com relação aos passivos ambientais, ainda na negociação dos contratos de subempréstimo, foram inseridos como prioritários os projetos voltados para a redução/mitigação desses passivos ambientais. Quanto aos requisitos em relação à liberação de obras de titularidade municipal, algumas regras foram flexibilizadas a

partir da assinatura do 1º aditivo ao Contrato 1392/OC-BR, 16/03/2004, conforme comentado no item "3.1 – Atendimento das condições prévias para a contratação dos subempréstimos".

Apesar da flexibilização das condições prévias ao desembolso, o programa não teve o avanço físico e financeiro esperado. A seguir, serão explicitadas as principais dificuldades identificadas na execução física e financeira do Programa.

3.2.1. Avaliação da Execução Física

Para a execução física dos projetos constantes das matrizes de subempréstimo, os órgãos co-executores deveriam observar, além das regras dispostas na legislação nacional, estadual e local, as regras do Regulamento Operacional do Programa. Esse foi um dos fatores mais citados pelas UEE's como determinante para o lento avanço do Programa – dificuldade de ajustar os projetos às regras do Programa.

Entretanto, outros fatores concorreram para dificultar o avanço do Programa, tais como as adversidades climáticas e a mudança de governo, cujos impactos já foram analisados no tópico relacionado à análise da estrutura institucional do Programa.

Nos subtópicos a seguir serão abordados os aspectos mais relevantes que concorrem para a lentidão dos processos, nas diversas etapas dos projetos.

3.2.1.1. Elaboração dos Projetos

A avaliação da consultoria, a partir das entrevistas realizadas, o que é corroborado pelos técnicos do BNB, é de que a etapa de concepção e elaboração dos projetos teve como principais dificuldades:

- os órgãos co-executores têm dificuldade em assimilar as exigências do Regulamento do Programa. Usualmente, esses órgãos conduzem seus projetos sob normas mais flexíveis, à luz dos normativos internos e da legislação brasileira. Para o PRODETUR, o R. O. impõe novos critérios, a exemplo dos estudos de concepção para verificar a viabilidade socioeconômica e estudos ambientais mais complexos, além da discussão dos projetos com a comunidade envolvida, mediante audiências públicas. A falta de familiaridade com o R.O. é agravada sempre que há alteração na equipe do órgão, gerando descontinuidade no processo;

- as regras do R.O. são complexas e de difícil entendimento - são aplicáveis tanto a projetos grandes quanto de menor porte;

- Os órgãos co-executores não priorizam os projetos do Programa e avaliam o PRODETUR/NE-II vis a vis a outros empreendimentos a cargo destes órgãos, como um Programa com muitas exigências para investimentos de porte relativamente pequeno, ocasionando desmotivação e, como decorrência, morosidade na execução das ações;

- os prestadores de serviço (consultorias, projetistas e empreiteiros) contratados no âmbito do Programa desconhecem as regras do PRODETUR NE/II. Mesmo que o Termo de Referência traga essas exigências com clareza, as empresas nem sempre se dão conta que deve ser dado tratamento diferenciado dos demais projetos por elas elaborados. Além disso, há que se entender a obra/serviço no contexto do Programa e dos objetivos a que se propõe;

- O aquecimento do setor imobiliário brasileiro nos últimos anos causou aumento do custo da construção civil e desinteresse das empresas deste setor de participar de algumas licitações por sobrecarga de trabalho;

- no caso de projetos de patrimônio histórico/arquitetônico, o Regulamento Operacional dá mais importância à viabilidade econômica do que ao plano de gestão. A análise socioeconômica deveria ser elaborada não como um requisito à aprovação do projeto, mas como uma proposta de gestão deste bem;

- Como as avaliações socioeconômicas não são exigidas pela legislação brasileira, a percepção de parcela significativa dos participantes das UEE's é de que a avaliação socioeconômica de projetos é uma exigência despropositada, especialmente quando se trata de obra que utiliza recursos da contrapartida local. Essa exigência compromete a celeridade na aprovação dos projetos e início das obras. Concorre também para o problema: (i) a limitação de técnicos no mercado especializados em sua elaboração; (ii) a dificuldade das UEE's e órgãos co-executores em adaptar as metodologias aos casos particulares, como em obras de patrimônio histórico e cultural; (iii) as empresas de projetos não costumam considerar esta avaliação durante a sua concepção.

A percepção das UEE´s é de que as regras do Regulamento Operacional são muito complexas e de que o BNB impõe muito rigor na sua observância. Outras dificuldades se adicionam, como a mudança de governo, que leva a mudanças na equipe e na priorização dos projetos, por exemplo. Todos esses fatores contribuem para dificultar a fase de elaboração dos projetos no âmbito do Programa.

Quanto às dificuldades em relação aos estudos de viabilidade socioeconômica, na avaliação da consultoria isso denota uma postura cultural prevalecente no país, que postula que os dirigentes são auto-suficientes para gerir a alocação dos recursos da sociedade. Evidentemente não se deve desprezar a sensibilidade de muitos políticos para antever as necessidades das comunidades que governam. Não obstante, isto não significa que deve-se abandonar ferramentas técnicas existentes

para otimizar a aplicação de recursos escassos e aumentar sua eficiência, incrementando o número de beneficiários.

Com efeito, o fim último da análise socioeconômica é maximizar o bem estar do conjunto da sociedade no longo prazo. Assim sendo, a viabilidade de um projeto é determinada pela melhora de bem estar do conjunto da sociedade, tomando-se os devidos cuidados para que nenhum elemento apresente uma situação de bem estar pior do que a prevalecente na situação sem projeto. Neste último contexto inserem-se as medidas de mitigação/compensação ambiental e de reassentamento involuntário.

A análise socioeconômica, para verificar alternativas de menor custo ou ainda a viabilidade do projeto, impõem-se como um instrumento de apoio à decisão, incorporado ao processo de planejamento e detalhamento de projetos e não apenas como uma exigência do Regulamento Operacional.

A falta de especialização nessa área reflete, não, uma dificuldade em absorver técnicas sofisticadas, mas muito mais a falta de cultura de análise socioeconômica e, portanto, de prática da atividade. Gera-se assim um circulo vicioso, pois, por não haver a cultura, não existem profissionais habilitados, ocasionando o argumento que alimenta a cultura de não fazer a análise econômica. Mesmo em setores onde a viabilidade técnica econômica foi incorporada no passado, como saneamento e transportes, atualmente a análise econômica, quando existente, é uma mera formalidade, e não instrumento de racionalização do projeto.

Por outro lado, a falta de prática repercute em excessos na própria elaboração da análise socioeconômica. De fato, no exclusivo afã de se atender os requisitos, são muitas vezes tomadas opções metodológicas que encarecem a elaboração da análise sem contribuir para melhorar o projeto.

Cumpre ressaltar que os organismos internacionais, especialmente o BID, têm desenvolvido esforços para capacitar técnicos na análise socioeconômica de projetos. O BNB ofereceu um curso em 2005, que contou com a participação de técnicos dos estados e do próprio Banco. Para melhor aceitação desse instrumento, sugere-se a sensibilização dos gestores públicos, mediante resgate de projetos onde a análise econômica efetivamente contribuiu para a sua melhoria, seja pela seleção de uma alternativa mais econômica, seja pela alteração do projeto para ampliar o leque de beneficiários, de modo a ter uma resenha de boas práticas, demonstrando a utilidade de incorporar a análise socioeconômica ao processo de desenvolvimento de projetos desde sua concepção.

3.2.1.2. Processo Licitatório e Acompanhamento de Contratos

De uma maneira geral, os processos licitatórios no âmbito do Programa são morosos, em virtude das disposições legais existentes e das regras adicionais que o Contrato 1392/OC-BR impõe.

Nos últimos anos, os governos estão buscando dar mais agilidade e confiabilidade a esses procedimentos, através dos pregões eletrônicos, que não se aplicam a todas as aquisições. Entretanto, os pregões têm suas limitações e ainda não são utilizadas com maior abrangências na administração pública.

Dentre os principais problemas que afetam essa etapa, podemos destacar:

- Desconhecimento da Lei e dos procedimentos do BID por parte dos técnicos das UEEs e dos órgãos co-executores aos quais os projetos estão vinculados, gerando atraso na condução dos processos;

- Apesar do Programa disponibilizar MINUTAS DE EDITAIS e TRs, as Unidades Técnicas e/ou executores locais têm dificuldades em incorporar tais modelos; muitas vezes utilizam suas próprias minutas, que não atendem às exigências do Programa;

- Dificuldade dos executores na observância das recomendações do BID para a contratação de consultorias, com pré-qualificação, tendo em vista tratar-se de exigências adicionais à legislação brasileira;

- Os processos têm que ser submetidos à procuradoria do Estado e ao BNB, ocorrendo, eventualmente, divergências de entendimento entre esses órgãos;
- É comum não haver prepostos da procuradoria nas Secretarias Estaduais de Turismo. Os processos são enviados à PGE e não têm prioridade de tratamento sobre os demais;
- A duração dos processos licitatórios têm sido superior ao planejado pelos órgãos executores, observando-se a interposição de muitos recursos administrativos, e até na esfera cível, muitas vezes despropositados;
- Algumas UEEs não seguem a orientação do BNB de enviar os processos licitatórios para análise prévia à contratação, podendo gerar problemas para aceite no Programa, se verificados equívocos no processo;
- A maioria das UEE's não possui sistema de acompanhamentos dos contratos, sendo comum a confecção de aditivos em data muito próxima ou mesmo posterior à vigência do contrato.

3.2.1.3. Licenciamento Ambiental

O Brasil tem uma das legislações ambientais mais completas do mundo. Em 1981 foram estabelecidos objetivos e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), considerando a conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e qualidade de vida. Esta mesma Lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, integrado por um órgão colegiado: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Este colegiado é composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da Administração Federal, diretamente envolvidos

com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de ONGs.

Entretanto, a sua implementação tem encontrado muitos percalços. Um deles reside na subjetividade de alguns conceitos definidos na Constituição Federal, como desenvolvimento e sustentabilidade. Outro problema seria o conflito de atribuições dos entes integrantes do CONAMA. Os problemas citados geram ambigüidade de interpretação e ensejam demora na liberação da licença, ou mesmo interpelação judicial para a sua cassação, interrompendo a execução da obra.

O acompanhamento do cumprimento das condicionantes das licenças ambientais por parte desses órgãos também se coloca como uma dificuldade no Programa. Alguns órgãos co-executores não possuem sistemática para acompanhamento das exigências ambientais e/ou não possuem especialistas ambientais em seus quadros. O órgão ambiental não acompanha a execução das obras para verificar o cumprimento das condicionantes das licenças. A verificação é feita apenas na licença de operação. As UEE's também não contam, em sua maioria, com especialistas em meio ambiente. As empresas contratadas para a realização da supervisão das obras também não monitoram esses condicionantes, como constatado em recente Relatório de Salvaguardas Ambientais elaborado pelo BID.

Foi relatada também a intervenção do Ministério Público na fase de execução do Programa e após o início da execução das obras, com questionamentos que podem resultar em paralisações, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Norte, com a obra do saneamento de Pium/Cotovelo, no Pólo Costa das Dunas, que registra paralisação de mais de um ano.

O BNB tem indicado o descumprimento dos condicionantes ambientais nos seus relatórios de vistoria às obras. Porém, não tem sido eficaz em fazer cumprir o disposto nas licenças por parte dos órgãos executores estaduais, atribuição específica dos Órgãos Ambientais. A única sanção aplicável pelo BNB seria a suspensão de desembolsos.

3.2.1.4. Desapropriações

O problema com desapropriações e reassentamentos é bastante complexo. A responsabilidade geralmente é dos órgãos executores, os quais, na sua maioria, realizam as desapropriações das áreas de intervenção concomitantemente com o avanço das obras, ao invés de previamente ao início das mesmas, conforme indica a Política do BID e mesmo o Regulamento Operacional do Programa. Isto tem repercutido freqüentemente em atrasos nos cronogramas de execução das obras ou até mesmo na necessidade de alterações no projeto original, devido à não obtenção de áreas previstas, as quais deveriam ter sido negociadas previamente.

Os órgãos executores alegam dificuldades no planejamento das desapropriações. Há riscos de novas ocupações, caso não seja imediatamente implantada a obra na área desapropriada. Por outro lado, em não ocorrendo a

desapropriação prévia ao início das obras é possível que haja paralisação das mesmas, a exemplo do que ocorre no Estado do Ceará, cujas obras rodoviárias registram significativo atraso na execução, principalmente em função de desapropriação não efetivadas em tempo hábil.

A questão orçamentária também é relevante nesse processo. Nem sempre o órgão responsável pela execução da obra tem a dotação orçamentária para o pagamento das desapropriações. Um exemplo dessa situação é o caso das rodovias. Cabe ao DER, órgão executor, fazer o cadastro das desapropriações, mas, o pagamento é de responsabilidade de outro órgão, que não dá a devida prioridade que o Programa requer.

Também tem comprometido o avanço de algumas obras a não liberação, no tempo adequado, de áreas de Patrimônio da União, áreas de maior sensibilidade ambiental e que necessitem de autorizações especiais do órgão ambiental, bem como a relocação de postes de energia elétrica e telefonia.

3.2.1.5. Problemas Específicos em Relação às Ações Globais

As ações globais, que deveriam anteceder as obras de infra-estrutura, têm avançado muito lentamente em relação às demais ações do Programa.

A seguir, um resumo da situação de execução de cada uma delas:

- **Planos Diretores Municipais** - O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), determinou que os municípios com mais de 20 mil habitantes e aqueles localizados em localidades turísticas deveriam elaborar ou atualizar os seus planos diretores até outubro/2007, prazo posteriormente prorrogado para junho/2008. Em decorrência da exigência legal, os municípios priorizaram essa ação, tendo sido apoiados pelo Ministério do Turismo, que aportou recursos da União através de Convênios. Como indica o Relatório de Progresso de junho de 2008, a maioria dos municípios dos Pólos se encontra hoje com seus Planos Diretores em estágio avançado de elaboração/revisão, com perspectiva de conclusão para o início de 2009. Outros municípios que, por limitações fiscais não tiveram acesso aos recursos da União, serão apoiados pelo Estado, que alocará recursos do financiamento para esse fim, a exemplo do Estado do Piauí, que contratou recentemente consultoria para a realização dos trabalhos;

  Dos 83 municípios que compõem a Área de Planejamento do Prodetur NE/II, 26 são beneficiados com recursos para elaboração de Planos Diretores Municipais. No total, o Programa apóia a elaboração de 61 PDMs, dos municípios dos Pólos Turísticos;

- **Fortalecimento da Gestão Municipal** – em que pese o esforço do BNB e Mtur, que realizaram seminário de sensibilização envolvendo as UEEs e municípios dos Pólos, esta ação não avançou como esperado, mesmo

constando das matrizes de subempréstimo. Como a gestão do Programa em cada Estado cabe às Secretarias de Turismo/UEE, estas não priorizaram a execução dessas ações. A prova é que até o momento em nenhum Estado a execução foi iniciada. O Estado da Bahia enviou os respectivos projetos em 2006, cuja análise indicou a necessidade de ajustes, sendo que os projetos só foram reenviados ao Banco no final de novembro/2008. Alguns Estados, como Ceará e Pernambuco ainda não iniciaram mobilização no sentido de trabalhar esta ação no Programa. Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte contrataram consultoria para elaboração do diagnóstico e plano de ação e Minas Gerais se mobiliza para fazê-lo no curto prazo, com Termo de Referência elaborado e apresentado ao BNB;

- **Capacitação Profissional e Empresarial** – Demonstra um avanço mais significativo. Há ações em fase final de conclusão no Pólo do Descobrimento (BA). Os pólos Ceará Costa do Sol (CE), Costa das Dunas (RN), Salvador e Entorno (BA) e Litoral Sul (BA) têm projetos elaborados e aprovados, além de convênios firmados junto ao MTur para a sua execução. No caso do Ceará, foi firmado contrato com o SEBRAE para a capacitação profissional, mas, o processo encontra-se paralisado, para ajuste no plano de ação. Os Estados de Pernambuco e Piauí já contrataram consultoria e estão elaborando os projetos para os respectivos pólos;
- **Planos e Campanhas de Marketing** – Essa ação ainda não foi iniciada por nenhum dos Estados submutuários. Ocorre que a regra do Programa indica a necessidade e um estudo prévio de demanda que oriente os planos e campanhas de marketing. Esse estudo não foi realizado como previsto, conforme destacado na análise da atuação do Ministério do Turismo, constante do tópico 2.3 deste relatório.

O baixo desempenho dessas ações globais pode ser atribuído dentre outros, aos seguintes aspectos:

- ações não são consideradas prioritárias pelos gestores públicos estaduais que coordenam o Programa. As obras ainda se colocam como prioritárias;
- As UEEs não tem na sua equipe técnicos com o conhecimento e a habilidade para a condução dessas ações junto aos municípios e demais parceiros;
- Dificuldades na relação entre Estado e Municípios;
- Dificuldade de acesso aos recursos da União por parte dos Municípios - quando da composição de fontes das matrizes de subempréstimo, foi definido que as ações globais, na maioria dos casos, receberiam apoio da União, através de convênios com o MTur. Por força da Instrução Normativa nº 1 do Senado Federal, ações de titularidade municipal, como planos diretores e fortalecimento da gestão municipal só poderiam ser realizados diretamente pelos convenentes, no caso os municípios. A maioria dos municípios, por não atender aos requisitos fiscais exigidos para a assinatura de convênios com a União, não avançaram nessas ações;

- no caso específico dos Planos de Marketing, os mesmos não avançaram em função da inexistência do Estudo de Demanda.

Alguns órgãos estaduais já trabalham com atividades voltadas para o fortalecimento dos municípios, a exemplo das secretarias de meio ambiente, turismo e desenvolvimento urbano, seguindo diretrizes das políticas públicas definidas em nível nacional. O BNB tem buscado suprir a deficiência das UEE's incentivando o apoio técnico desses órgãos.

3.2.1.6. Ações Realizadas pelo BNB para o Avanço da Execução

Na busca por maior celeridade na execução do Programa, além da Revisão do Regulamento Operacional, com a geração de Instruções Normativas, permitindo melhor entendimento das regras do Programa, o BNB promoveu, ao longo do período, eventos envolvendo os parceiros executores, com destaque para os seguintes:

2003

- realização do Curso de Especialização em Avaliação de Impactos Ambientais - com a participação de técnicos dos Estados e do BNB;

2004

- realização da Missão de Arranque, quando foram reunidos os técnicos das UEE's e órgãos executores com consultores do BID e técnicos do BNB, em Fortaleza, com o objetivo de discutir as regras do Programa, entender o Regulamento Operacional, conhecer os fluxos operacionais e as atribuições/responsabilidades de cada participante do Programa;

- Formalização de aditivo contratual para flexibilização de cláusulas do Contrato 1392/OC-BR referentes a condicionantes prévios ao desembolso para obras de infra-estrutura;

- Realização do Seminário sobre Aspectos Ambientais do PRODETUR/NE-II com a participação de representantes dos órgãos ambientais envolvidos com o Programa, Unidades Executores e Banco do Nordeste ;

2005

- Realização do Curso de Avaliação Socioeconômica, com a participação de técnicos do BNB, UEE's e Órgãos Executores;

- Seminários de Sensibilização com os Gestores Municipais, com o objetivo de inserir os municípios nos processos, gerando, conseqüentemente, um maior envolvimento das comunidades locais com as propostas e metas do Programa;

- Realização do Seminário para Instruções sobre a nova Política de Aquisições do BID, com a participação de técnicos das UEE's, em Fortaleza;

- Realização do Seminário de Apresentação da Metodologia de Elaboração do Relatório Final de Projeto (Project Completion Report - PCR);

2006

- Capacitação das UEE's na utilização do SAFF – Sistema de Administração Física, Financeira e Contábil de Projetos - que faz o acompanhamento e gerenciamento do PRODETUR/NE-II;

2007

- Redefinição do fluxo de análise dos projetos apoiados pela União – Termo de Cooperação Técnica.

Além desses eventos, o BNB vem disponibilizando apoio técnico contínuo às UEEs em todas as fases dos projetos – da concepção à implementação. Esse apoio se materializa, por exemplo, nas reuniões com as consultorias contratadas para elaborar os projetos, orientando-se quanto às regras do Programa, condução dos processos licitatórios, disponibilizando minutas de TRs e Editais.

Na esfera institucional, a partir de 2007 intensificaram-se as articulações entre a Diretoria do BNB e os Secretários de Turismo Estaduais, buscando identificar gargalos e soluções conjuntas para acelerar o ritmo do Programa. Há um canal de comunicação favorável também entre o BNB e o Ministério do Turismo, na perspectiva de apoio aos Estados. Entretanto, conforme explicitado no tópico que analisou a estrutura institucional do Programa, é necessário aperfeiçoar a sistemática de acompanhamento, propiciando a geração de uma agenda de compromissos e sua monitoração, inclusive das reuniões do Comitê Consultivo do Programa.

3.2.1.7. Projetos Concluídos

O **Anexo IV** lista os projetos concluídos até novembro de 2008 no âmbito do PRODETUR/NE-II. Ele expressa tanto os projetos financiados quanto os projetos realizados com recursos da contrapartida local, que têm maior representatividade.

O controle financeiro do Programa registra que as ações concluídas absorveram recursos da ordem de US$ 28,5 milhões de financiamento, equivalentes a apenas 12% dos recursos previstos para a categoria *Custos Diretos*, que abriga os projetos a serem executados no âmbito do Programa.

Quanto aos recursos da contrapartida local, confirma-se o esforço inicial nas ações de planejamento, tais como PDITS e Planos Diretores, além da preparação dos

projetos para a execução de obras. Também há algum avanço em obras, grande parte delas iniciadas antes da entrada em vigor do Regulamento Operacional.

Considerando-se que o primeiro contrato de subempréstimo foi assinado em 2004 e que o processo de contratação com os submutuários encerrou-se na metade do ano de 2006, o Programa tem um percentual de projetos concluídos abaixo do esperado.

No tópico seguinte será avaliada a perspectiva de conclusão dos demais projetos previstos no Programa.

3.2.1.8. Perspectivas de Conclusão dos demais Projetos

Identificadas as ações em execução ou ainda não iniciadas, foi realizado um levantamento junto às UEE's quanto ao tempo previsto para a conclusão dessas intervenções. O resultado deste levantamento é apresentado no **Anexo V**. Nesse anexo, as ações foram agrupadas por Estado e por prazo de execução, indicando-se que há ações que demandam até 3 anos adicionais para a execução.

Pelo que indica o anexo citado no parágrafo anterior, tem-se que grande parte dos projetos estará concluída no prazo de 1 ano. Entretanto, o prazo final para desembolsos no âmbito do Programa encerra-se em set/2007, o que não é suficiente para abrigar a execução de todas as ações. Há um número razoável de projetos ainda não iniciados, cujo cronograma extrapola o prazo do Programa. Além disto, obras em execução ou em fase de licitação também demandam prazo além do contratualmente pactuado.

Observa-se ainda que algumas ações relevantes demandam em torno de 2 anos, tais como as relacionadas com resíduos sólidos, urbanização, patrimônio histórico e capacitação. Todos esses subcomponentes têm baixo desempenho de execução e não têm sido priorizados pelos Estados submutuários. Poucos projetos têm cronograma que demandam acima de 2 anos adicionais de prorrogação. Entretanto, se referem a ações de capacitação profissional e empresarial que se colocam como necessárias e prioritárias para o Programa.

Essa situação sinaliza a necessidade de que sejam envidados esforços para a superação dos problemas existentes e a construção de um Plano de Ação factível, com definição de prazos e responsáveis, devendo o mutuário disponibilizar apoio técnico e realizar o contínuo monitoramento desse Plano.

3.2.1.9. Obras e Serviços constantes das matrizes e ainda não iniciadas – estágio de preparação

As matrizes de subempréstimo atuais apresentam 120 ações ainda não licitadas, envolvendo recursos do financiamento e da contrapartida local. Destas, 68 ainda não

foram apresentadas ao BNB para análise e sobre as mesmas o BNB não há informações atualizadas a sobre o seu estágio de preparação.

Tabela 3 – Ações com Recursos a Comprometer

ESTADO SUBMUTUÁRIO	STATUS					
	TR's não apresentados	Projetos não apresentados	TR's/Projetos em Ajuste	TR's/Projetos em Análise	TR's/Projetos Aprovados	TOTAL
BAHIA	3	5	7	1	3	**19**
CEARÁ	1	3	5	0	2	**11**
MINAS GERAIS	1	15	3	2	6	**27**
PERNAMBUCO	6	9	12	0	3	**30**
PIAUÍ	3	14	1	1	2	**21**
RIO GRANDE DO NORTE	1	7	3	0	1	**12**
TOTAL	**15**	**53**	**31**	**4**	**17**	**120**

Do total de ações ainda não licitadas, 56 ações tem previsão de apoio de recursos da União (Mtur), 51 com recursos do financiamento e 13 com recursos do Estado. Do total de ações previstas com recursos da contrapartida federal, 36 ainda não tem convenio firmado com o Mtur.

Quanto aos subcomponentes correspondentes a essas ações, verifica-se que 77 ações estão relacionadas ao Componente 1 – Fortalecimento da Gestão Municipal, 37 ao Componente 2 - Planejamento, Capacitação e infraestrutura e 6 ao Componente 3 – Setor Privado – capacitação e marketing. A maioria dessas ações diz respeito ao Fortalecimento Municipal, capacitação e planos e campanhas de marketing, o que corrobora a informação de que não foi dada a devida prioridades às ações globais, consideradas estruturais para o desenvolvimento do turismo.

A partir dessas informações e da identificação das principais dificuldades das UEEs e órgãos executores para implementar tais ações, o Banco do Nordeste irá formatar uma agenda de trabalho com vistas a acelerar o andamento das ações ainda não licitadas, para que ocorram dentro do novo prazo indicado para o desembolso final no âmbito do Programa. Essa agenda deverá necessariamente observar as seguintes diretrizes:

- dar atenção especial aos TR's e projetos que ainda não foram apresentados ao Banco para análise;
- verificar se há fonte de recursos alocada para a elaboração dessas ações;
- disponibilizar apoio técnico para preparação dos TRs e minutas de editais;
- monitorar o andamento das ações já aprovadas e em ajuste nos Estados;
- avaliar com os Estados a pertinência de substituição de ações ou remanejamento de fontes.

3.2.1.10. Conclusões

Os problemas relacionados diretamente ao ciclo operacional do Programa podem ser resumidos nos seguintes itens:

- dificuldade de entendimento das regras do Programa por parte dos órgãos executores, empresas executoras e supervisoras para a elaboração, execução ou acompanhamento de projetos. O Programa tem regras mais complexas que as usuais, não fazendo distinção de aplicação em virtude do porte do projeto;
- aumento do número de obras em execução no país provocou dificuldade na contratação de mão-de-obra especializada e gerou aumento dos custos no setor de Construção Civil, elevando o orçamento das obras, que demandam mais recursos do Programa;
- limitação de consultorias especializadas nas metodologias de viabilidade socioeconômicas aplicáveis ao Programa;
- superposição de instâncias de análise, como no caso dos processos licitatórios;
- ambigüidade na interpretação da legislação ambiental, inclusive quanto às atribuições dos entes envolvidos, o que por vezes leva ao embargo das obras. Os órgãos ambientais também têm sido morosos na emissão de licenças ambientais;
- impedimentos legais para a assinatura de convênios com municípios;
- dificuldade na obtenção de recursos para desapropriações;
- falta de atenção das empresas supervisoras quanto ao cumprimento dos condicionantes ambientais estabelecidos para a execução dos projetos, possibilitando a geração de passivos ambientais;
- adversidades climáticas interferem no cumprimento dos cronogramas de algumas obras rodoviárias e de saneamento.

Os problemas citados são potencializados pelas dificuldades existentes na estrutura organizacional do Programa, descritas no tópico deste Relatório.

Esses problemas implicaram baixo desempenho na execução dos projetos, o que pode ser atestado pela pequena quantidade de projetos concluídos, que correspondem a apenas 12% dos recursos previstos para a categoria *Custos Diretos* das matrizes de subempréstimo.

Diante do exposto, afigura-se necessário um maior esforço dos Estados submutuários, com apoio do BNB e Mtur, para superar as dificuldades existentes, imprimindo maior celeridade na preparação dos seus projetos prioritários, de forma a comprometer no curto prazo os recursos disponíveis e na resolução dos problemas que impactam a conclusão dos projetos em execução. Todo esse esforço deverá ser

direcionado para o término do Programa num prazo o mais aproximado possível daquele estabelecido em contrato e já prorrogado – setembro/2009.

3.2.2. Avaliação da Execução Financeira

Na posição de 30.11.2008, o Programa registra cerca de 80% de comprometimento dos recursos do financiamento (obras/serviços executados, em execução e licitados) e 38% de desembolsos efetuados. A tabela apresentada a seguir ilustra o desempenho global do Programa e a performance de cada Estado com relação aos recursos do financiamento:

Tabela 4 – Performance de Comprometimento e Desembolso do Programa
Posição: 30.11.08 – tx Câmbio US$ 1,00=R$2,235

SUB-MUTUÁRIO	DATA DO CONTRATO	% COMPROMETIMENTO	% DESEMBOLSO
BAHIA	Dez/04; jan/06; jun/06	84%	75%
CEARÁ	Ago/05; out/05	88%	48%
MINAS GERAIS	Maio/06	51%	32%
PERNAMBUCO	Março/06	81%	15%
PIAUI	Jun/06	51%	16%
RIO G NORTE	Dez/04	74%	42%

(*) considerando-se apenas os valores da Categoria Custos Diretos das Matrizes de Subempréstimo

Com relação aos percentuais de comprometimento, consideram-se os valores vinculados a projetos concluídos, em execução e licitados a contratar, em relação ao total de recursos previstos para a categoria *Custos Diretos*, que abriga os projetos a serem encaminhados pelos Estados, para execução com recursos do financiamento. Com relação ao comprometimento de recursos, verifica-se o seguinte:

- os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte apresentam melhor desempenho quanto ao comprometimento de recursos do financiamento, estando próximos de alcançar o comprometimento total;
- o bom desempenho em termos de comprometimento dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco deve-se à concentração de projetos em grandes obras de infra-estrutura, que absorvem maior volume de investimentos;
- o Estado do Rio Grande do Norte, apesar de contar com um dos subempréstimo de menor valor, correspondente a cerca de 10% dos recursos totais do Programa e de ter sido primeiro Estado a subcontratar, o que ocorreu em 2004, ainda tem 25% de recursos a comprometer;

- os Estados do Piauí e Minas Gerais, os últimos a assinar contrato de subempréstimo, também concentraram recursos em obras de infra-estrutura, mas, mesmo assim, não avançaram muito no comprometimento dos recursos do financiamento. Ressalte-se que são os Estados com contratos de menor valor.

Quanto ao desembolso de recursos do financiamento, verifica-se o seguinte:

- o Estado da Bahia foi o que mais avançou em termos de desembolso de recursos, tendo desembolsado 75% dos recursos previstos;

- o Estado do Rio Grande do Norte, só conseguiu desembolsar 42% dos recursos previstos em sua matriz de financiamento, apesar de já ter comprometido 74% dos recursos do financiamento. O fator preponderante para esse desempenho é o fato de haver uma obra paralisada há mais de um ano, por força de questionamentos do Ministério Público e que demanda uma parcela significativa dos recursos comprometidos;

- no caso de Pernambuco, embora 81% dos recursos esteja comprometido, o desembolso é de apenas 15%, com indicativos de um melhor desempenho em 2009, em função de grandes obras que estão em fase inicial de execução. Trata-se do subprograma de maior montante (1/3 dos recursos do Programa);

- o Ceará apresenta uma concentração grande dos valores comprometidos em obras de infra-estrutura, cujos cronogramas previam conclusão no início de 2008. Contudo, essas obras apresentam atraso significativo em sua execução, mas, devem ser concluídas no primeiro semestre de 2009;

- o Estado de Minas Gerais apresenta desembolso de boa parte dos recursos comprometidos, concentrados em duas grandes obras de saneamento nas sedes dos municípios de Serro e Diamantina; Os recursos a comprometer serão absorvidos na sua maioria pela obra da Rodovia Milho-Verde/Serro, cujo projeto se encontra em fase de elaboração;

- o Estado do Piauí também tem a maior parcela dos recursos comprometidos concentrada em apenas uma obra, que está em execução. Entretanto, o desembolso de recursos corresponde a menos de 1/3 dos recursos comprometidos.

O Programa tem registrado avanços e recuos ao longo de sua implementação. Isso ocorre não apenas em função dos diversos problemas na execução física dos projetos, conforme explicitado no tópico 3.2.1 deste Relatório. Além dos problemas citados, concorreram para o atraso no andamento do Programa alguns aspectos da conjuntura econômica do país, que serão analisados no tópico 3.2.2.1. Em seguida, a execução financeira será analisada do ponto de vista dos componentes/subcomponentes, incluindo os recursos da contrapartida local.

3.2.2.1. Impacto da Variação Cambial no Comprometimento dos Recursos do Financiamento

No Relatório de Progresso do primeiro semestre de 2008 há um quadro destacando a valorização da moeda brasileira frente ao dólar americano. O relatório utilizava a taxa do final do 1° semestre de 2008 que correspondia a US$ 1/ R$1,60. O impacto dessa valorização acentuou a diminuição dos recursos disponíveis em moeda local, para a execução dos projetos no âmbito do Programa. A tabela a seguir mostra o impacto desta valorização do real no orçamento do Programa.

Tabela 5 – Alteração do orçamento do Programa em reais causada pela variação cambial

ESTADO / Nº do Contrato	ORÇAMENTO DO PROGRAMA EM MOEDA LOCAL		
	CONSIDERANDO-SE A TAXA DE CÂMBIO DA DATA DE CADA SUBEMPRÉSTIMO	CONSIDERANDO-SE A TAXA DE CÂMBIO DO FINAL DO 1° SEMESTRE DE 2008 (US$=R$1,60)	
	Valor-R$ mil	Valor-R$ mil	Variação (%)
BAHIA 1º Contrato	27.859	16.000	-43%
BAHIA 2º Contrato	32.759	22.400	-32%
BAHIA 3º Contrato	33.768	24.000	-29%
CEARÁ 1º Contrato	49.282	35.040	-29%
CEARÁ 2º Contrato	89.207	60.960	-32%
MINAS GERAIS	56.744	44.000	-22%
PERNAMBUCO	127.518	120.000	-6%
PIAUÍ	34.017	24.000	-29%
RIO GRANDE DO NORTE	62.034	34.080	-45%
VALOR TOTAL E VARIAÇÃO MÉDIA	***513.187***	***380.480***	***-26%***

Fonte: Relatório de Progresso 30.06.2008

Outra variação econômica que reduziu a quantidade de projetos possíveis de serem executados com o orçamento inicial do PRODETUR/NE-II foi a forte inflação ocorrida no segmento da construção civil, causada pelo aquecimento deste setor. Na data de assinatura do contrato de empréstimo, setembro de 2002, o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas) era 228,576 e em outubro de 2008 esse índice foi de 405,090. Ou seja, se fosse feito um orçamento em reais em setembro de 2002 para as obras do PRODETUR/NE-II, hoje poderiam ser executados apenas 60% dessas obras.

Um efeito positivo da valorização do real e da inflação é a necessidade de executar menos projetos fisicamente para se conseguir um bom percentual de execução orçamentária. Esse efeito pode ser percebido na tabela a seguir. Considera-se como comprometimento os recursos vinculados a projetos concluídos, em execução, licitados e em processo de licitação.

Tabela 6 – Impacto da variação cambial no comprometimento de recursos do financiamento

(US$ mil)

SUBMUTUÁRIO	Comprometimento dos Recursos do Financiamento					
	2º Semestre de 2007 (US$=1,77)		1º Semestre de 2008 (US$=1,60)		30/11/2008 (US$=2,235)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BAHIA	33.298	85%	36.755	94%	32.675	84%
CEARÁ	51.903	87%	60.509	101%	53.063	88%
MINAS GERAIS	13.117	48%	15.294	56%	14.145	51%
PERNAMBUCO	49.519	66%	61.431	82%	60.747	81%
PIAUÍ	6.720	45%	9.375	63%	7.695	51%
RIO G. NORTE	17.210	88%	18.847	96%	15.698	74%
T O T A L	***171.767***	***73%***	***202.211***	***86%***	***184.023***	***77%***

(*) Considerando-se a parcela das matrizes correspondente aos Custos Diretos.

Analisando-se a tabela acima, verifica-se que a valorização do real colaborou com a maior parcela do avanço no comprometimento de recursos entre o 2º semestre de 2007 e o 1º semestre de 2008, que foi da ordem de +13%. Isso porque a variação percentual entre as taxas de câmbio dos dois semestres ficou em cerca de -9,6%.

Inversamente, a recente valorização do dólar implicou na diminuição do comprometimento de recursos do Programa entre a posição do final do 1º semestre/2008 e a posição de 30/11/2008. Nesse período, o comprometimento baixou de 86% para 77%, variando -8,99%. Entretanto, a variação entre as taxas de câmbio dos períodos citados ficou em +40%. Ou seja, o programa teria registrado o comprometimento total dos recursos se a taxa de câmbio vigente no final do 1° semestre de 2008 tivesse sido mantida.

Caso o cenário atual da taxa de câmbio perdure, o programa ainda precisa avançar em 23% para alcançar o comprometimento total dos recursos do financiamento. A desvalorização do real permite que novos projetos sejam incluídos nas matrizes dos Estados, ensejando a necessidade de um esforço maior por parte dos mesmos.

O mercado trabalha atualmente com uma taxa de dólar projetada de US$=R$2,00. Porém, a oscilação econômica, fruto da crise financeira mundial, impede a realização de previsões confiáveis acerca da evolução da taxa de câmbio. É preciso muito cuidado na definição da taxa projetada para efeito de inclusão de mais projetos no Programa, de modo a garantir os recursos necessários para a sua execução.

Para tanto, deverá ser envidado um esforço no sentido de redimensionamento das matrizes de subempréstimo, de modo a comprometer o mais rapidamente

possível os recursos disponíveis. Percebe-se também que, em todas as situações previstas na tabela acima, os Estados de Minas Gerais e Piauí precisam envidar um esforço ainda maior que os demais Estados.

3.2.2.2. Avaliação do Comprometimento dos Recursos do Financiamento por Subcomponentes

A tabela a seguir demonstra o comprometimento dos recursos do Programa, tomando-se como referência o somatório de todas as matrizes de subempréstimo.

Tabela 7 – Comprometimento de recursos do financiamento por componente e subcomponente Posição 30/11/2008

SUBMUTUÁRIO	Matrizes de Subempréstimo	Recursos Comprometidos	
	Valor (US$ mil)	Valor (US$ mil)	%
2. CUSTOS DIRETOS	***237.658***	***184.023***	***77%***
2.1 Fortalecimento Municipal	***61.076***	**13.649**	**22%**
Gestão Fiscal	1.683	14	1%
Gestão Turística	1.718	320	19%
Gestão de Resíduos Sólidos	3.627	702	19%
Proteção e Conservação de Recursos Naturais	9.591	1.345	14%
Proteção e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	17.809	3.777	21%
Urbanização de Áreas Turísticas	26.648	7.491	28%
2.2 Planejamento, Capacitação e Infra-estrutura	**175.083**	**170.016**	**97%**
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	10.699	6.723	63%
Campanhas de Conscientização	500	0	0%
Capacitação Profissional	2.693	984	37%
Saneamento e Água Potável	58.244	50.249	86%
Obras de Infra-estrutura	102.947	112.059	109%
2.3 Promoção de Investimentos Privados	***1.499***	**358**	**24%**

Fonte: Relatório de Progresso

Avaliando-se a tabela acima, percebe-se que os subcomponentes relacionados ao Componente 2, que envolve as obras de infra-estrutura e saneamento e têm maior representatividade financeira no Programa, foram os que tiveram mais avanço quanto ao comprometimento dos recursos, alcançando comprometimento de 97%. O subcomponente *Obras de Infra-estrutura já* ultrapassa o valor previsto nas matrizes de subempréstimo, considerando-se a taxa de câmbio da posição de 30/11/2008.

Quanto ao subcomponente *Campanhas de Conscientização*, verifica-se que não há projetos previstos. Isso ocorreu em função das ações nele previstas também constarem em outros subcomponentes e pelo fato de não fazer sentido realizar campanhas dissociadas de ações efetivas do Programa. Ademais, não havia anexo no Regulamento Operacional que orientasse a sua execução. Por isso, o BNB orientou os Estados a desconsiderar esse subcomponente.

Já os componentes 1 e 3 não registraram desempenho satisfatório, com avanço de 22% e 24%, respectivamente, confirmando que as ações globais não estão sendo priorizadas. No componente 1 o avanço maior registra-se no subcomponente *urbanização de orlas*, que também se constitui em obra de infra-estrutura, porém de titularidade municipal. Isso corrobora a avaliação de que as obras de infra-estrutura estão sendo priorizadas, em detrimento das ações globais.

O subcomponente Planos e Campanhas de Marketing avançou pouco em função das limitações impostas em relação à necessidade de estudo de demanda previamente à elaboração de planos e campanhas de marketing.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de impor maior celeridade na preparação e licitação de projetos dos subcomponentes com desempenho mais lento, o que de certa forma já está sendo feito pelo BNB, conforme descrito no tópico 4.2.2.6 acima. Uma boa medida para alavancar as ações globais seria um aporte adicional de recursos do financiamento aos projetos de capacitação profissional e empresarial, que já se encontram aprovados e cuja demanda de recursos não foi totalmente suprida com os recursos da contrapartida local.

Verifica-se também a necessidade de ajustes na matriz do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, para adequá-la às necessidades atuais do Programa. No tópico seguinte, será realizada a comparação entre a matriz do Contrato entre o BID e BNB e as Matrizes de Subempréstimo firmadas entre o BNB e os Estados.

3.2.2.3. Avaliação da Matriz do Contrato 1392/OC-BR

A matriz do Contrato 1392/OC-BR foi definida quando a maioria dos PDITS ainda não havia sido elaborada. No decorrer do Programa, verificou-se que a matriz estimada inicialmente não estava de acordo com a necessidade demandada pelos submutuários, que ainda dão maior prioridade às obras de infra-estrutura.

Ocorre também que a inflação ocorrida no setor de construção civil, conforme anteriormente descrito, implicou no aumento dos orçamentos das obras, demandando mais recursos do Programa.

A tabela 8 compara a matriz de empréstimo com o resumo das matrizes de subempréstimo contratadas.

Tabela 8 – Comparação da Matriz do Empréstimo com as Matrizes de Subempréstimo

(US$)

b-componente	Matriz Contrato 1392/OC-BR				Matrizes Subcontratadas			
	BID	LOCAL	TOTAL	%	BID	LOCAL	TOTAL	%
ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	2.200.000	10.750.000	12.950.000	3,2%	2.198.694	3.203.172	5.401.866	1,1%
Unidades Executoras	0	10.000.000	10.000.000	2,5%	0	3.203.172	3.203.172	0,6%
Revisão Técnica Externa	2.200.000	750.000	2.950.000	0,7%	2.198.694	0	2.198.694	0,4%
CUSTOS DIRETOS	236.307.500	107.500.000	343.807.500	86,0%	237.658.339	239.432.904	477.091.243	95,8%
FORTALECIMENTO MUNICIPAL	34.907.500	32.650.000	67.557.500	16,9%	61.075.954	61.054.724	122.130.678	24,5%
Gestão Fiscal	995.000	995.000	1.990.000	0,5%	1.682.871	3.936.057	5.618.928	1,1%
Gestão Turística	6.610.000	6.610.000	13.220.000	3,3%	1.717.832	6.980.561	8.698.393	1,7%
Gestão de Resíduos Sólidos	7.545.000	7.545.000	15.090.000	3,8%	3.626.841	8.436.778	12.063.619	2,4%
Proteção de Recursos Naturais	5.000.000	5.000.000	10.000.000	2,5%	9.591.502	3.449.080	13.040.582	2,6%
Patrimônio Cultural	6.000.000	5.000.000	11.000.000	2,8%	17.809.357	21.663.002	39.472.359	7,9%
Urbanização de Áreas Turísticas	8.757.500	7.500.000	16.257.500	4,1%	26.647.551	16.589.246	43.236.797	8,7%
PLANEJAMENTO, CAPACITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	186.200.000	69.750.000	255.950.000	64,0%	175.083.487	168.106.394	343.189.881	68,9%
Planejamento Estratégico	8.150.000	8.150.000	16.300.000	4,1%	10.699.153	22.590.053	33.289.206	6,7%
Campanhas de Conscientização	3.000.000	2.000.000	5.000.000	1,3%	500001	1.515.000	2.015.001	0,4%
Capacitação Profissional	16.000.000	2.800.000	18.800.000	4,7%	2.693.307	10.583.025	13.276.332	2,7%
Água e Saneamento	78.750.000	34.050.000	112.800.000	28,2%	58.243.844	40.493.723	98.737.567	19,8%
Obras de Infra-Estrutura	80.300.000	22.750.000	103.050.000	25,8%	102.947.182	92.924.593	195.871.775	39,3%
PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO PRIVADO	15.200.000	5.100.000	20.300.000	5,1%	1.498.898	10.271.786	11.770.684	2,4%
Treinamento, Seminários e Oficinas de Trabalho	6.100.000	2.050.000	8.150.000	2,0%	1.033.898	4.221.786	5.255.684	1,1%
Planos e Campanhas de Marketing	9.100.000	3.050.000	12.150.000	3,0%	465.000	6.050.000	6.515.000	1,3%
OUTROS CUSTOS	1.350.000	250.000	1.600.000	0,4%	0	0	0	0,0%
Avaliação e Acompanhamento	1.100.000	200.000	1.300.000	0,3%	0	0	0	0,0%
Auditoria	250.000	50.000	300.000	0,1%	0	0	0	0,0%
CUSTOS FINANCEIROS	142.500	41.500.000	41.642.500	10,4%	142.967	15.550.500	15.693.467	3,2%
TOTAL GERAL	240.000.000	160.000.000	400.000.000	100,0%	240.000.000	258.186.576	498.186.576	100,0%
PERCENTUAL	**60,00%**	**40,00%**	**100,00%**		**48,17%**	**51,83%**	**100,00%**	

A tabela acima mostra um acréscimo de US$ 98,1 milhões na previsão dos recursos da contrapartida, o que se configura positivo, uma vez que alavanca mais recursos para o alcance dos objetivos do Programa.

Observa-se também que os Estados submutuários demonstram um maior interesse por obras, inclusive as de titularidade municipal, como Patrimônio Histórico e Urbanização de Orlas. O subcomponente que teve seu aumento mais significativo foi o de obras de infra-estrutura, que apresenta demanda de 39,3% dos recursos das matrizes de subempréstimo. Apenas o subcomponente de *Água e Saneamento* apresenta redução de valor dentre aqueles relacionados a obras. Todos os subcomponentes relacionados com ações globais apresentam redução de valor, com exceção dos subcomponentes *Gestão Fiscal* e *Proteção de Recursos Naturais*.

A variação cambial ocorrida no decorrer do Programa tem forçado ajustes nas matrizes de subempréstimo. Como foi relatado no tópico anterior, as matrizes atuais precisam ser ajustadas ao cenário cambial que se projeta. Ademais, elas não refletem a demanda de projetos já encaminhada pelos Estados ao BNB.

Assim, o BNB deverá discutir com o BID uma nova composição para a Matriz do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, com remanejamento de recursos entre categorias de investimentos e componentes, de modo a não comprometer o fluxo de desembolso de recursos para a execução dos projetos. Da mesma forma deverão ser reavaliadas as matrizes de investimento de cada estado, ajustando-as à disponibilidade de recursos e à exeqüibilidade segundo as regras do Programa. Nessa revisão, deve-se considerar:

- a atual demanda de projetos dos Estados submutuários;
- os projetos com maior possibilidade de execução no curto prazo, aproveitando o cenário cambial favorável;
- o cenário cambial atual e projetado;
- a necessidade de garantir recursos para os subcomponentes relacionados com as ações globais, que estão voltados para a sustentabilidade da atividade turística.

3.2.2.4. Aplicação dos Recursos do Programa por Subcomponente

Avaliando-se a execução financeira do Programa (recursos do financiamento e da contrapartida local) do ponto de vista dos subcomponentes, verifica-se que, tal como acontece com relação ao comprometimento dos recursos do financiamento, as ações globais não são priorizadas pelos Estados.

Os componentes *Fortalecimento Municipal* e *Promoção do Investimento Privado* foram os que tiveram o menor percentual de desembolsos. Entretanto, é possível que o desempenho desses subcomponentes seja melhor do que o retrato apresentado, uma vez que a maior parcela de recursos para ações globais está sendo alocada pela contrapartida local, com diversos projetos em execução, sendo que os Estados submutuários ainda não enviaram os respectivos documentos para acatamento da contrapartida, conforme será explicado no item 3.2.2.5 seguinte. Entretanto, as ações globais cuja execução têm previsão de recursos do financiamento também apresentam percentual baixo de desembolso.

A análise da tabela a seguir demonstra também que os subcomponentes Saneamento e Água Potável e Obras de Infra-estrutura foram os que tiveram melhor desempenho em termos de desembolso de recursos, já contando com desembolso correspondente a 43,2 e 29,9% do valor previsto.

Tabela 9 – Aplicação dos recursos BID e Contrapartida
Posição em 30/11/2008

SUBCOMPONENTE	Valor Contratado US$ mil BID	LOCAL	TOTAL	Executado US$ mil BID	LOCAL(*)	TOTAL	% (Executado/ Contratado)
1. Administração e Supervisão	2.199	3.203	5.402	1.081	1.229	2.310	42,8%
1.2 – Revisão Técnica	2.199	3.203	5.402	1.081	1.229	2.310	42,8%
Unidade Executora - Gastos com Administração	0	3.203	3.203	0	1.093	1.093	34,1%
Revisão Técnica Externa	2.199	0	2.199	1.081	135	1.216	55,3%
2. Custos Diretos(*)	237.658	239.434	477.092	89.221	52.412	141.633	29,7%
2.1 - Fortalecimento Municipal	61.076	61.055	122.131	9.579	3.830	13.409	11,0%
Gestão Fiscal	1.683	3.936	5.619	0	13	13	0,2%
Gestão Turística	1.718	6.981	8.699	0	332	332	3,8%
Gestão de Resíduos Sólidos	3.627	8.437	12.064	149	227	376	3,1%
Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	9.591	3.449	13.040	611	393	1.004	7,7%
Proteção e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	17.809	21.663	39.472	4.626	1.828	6.454	16,4%
Urbanização de Áreas Turísticas	26.648	16.589	43.237	4.193	1.037	5.230	12,1%
2.2 - Planejamento, Capacitação e Infra-estrutura	175.083	168.107	343.190	79.335	48.582	127.917	37,3%
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	10.699	22.590	33.289	5.738	7.677	13.415	40,3%
Campanhas de Conscientização	500	1.515	2.015	0	0	0	0,0%
Capacitação Profissional	2.693	10.583	13.276	296	102	398	3,0%
Saneamento e Água Potável	58.244	40.494	98.738	23.204	6.304	29.508	29,9%
Obras de Infra-Estrutura	102.947	92.925	195.872	50.097	34.499	84.596	43,2%
2.2 - Promoção de Investimentos Privados	1.499	10.272	11.771	307	0	307	2,6%
Treinamentos, Seminários e Oficinas de Capacitação	1.499	10.272	11.771	307	0	307	2,6%
Planos e Campanhas de Marketing	0	0	0	0	0	0	0,0%
3. Outros Custos	0	0	0	9	1	10	0,0%
Avaliação e acompanhamento	0	0	0	9	1	10	0,0%
Reserva de Contingência	0	0	0	0	0	0	0,0%
4. Custos Financeiros	143	15.550	15.693	143	5.839	5.982	38,1%
T O T A L	240.000	258.187	498.187	90.454	59.481	149.935	29,0%

3.2.2.5. Pari Passu da Execução Financeira - situação da contrapartida local

Na posição de 30/11/2008, a aplicação da contrapartida correspondia a 39,7% da aplicação total. Esse valor é inferior ao previsto nas matrizes de subempréstimo firmadas (51,8%) e bem próximo do valor mínimo de contrapartida exigida no Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR (40%).

A tabela a seguir mostra a situação do acompanhamento pari passu da execução do Programa.

Tabela 10 – Acompanhamento Pari Passu da Execução do Programa
Posição 30/11/2008

(US$ mil)

SUBMUTUÁRIO	CONTRATADO (A)			APLICADO (B)			PARI PASSU DA EXECUÇÃO (B/A)	
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL
BAHIA	*39.000*	*70.565*	*109.565*	*29.057*	*14.589*	*43.646*	*67%*	*33%*
CEARÁ	*60.000*	*40.000*	*100.000*	*28.805*	*7.080*	*35.885*	*80%*	*20%*
MINAS GERAIS	27.500	43.519	71.019	8.761	10.401	19.162	46%	54%
PERNAMBUCO	75.000	50.000	125.000	11.389	8.701	20.090	57%	43%
PIAUI	*15.000*	*22.486*	*37.486*	*2.380*	*605*	*2.985*	*80%*	*20%*
RIO G NORTE	21.300	27.212	48.512	8.971	8.789	17.760	51%	49%
BNB Consultorias	2.200	750	2.950	1.091	5.893	6.984	16%	84%
Mtur – Execução Direta	0	1.143	1.143	0	910	910	0%	100%
Estados não-submutuários	0	2.512	2.512	0	2.512	2.512	0%	100%
TOTAL	**240.000**	**258.187**	**498.187**	**90.454**	**59.481**	**149.935**		
REPRESENTATIVIDADE PERCENTUAL	48,2%	51,8%	100%	60,3%	39,7%	100,0%		

A tabela acima destaca os Estados cuja aplicação da contrapartida está abaixo do esperado. Encontram-se nessa condição os Estados da Bahia, Ceará e Piauí. Registra-se que o Estado de Minas Gerais demonstra o maior percentual de aporte da contrapartida local.

A explicação para a baixa representatividade da contrapartida efetivada no Programa não é somente o atraso na execução dos projetos ou a escassez de recursos orçamentários. Sabe-se que há um volume significativo de convênios firmados com o MTur, sendo que alguns convênios estão com ações em execução ou concluídas. Entretanto, há dificuldades por parte dos Estados e do MTur na comprovação dos gastos ao BNB, bem como na apresentação dos demais documentos de elegibilidade dos projetos. Os controles e registros da contrapartida local com recursos da União se colocam como uma das principais dificuldades operacionais do Programa para o BNB, principalmente no tocante à atualização dos resultados financeiros. As causas desta dificuldade são:

a) o **BNB acompanha todos os projetos que envolvem recursos do BID**, mas, não detém o mesmo controle com relação aos recursos de contrapartida da União que são acompanhados pelo Mtur, por força do Termo de Cooperação Técnica. Como o BNB aprova todo o uso do recurso do financiamento ele possui todos os dados, processos e o histórico desta parte do programa. Assim, qualquer pagamento a um fornecedor poderá ser imediatamente contabilizado no programa e não haverá problema ao prestar conta ao BID. Entretanto, para os recursos de contrapartida não há a mesma segurança, dado que a comprovação ocorre a posteriori e nem sempre os processos são instruídos na forma devida;

b) houve projetos iniciados antes das definições das regras. A rigor, todos os projetos devem seguir o disposto no Regulamento Operacional. Mesmo os

que são executados com recursos da contrapartida local. Entretanto, há um acordo tácito entre o BID e o BNB com relação às obras que foram executadas antes da entrada em vigor do Regulamento Operacional, no sentido de que as mesmas devam atender minimamente as boas práticas adotadas no país, além de constar do PDITS e do Plano de Ação prioritário;

c) nos dois primeiros anos do Programa, o BNB era a instância técnica responsável por verificar a elegibilidade dos projetos. À medida que o MTur passou a aportar volume significativo de recursos da União na contrapartida do Programa, os projetos também eram analisados naquele Ministério. Havia duas instâncias técnicas orientando um mesmo projeto o que gerava atraso nas decisões e causava insatisfação aos submutuários;

d) o MTur propôs uma mudança no fluxo, o que foi formalizado através de aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, passando a responsabilidade pela análise e acompanhamento dos projetos ao MTur. Essa decisão resolveu o problema de duplicidade de avaliação técnica dos projetos, mas novos problemas surgiram:

- O **BNB não recebe em tempo hábil a documentação** que comprova a utilização do recurso da contrapartida e a aprovação da prestação de contados dos Convênios por parte do Mtur, o que dificulta o acompanhamento da aplicação de recursos *pari passu* do Programa e o registro dos gastos;

- Para efeito de Convênios o acompanhamento dos processos por parte do Mtur é de forma “ex post”. Além disso não se exige o cumprimento das regras do Regulamento Operacional como condição para firmatura dos convênios. Desta forma, alguns Estados estão executando obras com recursos da contrapartida sem a observância das exigências do R.O. (dispensando, por exemplo, o estudo de viabilidade socioeconômica), o que poderá comprometer o seu reconhecimento no Programa. Na prática existem duas regras: Uma para o financiamento onde se aplicam as regras do Programa e outra para os recursos da União, com critérios diferenciados.

3.2.2.6. Conclusões

A avaliação da execução financeira do Programa indica o seguinte:

- os Estados submutuários têm diferentes níveis de performance no que tange ao comprometimento dos recursos do financiamento, o que pode ser creditado tanto aos problemas verificados na estrutura institucional local, quanto aos problemas específicos das etapas de elaboração e execução física dos projetos, que vão desde mudanças bruscas na conjuntura

econômica, a adversidades climáticas e empecilhos de ordem legal e orçamentária, conforme relatado no tópico 2 deste Relatório;

- o volume de recursos comprometidos pelos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte é significativo. Porém, no caso da Bahia, Ceará e Pernambuco, está concentrado em obras de infra-estrutura. Os Estados de Minas Gerais e Piauí necessitam apresentar projetos em volume de recursos correspondente à metade do previsto em suas respectivas matrizes de subempréstimo;
- os subcomponentes relacionados com ações globais registram poucos projetos com recursos comprometidos;
- o desembolso dos recursos do financiamento também acompanha esse desempenho, o que denota a falta de priorização dessas ações por parte dos Estados submutuários;
- o desembolso de recursos do financiamento também está aquém do esperado, diante do tempo despendido na execução dos subprogramas, que foram contratados entre o início de 2004 e a metade de 2006;
- há um volume significativo de projetos em execução com recursos da contrapartida local, em sua maioria com recursos do Mtur, mas, que ainda não foram considerados elegíveis para o Programa, pela ausência da documentação necessária à análise;
- os recursos de contrapartida acatados no âmbito do Programa estão muito próximos ao limite mínimo de 40% previsto no Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR. Porém, os Estados da Bahia, Ceará e Piauí apresentam contrapartida abaixo do volume mínimo citado;
- se todas as obras/serviços em execução com recursos locais foram consideradas elegíveis para o Programa, a situação da contrapartida se regulariza;
- as matrizes de subempréstimo deverão ser ajustadas, de modo a registrar as reais necessidades de cada Estado e compatibilizar os recursos disponibilizados em moeda local, tendo em vista o cenário projetado para o mercado de câmbio;
- a matriz do Empréstimo 1392/OC-BR deverá ser ajustada às matrizes de subempréstimo, mediante remanejamento de fontes por categoria de investimentos e componente, de modo a não comprometer o fluxo de recursos para a execução dos projetos.

4. Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Programa

A sistemática para avaliação de resultados foi definida a partir do Marco Lógico, realizada quando do início do Programa. O Marco Lógico é um modelo analítico para orientar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de programas ou de projetos governamentais.

O Regulamento Operacional do Programa prevê a realização de seminários, oficinas, auditorias e mecanismos para a participação e controle social, com vistas ao acompanhamento do Programa. A natureza, complexidade e abrangência da ação coordenadora do BNB, necessária a realização de constantes intervenções, que perpassam todas as fases da execução (preparação de PDITS e projetos; análise de projetos e acompanhamento e avaliação dos resultados das ações e dos investimentos realizados). Todos esses instrumentos estão descritos e avaliados nos tópicos anteriores deste Relatório.

Dentre as responsabilidades atribuídas ao BNB no âmbito do PRODETUR NE/II, consta, como condição prévia ao primeiro desembolso de recursos de financiamento, a adoção de um plano para a implantação de um sistema informatizado para avaliação e acompanhamento do Programa e a disponibilização das respectivas informações através de um Centro de Informação ao Público. Esse plano foi submetido à apreciação do BID.

Quanto à avaliação dos resultados do Programa, entende-se que não é o foco principal de uma avaliação intermediária, ainda mais quando o ritmo do Programa é lento, com poucos projetos concluídos.

Nos tópicos seguintes serão descritos esses dois instrumentos e analisada a sua efetividade.

4.1. Marco Lógico do Programa

A falta de dados e de conhecimento do marco lógico e dos indicadores de monitoramento e avaliação do Programa é perceptível.

Além da falta de conhecimento do Marco Lógico, os que conhecem o instrumento admitem que os indicadores não medem as ações do Programa de maneira precisa. Valores de tributação de IPTU ou ISS dos municípios são impactados por diversos outros fatores além do turismo. Muitos dos indicadores se referem à capital do Estado e não especificamente ao Pólo.

Registra-se também que o turismo é uma atividade com elevado grau de informalidade, o que dificulta a mensuração de indicadores. Há dificuldades metodológicas e falta de padronização nas informações sobre fluxos turísticos e as informações sobre taxas de ocupação de rede hoteleira não são confiáveis, devido à pequena amostra de hotéis que disponibiliza a informação. Adicionalmente, a coleta

de dados elaborada pelas SETUR's foi descontinuada impossibilitando o monitoramento de alguns indicadores.

No regulamento há as seguintes atribuições que não estão ocorrendo a contento, por falta de uma sistematização dos resultados do programa:

a) é atribuição da UEE a "implementação de base de dados para supervisão de execução física e financeira de projetos, assim como para monitoria e avaliação da realização dos indicadores de desempenho do Programa em nível estadual";

b) caberá ao MTur coordenar a coleta de dados sobre turismo provenientes dos Estados, utilizando um sistema de informação a ser desenvolvido.

Na percepção das UEE's, o desenho do PRODETUR NE/II centralizou a execução e descentralizou a avaliação do resultado. E a ausência de um sistema de informação único dificulta o processo de avaliação do Programa.

A falta de dados sobre o turismo e a necessidade de informações para avaliar a eficácia do Programa não é um tema novo no PRODETUR. O Relatório de Avaliação do PRODETUR/NE-I realizado pelo Tribunal de Contas da União recomendou "[...] ao Banco do Nordeste que desenvolvesse instrumento eficaz para aferir os resultados socioeconômicos do PRODETUR NE/II[...] e instituísse indicadores de desempenho destinados ao acompanhamento e avaliação do Programa".

Uma questão pertinente é avaliar se é atribuição do BNB a elaboração e acompanhamento destes dados. Se essas informações foram limitadas ao PRODETUR, o BNB pode se responsabilizar por elaborar um sistema de indicadores que busque dados nos órgãos estaduais ou federais. Entretanto o que a avaliação de diagnóstico mostrou foi a falta de dados sobre o turismo e não de dados específicos sobre o PRODETUR/NE-II. A criação de um sistema de informações sobre o turismo, segundo a recente Lei Geral do Turismo, deverá ser coordenada pelo MTur.

O Marco Lógico do Programa foi elaborado com base no Marco Lógico anexo à Proposta de Empréstimo e nos indicadores do ISDP – *Informe de Seguimiento de Desarrollo del Proyecto*, instrumento utilizado pelo BID para monitorar o desenvolvimento do Projeto, tomando como referência os Pólos da Amostra – Sergipe, Bahia (Pólo do Descobrimento) e Rio Grande do Norte.

Para validar tal instrumento, o BID promoveu um seminário com todos os executores, que ao final indicou pela necessidade de substituição de alguns dos indicadores, tendo em vista a dificuldade para mensuração. Por exemplo: *"aumenta el porcentaje de personas em los municipios que tiene noción del papel del turismo em su comunidad*".

Apesar dos esforços voltados para a revisão do Marco Lógico, alguns desses indicadores ainda se mostraram de difícil mensuração, tendo em vista a não implementação do sistema nacional de informações turísticas, que pretendia nivelar as metodologias das pesquisas para composição do banco de dados estatísticos para

o turismo. Adicione-se a isto a descontinuidade das pesquisas por parte de alguns Estados, dificultando a construção de série histórica.

Outro aspecto que dificulta a avaliação do Prodetur Ne/II, consiste no fato de que os dados, quando disponíveis, abrangem o Estado como um todo ou somente capitais, não contemplando os municípios localizados no interior dos Estados.

A versão vigente do ISDP reflete o esforço do BNB e do BID para selecionar os indicadores de avaliação do Marco Lógico passíveis de mensuração, diante das deficiências anteriormente indicadas.

Finalmente, o diagnóstico da PBLM aponta que vários indicadores analisados podem apresentar o resultado esperado, sem, no entanto, poder-se atribuir o resultado ao Programa. Para destacar o impacto do Programa, o ideal seria comparar o comportamento do indicador nos municípios dos pólos com outros municípios, identificando-se o diferencial apurado como o impacto do Programa. Para tanto, sugere estabelecer grupos de controle no tocante a parcela significativa dos indicadores.

4.2. Sistemas Informatizados para o Acompanhamento e Avaliação do Programa

4.2.1. Sistema de Gerenciamento e Avaliação do Programa

Na primeira fase do Programa, o BNB dispunha de um sistema (S-054), através do qual era feito o controle financeiro das operações do PRODETUR/NE-I. Entretanto, esse sistema não atendia às necessidades da fase atual do programa, devido à sua complexidade.

Dessa forma, foi exigida para o PRODETUR/NE-II a concepção de um sistema mais abrangente, de forma a atender as especificações do Programa, permitindo um maior controle por parte do Banco e dos demais entes envolvidos.

Para atender a condição contratual acima citada, foi assinado em 28 de setembro de 2006 um contrato entre o BNB e a empresa SOFTPLAN – Planejamento e Sistemas Ltda, objetivando a aquisição de licença de uso do Sistema de Controle e Acompanhamento de Programas de Financiamento para o Setor Público, incluindo os serviços de apoio à sua implementação, compreendendo: implantação, integração ao ambiente computacional, treinamento, atualização de software e suporte técnico.

O sistema está subdividido em cinco módulos, quais sejam:

1. Programa – consiste no cadastro dos PDITS's e dos subempréstimos;

2. Projeto – consiste no cadastro dos projetos e dos processos de análise e aprovação dos aspectos técnicos, jurídicos e ambientais, bem como das respectivas solicitações de desembolso;

3. Licitação – permite o cadastro dos fornecedores, das licitações, dos contratos e a paralisação dos mesmos;

4. Financeiro – contempla o cadastro dos documentos fiscais emitidos pelas empresas executoras das obras e serviços, dos demonstrativos de gastos, bem como relatórios de acompanhamento dos desembolsos;

5. Avaliação de Resultados – Contempla o cadastro dos indicadores, com vistas à avaliação de resultados do Programa.

Atualmente os agentes envolvidos com a execução do programa já estão habilitados a utilizar o sistema nos respectivos processos.

Porém, quando o sistema foi implementado, diversos processos já haviam ocorrido, inclusive com obras/serviços concluídos. Na posição atual, o cadastramento dos dados históricos dos projetos financiados com recursos BID está concluído. Entretanto, encontram-se ainda em processo de cadastramento os dados históricos dos projetos com recursos de contrapartida, que não avança no ritmo esperado em virtude da demora no envio dos respectivos documentos por parte dos Estados submutuários.

O processo de desembolso já ocorre via Sistema, inclusive permitindo que as UEEs cadastrem os pedidos e medições/faturas e permitindo maior celeridade na tramitação dos processos e um melhor acompanhamento e gestão financeira do Programa por parte do BNB e dos submutuários.

Na avaliação da consultoria, o sistema é bem estruturado e adequado às necessidades, ressalvando-se, entretanto, que ele só entrou em operação em 2007 e que ainda não está inserida no sistema parcela substancial dos dados históricos da contrapartida local, impedindo a emissão de relatórios gerenciais consolidados sobre o Programa.

4.2.2. Centro de Informação ao Público

O Centro de Informações ao Público - CIP tem como objetivo dar publicidade ao estágio de execução dos projetos, ações e atividades vinculadas ao Programa, bem como aos indicadores de avaliação. O link funciona de forma interativa, propiciando o encaminhamento de comentários e sugestões por parte do público.

Esta ferramenta está integrada com o Sistema de Gerenciamento e Avaliação do PRODETUR/NE II, sendo atualizada em tempo real.

O acesso ao CIP se dá através da página da web do Banco do Nordeste, no link direcionado para o PRODETUR/NE-II (www.bnb.gov.br/prodetur/CIP).

Entretanto, é preciso avaliar que o acesso à Internet não está universalizado no Brasil, especialmente em municípios localizados no interior dos Estados. Durante as visitas aos Estados, esta ferramenta de divulgação não foi mencionada nas discussões realizadas, o que indica a falta de conhecimento dos participantes do PRODETUR NE/II.

4.2.3. Conclusões

Os mecanismos criados para o monitoramento e avaliação do Programa não estão funcionando a contento, tanto pelo atraso na implementação dos sistemas informatizados de gerenciamento e comunicação, ou mesmo pelas falhas no funcionamento das instâncias de governança implementados.

A avaliação dos resultados do Programa foi prejudicada em função de problemas que vão desde a definição dos indicadores à falta de padronização das metodologias de coleta de alguns dados, passando também pela descontinuidade na aplicação das pesquisas relacionadas à atividade turística por parte das Secretarias de Turismo Estadual.

Quanto aos indicadores de gestão municipal, por sua vez, cumpre ressaltar que: i) o impacto do Programa sobre os mesmos não deverá ser percebido na avaliação final, uma vez que as ações pertinentes serão implantadas nos últimos meses de desembolso; ii) o próprio Programa ao promover transferências voluntárias reconhecidas como contrapartida nacional do empréstimo do BID em níveis significativamente elevados em relação aos previstos, pode estar contribuindo para a evolução de indicadores do tipo: participação da receita tributária na receita total, no sentido contrário ao estabelecido como meta.

Sugere-se a definição de um grupo de controle para estes indicadores, permitindo comparar o comportamento do indicador nos municípios dos pólos com outros municípios não contemplados pelo Programa, identificando-se o diferencial apurado como o real impacto do Programa.

Finalmente, deve-se enfatizar que o CIP constitui um instrumento de divulgação do Programa de grande valia, carecendo, entretanto, de maior divulgação com a sociedade para atingir aos objetivos a que se propõe.

5. Avaliação e Propostas

5.1. Avaliação Geral do Programa

O **PRODETUR/NE-II** significa a continuidade de uma experiência do BID iniciada no Brasil com a primeira fase do Programa e que teve prosseguimento no **PROECOTUR** e nesta segunda fase, objeto da presente avaliação de meio termo. A percepção do Governo Brasileiro e do Banco é de que o Brasil possui atrativos culturais e naturais muito diversificados e diferenciados e que, dentre os motivos para que o Brasil não ocupe um papel no setor turístico mundial compatível com seu porte e com estes atrativos, estão: a carência de infra-estrutura, a necessidade de ordenamento territorial e de preservação/recuperação do patrimônio natural e cultural e a escassez de mão-de-obra qualificada.

Embora não suficientes estas condições são necessárias para que o turismo alcance um desenvolvimento sustentável.

O desenho do PRODETUR/NE-II procurou reforçar a experiência anterior agregando melhorias no que tange ao arranjo institucional para sua execução, ao processo de planejamento das ações e ao sistema de acompanhamento e avaliação. O presente tópico apresenta a avaliação de cada um destes itens, na visão da consultoria PBLM.

5.1.1. Avaliação da Estrutura Institucional do Programa

O Programa envolve vários pólos com potencial turístico diferenciado, abrangendo grandes e pequenos municípios, com expressivo poder sobre para legislar sobre o uso e ocupação do solo, corroborado pela Constituição de 1988, muitos deles sem a capacitação para apreender as conseqüências das decisões tomadas nessa área no longo prazo. Em termos de componentes, as intervenções previstas englobam atribuições das 3 esferas de governo, como, por exemplo: resíduos sólidos da alçada municipal, estradas estaduais e patrimônio histórico-cultural com predominância do Governo Federal (IPHAN).

Esse contexto resume uma multiplicidade institucional e setorial exigindo um arranjo institucional complexo quando comparado com programas de cunho setorial, como é o caso, por exemplo, de programas rodoviários ou de saneamento. Também colabora para esta complexidade a necessidade de participação social que foi uma das lições aprendidas na primeira fase do PRODETUR/NE.

Em relação ao desenho original previsto na Proposta de Empréstimo, as modificações ocorridas no desenho institucional abrangeram a criação do Conselho Consultivo e a ampliação do papel do MTur. Por outro lado, os municípios além de não atuarem como submutuários, como inicialmente previsto no caso de estados não elegíveis para contrair subempréstimo, tiveram sua participação, como co-executores, limitada em função de problemas de inadimplência e de falta de capacitação.

O Conselho Consultivo reuniu-se em apenas 3 oportunidades denotando pouca efetividade no que diz respeito a propor medidas para agilizar a implantação do Programa.

O MTur em função do volume de recursos aportados para o Programa, teve sua atuação ampliada, participando também da análise e acompanhamento dos projetos apoiados com recursos da União. Embora já previsto no desenho do Programa esses aportes assumiram papel preponderante. Como resultante registrou-se, no início da execução, um esforço duplicado de avaliação dos projetos pelo MTur e pelo BNB. Posteriormente esse processo foi simplificado, por meio de um aditivo ao termo de cooperação técnica, estabelecendo que apenas o MTur avalia projetos executados com recursos do Ministério, enquanto o BNB foca os recursos de financiamento. Essa alteração acelerou o processo de aprovação, mas o MTur avalia os projetos sem garantir o atendimento a todas as exigências do R.O. Esse é um exemplo de que o desenho do Programa é adequado e o que necessita ser aprimorado são os procedimentos operacionais, alinhando os critérios usados pelos dois órgãos.

Algo similar ocorre com os municípios. A Estrutura Institucional previa maior participação dos municípios no Programa, haja vista o volume de recursos destinados a ações de titularidade municipal, com recursos do financiamento e locais. Entretanto, em função das limitações dos municípios, o Estado assumiu financeiramente muitas dessas ações, as quais recebem recursos do financiamento, restringindo o poder de decisão dos municípios quanto aos investimentos prioritários.

Finalmente, no que tange às UEE's o desenho institucional previu um perfil adequado às exigências do Programa, o que fora observado num primeiro momento, mas, constatou-se que algumas sofreram processo de descontinuidade administrativa em função da mudança dos governos estaduais. Também foi constatado que existem deficiências no perfil técnico dos seus integrantes. O desenho previsto pressupunha que a equipe seria definida com base no perfil exigido para a condução de cada subprograma e que ocorreria capacitação para aprimoramento. Em muitos casos, a constituição formal das UEEs atende às recomendações do Programa, mas, a composição da equipe com a designação de pessoal não toma como base o perfil técnico exigido.

Na avaliação dos entrevistados, há um equívoco na denominação Unidade Executora, a qual deveria ser Unidade de Coordenação, haja vista que não cabe à UEE o papel de executar o Programa. Por outro lado, a função de executor de um Programa, se vista no seu aspecto geral, não se limita a executar intervenções específicas; envolve todas as atividades de revisão do planejamento; de acompanhamento físico das ações, dos indicadores de desempenho, contábil-financeiro; e de avaliação do Programa no Estado. O papel fim de executor das obras/serviços cabe aos diversos órgãos estaduais naquilo que lhes compete.

Tradicionalmente, o desenho institucional adotado pelos organismos multilaterais para programas nacionais ou regionais tem sido similar ao PRODETUR/NE, citando-se como exemplo o Habitar/BID, PASS/BID, PRÓAGUA. Uma inovação foi instituída pelo BID para atender a crescente demanda de recursos

internacionais por parte de municípios de grande e médio porte. Consiste na criação de uma linha de crédito condicionada para a realização de operações diretas com os municípios. Com base em uma amostra de 5 municípios foi desenhado um ciclo de projeto, identificados municípios e setores elegíveis. As novidades consistem em: i) a operação é preparada e acompanhada pela representação do BID em Brasília e o empréstimo pode ser contraído em reais; ii) para a preparação e supervisão de projetos o Banco contará com o apoio de Prestadores de Assistência Técnica – PAT's, empresas de consultoria ou organizações com experiência específica; e, iii) a avaliação institucional do município, confrontada com o grau de complexidade do Programa, definem a necessidade ou não de contratação de gerenciadora ou consultoria de apoio.

Embora existam poucos e recentes contratos em execução para permitir uma avaliação mais aprofundada, o modelo é considerado promissor. É provável que o PRODETUR Nacional reproduza um desenho institucional similar, pelo menos no que se refere à realização de operações diretas entre o BID e Estados/Municípios. Evidentemente esta opção somente pode ser adotada para novas operações.

Conclui-se, portanto, que dentro do contexto em que foi concebido, o desenho institucional do PRODETUR/NE-II, com os ajustes efetuados é válido, indicando-se como necessárias adequações relacionadas ao ciclo operacional e ao acompanhamento do Programa.

5.1.2. Avaliação do Ciclo Operacional do Programa

O PRODETUR/NE-II é composto por medidas estruturais e não estruturais, o que é comum em programas financiados com recursos de agências multilaterais de crédito, pois esses organismos tem uma preocupação crescente com a sustentabilidade institucional, ambiental e financeira dos projetos que financiam. Portanto, é possível a existência de programas apenas com componentes de fortalecimento institucional, como é o caso do PNAF, enquanto que a existência de um programa somente de infra-estrutura denotaria que todas as avaliações institucionais indicaram a inexistência de riscos de implantação e de sustentabilidade das obras e aquisições previstas, o que não é o caso da maior parte das instituições brasileiras.

A avaliação do PRODETUR/NE-I demonstrou que as ações foram concentradas em aeroportos e estradas, com o fortalecimento institucional relegado a segundo plano. Na estruturação do PRODETUR/NE-II o ciclo operacional buscou aprimorar três grandes temas: planejamento, capacidade local e participação.

De fato, a existência de PDTIS aprovado condicionando a contratação de subempréstimo forçou a elaboração de um plano, entretanto, em alguns casos todo o processo de elaboração do plano visou unicamente corroborar uma matriz de investimentos já pré-existente. Ademais não se sistematizou o processo, ou seja, não foi implementado e institucionalizado um processo de planejamento integrado que

permita o monitoramento e avaliação do PDTIS e sua permanente atualização, possibilitando ajustes e complementações oportunos.

Com relação às ações globais embora no desenho original concebido, a idéia fosse de priorizar essas ações, a premência das necessidades de infra-estrutura, a escassez de recursos de contrapartida e uma situação cambial adversa acabaram por flexibilizar esta concepção, permitindo que as obras de infra-estrutura fossem iniciadas antes mesmo de implantadas as ações de fortalecimento da gestão municipal, devendo tais ações ocorrer em paralelo.

Apesar das diversas necessidades dos Estados identificadas nos PDITS, o dimensionamento do Programa foi limitado pela capacidade de endividamento do submutuários ficando significativamente aquém das necessidades, o que foi agravado, conforme já mencionado, pela valorização do real durante o período de execução. Como resultado dos 11 estados elegíveis apenas 6 contrataram subempréstimos.

Do ponto de vista financeiro, o estágio atual do Programa revela um comprometimento dos recursos do financiamento (custos diretos) da ordem de 86% ao considerar a posição de 30 de junho de 2008 e 76%, considerando a posição de 30 novembro de novembro de 2008, em função da apreciação do dólar no período. Entretanto, o desembolso encontra-se no patamar de 38% dos custos diretos do financiamento, corroborando o diagnóstico do BID e do BNB de que o Programa necessita de um aditamento de prazo, cujo dimensionamento foi objeto da presente avaliação e está avaliado entre 2 e 2,5 anos contados a partir do término previsto para 27/09/2009.

Ademais do atraso inicial, atendimento às exigências para elegibilidade, que explica parte substancial da necessidade de aditamento do Programa foram identificados outros problemas, relacionados ao ciclo operacional, com impacto significativo no retardamento do avanço do Programa:

- dificuldade de entendimento das regras do Programa por parte dos órgãos executores, empresas executoras e supervisoras para a elaboração, execução ou acompanhamento de projetos;
- limitação de consultorias especializadas nas metodologias socioeconômicas aplicáveis ao Programa;
- superposição de instâncias de análise, como no caso dos processos licitatórios;
- ambigüidade na interpretação da legislação ambiental, inclusive quanto às atribuições dos entes envolvidos;
- impedimentos legais para a assinatura de convênios com municípios;
- dificuldade na obtenção de recursos para desapropriações e,
- despreparo das empresas supervisoras no tocante às questões ambientais.

A análise do avanço físico denota, ainda, que os recursos comprometidos estão voltados principalmente para obras de infra-estrutura em detrimento das ações globais. A posição de 30 de junho é de que o cumprimento da obrigação assumida pelos estados de realização destas ações teria que ser feita com recursos adicionais de contrapartida. No quadro atual e dependendo da evolução da paridade real/dólar considera-se que estas atividades poderão ser pelo menos parcialmente executadas com recursos já previstos no Programa.

Não obstante, uma vez que muitas obras de infra-estrutura estão contratadas e são realizadas principalmente com fonte BID e parcela substancial das ações globais (fonte local) encontra-se em fase de especificação, verifica-se que o avanço do Programa implicará no curto prazo aprofundamento significativo do leve desequilíbrio do pari passu verificado em novembro de 64% BID/36% contrapartida, na média do Programa.

Mesmo com o aditamento do prazo e a flexibilização temporária do pari-passu alguns riscos podem afetar o término da execução do Programa e requerem um monitoramento por parte dos seus gestores, pois em que pese os prazos estimados para conclusão das obras terem sido conservadores, demoras excessivas nos processos de desapropriação, licitatórios e de licenciamento ambiental podem comprometer significativamente os prazos previstos de conclusão das obras. Por outro, lado se as ações globais não forem devidamente priorizados pelos Estados as metas físicas deste componente poderão ser afetadas negativamente.

Outra ameaça consiste na preparação em paralelo do PRODETUR Nacional, criando expectativas de uma oferta de recursos mais abundantes e com regras de elegibilidade mais flexíveis. Este pode desarticular as ações em andamento no PRODETUR/NE-II, pois as mesmas equipes envolvidas na sua execução estão voltadas em alguns estados nas atividades de preparação do novo programa. De fato, esse impacto já se faz sentir no presente.

É importante lembrar que a política do Banco prevê que uma nova operação somente se concretiza se operações anteriores ou em execução com interveniência dos mesmos mutuários apresentam desenvolvimento satisfatório. Não obstante, é importante que à medida que o Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional prever flexibilizações em relação ao PRODETUR/NE-II, as mesmas, se pertinentes, devem ser incorporadas ao PRODETUR/NE-II de modo a evitar critérios de elegibilidade conflitantes.

5.1.3. Acompanhamento e Avaliação do Programa

Provavelmente um dos destaques da gestão do PRODETUR/NE-II seja a participação conjunta da sociedade civil, indústria do turismo e as três esferas de governo. A criação do conselho dos pólos que aprovaram as principais linhas de ação do programa (inclusive aprovação dos PDTIS) busca garantir esta participação.

O reforço da participação da sociedade civil no PRODETUR/NE-II reflete não apenas os resultados da avaliação da fase anterior do Programa, mas principalmente um modelo que vem se consolidando na sociedade brasileira com a criação de conselhos e envolvimentos de organizações não governamentais no processo deliberativo e executivo da gestão pública. Embora mais avançada e estruturada em alguns setores como o da saúde, essa participação é uma tendência e encontra-se em processo de disseminação no País.

Nesta fase do Programa, a participação pública não fica restrita ao conselho do pólo; audiências públicas são feitas antes da contratação/execução de diversas atividades (muitas são exigidas pela legislação nacional e não apenas pelo regulamento do programa). Isso não significa que não houve problemas com os processos participativos durante o programa, mas muitos dos problemas enfrentados ocorreram por falta da cultura de participação no Brasil. Cultura que o PRODETUR/NE-II está ajudando a construir, mas requer um espaço de tempo muito superior ao de um programa para se consolidar.

Ainda para possibilitar o acompanhamento do Programa por toda a sociedade o BNB instituiu o Centro de Informações ao Público – CIP instrumento acessível através da página do banco na Internet. Recomenda-se uma maior divulgação desse importante instrumento, além da sua constante atualização.

O software de acompanhamento do Programa entrou em operação em 2007. Como o Programa está em execução desde 2004, existe uma demanda significativa pelo cadastro de dados históricos, o que não permite ainda a plena utilização do sistema. Os controles ainda estão sendo feitos através de planilhas eletrônicas (Excel). A plena utilização do software permitirá a elaboração de relatórios para acompanhamento do Programa de forma mais rápida.

A ausência do software atualizado e o acompanhamento através de planilhas não comprometem o controle das informações. O BNB possui um bom controle através de planilhas. Quanto ao financiamento, os dados no sistema estão bem avançados, permitindo já algumas consultas e a tramitação dos desembolsos em tempo real, com a inserção de dados pelas Unidades Executoras e a validação final do BNB. Por outro lado, há uma grande defasagem no registro de dados referentes aos projetos da contrapartida local, especialmente as que envolvem recursos da União. O grande desafio do BNB é reunir os dados necessários para alimentar o sistema, permitindo que se tenha no curto prazo, um banco de dados confiável e atualizado, que possa gerar todos os relatórios gerenciais requeridos no Programa.

Quanto aos indicadores de avaliação, estes ainda não estão claramente definidos no Sistema, à luz do marco lógico. Existe uma linha de base e uma lista de indicadores, mas os mesmos ainda não estão devidamente inseridos e alimentados no sistema.

Entretanto, apenas alimentar os indicadores no sistema não garante a gestão do Programa por seus resultados. Percebe-se que o foco dos gestores estaduais está na execução dos projetos listados na Matriz de subempréstimo. Não se observa maior

preocupação por partes dos coordenadores do Programa em verificar se os projetos estão cumprindo os objetivos descritos no marco-lógico.

A falta de um acompanhamento/monitoramento do marco lógico pelos agentes do programa, destacando a falta de atuação do Comitê Consultivo pode ser minimizada ao sistematizar a atualização dos dados do Marco Lógico avaliando causas externas ao PRODETUR/NE-II que afetem os resultados dos indicadores. Por exemplo, a valorização do real incentiva que turistas brasileiros viajem ao exterior e turistas estrangeiros não viajem ao Brasil.

O acompanhamento do impacto do Programa exige que sejam levantados dados consistentes sobre o turismo e seu impacto na sociedade. Entretanto estas pesquisas não são realizadas sistematicamente e não possuem uma metodologia unificada. Muitos dados referem-se ao Estado ou à capital e não é possível obter dados específicos do Pólo. Também há dificuldade de obter dados sobre o turismo por ser uma atividade de grande informalidade e que impacta diversos setores, por exemplo: hotéis, restaurantes, serviços de transporte, atividades culturais,meio ambiente etc. Por falta de informações melhores foram definidos indicadores que não refletem o impacto direto do PRODETUR/NE-II. Como outras ações dos governos ou alterações macro econômicas podem afetar os indicadores escolhidos para avaliar o Programa, sugere-se que os indicadores municipais sejam comparados com um grupo de controle, isto é, municípios onde não ocorreram projetos do PRODETUR/NE-II. Desta forma pode-se estimar o real impacto do programa.

Finalmente, registra-se que devido à descontinuidade do levantamento de parte dos indicadores de monitoramento do Programa haverá o risco de ficar prejudicada na sua essência a Avaliação de impacto do Programa.

5.2. Proposições

Diante da avaliação levada a efeito são sugeridas a seguir propostas, num primeiro plano, para melhorar o desempenho e assegurar a conclusão do PRODETUR/NE-II a contento. Em segundo plano, são delineadas medidas aplicáveis para futuras operações.

Ressalta-se que algumas das medidas sugeridas já se encontram em andamento e algumas delas foram sugeridas pelos órgãos intervenientes captadas no processo de diagnóstico.

5.2.1. Proposições para o Horizonte do PRODETUR/NE-II

Com foco na celeridade da execução do Prodetur NE/II, o BNB deverá desenvolver gestões junto aos diversos parceiros, com foco na superação dos entraves identificados, identificando-se como prioridades:

a) Gestões junto à SEAIN:

- Negociar a prorrogação do prazo de execução do Programa por mais 01 ano, contada a partir de setembro de 2009, quando todas as obras/serviços devem estar em execução, permitindo uma avaliação mais precisa quanto ao prazo final. Caso existam obras e/ou serviços que demandem um prazo superior ao ora proposto, caberá uma nova negociação para assegurar a completa execução dos mesmos;

b) Gestões junto ao BID:

- solicitar redução temporária do pari passu financeiro da execução, para a proporção 80% BID e 20% contrapartida local, de forma a não comprometer os desembolsos, com o reestabelecimento gradual da regra originalmente estabelecida na medida em que as contrapartidas locais já aportadas venham a ser reconhecidas no Programa;
- buscar apoio na sensibilização dos Estados submutuários para maior compromisso com os resultados do Prodetur NE/II, esclarecendo que o BID tem como política para aprovar uma nova operação, a exigência de um desempenho a contento das operações em curso;
- incorporar ao PRODETUR/NE-II possíveis flexibilizações inseridas nas regras do Prodetur Nacional, que contribuam para maior celeridade na execução;
- negociar critérios mais flexíveis para avaliar as obras executadas ou em execução com recursos locais e que não foram precedidas dos estudos de viabilidade socioeconômica previstos no R.O. Para que tais obras possam ser reconhecidas como contrapartida ao Programa deve-se avaliar se não registram problemas técnicos e ambientais e se guardam conformidade com a legislação nacional, demonstrando-se, ainda, que estão em operação regular e atendem aos fins do Programa;
- avaliar a pertinência da manutenção do subcomponente Planos e Campanhas de Marketing no Prodetur NE/II, em função do prazo de execução do Programa e da ausência do Estudo de Demanda, cuja elaboração não é factível no curto prazo. Para garantir a representatividade do Componente “Promoção de Investimento Privado” na matriz de investimento do Programa, as alternativas possíveis são:

- ü realização, de imediato, do Estudo de Demanda com recursos do Programa, para permitir o desenho dos Planos e Campanhas de Marketing e a sua implementação, o que requereria um maior elastecimento no prazo do Programa, tendo em vista tratar-se de um trabalho de razoável grau de complexidade; ou,
- ü redirecionamento dos recursos alocados ao subcomponente Planos e Campanhas de Marketing para o subcomponente "Treinamento, Seminários e Oficinas de Trabalho", cuja demanda supera os recursos previstos na matriz de financiamento, especialmente se considerada a demanda dos municípios de capitais;

c) Gestões junto ao MTur:

- promover a revisão conjunta do Termo de Cooperação Técnica, de modo a ajustar o fluxo operacional, alinhando procedimentos, principalmente no que se refere à unificação dos critérios de elegibilidade das ações do Programa;
- identificar mecanismos que permitam maior agilidade no encaminhamento ao BNB dos pareceres finais de prestação de contas dos convênios executados para permitir a contabilização da despesa no PRODETUR/NE-II;
- avaliar a possibilidade do Mtur aportar recursos adicionais da União para permitir a execução de ações para as quais os recursos do financiamento se mostrem insuficientes, seja em função da variação cambial, seja pela demanda de recursos para projetos em execução;
- sugerir a realização, com maior freqüência, de reuniões do fórum Comitê Consultivo, para identificar ações que possibilitem melhor avanço do Programa, com periodicidade que permita o seu monitoramento e adoção de medidas compartilhadas que gerem resultados mais céleres;
- promover discussão sobre a sistematização das pesquisas turísticas, pelo menos nos Estados submutuários, que permitam alimentar os indicadores de monitoramento do Programa e revisar os PDITS;

d) Gestões junto aos Estados/UEEs:

- apoiar a revisão das Matrizes de Investimento para adequar as demandas de projetos à disponibilidade de recursos e às condições de exeqüibilidade dos mesmos;
- solicitar Plano de Ação indicando as etapas a serem cumpridas por projeto e as estratégias para superação das dificuldades existentes, estabelecendo agenda de compromisso com prazos e responsáveis definidos;

- promover reuniões sistemáticas com as UEEs, para acompanhar a execução da matriz de cada Estado, com intervalos de periodicidade menor nos estados com situação mais crítica;
- motivar um melhor aproveitamento das consultorias de apoio técnico, no caso do CE e PE, visando acelerar a preparação e/ou adequação dos projetos prioritários;
- promover reuniões com os órgãos ambientais para priorizar os projetos do PRODETUR (licenças, estudos) e sensibilizá-los quanto à necessidade de acompanhamento do cumprimento da legislação e das exigências impostas nas licenças emitidas durante a execução das obras;
- promover reuniões com órgãos executores locais responsáveis pela preparação de projetos com execução ainda não iniciada para acelerar o seu desenvolvimento;
- participar de reuniões com as construtoras para discutir procedimentos de execução e assegurar o cumprimento de cronogramas;
- participar de reuniões com os novos Prefeitos dos Municípios beneficiados no Programa para sensibilizá-los quanto à importância da implementação dos Planos de Fortalecimento Municipal, formatando, na seqüência os Termos de Referencia necessários para elaboração dos Planos;
- solicitar a retomada das reuniões dos Conselhos de Turismo, para que desempenhem suas funções no Pólo, utilizando a experiência da Bahia e do Rio Grande do Norte como prática bem sucedida de participação da sociedade. É importante que os conselheiros sejam realimentados com informações sobre os resultados das ações aprovadas ou revalidação de ajustes ou complementações necessários em projetos já aprovados.

Além das gestões necessárias junto aos demais parceiros do Programa, caberá ao BNB, internamente, desenvolver as seguintes ações:

- construir um Plano de Ação Global para o Programa, a partir da consolidação dos cronogramas de execução elaborados pelas UEEs, com base nas ações constantes das matrizes de subempréstimo a serem revisadas;
- rever os fluxos internos de análise e acompanhamento, para dar maior agilidade aos processos e adequá-los à demanda do Plano de Ação Global;
- alinhar o planejamento das atividades de sua equipe técnica com o planejamento das atividades das UEEs, de forma a atender as demandas de análise e acompanhamento no menor prazo possível;
- intensificar o acompanhamento das obras através de visitas de inspeção periódicas, para identificar possíveis problemas que possam comprometer o cronograma das obras e indicar as medidas cabíveis para sua solução;
- agilizar o cadastramento dos dados históricos no Sistema de Gerenciamento do Programa, para possibilitar a emissão de relatórios gerenciais consolidados, incluindo dados de monitoramento;

- propor ao BID a inclusão de municípios de controle para avaliar o comportamento de indicadores de gestão em áreas não atendidas pelo Programa;
- manter o Centro de Informações ao Público – CIP atualizado e promover a divulgação do mesmo.

5.2.2. Proposições para o Desenho de Futuras Operações

As sugestões relacionadas adiante têm por objeto auxiliar o desenho de futuros Programas de Turismo:

a. a elaboração do R.O. deve estar sujeita a uma coordenação técnica que gerencie as diferenças de enfoque entre os diferentes especialistas e que permita gerar um documento integrado, evitando fragmentações, duplicidade de ações e, principalmente, evitar interpretações distintas das regras dependendo do anexo utilizado como referência. Sugere-se um documento mais sucinto com explicitação de minutas do Termos de Referência;

b. o BID opera atualmente com a Matriz de Resultados em substituição ao Marco Lógico, não obstante permanece válida a necessidade do estabelecimento de indicadores de desempenho e de impacto focalizados para avaliar as ações do Programa e factíveis do ponto de vista da sua obtenção;

c. concepção de Sistema de Gerenciamento e Avaliação incluindo sua implementação prévia ou concomitante com o início do Programa;

d. desenvolver estudo para determinar o perfil demanda potencial de turistas ao Brasil gerando elementos para o desenvolvimento de produtos turísticos ajustados a estes perfis e viabilizando a execução de planos de marketing destinados a captar o fluxo potencial;

e. centralizar esforços na estruturação pelo MTur de um sistema de informações turísticas com metodologia unificada de coleta e tratamento das informações, com processo de amostragem suficiente para gerar informações desagregadas por município;

f. articular o enfoque estratégico dado ao setor turístico nas dimensões nacional, regional e local, alicerçado no perfil da demanda potencial e nas informações estatísticas sistematizadas, de modo a permitir definir as pertinências de atuação por produto, destino e/ou pólo;

g. revisão no modelo do PDITS proposto no TR, tendo em vista institucionalizar um sistema de planejamento integrado e não a elaboração e validação de um plano de ações;

h. estudar a possibilidade de elaboração prévia dos projetos prioritários com recursos do Programa ou de Cooperação Técnica associada, de modo a agilizar a execução;

i. quanto à administração de Programas sugere-se, enquanto são avaliadas as experiências em andamento de consultoria de apoio e sistema misto de apoio ao gerenciamento transformado após um determinado período em consultoria de apoio, a adoção desta última solução;

j. articular os diversos Programas existentes de modo a aproveitar potenciais sinergias e alavancagem de recursos para o setor turismo.

ANEXOS

Anexo I - Atribuições e Competências dos Agentes Envolvidos com o Programa

BNB - *EQUIPE CENTRAL DE GESTÃO – ECG*
ü coordenação geral do Programa. ü coordenação de atividades dos órgãos executores do Programa; ü planejamento da execução do Programa, com base nas clausulas estabelecidas no contrato de empréstimo com o BID; ü verificação do cumprimento das condições de acesso aos recursos do Programa; ü realização da articulação com as secretarias competentes para avaliar a capacidade financeira e fiscal dos Estados; ü Condução, junto ao BACEN, do processo de autorização para contratação dos subempréstimos com os Estados; ü orientação e análise dos PDITS e encaminhamento ao BID para aprovação; ü análise de projetos e emissão de relatórios técnicos, com as condições para contratação; ü encaminhamento ao BID dos projetos que requeiram sua não objeção prévia. ü avaliação e encaminhamento do PDITS e projetos correspondentes aos respectivos níveis do BN para aprovação; ü elaboração de contratos entre o BN e o Estado; ü desenvolvimento e divulgação do modelo de documentos de licitação e termos de referência para aquisição de bens e serviços de consultoria; ü supervisão e aprovação dos processos de licitação e aquisição; ü supervisão periódica do alcance dos parâmetros de referência; ü performance da supervisão técnica e ambiental dos projetos e preparação dos correspondentes relatórios de progresso de execução; ü gerenciamento do sistema de monitoria e avaliação do Programa; ü supervisão e aprovação dos processos de licitação e aquisição; ü apresentação dos relatórios consolidados anuais de progresso de execução, de auditorias ambientais parciais realizadas nos projetos de infra-estrutura, de relatórios anuais consolidados de manutenção, e avaliação ex-post para o BID; ü responsabilidade pela monitoria das condições contratuais estabelecidas; ü manutenção de registros contábeis e financeiros adequados que permitam identificar apropriadamente fontes e aplicações dos fundos do Programa, com recursos do empréstimo e de outras fontes de recursos gerenciados pelo BN; ü preparação e apresentação dos pedidos de desembolso ao BID e de justificativas de despesas elegíveis; ü preparação/apresentação de estados financeiros consolidados auditados ao BID; ü apresentação de relatórios do uso do Fundo Rotativo a cada seis meses; ü autorização de transferência dos recursos à UEE através de prestação de contas; ü abertura e manutenção de conta bancária especial para a administração dos recursos do empréstimo. ü composição e fornecimento de dados do Sistema Gerencial e Financeiro do Programa;

Anexo I - Atribuições e Competências dos Agentes Envolvidos com o Programa (Continuação)

BNB - *EQUIPES DESCENTRALIZADAS*
ü apoio à ECG nas atividades que lhe são inerentes, acompanhando junto à UEE as ações necessárias ao bom andamento dos processos e do Programa. ü acompanhamento junto à UEE no encaminhamento da documentação complementar dos projetos, processos licitatórios e instrumentos contratuais; ü análise dos processos com vistas ao desembolso do financiamento ou reconhecimento de despesas para efeito da contrapartida local e registros no sistemas gerenciais e de acompanhamento; ü acompanhamento técnico e inspeções ambientais do conjunto de projetos, através da realização periódica de vistorias; ü emissão de relatórios técnicos de acompanhamento; ü acompanhamento junto à UEE da adoção de medidas corretivas apontadas nos relatórios de vistorias; ü solicitação de informações a UEE para subsidiar os relatórios do Programa; ü análise crítica dos dados recebidos da UEE e encaminhamento à ECG.

MINISTÉRIO DO TURISMO
ü coordenar com o BN e os Estados a provisão de contrapartida local; ü selecionar e contratar, com recursos de contrapartida, estudos de demanda regional e avaliação ambiental estratégica; ü coordenar a coleta de dados sobre turismo provenientes dos Estados, utilizando um sistema de informação a ser desenvolvido; ü apoiar a pesquisa de temas relacionados ao turismo no âmbito estadual; ü coordenar atividades de propaganda e publicidade relativas aos pólos turísticos com a Empresa Brasileira de Turismo -EMBRATUR; ü participar de seminários regionais e estaduais sobre turismo; ü prover assistência técnica ao BN e aos Estados com relação ao planejamento e desenvolvimento turísticos. ü Apoiar os Estados na elaboração dos PDITS ü Validar os PDITS aprovados pelo Banco do Nordeste e Conselho de Turismo, antes do seu encaminhamento ao BID.

Anexo I - Atribuições e Competências dos Agentes Envolvidos com o Programa (Continuação)

ESTADOS - *UNIDADES EXECUTORAS ESTADUAIS – UEE*
ü aporte e controle da contrapartida na conta vinculada; ü preparação dos PDITS para cada pólo turístico e sua apresentação aos Conselhos de Turismo para discussão e validação; ü orientação aos co-executores sobre os critérios de qualificação estabelecidos; ü monitoria da preparação e do processo técnico de execução dos projetos; ü encaminhamento de toda a documentação de projeto, incluindo a relacionada a aquisições, à ECG para aprovação; ü preparação e apresentação de relatórios de obras e manutenção de equipamentos à ECG; ü implementação de base de dados para supervisão de execução física e financeira de projetos, assim como para monitoria e avaliação da realização dos indicadores de desempenho do Programa em nível estadual; ü preparação e apresentação de relatórios anuais de progresso de execução à ECG; ü promoção da participação dos co-executores e da sociedade civil na avaliação dos resultados parciais dos projetos e avanços durante a execução. ü abertura e manutenção de contas bancárias especiais para o manejo e administração dos recursos do Programa, assim como dos recursos de contrapartida; ü manutenção de registros financeiros e contábeis adequados relacionados com o gerenciamento dos fundos do Programa; ü prestação de contas à ECG no que se refere à preparação dos pedidos de desembolso e demonstrações financeiras do Programa; ü adequado registro da documentação referente as despesas elegíveis para inspeção pelo pessoal do BID e/ou auditores externos do Programa.

CO-EXECUTORES
ü preparação de estudos de viabilidade técnica e desenhos finais de projetos e sua submissão à UEE; ü preparação de termos de referência para contratação de serviços e especificações técnicas para aquisição de equipamentos e para contratação de obras; ü cumprimento de processos de licitação e preparação de acordos de contratos; ü aprovação de relatórios provisórios e finais de serviços de consultoria contratados, assim como assegurar a recepção final de obras e bens de acordo com o contrato assinado; ü encaminhamento de relatórios de supervisão técnica e ambiental à UEE correspondente; ü preparação de boletins de faturas e certificados de conclusão de obras e serviços bem como apresentação da documentação correspondente à UEE

Anexo I - Atribuições e Competências dos Agentes Envolvidos com o Programa (Continuação)

CONSELHO DE TURISMO

- discussão, recomendação de modificações e ratificação do PDITS, dos projetos integrantes, e de suas prioridades;
- contribuição para o processo de revisão e atualização dos PDITS;
- atuação como instrumento de divulgação dos resultados e ações do Programa para a população local;
- promoção de consulta junto as partes interessadas e afetadas durante as fases de execução e monitoria.

COMITÊ CONSULTIVO

- análise, discussão e proposição de diretrizes para as programações anuais de investimentos do programa, com vistas a melhor utilização de recursos da contrapartida alocada pelo Mtur;
- proposição de diretrizes para a utilização dos recursos da parcela da contrapartida alocada pelo Mtur;
- acompanhamento da execução do Programa e apoio ao Banco do Nordeste na solução de problemas inerentes a essa execução;
- análise dos relatório de monitoria da execução do programa e apresentação de propostas de ajustes na atuação dos atores envolvidos;
- formulação de sugestões de aperfeiçoamento nos instrumentos de execução do Programa, inclusive deste Regulamento Operacional.

Anexo II – Composição da Equipe Central de Gestão

EQUIPE	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA
01 Gerente da Central	Formado em Direito. Participou de Curso APG-Sênior da Amaná Key. Integrante da equipe técnica que atuou na 1ª fase do PRODETUR/NE-II.
01 Gerente Executivo para o Acompanhamento Financeiro dos Projetos	Formada em Economia e Especialista em Gestão Contemporânea no Setor Público. Integrante da equipe técnica que atuou na 1ª fase do PRODETUR/NE-II.
01 Gerente Executivo para Análise e Acompanhamento Físico dos Projetos	Formado em Engenharia Química e Mestre em Engenharia Civil
03 Analistas da Área Financeira	1º- Formado em Ciências Contábeis e cursando Especialização em Administração Financeira 2º - Formado em Economia 3º - Formado em Administração de Empresas
03 Analistas da Área Jurídica	1º - Formado em Direito e Engenharia Civil e cursando Especialização em Direito e Processos Administrativos 2º - Formado em Direito e Ciências Contábeis 3º - Formado em Direito, Especialista em Direito e Processo Administrativo e Gestão Hoteleira e Mestre em Direito
04 Analistas de Engenharia	1º - Formado em Engenharia Civil e Mestre em Irrigação e Drenagem 2º - Formado em Engenharia Civil 3º - Formado em Engenharia Civil e Mestre em Engenharia de Materiais 4º - Formado em Engenharia Civil e Especialista em Engenharia e Segurança do Trabalho
01 Especialista em Meio Ambiente	Formado em Arquitetura, Especialista em Avaliação Ambiental e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente
01 Especialista em Desenvolvimento Institucional	Formado em Urbanismo
01 Especialista em Capacitação Profissional e Empresarial	Formada em Turismo e especialista e Administração Financeira e Políticas Públicas
Pessoal de Apoio	01 Estagiário do Curso de Direito, 01 bolsista de nível médio e 02 terceirizados para apoio administrativo

Anexo III – Composição da Equipe Prevista para as Unidades Executoras Estaduais

Orgão / Divisão	Estrutura (UEE)	Documentos Legais
BAHIA		
Secretaria de Cultura e Turismo / Super Investimentos em Pólos Turísticos	Superintendência	1. Decretos nº 4.073, de 22.03.1995 2. Decreto Simples, publicado no DOE em 04.01.2003
	Assessoria	
	Diretoria Administrativa	
	Diretoria de Acompanhamento e Controle	
	Diretoria de Projetos	
CEARÁ		
Secretaria de Turismo / Unidade Executora Estadual	Coordenação Geral	Portaria nº 223/2001, de 07.12.2001
	Gerência de Transportes e Rodovias	
	Gerência de Saneamento Básico	
	Gerência de Meio Ambiente	
	Gerência de Desenvolvimento Institucional	
	Gerência de Patrimônio Histórico e Artístico	
	Gerência Administrativa e Financeira	
	Assessoria Jurídica	
	Assessoria de Coordenação	
MINAS GERAIS		
Secretaria de Turismo / Unidade Executora Estadual	Coordenação Geral	Resolução SETUR nº 12, de 26.09.2007
	Coordenação de Operações	
	Coordenação Administrativa e Financeira	
	Coordenação de Aquisições	
	Assessoria Técnica	
	Assessoria de Sistemas de Tecnologia e Informação	
	Assessoria Jurídica	
	Especialistas Técnicos e equipe de Apoio	
PERNAMBUCO		
Secretaria de Turismo / Unidade Executora Estadual	Gerente Geral	Decreto nº 25.593, de 01.07.2003
	Superintendente de Gestão	
	Superintendente Técnico	
	Gestor de Projetos	
	Coordenador de Articulação	
	Coordenador de Contratos e Convênios	
	Assessor	
	Chefe de Apoio aos Municípios	
	Chefe de Apoio Institucional	
	Função Gratificação de Supervisão	
	Função Gratificação de Apoio	
PIAUÍ		
Secretaria de Turismo / Unidade Executora Estadual	Coordenação Geral	Decreto nº 12.288, de 29.06.2006
	Gerência Técnica Operacional	
	Gerência Administrativa	
	Coordenação de Meio Ambiente e Infra-estrutura	
	Coordenação de Fortalecimento Institucional e Capacitação	
	Coordenação de Licitação e Contratos	
	Coordenação de Acompanhamento Financeiro	
RIO GRANDE DO NORTE		
Secretaria de Turismo / Unidade Executora Estadual	Coordenadoria Administrativa Financeira	Portaria nº 07/2003, de 29.04.2003
	Coordenadoria Operacional	
	Coordenadoria Técnica	
	Coordenadoria Jurídica	
	Subcoordenadoria de Meio Ambiente	
	Subcoordenadoria de Resíduos Sólidos	
	Subcoordenadoria de Transportes	
	Subcoordenadoria de Saneamento	
	Subcoordenadoria de Gestão Municipal	
	Subcoordenadoria de Patrimônio Histórico	
	Subcoordenadoria de Informática	
	Assistentes de Apoio	

Anexo IV – Projetos Concluídos por Componente, Subcomponente, Estado e Fonte de Recursos

PROJETOS	ESTADO	FONTE
2. CUSTOS DIRETOS		
2.1. Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo		
2.1.1. Gestão Administrativa e Fiscal		
2.1.2. Gestão Municipal do Turismo		
Elaboração do PDM de Serro	MG	Local
Elaboração do Plano de Diretor Municipal Participativo Ilha Grande	PI	Local
Plano Diretor Municipal Ceará-Mirim (Revisão)	RN	Local
Plano Diretor Municipal Nísia Floresta (Revisão)	RN	Local
Plano Diretor Municipal São Gonçalo do Amarante (Elaboração)	RN	Local
2.1.3. Gestão de Resíduos Sólidos		
Elaboração do Plano Diretor Regional de Resíduos Sólidos	RN	Local
2.1.4. Proteção de Recursos Naturais		
Recuperação e Educação Ambiental na Bacia do Rio dos Mangues	BA	BID
Plano de manejo do Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Pico do Itambé e APA Estadual Águas das Vertentes	MG	Local
Elaboração de Planos de Manejo e Gestão APA Genipabu e Bonfim/Guarairas	RN	Local
2.1.5. Patrimônio Cultural		
Recuperação do Palacete Bernardo Martins Catharino - Museu Rodin	BA	BID e Local
Recuperação do Forte Sto Antonio Alem do Carmo	BA	BID
Elaboração Estudos Socioeconomicos dos Projetos Patrimônio Histórico de Fortaleza	CE	BID
Recuperação e Requalificação do Engenho São João na Ilha de Itamaracá-Etapa I	PE	Local
2.1.6. Urbanização de Áreas Turísticas		
Elaboração do projeto de Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí	BA	BID
Revitalização Urbana Pecém	CE	Local
Urbanização da Praia do Taíba	CE	Local
Urbanização de Paracuru	CE	Local
Urbanização de Lagoinha - Paraipaba	CE	Local
Elaboração do Projeto de Sinalização Turística	PI	Local
Urbanização da Orla da Redinha	RN	Local
2.2. Planejamento Estratégico, Capacitação, Infra-estrutura		
2.2.1. Planejamento Estratégico		
Elaboração dos PDITS - Salvador e Entorno, Litoral Sul e CD	BA	Local
Implementação do Proj.de Fort.Instit.do Órgão Gestor do Turismo	BA	BID
Elaboração do Projeto de Sinalização do Pólo Litoral Sul	BA	Local
Elaboração do Projeto de Sinalização da Costa do Descobrimento - CD	BA	Local
Pesq. diag. e elab.dos proj.de capacitação:Litoral Sul e SSA e Entorno	BA	BID
Diagnóstico da Demanda e Oferta de Capacitação	CE	Local
Base Cartográfica dos Municípios do Pólo Costa do Sol	CE	Local
Elaboração do PDITS	MG	Local
Elaboração dos projetos de melhoramento e pavimentação asfáltica da MG 010 no trecho que liga o município de Conceição do Mato Dentro ao de Serro, incluindo o contorno da cidade de Serro	MG	Local
Elaboração dos projetos de melhoramento e pavimentação poliédrica do trecho Diamantina a Milho Verde	MG	Local
Elaboração dos projetos de melhoramento e pavimentação poliédrica do trecho Milho Verde a Serro	MG	Local
Elaboração dos projetos de melhoramento e pavimentação poliédrica do trecho de São Gonçalo do Rio Preto ao Parque Estadual do Rio Preto	MG	Local

Anexo IV – Projetos Concluídos por Componente, Subcomponente, Estado e Fonte de Recursos (Continuação)

PROJETOS	ESTADO	FONTE
2.2. Planejamento Estratégico, Capacitação, Infra-estrutura		
2.2.1. Planejamento Estratégico		
Elaboração do PDITS	PE	Local
Elaboração do Projeto de Sinalização Turística	PE	BID
Elaboração do PDITS Pólo Costa do Delta	PI	Local
Elaboração do Projeto de Restauração de 10 km da rodovia PI-210 Ilha Grande/Parnaíba	PI	Local
Elaboração do Projeto de Restauração de 03 km da rodovia PI-210 Ilha Grande/Porto dos Tatus	PI	Local
Elaboração do Projeto de Restauração de 08 km da rodovia PI-116/315 Coqueiro/Entroncamento	PI	Local
Elaboração do Projeto de Restauração de 09 km da rodovia PI-116/315 Macapá/Entroncamento	PI	Local
Elaboração do PDITS Pólo Costa das Dunas	RN	Local
Revisão do PDITS do Pólo Costa das Dunas	RN	Local
Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal	RN	Local
Elaboração dos Projetos Executivos de Transportes e Recup. Áreas Degradadas	RN	Local
Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Turística	RN	Local
2.2.3. Capacitação Profissional		
Elaboração da Pesquisa Diagnóstica e do Programa de Qualificação Profissional e Empresarial	PE	Local
Diagnóstico da Capacitação de Mão-de-obra	RN	Local
2.2.4. Água e Saneamento		
Ampliação do SES de Porto Seguro - B e C	BA	Local
SES de Canavieiras	BA	Local *
SAA de Barra Grande – Maraú - Sondagem	BA	BID
Implantação do SAA de Imbassaí	BA	Local *
Implantação do SAA de Sirinhaém	PE	Local
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Orla de Atalaia	PI	Local
Elaboração do Projeto de Água e Esgoto de Barrinha - Cajueiro da Praia	PI	Local
Ampliação da Estação de Tratamento D'água de Parnaíba-ETA 4	PI	Local*
2.2.5. Obras de Infra-estrutura		
PRAD da Rodovia Santa Cruz Cabrália/Belmonte	BA	BID
Implantação da Sinalização Turística da Costa do Descobrimento	BA	BID e Local
Rodovia Barrento - Aracatiara	CE	BID
Ampliação e Melhoria do Aeródromo JK de Diamantina	MG	Local
Alça Sul - Complexo Viário do Aeroporto do Guararapes	PE	Local *
Restauração de 10 km da rodovia PI-210 Ilha Grande/Parnaíba	PI	Local *
Restauração de 03 km da rodovia PI-210 Ilha Grande/Porto dos Tatus	PI	Local*
Restauração de 08 km da rodovia PI-116/315 Coqueiro/Entroncamento	PI	Local*
Restauração de 09 km da rodovia PI-116/315 Macapá/Entroncamento	PI	Local*
Restauração Entr.PI-315 (Macapa) ao Entr.BR-402 (Camurupim) 19,4km	PI	Local*
Sinalização Turística	RN	BID
Elaboração de Base Cartográfica para os Municípios do Pólo	RN	BID
Recuperação de Passivo Ambiental/Áreas Degradadas Rodovias PRODETUR I	RN	BID
Rodovia Pipa Simbaúma (proteção das falésias de Pipa)	RN	Local
Ampliação do Centro de Convenções de Natal	RN	Local

Anexo V – Previsão de Conclusão dos Projetos

PROJETOS	PREVISÃO
BAHIA	
Implantação da APA Caraíva/Trancoso	dez/09
Implantação da APA Baía de Camamu	dez/09
Elaboração do Plano de Manejo – APA Ponta da Baleia	dez/09
Implantação da APA do Guaibim	dez/09
Elaboração do Projeto de Sinalização do Pólo Chapada Diamantina	dez/09
Elab.e Implant.de PDLU/Destino Final da Sede e Ilhas de Cairu e Boipeba	fev/10
Elaboração do Projeto de Urbanização da Orla de Guaibim	fev/10
Urbanização Paisagística e Funcional do Centro Histórico de Itaparica e Bica de Itaparica	fev/10
Elaboração e implantação de PDLU em Valença	mar/10
Implantação do PDLU de Camamu	mar/10
Elaboração do PDLU/Aterro/Coleta Seletiva na Península de Maraú	mar/10
Elaboração do Projeto de Melhoria da Sinalização Turística do Pólo Salvador e Entorno	mai/10
Melhoria do Terminal Marítimo de Camamu	mai/10
Implantação do PDLU de Itacaré	jun/10
Execução dos Planos de Gestão Fiscal	jul/10
Implementação dos Planos de Gestão Municipal do Turismo	jul/10
Recuperação do CHS - 6ª Etapa	set/10
Sinalização Turística da Chapada Diamantina - 1a etapa	out/10
Execução das Obras de Urbanização de Morro de São Paulo	nov/10
Recuperação do Portal da Misericórdia	dez/10
Implantação do PDLU da Costa do Descobrimento	ago/11
PRAD dos Lixões da Costa do Descobrimento	ago/11
Execução das Obras de Urbanização da Orla de Guaibim	ago/11
Implantação do PDLU/Aterro/Coleta Seletiva na Península de Maraú	set/11
Capacitação Profissional do Pólo Litoral Sul	jan/12
Capacitação Profissional do Pólo Salvador e Entorno	jan/12
Capacitação Empresarial do Pólo Litoral Sul	jan/12
Capacitação Empresarial do Pólo Salvador e Entorno	jan/12
CEARÁ	
Rodovia Aracatiara-Itarema	mar/09
Rodovia Jijoca de Jericoacoara - Parazinho	mar/09
Rodovia Parazinho – Granja	mar/09
Rodovia Amontada - Aracatiara - Icaraí	dez/09
Rodovia Granja - Viçosa do Ceará	ago/09
Implantação do Projeto de Fortalecimento Institucional da SETUR	ago/09
Recuperação da Igreja da Nossa senhora da Conceição e Seminário da Prainha	nov/09
Recuperação do Teatro Carlos Câmara	set/09
Capacitação Profissional e Empresarial - Pólo Costa do Sol	ago/10
Restauração do Museu Sacro de Aquiraz	ago/09
Rodovia - Acesso a Lagoinha (binário)	Mar/09
Urbanização da Praia de Iracema	ago/09
Recuperação da Praça da Matriz de Aquiraz	abr/09
Recuperação do Prédio da EMCETUR	nov/09
Recuperação do Mercado da Carne	ago/09
Urbanização da Orla de Camocim	ago/10
Saneamento de Cumbuco	ago/10

Anexo V – Previsão de Conclusão dos Projetos (Continuação)

PROJETOS	PREVISÃO
CEARÁ (Continuação)	
Saneamento de Jericoacoara	ago/09
Implantação de Aterro Sanitário em Paracuru	ago/10
MINAS GERAIS	
Fortalecimento Institucional da Unidade Executora Estadual - UEE	dez/09
Fortalecimento Institucional da SETUR	dez/09
Elaboração do Plano de Capacitação profissional e empresarial	dez/09
Treinamentos, Seminários e Oficinas (capacitação empresarial)	dez/09
Elaboração do PDM de Capelinha	mar/10
Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Pólo	mar/10
Elaboração do Plano para Preservação de Mananciais e Controle da Água	mar/10
Execução do Projeto de Sinalização Turística	abr/10
Melhoramento e pavimentação poliédrica do trecho Milho Verde a Serro	jun/10
Implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto	jul/10
Supervisão de obras rodoviárias	jul/10
Melhoramento e pavimentação poliédrica do trecho Diamantina a Milho Verde	set/10
Implementação do projeto de capacitação da população e do profissional	nov/10
Implementação de Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal	dez/10
Implantação do Terminal Rodoviário Turístico de Diamantina	fev/11
Implantação do Terminal Rodoviário Turístico de Serro	fev/11
Restauração do Casarão de Minas Novas	abr/11
PERNAMBUCO	
Elaboração dos Projetos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Recife	dez/09
Elaboração dos Projetos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Olinda	dez/09
Elaboração de Projetos de Fortalecimento Municipal de Itapissuma, Itamaracá e Igarassu	dez/09
Atualização do Plano Diretor Municipal Sirihaém	dez/09
Elaboração do Plano Diretor do Distrito Estadual de Fernando de Noronha	dez/09
Elaboração do Plano Diretor de Rio Formoso	dez/09
Revisão do Plano Diretor de Tamandaré	dez/09
Elaboração do Relatório Técnico Preliminar, Projeto Básico e Estudos complementares: SAA e SES de Cabo de Santo Agostinho; SAA e SES de Igarassu; SAA e SES de Itamaracá; SAA e SES de Itapissuma.	dez/09
Plano de Preservação e de Gestão do Sítio Histórico de Vila Velha, em Itamaracá	dez/09
Implantação do Projeto de Fortalecimento e Estruturação do Órgão Gestor de Turismo do Estado - SETUR/EMPETUR	dez/09
Atualização Projeto Perenização BR-363 no DEFN	dez/09
Implantação de SAA e SES da praia de Gaibu c/supervisão	dez/09
Adequação e Complementação SES Rio Formoso	dez/09
Implantação de ciclovia, pista de cooper e interseções - Rod PE 009 Trecho: N.Srª do Ó / Vila de Porto de Galinhas	dez/09
Duplicação da Rodovia - Trecho Porto de Galinhas / Maracaípe c/supervisão	dez/09
Implantação e pavimentação da PE-051 trecho Serrambi / Porto de Galinhas	dez/09
Plano de Reflorestamento para Areas Degradadas de DEFN	fev/10
Requalificação do Sítio Histórico de Igarassu	fev/10
Projeto de Restauração e Requalificação do Engenho Monjope, em Igarassu	mar/10

Anexo V – Previsão de Conclusão dos Projetos (Continuação)

PROJETOS	PREVISÃO
PERNAMBUCO (Continuação)	
Recuperação e Requalificação do Engenho São João na Ilha de Itamaracá- Etapa II	mar/10
Implantação do Projeto Paisagístico e de Revitalização da Vila dos Remédios DEFN	mar/10
Implantação da Estação Cultural Museu da Cidade do Recife no Forte de Cinco Pontas	jun/10
Implantação Travessia Rio Ariquindá, Pavimentação da Via de Contorno de Tamandaré e Via Penetração Sul com PRAD e Supervisão de Obras	jun/10
Pavimentação do Trecho PE – 35 / Praia do Pontal, em Itamaracá	jun/10
Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Res. Sólidos do Litoral Norte	jul/10
Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Res. Sólidos - Fernando de Noronha	jul/10
Elaboração do Plano Integrado de Resíduos Sólidos em Ipojuca	jul/10
Revisão e Implantação do Plano de Manejo da APA de Guadalupe	jul/10
Elaboração do Plano de Manejo do Parque Santo Inácio em Tamandaré	jul/10
Implantação do projeto de Sinalização Turística do Pólo Costa dos Arrecifes	ago/10
Restauração e Revitalização do Forte Santo Inácio e Parque Municipal, em Tamandaré	set/10
Requalificação e Complementação do Mercado Eufrásio Barbosa	set/10
Projeto de Recuperação e Requalificação de Vila Velha na Ilha de Itamaracá.	set/10
Requalificação Urbana da Vila de Porto de Galinhas	set/10
Implantação do Projeto Trilhas do Patrimonio de Recife	set/10
Requalificação Urbana do Molhe de Brasília Teimosa e acesso ao Parque das Esculturas	set/10
Requalificação do Cais do Apolo e da Praça da Cruz do Patrão, no Bairro do Recife	set/10
Implantação do Projeto dos Caminhos do Recife - Etapa I	set/10
Estruturação da Capacidade técnico operacional da UEE –Consultoria	set/10
Implantação do programa de qualificação profissional para o turismo	set/10
Implantação do programa de qualificação empresarial para o turismo	set/10
Complementação do SAA e SES de Fernando de Noronha	set/10
Compensações do TAC de Tamandaré	set/10
PIAUÍ	
Elaboração do Projeto de Restauração do Porto das Barcas – Parnaíba	out/09
Execução do Projeto de Sinalização Turística	out/09
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo sustentável - PDITS Pólo das Origens	dez/09
Execução do Plano de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo/Parnaíba	dez/09
Execução do Plano de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo/Luís Correia	dez/09
Execução do Plano de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo/Cajueiro da Praia	dez/09
Execução do Plano de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo/Ilha Grande	dez/09
Execução do Plano de Manejo do Parque Zoobotânico de Teresina	dez/09
Execução do Projeto de Controle Ambiental das Dunas da Lagoa do Portinho	jan/10
Execução do Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Costa do Delta)	fev/10
Elaboração do Projeto Executivo da Adutora do Litoral	fev/10

Anexo V – Previsão de Conclusão dos Projetos (Continuação)

PROJETOS	PREVISÃO
PIAUÍ (Continuação)	
Execução do Projeto de Desenvolvimento Institucional do Órgão Gestor de Turismo (SETUR/PIEMTUR) e sistema Integrado de Informações e Estatísticas de Turismo do Estado)	mar/10
Implementação do Programa de Capacitação Profissional e Empresarial	mar/10
Execução do Programa de Capacitação Empresarial	mar/10
Promoção Turística no Pólo Costa do Delta	mai/10
Execução do Projeto de Urbanização da Orla da Praia de Atalaia	jul/10
Execução do Projeto de Implantação do apoio Turístico e Urbanização do Porto dos Tatus	jul/10
Execução do Projeto de Restauração do Porto das Barcas – Parnaíba	mar/11
Contratação de Consultoria para reforço da Capacidade Operacional da UEE	indef
Restauração de 03 km entron. PI -116/Carnaubinha	indef
RIO GRANDE DO NORTE	
Atualização/Implementação Planos de Fortalecimento de gestão municipal e Fiscal	fev/10
Implantação Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	fev/10
Elaboração de Plano de Recuperação da APA dos Corais	fev/10
Reestruturação da Secretaria de Turismo	fev/10
Treinamento Profissional e Capacitação da População Local	mar/10
Capacitação Empresarial	mar/10
Sistema de Esgotamento Sanitário de Cotovelo/Pirangi/Pium	jun/10
Museu da Rampa de Natal	set/10
Urbanização da Orla de Muriu	set/10
Urbanização da Orla de Jacumã	set/10
Urbanização da Orla de Pitangui	set/10
Urbanização da Orla de Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte	set/10
Sistema de Esgotamento Sanitário de Tibau do Sul e Pipa	set/10

Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: **Programa de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal**

País: **Brasil**

Setor/Subsetor: **Turismo TU**

Equipe de Projeto Original:

Carmen Altes, RE1/EN1, Eduardo Figueroa, COF/CBR, Marco Antônio Mendes, COF/CBR

Número(s) de Empréstimo(s), CT(s): **1216/OC-BR**

Data de Apresentação ao QRR: **29 de Julho de 2008**

Data de Aprovação Final:

Equipe PCR: Autor(a) Principal e Membros:

Jorge Alberto Meza Robayo, Consultor en Recursos Naturales, COF/CBR
Juan Poveda, Especialista Setorial e Chefe da Equipe de Projeto, COF/CBR
Claudia Nery, Especialista Setorial, COF/CBR
Jose L. Vàzquez, Especialista do Setor Financeiro, COF/CBR
Benard Darnel, Consultor BID

DEV
DEVELOPMENT EFFECTIVENESS AND STRATEGIC PLANNING DEPARTMENT

Acrônimos e Abreviações

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCI	Comitê de Coordenação Institucional
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
CONAMAZ	Conselho Nacional da Amazônia Legal
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FGV	Fundação Getulio Vargas
GTC	Grupos de Assessoramento
GTOs	Grupos Técnicos Operacionais
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Implementação do Projeto
ISDP	Informativo do Sistema de Desempenho do Projeto
MET	Ministério do Esporte e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTUR	Ministério do Turismo
NGP	Núcleos de Gerenciamento do Programa
OD	Objetivo de Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PCR	Project Completion Report
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PÓLOS	Pólos de Ecoturismo, são zonas prioritárias nas quais o poder público implantará projetos e normas visando à atração de empreendimentos ecoturísticos particulares
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia (do MMA)
SDS	Secretaria de Políticas Para o Desenvolvimento Sustentável (do MMA)
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
UGP	Unidade de Gerenciamento do Programa

ECOTURISMO - *O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.*

Diretrizes para uma Política de Ecoturismo (1994)

Índice

I. Informação Básica 1

II. O Projeto 2

a. Contexto do Projeto 2
b. Descrição do Projeto 3
i. Objetivo(s) de Desenvolvimento 3
ii. Componentes 4
c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) 5

III. Resultados 5

a. Efeitos Diretos 5
b. Externalidades 6
c. Produtos 7
d. Custo do Projeto 9

IV. Implementação do Projeto 9

a. Análise de Fatores Críticos 9
b. Desempenho do Mutuário/ Agência Executora 11
c. Desempenho do Banco 11

V. Sustentabilidade 11

a. Análise de Fatores Críticos 11
b. Riscos Potenciais 12
c. Capacidade Institucional 12

VI. Monitoramento e Avaliação 12

a. Informação de Resultados 12
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post 12

VII. Lições Aprendidas 13

Anexos

ANEXO 1A e 1B.	Custo do Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	15
ANEXO 2.	Ata da Reunião Técnica de Encerramento e Anexos	17
ANEXO 2A.	Lista dos Participantes	20
ANEXO 2B.	Síntese dos Resultados	21
ANEXO 2C.	Resumo do PROECOTUR	26
ANEXO 3.	Avaliação do Mutuário	41

I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US$)

N0 PROJETO: BR 0262

TITULO: Programa de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR

Mutuário: República Federativa do Brasil
Agência Executora (AE): Ministério do Meio Ambiente - MMA

Empréstimo (s): 1216/OC-BR
Setor: Turismo TU

Instrumento de Empréstimo: TC Loan

Data da Aprovação pelo Diretório: 27 Outubro de 1999
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 8 Agosto 2000

Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 6 Outubro 2000

Meses em Execução:
*** Desde a aprovação: 109**
*** Desde a efetividade do contrato: 99**

Períodos de Desembolso
Data Original de Ultimo Desembolso: 8 Agosto 2003
Data Atual de Ultimo Desembolso: 8 Fevereiro 2008
Extensão Acumulada (Meses): 54

Montante do Empréstimo(s)
*** Montante Original: 11,000,000 US$**
*** Montante Atual: 4,188,366 US$**
*** Pari Passu (se aplicável): 73.75%**
Houve Redirecionamento de recursos de [ ] para [ ] este projeto?
[ ] N/A (*Favor marcar opção correspondente)*
Montante US$:

Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:
Numero de Projeto(s) ou sub-empréstimo de onde foram redirecionados:

Montante US$:

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Não
Equidade Social (SEQ): Não
Classificação Ambiental: A, B, ou C
Não houve uma classificação ambiental geral. De acordo com a Proposta de Empréstimo o Projeto não antecipa efeitos ambientais ou sociais negativos. O Projeto não se enquadra na política do Banco de Combate a Pobreza e/ou de Equidade Social.

Desembolsos
*** Montante atual: 4,188,366 US$**
100.0%

Custo total do projeto (estimativa original): 13,800,000 US$

Em estado de "Alerta"
Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	[ ] Muito Provável (MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)
PI	[ ] Muito Satisfatório(MS)	[**x**] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório(I)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[ ] Muito Provável (MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

A região denominada Amazônia Legal foi estabelecida no Art. 2 da Lei Federal nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Trata-se de um conceito político relativo à necessidade do Governo de planejar e promover o desenvolvimento da Região. A Amazônia Legal é compreendida pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, o Norte de Mato Grosso, parte do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º, e cinco municípios do atual Estado de Goiás.

A Região abrange aproximadamente 5,217 milhões de km², correspondendo a 61% do território nacional, e está conformada por 775 municípios. Segundo a IBGE, em 2004, a Região abrigava uma população de 17 milhões ou 12,32% da população brasileira, sendo que 39% deste contingente é concentrado em 26 municípios, com mais de 100 mil habitantes. Dos municípios mais populosos, desempenham função de metrópoles regionais a cidade de Belém, capital do Pará, atualmente com aproximadamente 2.0 milhões de habitantes, e Manaus, capital do Estado de Amazonas, com 1.6 milhões.

A Amazônia Legal faz parte da grande bacia do Rio Amazonas, a mais extensa bacia hidrográfica do planeta, formada por um emaranhado de 25.000 km de rios, quase todos navegáveis, nos quais circula um terço da água doce do mundo. No território brasileiro, a Floresta Amazônica ou Hiléia em si, cobre uma área de 78% da cobertura vegetal do Brasil, o que corresponde a 30% das reservas mundiais, e se estende por uma área de pelo menos 4,5 milhões de km², abrigando mais que 1,5 milhão de espécies vegetais e animais, das quais foram, até agora, classificadas, no máximo, 500.000, o que resume sua grande riqueza e potencial em recursos genéticos.

Os esforços ao longo dos anos para proteger este valioso patrimônio biológico não alcançaram os efeitos desejados. A degradação e o desmatamento florestal afeta grandes áreas da região, alcançando mais que 13% da superfície florestal original. Por outro lado, as áreas protegidas pela lei como reservas e parques naturais representam apenas 1,85% do território nacional, enquanto na Amazônia Legal, as áreas protegidas por leis federais, representam apenas 3.2% da área da Região.

Por sua dimensão territorial e posição diferenciada que ocupa no cenário geopolítico da América do Sul, nas últimas décadas Amazônia tornou-se cada vez mais o centro das atenções da política internacional, notadamente pelos riscos que a destruição da maior floresta do mundo poderia acarretar ao equilíbrio global. Ao mesmo tempo, no nível nacional, aumentou a atenção de grupos ambientalistas, da mídia, da população e do Governo Brasileiro, vendo Amazônia não apenas como recurso natural que deve ser preservado para a humanidade, mas também como fonte de riqueza que poderia ser aproveitada em benefício da população regional e para o país como todo. Assim surgiram atividades e iniciativas para harmonizar a conservação e o desenvolvimento sustentável dos recursos da floresta tropical.

Um dos resultados desta nova postura foi a criação, em 1990, do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7, financiado pelos sete países mais ricos do mundo - Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, França, Japão, Itália e Canadá. Este programa, administrado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA junto com o Banco Mundial, apóia uma série de projetos pilotos visando a conservação e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e humanos da região, proporcionando lições para atividades futuras, a proteção da biodiversidade, e a promoção e ensino do conceito de desenvolvimento sustentável junto as comunidades locais.

Como resultado da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Rio de Janeiro de 1992, o Governo do Brasil estabeleceu uma Política Nacional Integrada para Amazônia Legal que, em julho de 1995, foi aprovado pelo Conselho Nacional para Amazônia Legal – CONAMAZ. Esta declaração de políticas foi um avanço decisivo para o estabelecimento de uma estratégia básica, de princípios, de metas, métodos e instrumentos para adotar e implementar novas medidas e, portanto para promover o equilíbrio necessário entre o crescimento socioeconômico e a preservação dos recursos naturais da região. Os poderes para promover, coordenar e supervisionar as medidas pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica foram outorgados ao Ministério do Meio Ambiente através de sua Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA. No mesmo intuito, o SCA criou um conselho intersetorial federal de alto nível: o Comitê de Coordenação Institucional – CCI, o Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo na Amazônia – GTC e Grupos Técnicos Operacionais – GTOs nas zonas prioritárias selecionadas.

Para promover o ecoturismo a nível nacional, o MMA ordenou a preparação de Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Foi nesse contexto que se iniciou a preparação do PROECOTUR como parte de uma estratégia para preservar e proteger os enormes recursos genéticos e naturais da floresta tropical da Amazônia e para demonstrar que, através do ecoturismo, seria possível obter ao mesmo tempo os objetivos econômicos e ambientais almejados para a Região Amazônica. Desde 2003, o MMA comparte responsabilidade política no tema Ecoturismo, com o Ministério do Turismo do Brasil, instituido nesse ano.

Concebido com a finalidade de estabelecer estratégias de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, o PROECOTUR atua no sentido de maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dessa atividade, gerar alternativas às atividades degradadoras do meio ambiente, criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável.

A meta do programa é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados. O propósito é estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluíndo os investimentos requeridos, que possibilitarão aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) se preparar para administrar

suas áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável e adequadas, com planejamento, assistência técnica e capacitação.

O Projeto, aprovado em outubro de 1999, com Contrato de Empréstimo assinado em agosto de 2000, teve um prazo original de execução de 36 meses, entretanto, por diversos motivos, sofreu atrasos necessitando prorrogações sucessivas de 54 meses. O prazo para desembolsos foi encerrado apenas em fevereiro de 2008.

Nos anos iniciais, não houve dificuldades significativas de implementação em decorrência do modelo institucional adotado. Entretanto, as equipes de alguns Estados eram frágeis, situação exacerbada em 2003, após a mudança dos governos estaduais no início desse ano. Ocorreram muitas alterações no quadro de pessoal bem com, em alguns casos, mudanças em função da transferência do núcleo de coordenação (NGP) para outro setor da administração estadual. Depois da mudança do Governo no início desse ano e em decorrência do concurso público no final de 2003, para substituir os técnicos contratados para a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) no Ministério de Meio Ambiente (MMA) através do PNUD, na administração anterior, houve a perda de excelentes profissionais e grande alteração na equipe da UGP a partir de 1º janeiro de 2004, contribuindo para uma execução mais lenta. Em dezembro de 2004 ocorreu a terceira substituição do Coordenador Geral do Programa desde janeiro de 2003. Em 2005, o Programa deixou de fazer parte da Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA e passou a fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS.

A Fase I do Programa consistiu da implantação de ações focadas no planejamento estratégico local e regional, com objetivo de indicar as estratégias, diretrizes e instrumentos que irão nortear o desenho e a implementação da Fase II. Apesar dos atrasos e diversas dificuldades na execução bem como a redução dos investimentos programados, o propósito da Fase I foi alcançado. Quanto ao alcance dos objetivos do Programa estabelecidos no Marco Lógico, tais como o aumento em 20% do número das empresas de ecoturismo operando na região ou o aumento de 20% do fluxo de turistas na região em relação aos níveis de 2002, dependerá, pelo menos em parte, dos investimentos previstos na Fase II ou de projetos e programas com objetivos semelhantes promovidos pelo setor público e/ou privado nos próximos anos.

No intuito de promover o ecoturismo e as possibilidades de implementar uma segunda Fase do PROECOTUR, foi assinado em agosto de 2004, um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Ministério do Turismo – MTur, consolidando a parceria entre as duas instituições nessa área. Por meio deste Acordo, o MMA transferiu para aquele Ministério a coordenação das ações relativas à preparação e execução da Fase II e que será executada em parceria com o MMA. O MMA responderá, ainda, pelas questões ambientais afetas ao Programa nesta próxima fase.

Apesar de que ainda não existe uma definição final sobre o encaminhamento a ser dado pelo Governo Brasileiro para a negociação da Fase II, o cenário mais provável sendo considerado pelo Governo é a tomada de empréstimos diretos pelos Estados, em articulação com o Governo Federal e aval da União. Também se encontram em análise as possibilidades de alocação de recursos federais do MMA e MTur em contrapartida aos projetos estaduais.

Pelo anterior e considerando as boas perspectivas de futuros investimentos em ecoturismo na Amazônia pode-se concluir que o PROECOTUR continuará sendo prioritário para todas as instâncias de governo, bem como para o setor privado. Quanto ao contexto geral do setor, em decorrência da nova conjuntura internacional em relação ao turismo, existe uma forte expectativa de que o turismo no Brasil intensifique-se cada vez mais nos próximos anos, beneficiando todas as regiões do país, inclusive a Amazônia.

Atualmente, o Banco está implementando uma linha de financiamento para o desenvolvimento do turismo a nível nacional (PRODETUR Nacional). Em caso de que Estados da Amazônia apliquem a esta linha de financiamento, os resultados obtidos com o Proecotur, deverão ser considerados no desenho e implementação dos projetos correspondentes. A esse respeito, vale salientar que os estados do Pará, Amapá e Tocantins já manifestaram sua intenção de apresentar cartas consulta para participar no PRODETUR. Na gestão desse processo haverá a necessidade de considerar e/ou aproveitar os estudos e trabalhos do PROECOTUR.

b. Descrição do Projeto

i. Objetivo(s) de Desenvolvimento

Não houve alteração do Objetivo de Desenvolvimento conforme estabelecido no Anexo A do Contrato de Empréstimo, e sinteticamente no PPMR, a seguir:

Promover o desenvolvimento sustentável do ecoturismo na Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias, incluíndo investimentos essenciais, que permitam preparar os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins para administrarem de forma eficiente áreas ecoturísticas selecionadas. (Anexo A)

Estabelecer um marco adequado e criar as condições necessárias que permitam aos 9 estados da amazônia brasileira se prepararem para administrar de forma responsável e eficiente, as suas áreas de ecoturismo. (PPMR)

ii. Componentes

Componente I: Planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal: consiste na preparação de estudos, dirigidos ao planejamento de atividades de ecoturismo em diversos níveis, e a estabelecer e gerir novas áreas protegidas. O componente inclui:

(a) Estratégia de turismo sustentável na Amazônia Legal: elaboração de estratégia destinada a determinar o alcance, principais questões, oportunidades e restrições que devem ser consideradas na avaliação do potencial turístico da região. Esta estratégia será complementada por duas análises identificando os investimentos necessários à potencialização dos recursos turísticos avaliados.

(i) Um estudo da demanda nacional e internacional do tipo de ecoturismo que a Amazônia Legal pode oferecer para avaliar a posição competitiva da região nos principais mercados internacionais e as necessidades e preferências dos ecoturistas.

(ii) Uma análise das normas federais e estaduais que afetam o turismo e ecoturismo e sobre as regulamentações financeiras no intuito de criar em cada Estado o quadro normativo apropriado a um ecoturismo funcional e sustentável.

(b) Estratégias estaduais e locais de ecoturismo: elaboração de estratégias de ecoturismo para os Estados do Acre, Amapá e Roraima que incidirão sobre recomendações específicas para o desenvolvimento de ecoturismo sustentável em áreas selecionadas. Realização de quatro estudos estratégicos para áreas específicas nos Estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins.

(c) Estudos para o planejamento e a gestão ou para o estabelecimento de áreas protegidas com potencial de ecoturismo: necessários para a gestão das áreas federais e estaduais protegidas já existentes e para o estabelecimento de novas áreas protegidas.

Componente II: Gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas: realização de pequenas obras públicas de infra-estrutura, em sua maioria destinadas a melhor conservar os produtos naturais utilizados e melhorar as áreas turísticas, bem como de estudos de pré-viabilidade e viabilidade para futuros investimentos públicos. O componente inclui:

(a) Planejamento dos Pólos de ecoturismo: preparação e implementação de planos em Pólos de Ecoturismo dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. O objetivo é preparar os Estados para administrar os Pólos de ecoturismo de maneira responsável e eficiente. Os planos deverão incluir: (i) avaliação das atividades e da viabilidade de implementação de ecoturismo; (ii) avaliação da capacidade receptiva do lugar para determinar o tipo e magnitude dos investimentos; (iii) planejamento do uso do solo como base para a delimitação de zonas de proteção e de serviço para minimizar o impacto social negativo; e (iv) identificação de investimentos necessários em infra-estrutura para receber turistas.

(b) Investimento essenciais nos Pólos de ecoturismo: realização de obras de infra-estrutura essenciais, em locais específicos dos Pólos de Ecoturismo e indispensáveis para conservar as áreas naturais ou facilitar o ecoturismo: (i) cais fluviais; (ii) construção de postos avançados; (iii) pequenos centros de informação e áreas de descanso e obras de infra-estrutura ao longo das trilhas; e (iv) proteção de cavernas e sítios arqueológicos.

(c) Estudos dos projetos de infra-estrutura para a segunda etapa de investimentos: estudos de pré-viabilidade e viabilidade das obras de infra-estrutura pública identificadas para eventual financiamento numa segunda etapa, e de acordo com os seguintes critérios: (i) estar situados nos Pólos de ecoturismo ou em outras áreas priorizadas nos estudos; (ii) deverão ter investimentos prioritárias nesses locais específicos e deverão estar associados aos investimentos realizados na primeira etapa descritos no parágrafo "b" anterior e (iii) a localização das obras deve indicar alta probabilidade de aumento de turismo devido à proximidade da entrada ou qualidade da atração turística. Os critérios para o tipo do projeto são: (1) manter a qualidade das atrações ambientais para o turismo; (2) manter a qualidade dos habitats humanos e atrações; (3) minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente; e (4) melhorar o acesso a locais próximos dos pontos de entrada identificados para o turismo.

Componente III: Fortalecimento do segmento ecoturístico: assistência técnica e capacitação de pessoal em diversos níveis, de forma a permitir o desenvolvimento de um ecoturismo sustentável no Brasil. O componente incluiu:

(a) Assistência técnica: realização das seguintes tarefas correlacionadas: (i) avaliação dos pontos fortes e fracos das empresas de ecoturismo que estão operando nas áreas selecionadas; (ii) assistência técnica às empresas de ecoturismo com base nessa avaliação; e (iii) divulgação de melhores práticas.

(b) Capacitação: cursos específicos para: (i) princípios gerais de ecoturismo; (ii) planejamento do ecoturismo; (iii) diretrizes para melhores práticas em atividades de ecoturismo; (iv) licenciamento ambiental de atividades comerciais de ecoturismo; (v) financiamento das atividades de ecoturismo; (vi) estatísticas e informações sobre turismo; (vii) gestão das áreas protegidas; e (viii) seminários especialmente orientados para investidores em turismo.

c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)

NA

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	[ ] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (i)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DO (s) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	**Indicadores Chaves de Efeitos Diretos**	
	Efeitos Diretos Planejados:	**Efeitos Diretos Obtidos**
1. Estabelecer um marco adequado e criar as condições necessárias que permitam aos 9 estados amazônicos brasileiros se preparar para administrar de forma responsável e eficiente, as suas áreas de ecoturismo.		Excetuando os atrasos na execução, até o final de 2007, praticamente todas as atividades e metas previstas para a 1º Fase do PROECOTUR tinham sido concluídas satisfatoriamente.
	1. Em 2003, os nove Estados participantes já dispõem de estratégias que permitam desenvolver o ecoturismo	1. O objetivo da 1º Fase foi alcançado. Desde o início do Projeto, houve um amplo envolvimento de todos os estados da Amazônia Legal. Os nove Estados deram início e avançaram na construção de suas estratégias de ecoturismo, definindo suas respectivas prioridades, preparando-os para administrar de forma responsável e eficiente, as suas áreas de ecoturismo e estabelecendo as condições para permitir a implementação das atividades previstas na próxima etapa.
	2. Em 2003, se há definido a regulamentação e os procedimentos para financiar atividades de ecoturismo, os quais são compatíveis com a legislação existente.	2. Uma finalização de procedimentos para o financiamento de atividades de ecoturismo depende da implementação da 2º Fase.
Clasificación: Provável	3. Em 2003, se há concluído as obras civis de infra-estrutura que permitem resguardar as áreas selecionadas, e que oferecem melhores instalações para alojamento de turistas.	3. Foi realizado um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura de apoio aos atrativos locais, na criação e gestão de unidades de conservação, bem como em fortalecimento institucional dos órgãos estaduais de turismo, que trouxe um outro patamar de governança na região, além do apoio em fortalecimento institucional junto aos órgãos estaduais de turismo ou de meio ambiente, que tem proporcionado a consolidação dessas instituições.
	4. Em 2003, se há concluído todos os estudos de pré-viabilidade e viabilidade e os EIA necessários para o futuro financiamento de projetos de uma segunda fase.	4. No âmbito do Programa foi realizada a elaboração de diversos projetos técnicos para a implantação de infra-estrutura, os quais poderiam ser contemplados numa eventual segunda fase. Dentre estes se citam projetos de aeroportos, estradas, terminais fluviais turísticos e projetos de saneamento ambiental. Foram elaboradas as sínteses das estratégias e planos, e publicadas em 2007.
Reformulação. [x] N/A Não houve reformulação do Projeto		
PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas conseqüências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metas. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso. Não houve reformulação de objetivos ou retrofitting do PPMR além dos ajustes no formato do PPMR em 2002 e novamente em 2007. [x] N/A		

Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):			
[ ] Muito Provável(MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (LP)	[ ] Improvável (I)

Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.

- O PROECOTUR deu início e foi a base imprescindível para a institucionalização governamental do turismo nos estados da Amazônia Legal. Antes do Programa, nenhum Estado contava com secretarias exclusivas de turismo ou equivalentes em operação. Hoje, todos os 9 estados da Região contam com Secretarias específicas de turismo efetivamente implantadas. Além do mais, alguns Estados já implantaram agências de promoção turística, como é o caso da Amazonas Tur/AM, da Paratur/PA e da ADTUR/TO.
- O PROECOTUR financiou a elaboração de Planos de Manejo e Uso Turístico para algumas unidades de conservação federais, estaduais e municipais, criando condições que não existiram antes, para ampliar a sustentabilidade e viabilizar as atividades turísticas dessas UCs.
- O PROECOTUR financiou pequenas obras de infra-estrutura para preservar atuais atrativos naturais, implantou diversos Centros de Atendimento ao Turista e Terminais Fluviais Turísticos, e realizou investimentos na elaboração de 20 projetos executivos de diversas obras previstas para a Fase II.
- O PROECOTUR investiu de forma significativa no treinamento e capacitação de atores locais envolvidos no turismo (26 oficinas de sensibilização com participação total de mais de 1.000 pessoas, em 2005, e 45 cursos de capacitação para 1.241 pessoas).
- O retorno esperado dos investimentos em ecoturismo na Amazônia permitiria prever que o PROECOTUR continuará sendo prioritário para todas as instâncias de Governo e também para o setor privado. Em decorrência da nova conjuntura internacional em relação ao setor, existe uma expectativa de que o turismo no Brasil intensifique-se nos próximos anos, beneficiando todas as regiões do país, inclusive a Amazônia.

Até o momento a segunda fase não foi incluída no "pipeline" do Banco e nem apresentada à consideração da COFIEX. Ainda não foi definido qual deverá ser a fase de investimentos do Programa em infra-estrutura. O Governo Federal tem dado mostras de que uma eventual continuidade do Programa poderá ser de responsabilidade dos Estados da Amazônia, os quais negociariam diretamente com o Banco, os investimentos para o ecoturismo, dependendo da capacidade financeira e prioridade que atribuem ao setor. Neste caso, o Ministério do Turismo teria um papel fundamental, na coordenação do Programa e também no aporte de contrapartida. Tocantins e Amazonas seriam talvez os Estados com melhores condições de negociar diretamente com o Banco uma eventual segunda fase.

Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país.

Os resultados previstos do Programa se enquadram nas estratégias da política de desenvolvimento econômico e social sustentável do Brasil, bem como nas estratégias setoriais do Banco para o Brasil, preconizando entre outros objetivos, (i) investimentos diretos numa melhor conservação e recuperação de recursos naturais, inclusive na proteção de ecosistemas mais vulneráveis; (ii) o fortalecimento institucional do órgão regulador do meio ambiente, principalmente no nível estadual; e (iii) o fomento de maior participação da sociedade civil e do setor privado nas atividades de conservação e proteção do meio ambiente. A Fase I contribuiu para o estabelecimento indispensável das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo para Amazônia Legal e os investimentos previstos e necessários para a Fase II.

b. Externalidades

Além das atividades acordadas no Contrato de Empréstimo, o PROECOTUR realizou outras ações financiadas com aporte de recursos de fontes livres, consignadas no orçamento do Mutuário, que complementam o objetivo do Programa:

- Projeto de Registro de Referências Culturais de Comunidades das Populações Tradicionais de Xapuri/Acre, em parceria com o Governo do Estado do Acre e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, concluído em novembro de 2007;
- Implantação de infra-estrutura no Parque Ecológico do Município de Belém, originalmente não prevista;
- Elaboração da Carteira de Projetos Ecoturísticos de Base Comunitária, iniciada em dezembro de 2006. Essa Carteira tem como objetivo o incentivo e o fomento da participação das comunidades tradicionais da Amazônia em atividades de desenvolvimento do ecoturismo na região, conciliando o manejo sustentável dos recursos naturais e a geração de renda.
- O PROECOTUR estimulou a criação e oferta de cursos acadêmicos e profissionalizantes na área de Ecoturismo em universidades e escolas técnicas da Região bem como de outros partes do Brasil.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	**Indicadores Chaves de Produto:**	
Componente I: Planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal: Preparação de estudos, dirigidos ao planejamento de atividades de ecoturismo em diversos níveis, e a estabelecer e gerir novas áreas protegidas1	**Produtos Planejados**	**Produtos Obtidos**
	a) Estratégia de Turismo Sustentável para Amazônia Legal elaborada até junho 2002	a) Estratégia de Turismo Sustentável para Amazônia Legal elaborada; - Foi concluído no 2º semestre de 2005 o *Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva e Potencial da Amazônia* - Concluído em julho 2006 o produto #2 Estudo Preliminar do *Estudo de Mercado do Turismo Sustentável para a Amazônia Legal,* e em dezembro de 2006 o produto #3 Estudo Analítico. - Concluído em julho de 2007, a *Estratégia de Turismo Sustentável para a Amazônia Legal.*
	b) Estratégias Locais e Estaduais de Ecoturismo Sustentável para Amazônia negociadas até o final de 2001	b) As estratégias dos Pólos Belém/Costa Atlântica e Marajó foram concluídas no 2º semestre de 2006. Todos os demais planos de desenvolvimento ecoturísticos – Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, região do Cantão (Tocantins) e o Pólo de Tapajós (Pará) foram concluídos no decorrer do ano 2007.
Custo total do Componente 1: Contraparte: US$ 36,944 BID: US$ 1,350,779 Desembolso BID: % 100% Classificação: **S**	c) Estudos para o Gerenciamento ou Criação da Unidade de Conservação Produzidos 20 documentos até 2003, englobando estudos de criação, planos de manejo/gestão e/ou planos de uso público para as unidades de conservação, com planejamento pronto para receber visitantes.	c) Estudos para o Gerenciamento ou Criação de Unidades de Conservação Até o final de 2007 foram produzidos e concluídos mais que 20 documentos, entre os quais os seguintes: - Estratégia de Uso no Parque Nacional da Amazônia, Julho 2007 - Planejamento e implantação de uma trilha interpretativa no Parque Nacional da Amazônia, Março 2007; - Projeto de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Parque Estadual do Rio Negro, Julho 2007; - Criação de UC no Arquipélago do Bailique/AP, - Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, - Estudo de Pesquisa Arqueológico, Plano de Gestão e Estratégia de Uso Público do Sitio Arqueológico de Pedra Preta de Paranaíta, Junho 2007; - Plano de Manejo do Parque Municipal de Alta Floresta (Parque C/E) - outros: Anexo 2C

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

Não houve alteração dos produtos básicos planejados; entretanto, diversos fatores contribuíram para prejudicar a tempestividade no cumprimento dos prazos previstos e acordados. O atraso na elaboração das estratégias estaduais, assim como dos estudos para o planejamento, gestão ou estabelecimento de áreas protegidas foi motivado pela má qualidade de vários relatórios finais de consultorias, os quais tiveram de ser refeitos por solicitação do executor, com a concordância do Banco. Ao longo dos últimos anos, questões institucionais e de pessoal em alguns Estados também afetaram o ritmo de execução desse componente.

[x] N/A

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente conseqüências dessas mudanças.

[**x**] N/A Não houve reestruturação do Componente

	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
Componente II: Gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas: Realização de pequenas obras públicas de infra-estrutura, em sua maioria destinadas a conservar os produtos naturais utilizados e melhorar as áreas turísticas, bem como estudos de pré-viabilidade e viabilidade para futuros investimentos públicos. Custo Total do Componente 2: Contraparte: US$ 94,828 BID: US$ 1,278,797 Desembolso BID: % 100% Classificação: S	a) Até o 20º mês de execução, 5 planos concluídos e aprovados; b) 30 obras executadas e em operação até 2002 e 4 estudos elaborados até 2001; c) 20 estudos e projetos aprovados até 2001l	a) Foram concluídos até o final de 2005, todos os planos de desenvolvimento ecoturísticos: Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Cantão de Tocantins, e do Pólo do Tapajós do Pará. b) Foram implantadas nos Estados do Amazonas, Pará e Tocantins, todas as obras previstas no Contrato de Empréstimo, tais como: centros de atendimento aos turistas, terminais fluviais e projetos de sinalização turística. c) O PROECOTUR financiou a elaboração de diversos projetos técnicos para a implantação de infra-estrutura, os quais poderão ser contemplados numa eventual segunda fase. Dentre estes destaca-se projetos de aeroportos, estradas, terminais fluviais turísticos e projetos de saneamento ambiental. Foram elaboradas as sínteses das estratégias e planos, e publicadas em 2007

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).
[x] N/A

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças:
[x] N/A

	Produtos Planejados	Produtos Obtidos
Componente III: Fortalecimento do segmento ecoturístico: Assistência técnica e capacitação de pessoal em diversos níveis, de forma a permitir o desenvolvimento de um ecoturismo sustentável no Brasil. Custo Total do Componente 3: Contraparte: U.S.$ 16,510 BID: US $ 241,573 Desembolso BID: % 100% Classificação: S	a) Assistência Técnica, avaliação de pontos fortes e fracos de 40 empresas até o final de 2000, e divulgação de manual das melhores práticas até 2001. Assistência técnica relativa as melhores práticas de serviços, gestão empresarial, conservação ambiental e utilização de tecnológicas apropriadas, prestada a 40 empreendimentos até o final de 2003; b) Realizados treinamento para funcionários públicos, administradores de Parques, empresários privados e cidadãos de modo geral.	a) Não houve implementação de Assistência Técnica orientada ao setor privado. Entretanto, foi realizado um amplo trabalho de sensibilização sobre o Ecoturismo. Em 2002/2003 foram realizadas, nos 9 Estados da Amazônia e também em Brasília, 26 Oficinas de Sensibilização, as quais contaram com 1.015 participantes. Anteriormente, também foram realizadas oficinas de planejamento das estratégias locais nos seguintes Estados: Acre, Tocantins, Rondônia, Amapá e Amazonas. */ b) Foi concluído, com sucesso, o programa de capacitação, iniciado no 1º semestre/05, através do qual foram ministrados 45 cursos, para 1.235 participantes, nos seguintes temas: qualidade no atendimento aos visitantes, planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos, e condução de visitantes. Os cursos foram ministrados nos 15 Pólos do PROECOTUR.

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).
[ ] N/A */ O sub-componente estava orientado ao setor privado e deveria ser apropriado na Fase II.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças:
[x] N/A

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[ ] Muito Satisfatório (MS) [**x**] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US$000)							Custo Total do Projeto - Atual (US$000)			
Categoria de Investimento	Orçamento Inicial Anexo A			Orçamento Atual			Custo Total Executado			
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	*/% Diferença
1. Gerenciamento do Programa	840	1,140	1,944	1,257	295	1,552	1,257	304	1,561	0
2. Planejamento do Ecoturismo na Amazônia Legal	5,010	-	5,010	1,350	44	1,394	1,350	37	1,387	0
3. Gerenciamento do Ecoturismo nas Áreas Selecionadas	3,060	130	3,190	1,279	95	1,374	1,279	95	1,374	0
4. Fortalecimento do Segmento de Ecoturismo	1,700	-	1,700	242	17	259	242	17	259	0
5. Contingências	280	221	501	-	-	-	-	-	-	-
6. Custos Financeiros										
6.1 Inspeção e Supervisão	110	-	110	60	-	60	60	-	60	0
6.2 Juros e Comissão de Crédito	-	1,345	1,345	-	633	633	-	1,038	1,038	
TOTAL/1	11,000	2,800	13,800	4,188	1,084	5,272	4,188	1,491	5,679	0
Percentagem	80	20	100	80	20	100	74	26	100	

Explique brevemente diferenças. */Calculo percentual baseado no orçamento "atual" do BID

- Com base no estabelecido durante a Missão de Administração do Banco em dezembro de 2004, procedeu-se, em janeiro de 2005 e em comum acordo com o Mutuário, ao cancelamento de US$ 4,5 milhões do empréstimo e US$1,2 milhões da contrapartida. No segundo semestre de 2005, após os acordos alcançados por ocasião da Missão de Revisão de Carteira, a COFIEX aprovou um novo cancelamento de US$2,2 milhões do financiamento e US$ 0.5 milhões da contrapartida.
- O Projeto beneficiou-se da desvalorização cambial do Real, que aumentou significativamente os recursos do financiamento disponíveis em moeda local.
- Durante o período de 2000 a 2006, o Proecotur também contou com recursos provenientes de emendas parlamentares no valor de R$10.6 milhões, não contabilizados como contrapartida, bem como R$1.5 milhões do Governo da Holanda para o Projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia Legal.

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

(i) Supostos

Supostos OD (ISDP/Marco Lógico)

- As autoridades estaduais e municipais participam ativamente, junto com os comitês diretivos, na elaboração dos estudos. Parcialmente validado, visto que foi necessário esforço muito além do previsto por parte do Executor para superar deficiências nas diversas instâncias.
- As autoridades estaduais e municipais disponibilizaram recursos para colocar em prática as recomendações dos estudos. Parcialmente validado, mas dependendo em grande parte da implementação da Fase II.

Supostos IP (ISDP/Marco Lógico)

- Atrativos ecoturísticos estão protegidos. Validado com bons resultados naquelas obras e projetos realizados.
- Governos estaduais e setor privado comprometidos com os objetivos do PROECOTUR. Parcialmente validado. Inicialmente, a tendência nos estados era que o Projeto é da União, entretanto, ao longo da execução, os Estados demonstraram interesse na participação. Um comprometimento de ampla participação do setor privado dependerá da segunda Fase.
- Ocorre redução das tarifas aéreas e incremento de rotas para os destinos ecoturísticos na Amazônia. Não validado, porém de maior relevância apenas na segunda fase.
- Manutenção de câmbio favorável. O PROECOTUR se beneficiou da desvalorização do real frente ao dólar. Os ajustes do cambio contribuíram, em parte, para dois cancelamentos parciais do financiamento e da contrapartida.

(ii) Outros Fatores

(a) Relacionados com o desenho do Projeto

- As metas estabelecidas para o PROECOTUR transcendem em muito a capacidade de resposta da Fase I do Programa, que consiste basicamente do planejamento estratégico para a estruturação inicial da atividade de ecoturismo nos estados da Amazônia Legal. Tais metas somente poderão ser atingidas a partir da Fase II do Programa.

- O plano de administração do Projeto foi muito complexo envolvendo várias instâncias de decisão e administração como o GTC e os NGPs. Não foi previsto uma assistência técnica ou capacitação para os atores envolvidos na gestão.

- O Ecoturismo é um tema relativamente novo no Brasil. A competência técnica/profissional e experiência na área era muito limitada.

- O desenho do Projeto tinha uma lógica programática, iniciando-se pelo diagnóstico e a elaboração e uma estratégia macro para a Região Amazônica para depois estabelecer estratégias e planos de desenvolvimento pontuais nos Estados e construir a infra-estrutura. Na prática isto não funcionou dessa maneira. Em função da deficiência e demanda de infra-estrutura houve fortes interesses e alguns avanços nessa área, independente de qualquer processo de planejamento global para sua implantação.

(b) Mudanças políticas e Gestão do Projeto

- A execução do Projeto ficou dificultada por falta de uma matriz política de implementação que gerou descontinuidades de gestão e atrasos, com as mudanças do Governo Federal e mudanças dos governos estaduais e municipais:

  - As equipes de alguns Estados eram frágeis, fato que se tornou mais evidente em 2003, após a mudança dos governos estaduais e as alterações no quadro de pessoal e transferências de profissionais dos NGPs, para outros setores da administração estadual.

  - A execução ficou afetada pela baixa capacidade institucional dos atores locais lotados nos Núcleos de Gerenciamento dos Projetos (NGP), a alta rotatividade das equipes técnicas locais e a falta de experiência dos NGPs para supervisionar boa parte dos estudos;

  - Em decorrência de concurso público (realizado ao final de 2003) com o objetivo de preencher as funções exercidas por técnicos anteriormente contratados através do PNUD, ocorreu uma grande alteração na equipe da UGP, a partir de 1º de janeiro/2004 afetando o ritmo de execução do Programa;

  - Em dezembro de 2004 ocorreu uma nova substituição do Coordenador Geral do Programa, correspondendo à quarta mudança do Coordenador, nos dois anos entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004;

  - Em 2005 o Programa deixou de fazer parte da estrutura da Secretaria de Coordenação da Amazônia e passou a fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, ambas do Ministério do Meio Ambiente.

- Administração Financeira do Projeto: Conforme já observado, o Projeto beneficiou-se da desvalorização cambial, que aumentou significativamente os recursos do financiamento disponíveis em moeda local, além de contar com R$10,6 milhões em emendas parlamentares, não contabilizados como contrapartida e R$1,5 milhões do Governo da Holanda. Houveram três cancelamentos, reduzindo o orçamento global do Projeto de US$13,8 milhões para US$5,27 milhões. A análise referente aos cancelamentos mencionados também demonstra que o orçamento inicial do Programa foi super-dimensionado uma vez que a redução não afetou a realização das ações originalmente acordadas.

(c) Aspetos Técnicos

- Acordou-se com o IBAMA descartar a proposta de elaborar os planos dos Parques Nacionais do Monte Roraima, Pacaás Novos e Araguaia, em função da sobreposição com terras indígenas; houve alguns outros imprevistos semelhantes.

- Ao longo da execução do Projeto houve dificuldades relacionadas à gestão de contratos no que tange a qualidade dos produtos apresentados, que muitas vezes eram deficientes, gerando trabalho adicional para as equipes técnicas e contribuindo para atrasos, revisão, aditamento ou cancelamento de contratos.

- Na implementação da Fase I do PROECOTUR, o Executor contou com o apoio do PNUD por meio de um contrato de cooperação técnica visando facilitar a execução das ações no âmbito da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP.

- Não houve a assistência técnica prevista ao setor privado, visto que essa atividade dependia de avanços na Fase II. Por outro lado, houve um amplo trabalho de treinamento e sensibilização em ecoturismo nos Estados. A esse respeito, vale salientar que esse processo era muito oneroso pelo tamanho da região e a necessidade e custos de mobilização de pessoal técnico e, da mesma forma, afetando a mobilidade de participantes.

Fatores Positivos

- Para viabilizar o diálogo entre a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, a execução pelo IBAMA e pelos 9 estados da Amazônia Legal e para mitigar as complexidades da gestão, até o final de 2004, o PROECOTUR adotou como procedimento padrão com bons resultados, reuniões semestrais envolvendo todos os co-executores, em alternância em um dos Estados da Amazônia, agendando: (i) um diagnóstico das realizações, (ii) relação de problemas, de pendências, de questões administrativas, financeiras e técnicas, e (iii) realização de uma visita técnica a um dos locais que aquele Estado estava trabalhando através do Programa, para que se observassem as suas realizações, mas também as dificuldades, problemas, e alternativas. Esses encontros, além de permitir a divulgação de informação sobre o grau de execução do Programa e motivar as equipes, contribuíram para compartilhar experiências sobre as ações desenvolvidas em cada Estado e sobre os resultados obtidos.

- O PROECOTUR fez com que o conceito do ecoturismo fique incorporado na agenda nacional do Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Turismo, e nos demais ministérios com alguma ação ou vínculo com o setor. Desde a missão de administração (novembro de 2004) os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo iniciaram alguns trabalhos conjuntos, com o objetivo de concluir os estudos e atividades ainda pendentes, visando também iniciar a preparação de uma eventual segunda fase. Com a parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Turismo, todos os procedimentos técnicos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades do PROECOTUR tem sido compartilhadas com a equipe correspondente do MTur. O MMA, por meio do Programa vem realinhando suas estratégias a partir dessa articulação já buscando redefinir suas responsabilidades futuras, focando a sua participação na Fase II na área ambiental, ou seja, nas ações voltadas para o ordenamento da sustentabilidade ambiental da atividade turística na região.

- Apesar das mudanças e imprevistos do Projeto, de modo geral, a implementação se caracterizou por muita dedicação e entusiasmo por parte das diferentes equipes profissionais nas diversas instâncias; também, sempre houve um bom relacionamento entre o Executor e o Banco e boa disposição por ambas as partes, para efetuar os ajustes necessários para garantir o êxito do Projeto.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	[X] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

c. Desempenho do Banco

Desempenho do Banco			
[ ]] Muito Satisfatório (MS)	[X] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Visto que, essencialmente, a Fase I do PROECOTUR tinha as características de um Programa de Preinversão, a questão da sustentabilidade aplica-se mais apropriadamente aos futuros resultados de uma Fase II. Nesse sentido, prevê-se a continuação da articulação dos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo junto aos 9 Estados, para definir tanto o formato como o conteúdo de uma segunda fase, a qual seria de investimentos em infra-estrutura. Essa articulação ocorre através do Grupo Técnico Federal para Gerenciamento do PROECOTUR - Fase II, criado em decorrência do Termo de Cooperação assinado pelos dois Ministérios.

Em síntese, excetuando as pequenas obras e projetos de infra-estrutura realizados no âmbito do PROECOTUR, a sustentabilidade dos demais produtos do Projeto depende do aproveitamento dos mesmos através de atuais investimentos em projetos e atividades de turismos na região. A esse respeito, conforme mencionado na Seção II (página 3), vale salientar que os estados do Pará, Amapá e Tocantins já manifestaram sua intenção de apresentar cartas consulta para participar no Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo - PRODETUR, e que na gestão desse processo haverá a necessidade de considerar e/ou aproveitar os estudos e trabalhos do PROECOTUR.

Quanto à manutenção e sustentabilidade das pequenas obras e projetos de infra-estrutura de apoio à atividade turística implantado pelo Projeto, tais como: os centros de atendimento ao turista, terminais fluviais turísticos e pequenos projetos ou obras para preservar os atuais atrativos naturais, caberá às autoridades correspondentes da União, dos Estados e/ou dos municípios, a responsabilidade de administração e conservação.

b. Riscos Potenciais

O risco pertinente, identificado no último ISDP é o seguinte:

Riesgos Clave	Categoría	(a) Severidad del Impacto	(b) Probabilidad de Ocurrencia	(a x b) Clasificación
1. O Governo Federal e os Estados da Amazônia brasileira não conseguem formular uma proposta para uma segunda fase do Programa, a qual consistiria de investimentos em projetos específicos.	Efectividad del desarrollo	3	50	150

Apesar de que ainda não existe uma definição final sobre o encaminhamento a ser dado pelo governo brasileiro para a negociação da Fase II, o cenário que vem sendo considerado pelo Governo Federal e mais provável é baseado na tomada de empréstimos diretos pelos Estados, em articulação com o Governo Federal e aval da União. Também se encontram em análise as possibilidades de alocação de recursos federais do MMA e MTur em contrapartida aos projetos estaduais.

A ação recomendada para o Banco é o de acompanhar o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil, em particular do ecoturismo na Região Amazônica, e manter aberto o diálogo com as autoridades competentes, no que tange ao interesse e as perspectivas por parte dos Estados da Região, para investimentos nesse setor.

c. Capacidade Institucional

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
[ ] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

Dada as características de preinversão da primeira Fase do PROECOTUR, não foi estabelecida uma linha de base e metas quantitativas de efeitos. Praticamente todos os indicadores do Marco Lógico, bem como os supostos OD e IP somente poderão ser averiguados, efetivamente, na implementação de uma segunda Fase. Não houve uma avaliação de meio termo. Houve uma Missão de Administração do Banco em novembro/dezembro de 2004 para revisar aspectos financeiros do Projeto e discutir possíveis encaminhamentos relativos a uma eventual segunda fase do Programa.

A supervisão de execução do Projeto, o acompanhamento físico e financeiro e o monitoramento e avaliação de resultados concentrou-se na Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, a qual foi estabelecida, já na fase de preparação do Projeto, por meio da Portaria MMA nº242 de 30 de junho de 1999. Durante toda a execução, a UGP operou um sistema informatizado de processamento das informações gerenciais do PROECOTUR.

Conforme previsto no Contrato de Empréstimo, foram estabelecidos acordos de cooperação técnica entre o MMA e os Governos Estaduais, e entre o MMA e o IBAMA. Os Estados da Amazônia e o IBAMA estabeleceram seus Núcleos de Gerencia do Programa – NGPs, permitindo a descentralização de recursos financeiros, boa parte das contratações e aquisições, o monitoramento local das ações, bem como a coleta e o encaminhamento de informações para subsidiar os relatórios do Executor para o Banco. A UGP esteve direta ou indiretamente envolvida em todas as ações do Programa como também no centro das relações institucionais mantidas com o Banco e os demais atores governamentais e não governamentais ligados ao Programa.

A UGP foi inicialmente estruturada por intermédio de um Projeto de Cooperação Técnica com o PNUD, que permitiu a contratação de uma equipe de consultores, que deu inicio ao processo de execução e acompanhamento do Programa, com a instalação das áreas técnica e financeira. Com a mudança do Governo Federal no início de 2003, houve também mudança das regras para a contratação de profissionais através de organismos internacionais. A partir de janeiro de 2004, a UGP vem operando com uma equipe de profissionais contratada diretamente pelo MMA, por meio de contratos temporários, com vigencia até o 2008.

O monitoramento por parte do Banco se realizou mediante os relatórios semestrais do Executor, os relatórios anuais de auditoria da Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda, as visitas periódicas, as inspeções técnicas e/ou financeiras da Representação, bem como as Missões do Banco. Individualmente e em conjunto, essas fontes de informação corroboraram com o alcance satisfatório dos resultados da Fase I do PROECOTUR.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

Não houve previsão para uma Avaliação Ex-Post

VII. Lições Aprendidas

1. Do Desenho do Projeto

- Inicialmente, o trabalho da divulgação e promoção do novo conceito de ecoturismo para uma região imensa como a Amazônia Brasileira, associado às limitações institucionais nas agências estaduais e municipais, foi um processo demorado de aceitação, compreensão e internalização junto a maioria dos atores. Considerando essas limitações, o prazo original de execução do Projeto de apenas 36 meses, foi insuficiente.

- A implementação do arranjo institucional se mostrou muito complexo. O pressuposto da descentralização e participação nem sempre fez parte da mentalidade dos governos dos Estados da Amazônia. Portanto, a transposição desse arranjo enfrentou em um primeiro instante, a tradição de governos centralizadores da região.

- A antecipação de uma segunda Fase de investimentos, a falta de investimentos já da segunda Fase para os pólos, aliados também às transições nos governos estaduais em 2003, resultaram em muitos casos, na desmobilização de equipes na instância estadual. Além do mais, existiu no nível local a tendência de sobre-estimar as expectativas da primeira Fase por falta de uma ampla compreensão do propósito das atividades de pré-inversão como preparação para uma Fase II.

- Mesmo sem a Fase II, a execução de atividades práticas de pequenos projetos e melhorias nos pólos de ecoturismo nos estados e municípios no âmbito do Componente II do Projeto, deram alguma visibilidade e credibilidade positiva ao Programa.

- Lições pertinentes apresentadas pelo Executor, no Anexo 2b e Anexo 3.

2. Da Execução

- O ecoturismo sendo um conceito novo, a falta de assistência técnica ao Gestor Público, repercutiu numa lenta execução em todas as instâncias. A capacitação em ecoturismo deveria ter sido iniciada pela própria equipe da Unidade Executora, e demais departamentos envolvidos do Ministério do Meio Ambiente. Ficou clara a necessidade de um programa de assistência técnica gerencial durante a execução.

- Os contingenciamentos de recursos no ano 2003 impuseram um corte de 90% no orçamento do PROECOTUR naquele ano, afetando a execução com atrasos, de atividades em andamento ou em preparação. Há necessidade de considerar meios para eliminar ou reduzir esse tipo de risco.

- Há necessidade de melhorar a capacidade de articulação entre as instâncias executoras (estadual e federal) que precisam estar em permanente sintonia com as ações de planejamento, execução, controle e monitoramento da implementação das metas e atividades, para evitar descontinuidade e promover a gestão, a troca de informações e a transferência de experiências exitosas entre os agentes executores, sem propor arranjos complexos para a execução.

- As ações de desenvolvimento participativo e o trabalho da sensibilização, geraram sinergia e uma demanda positiva por ações de Governo, para incluir as comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, e para outras ações e projetos na região.

3. Dos Resultados

- O PROECOTUR é responsável pela incorporação do conceito de Ecoturismo na agenda nacional. Por exemplo, atualmente, o Ministério de Turismo está promovendo o tema de "Turismo Sustentável" cujo ponto de partida mais lógico é o Ecoturismo. Também o Ministério de Meio Ambiente está promovendo o conceito de "Ecoturismo com Base Comunitária", que se deriva da reflexão da importância dessa atividade no desenvolvimento da população local.

- O PROECOTUR criou uma ambiência positiva para o debate da sustentabilidade ambiental do turismo na região amazônica. As experiências desenvolvidas pelo PROECOTUR deveriam ser utilizadas no desenho dos projetos do PRODETUR Nacional.

- As lições aprendidas e resultados do PROECOTUR já são parte de várias iniciativas do Governo Brasileiro, tais como: a Política Nacional de Turismo, o Plano Amazônia Sustentável, as diretrizes para a Zonificação Ecológica-Econômica e o Programa para a Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Conforme mencionado anteriormente, os estados do Pará, Amapá e Tocantins já manifestaram sua intenção de apresentar cartas consulta para participar no Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo - PRODETUR, e que na gestão desse processo e na implementação dos projetos resultantes também haverá a necessidade de considerar e aproveitar os estudos e trabalhos do PROECOTUR.

Anexos:

ANEXO 1A e 1B.	Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	15
ANEXO 2.	Ata da Reunião Técnica de Encerramento e Anexos	17
ANEXO 2A.	Lista dos Participantes	20
ANEXO 2B.	Síntese dos Resultados	21
ANEXO 2C.	Resumo do PROECOTUR	26
ANEXO 3.	Avaliação do Mutuário	41

Anexo 1A
Financiamento do Projeto *
(Montantes em milhões de US$)

Categoria de Investimento	Orçamento Original (Anexo A)				Orçamento Ajustado */				Custo Total Atual				Brecha em % do Ajustado			
	BID Anexo A	LOCAL	Outras Fontes	Total	BID (1)	LOCAL (2)	Outras Fontes (3)	Total (4)	BID (5)	LOCAL (6)	Outras Fontes (7)	Total (8)	BID (9)	LOCAL (10)	Outras Fontes (11)	Total (12)
1. Gerenciamento do Programa	.84	1.14	-	1.94	1.26	.29	-	1.55	1.26	.30	-	1.56	0	3%	-	0
2. Planejamento do Ecoturismo na Am. L.	5.01	-	-	5.01	1.35	.04	-	1.39	1.35	.04	-	1.39	0	0	-	0
3.Gerenciamento em áreas selecionadas	3.06	.13	-	3.19	1.28	.09	-	1.37	1.28	.10	-	1.37	0	11%	-	11%
4. Fortalecimento do Segmento de Ecoturism	1.70	-	-	1.70	.24	.02	-	.26	.24	.02	-	.26	0	0	-	0
5. Contingenciesl	.28	.22	-	.50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Custos Financeiros 6.1 Inspeção e Supervisão 6.2 Juros e Com. de Crédito	 .11 -	 - 1.34	-	 .11 1.34	 .06 -	 - .63	-	 .06 .63	 .06 -	 - 1.04	-	 .06 1.04	 0	 0 65%	-	 0 65%
TOTAL	11.0	2.80	-	13.80	4.19	1.08	-	5.27	4.19	1.5	-	5.68	0	39%	-	39%
PORCENTAGEM	80%	20%	-	100%	80%	20%	-	80%	74%	26%	-	100%				

Fonte de Informação:
Do sistema LMS: Colunas (1) e (5)
Para serem completadas pelo autor do PCR: Colunas (2), (3), (6) e (7)
Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9), (10), (11) e o total da última linha

*/ Com base nas recomendações da Missão de Administração do Banco em dezembro de 2004, procedeu-se, em janeiro de 2005 e em comum acordo com o Mutuário, ao cancelamento de US$ 4,5 milhões do empréstimo e US$1,2 milhões da contrapartida. No segundo semestre de 2005, após os acordos alcançados por ocasião da Missão de Carteira, a COFIEX aprovou um novo cancelamento de US$2,2 milhões do financiamento e US$ 0,5 milhões da contrapartida. Por último, foi cancelado US$ 148 mil de financiamento, por não serem utilizados até o vencimento do prazo do último desembolso.

Anexo 1B
Calendário de Investimentos
(Montantes em milhões de US$)

Anos	*Original*				*Atual*				*Brecha*
	BID (1)	Mutuário (2)	Outros (3)	Total (4)	BID (5)	Mutuário (6)	Outros (7)	Total (8)	(8)- (4) (9)
2000 I	4.37	.78		5.15	.21	0		.21	-4.49
2001 II	4.69	.95		5.64	1.13	.2		1.33	-4.31
2002 III	1.94	1.07		3.01	1.3	.21		1.51	-1.86
2003					.61	.2		.81	.81
2004					-	.31		.31	.31
2005					.19	.43		.62	.62
2006					.25	.08		.33	.33
2007					.38	.06		.44	.44
2008					.13			.13	.13
TOTAL	11.0	2.80		13.8	4.19	1.5		5.69	-8.11

Fonte de Informação:
Para serem completadas pelo autor do Memorando do Banco: Colunas (1), (4), (5), (8), e (9)
Os dados das colunas (2), (3), (6), e (7) serão proporcionados pelo Executor
Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9) e o total da última fileira.

ANEXO 2

ATA DA REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZONIA LEGAL

Contrato de Empréstimo nº 1216/OC-BR

Data: **19/05/2008**
Horário: 14:30 às 18:00 hs.
Local: Sala de reuniões – Multimídia 5º andar – MMA
Referência : Contrato nº 1216/OC-BR – Proecotur

Participantes:
Allan Milhomens – Coordenador Geral do Proecotur, Amado Mota – Técnico/Proecotur, Benard Darnel – Consultor BID, Bruno Farias – Técnico /Proecotur, Daniela do Nascimento – Gerente Técnica/ Proecotur, Jorge Meza Robayo – Consultor em Recursos Naturais BID, Juliana Mendonça - Departamento de Articulação da Amazônia/SECEX/MMA, Luiz Fernando Ferreira –Técnico/ Proecotur, Marco Antonio Mendes – Convidado, especialista do BID, Nazaré Soares – Departamento de Articulação da Amazônia/SECEX/MMA, Patricia Azevedo – Técnica/ Proecotur, Paulo Guilherme Cabral – Diretor do Deptº de Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA, Rafael Gangana – Analista Ambiental/Proecotur, Salma Vieira – Consultora/ Proecotur.

Pauta:
- ✓ Apresentação dos resultados e avaliação do Programa, considerando o encerramento do Contrato, em questão.
- ✓ Reunião Técnica visando elaboração do Relatório de Conclusão do Projeto (PCR)– Implementação da Fase I do Proecotur

1. O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi representado pelo Consultor em Recursos Naturais Sr. Jorge Meza Robayo. Também participaram da reunião o Sr. Marco Antônio Mendes, ex-funcionário do BID e Especialista Setorial anteriormente responsável para o acompanhamento do PROECOTUR na Representação do BID em Brasília, e o Consultor do BID, Benard Darnel.

2. Na abertura, o Coordenador Geral Allan Milhomens cumprimentou e agradeceu a presença de todos, explicando o propósito da reunião, destacando brevemente a importância do PROECOTUR no contexto das iniciativas de planejamento do turismo no Brasil e em particular, do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Em seguida, o Consultor do Banco Jorge Meza Robayo fez um breve comentário sobre a preparação do Project Completion Report – PCR, e a relevância do seminário ou da reunião de encerramento de um projeto na preparação do PCR.

3. Como introdução para o trabalho das discussões técnicas do PROECOTUR entre os participantes sobre o tema do que funcionou e não funcionou na execução, sobre os resultados, as questões de sustentabilidade e as lições aprendidas, foram apresentadas duas projeções tipo *data show*, permitindo uma visão resumida dos objetivos do PROECOTUR, da execução e dos resultados obtidos na Fase I do Programa. Nesta etapa o Coordenador Geral do Proecotur apresentou uma síntese do: (i) histórico do Programa, (ii) um realce dos resultados alcançados, pontos positivos e negativos, (iii) estratégias adotadas para execução do Programa nesta 1ª fase, e as (iv) experiências adquiridas.

4. Em seguida foi aberto os debates para avaliação do PCR, com menções sobre o que funcionou e o que não funcionou, assim como as lições aprendidas, as dificuldades encontradas e as recomendações para o futuro visando a continuidade de ações envolvendo o Turismo Sustentável, principalmente no âmbito da Amazônia.

5. Seguindo esta dinâmica, o debate foi conduzido abrangendo todos os componentes e sub-componentes contemplados no objeto do Contrato. Nesta oportunidade foi dada a palavra para os participantes, os quais manifestaram suas opiniões sobre a execução e gestão do Proecotur. Dentre as manifestações as que mais obtiveram destaques foram:

5.1 - Positivas:

a) Caráter pioneiro do Projeto. O Proecotur trouxe uma perspectiva nova no âmbito do processo de planejamento do turismo. Pela primeira vez se planejou uma etapa de desenvolvimento do turismo antecedendo uma etapa de investimento, demonstrando ser este um ciclo racional de implementação de política pública.
b) O Proecotur criou uma ambiência positiva para o debate da sustentabilidade ambiental do turismo na região amazônica e no Brasil

c) Fortalecimento das relações entre a União e os estados a região, em parceria na execução do Proecotur realizada por meio de convênios,
d) Indução à institucionalização do turismo nos Estados da Amazônia. O Proecotur foi o grande indutor da institucionalização governamental do turismo nos estados da Amazônia Legal.
e) Fortalecimento da gestão do turismo na região como uma das bases para que a fase II do Programa seja implementada.
f) Mobilização de atores e parceiros. O desenvolvimento participativo no processo de concepção do Programa gerou sinergia e fortaleceu a base social, gerando uma demanda positiva por ações de governo que incluam as comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.
g) Estratégias Locais e estaduais foram realizadas, balizando os estudos finais do Programa, criando uma base de informações para balizar a tomada de decisão pelos estados.
h) Planejamento e o desenvolvimento de estratégias para o uso turístico de UCs.
i) Como um projeto piloto o Proecotur deu visibilidade ao tema do ecoturismo no Brasil e permitiu que se avançasse na formulação de metodologias de trabalho, de formação técnica de vários especialistas que hoje atuam no mercado.
j) As iniciativas de pré-investimento em pequenas obras de infra-estrutura de apoio ao ecoturismo na região viabilizaram, antecipadamente, o acesso e a visitação a atrativos naturais em alguns pólos.
k) Os estudos de planejamento da Fase I do Proecotur contribuíram para que se definissem as linhas e diretrizes de ações para o Plano Amazônia Sustentável (PAS).
l) Os diagnósticos da oferta turística efetiva e potencial da Amazônia permitiram desenvolver novas estratégias de políticas públicas promotoras de inclusão social, por meio da criação da Carteira de Apoio a Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária desenvolvida e em processo de implementação pelo Ministério do Meio Ambiente.

5.2 Negativos:

a) A complexidade do arranjo operacional para a gestão do Programa, envolvendo varias instâncias de tomada de decisão e de caráter assessório, como NGPs, o GTC e GTO.
b) Alternância da gestão administrativa na execução do Programa.
c) Contigenciamento de recursos, na fase inicial do Programa, tendo como conseqüência atraso no cronograma de desenvolvimento das ações planejadas.
d) As limitações contratuais que permitiram a realização de convênios apenas com os governos estaduais, impedindo que se viabilizassem por meio deste instrumento parcerias com organizações da sociedade civil que poderiam apoiar tecnicamente o desenvolvimento das ações do Programa.
e) Dificuldades nos processos de contratações de empresas especializadas, desde os procedimentos licitatórios até a execução, em razão da baixa oferta de instituições qualificadas no mercado.
f) Baixa qualidade de produtos apresentados por algumas empresas contratadas, demandando um esforço técnico adicional por parte da equipe do projeto para efetuar os ajustes necessários.
g) Dificuldades logísticas e operacionais na execução direta das ações pela UGP, face a precariedade das infra-estruturas de apoio disponíveis nos estados em regiões mais remotas.

5.3 Recomendações:

a) Realização de uma assistência técnica continuada para as instâncias públicas, estaduais e municipais implementadoras do Proecotur na nova fase de investimentos do Programa (fase II).
b) Implementação de um componente de assistência técnica que oriente os gestores privados na gestão da sustentabilidade sócio-ambiental no desenvolvimento de planos, programas e projetos para novos investimentos na região.
c) Reavaliação da modelagem dos Pólos do Programa, em novas ações de planejamento da gestão do turismo na região, dadas as novas diretrizes e orientações da Política de Turismo e de seus programas estruturantes.
d) Implementação de programas de qualificação e capacitação a partir das estratégias e planos de desenvolvimento de turismo da região definidas.
e) Os novos investimentos a serem viabilizados na fase II do Programa devem requerer o uso de tecnologias sustentáveis em todos os âmbitos de infra-estruturas.
f) Implementação de um componente ambiental na fase de investimentos do Programa é condição para que se garantam a implementação das ações de planejamento, controle e monitoramento ambiental no desenvolvimento do turismo na região.
g) Fortalecimento da capacidade de gestão das instâncias de turismo e de meio ambiente da União, dos estados e municípios, introduzindo mecanismos para promover a integração proativa e mais sinergia entre essas instâncias no novo arranjo institucional para a fase de investimento do Programa.

h) Implementar mecanismos de apoio a inserção das comunidade tradicionais e locais no processo de desenvolvimento do turismo na região, criando mecanismos para fortalecer o associativismo e a capacidade de planejamento e gestão de projetos de ecoturismo comunitário, facilitando o acesso ao crédito.

6. Após os debates ficou acordado o encaminhamento por parte do Proecotur das informações, detalhadas e consolidadas, inclusive com a participação dos Estados, referentes à avaliação do Projeto.

7. Os elementos mais importantes das apresentações e conclusões da Reunião de Encerramento encontram-se resumidos nos Quadros do Anexo 2B " Reunião Técnica de Avaliação do PORECOTUR - 19.05.2008" bem como no Anexo 3, "Avaliação do Mutuário". Um resumo detalhado das atividades e resultados da Fase I do PROECOTUR, inclusive os trabalhos e projetos realizadas em cada um dos nove estados da Amazônia, encontra-se no Anexo 2C.

8. A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Coordenaria-Geral do PROECOTUR, concorda com a divulgação das informações contidos no Relatório de Termino de Programa PROECOTUR, manifestando sua não objeção à publicação do documento na forma que o Banco considere apropriado.

Conclusão:

Como parte integrante desta Ata, encontram-se anexo os Relatórios, mencionados no parágrafo 7 (Anexo 2B, 2C e Anexo 3) elaborados pelo Mutuário, sintetizando as principais realizações, os problemas enfrentados e as lições apreendidas no decorrer da execução deste Programa.

Brasília, 19 de maio de 2008

Allan Milhomens
Coordenador-Geral do PROECOTUR

Jorge Meza Robayo
Consultor em Recursos Naturais - BID

De acordo:

Egon Krakhecke
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

ANEXO 2A

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

Reunião: Reunião Técnica para avaliação do processo de implementação do contrato de empréstimos com o BID, para implementação do Proecotur.

Brasília 19 de Maio de 2008.

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Marco Antônio S. Mendes	ex-BID	33474527	paulaleta@terra.com.br
Paulo Guilherme Cabral	MMA/SEDR	33171390	paulo.cabral@mma.gov.br
JORGE MEZA ROBAYO	BID	33174254	Jrobayo@iadb.org
BERNARD DARNEL	CONSULTOR BID	9618-7931	darnelbr@uol.com.br
Juliana Mendonça	SECEX/MMA	3317-1332	juliana.lemos@mma.gov.br
Lazaré Soares	SECEX/DAAM	3317-1441	lazare.soares@mma.gov.br
ALLAN MICHOMENS	SEDR/MMA	3317-1413	allan.michomens@mma.gov.br
FERNANDO FERREIRA	SEDR (MMA)	3317-1427	FERNANDO.FERREIRA@MMA.GOV.BR
Bruno Farias	SEDR/MMA	3317.1413	bruno.farias@mma.gov.br
RAFAEL SALDANHA F. GANGANA	SEDR/MMA	3317 1413	rafael.gangana@mma.gov.br
DANIELA SOARES NASCIMENTO	SEDR/MMA	3317.1413	daniela.nascimento@mma.gov.br
SALMA MENDES VIEIRA	PROECOTUR	9975-4570	salma_vieira@hotmail.com
Patrícia Azevedo	SEDR/Proecotur	3317-1413	patricia.azevedo@mma.gov.br
Amado Mota	SEDR/Proecotur	33171413	amado.mota@mma.gov.br

ANEXO 2B
SíNTESE DOS RESULTADOS

Objetivo de Desenvolvimento: *Promover o desenvolvimento sustentável do ecoturismo na Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias, incluindo investimentos essenciais, que permitam preparar os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins para administrarem de forma eficiente, áreas ecoturísticas selecionadas. (Anexo A, Contrato de Empréstimo)*

Componente I: Planejamento do Ecoturismo na Amazônia Legal

Preparação de estudos, dirigidos ao planejamento de atividades de ecoturismo em diversos níveis, e a estabelecer e gerir novas áreas protegidas.

Tema	O que funcionou	O que não funcionou	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
(a) Estratégia de turismo sustentável na Amazônia Legal: **(i)** Estudo da demanda nacional e internacional do tipo de ecoturismo que a Amazônia Legal pode oferecer. **(ii)** Análise das normas federais e estaduais que afetam o turismo e ecoturismo e sobre as regulamentações financeiras no intuito de criar em cada Estado o quadro normativo apropriado a um ecoturismo funcional e sustentável. **(b) Estratégias estaduais e locais de ecoturismo**: elaboração de estratégias de ecoturismo para os Estados do Acre, Amapá e Roraima que incidirão sobre recomendações específicas para o desenvolvimento de ecoturismo sustentável em áreas selecionadas. Realização de quatro estudos estratégicos para áreas específicas nos Estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins.	• Realização do Diagnóstico da Oferta do Turismo na Amazônia, do Estudo de Mercado e da Estratégia de Turismo Sustentável na Amazônia (ambos em fase de conclusão)consolidam a fase de planejamento do programa aportando as diretrizes e recomendações para a formulação da segunda fase do Proecotur, constituindo importantes referências não só para a tomada de decisões sobre os investimentos a serem feitos nessa nova fase, como para a construção de políticas e regulamentações para ordenar um turismo efetivamente sustentável que pode servir de modelo para as demais regiões do país. • Indução à institucionalização do turismo nos Estados da Amazônia. O PROECOTUR foi o grande indutor da institucionalização governamental do turismo nos estados da Amazônia Legal. Antes do início do Programa nenhum estado contava com secretarias exclusivas de turismo ou equivalentes em operação. Hoje, passados mais de 6 anos de seu início, pode-se dizer que os 9 estados da Amazônia Legal contam hoje com secretarias específicas de turismo efetivamente implantadas. Outros estados evoluíram mais ainda, implantando agência de promoção turística, como é o caso da AmazonasTur/AM e da Paratur/PA ; • Estratégias Locais e estaduais foram realizadas, balizando os estudos finais do Programa.	• A expectativa de que o governo federal iria prover na Fase II do Programa todos os recursos para a implementação das estratégias de planejamento elaboradas e que, portanto não era necessário que os estados buscassem outras fontes de recursos. Deveu-se, esta expectativa, principalmente, ao marketing produzido pelo Programa no início do contrato de empréstimo, que então divulgou o valor de U$ 200 milhões para a implantação da Fase II; • Incapacidade técnica do 3º Setor, no aporte de conhecimentos técnicos para a realização de muitos produtos contratados. • Elaboração integrada do macro-estudo regional não pôde ser realizada por motivos técnicos, administrativos e operacionais, tendo sido fragmentada em 3 estudos menores (Diagnóstico, Estudos de Mercado e Estratégia do Turismo para a Região); • Capacidade técnica dos NGPs para supervisionar e acompanhar a realização de uma boa parte dos estudos deixou a desejar, muito também em função das rotatividade gerencial dessas instâncias.	• Realização de uma assistência técnica continuada para as instâncias estaduais implementadoras do PROECOTUR fase II, de modo que as diretrizes dos estudos sejam efetivamente implementadas; • Que os municípios que receberam ações, direta ou indiretamente, do Programa, articulem a sua execução e possam ser agentes de monitoramento do processo de implementação.

(c) Estudos para o planejamento e a gestão ou para o estabelecimento de áreas protegidas com potencial de ecoturismo: necessários para a gestão das áreas federais e estaduais protegidas já existentes e para o estabelecimento de novas áreas protegidas.	• Planejamento Turístico em UCs. O PROECOTUR financiou a elaboração de vários Planos de Manejo, Uso Público e Uso Turístico para algumas UC da Amazônia [federais, estaduais e municipais], desta forma contribuindo para ampliar a sustentabilidade dessas UCs, e noutras palavras, viabilizando a atividade turística nessas áreas, disciplinando os usos e restrições nas UCs e entorno;		
Lições Aprendidas	• Melhorar a capacidade de articulação entre as Instâncias executoras (Estaduais e Federal) que precisam estar em permanente sintonia nas ações de planejamento, execução , controle e monitoramento das ações e atividades, de modo que tais ações não sofram descontinuidade e para que haja uma permanente troca de informação para a melhoria dos processos de gestão, favorecendo a transferências de experiências exitosas entre esses agentes executores		

Componente II: Gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas

Realização de pequenas obras pública s de infra-estrutura, em sua maioria destinadas a melhor conservar os produtos naturais utilizados e melhorar as áreas turísticas, bem como de estudos de pré-viabilidade e viabilidade para futuros investimentos públicos.

Tema	O que funcionou	O que não funcionou	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
(a) Planejamento dos Pólos de ecoturismo: Preparação e implementação de planos em Pólos de ecoturismo dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. O objetivo é preparar os Estados para administrar os Pólos de ecoturismo de maneira responsável e eficiente. Os planos deverão incluir: **(i)** avaliação das atividades e da viabilidade de implementação de ecoturismo; **(ii)** avaliação da capacidade receptiva do lugar para determinar o tipo e magnitude os investimentos; **(iii)** planejamento do uso do solo como base para a delimitação de zonas de proteção e de serviço para minimizar o impacto social negativo; **(iv)** identificação de investimentos necessários em infra-estrutura para receber turistas. **(b)Investimento essenciais nos Pólos de ecoturismo**: Realização de obras de infra-estrutura essenciais, em locais específicos dos	• Mobilização de Atores Locais. O processo de construção do PROECOTUR é fruto da organização dos atores sociais da Amazônia, que se uniram na busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento predatório que vem sendo imposto à Amazônia. Foi criado o Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal [GTC-Amazônia], que tem o caráter de órgão de assessoramento da Coordenação do PROECOTUR. Em síntese, o PROECOTUR é fruto de um grande esforço de participação e integração dos atores sociais da Amazônia, tendo sido construído de forma participativa entre governo e sociedade civil; • Planejamento Turístico Local e Regional. O PROECOTUR investiu de forma significativa no planejamento local e regional do ecoturismo na Amazônia. Foram criados 15 Pólos Turísticos nos 9 estados, nos quais foram empreendidas ações de planejamento turístico que conformaram as Estratégias de Turismo dos Pólos do PROECOTUR;	• Baixa internalização das estratégias de turismo nos planejamentos estaduais, que derivam em muito das transições das equipes técnicas e políticas nos estados pós-eleições de 2002, pois os novos governos erroneamente passaram a ver as estratégias elaboradas como ações do outro governo, o que reduziu o impacto do programa nas políticas locais. • Houve em alguns casos, falhas no planejamento e na execução técnica dos projetos de infra-estrutura, demandando ações corretivas e de responsabilização do estado executor pela Coordenação do Programa. • Problemas gerados pelos convênios via Emenda Parlamentar, criando uma grande demanda de apoio técnico da equipe do Proecotur, o que de certa forma comprometeu a agilidade no cumprimento das ações do contrato de empréstimo;	• Os pólos do Programa devem ser repensados em função das novas diretrizes de orientação da Política de Turismo, e de suas grandes dimensões territoriais que dificulta o processo de gestão pública integrada das ações previstas para cada pólo; • Os novos investimentos devem requerer o uso de tecnologias sustentáveis em todos os âmbitos de infra-estruturas.

Pólos de ecoturismo: **(i)** cais fluviais; **(ii)** construção de postos avançados; **(iii)** pequenos centros de informação e áreas de descanso e obras de infra-estrutura ao longo das trilhas; **(iv)** proteção de cavernas e sítios arqueológicos **(c) Estudos dos projetos de infra-estrutura para a segunda etapa de investimentos:** Estudos de pré-viabilidade e viabilidade das obras de infra-estrutura pública identificadas para eventual financiamento numa segunda etapa.	• Implantação de Infra-estrutura de apoio à atividade turística. O PROECOTUR financiou a implementação de algumas pequenas obras de infra-estrutura que tiveram por objetivo, principalmente, preservar os atuais atrativos naturais e melhorar as áreas de recepção turística. O Programa também implantou diversos Centros de Atendimento ao Turista [CAT] e Terminais Fluviais Turísticos [TFT] com o objetivo de estruturar minimamente a recepção turística nos pólos. • Outro investimento expressivo do Programa foi a elaboração de 20 projetos executivos de diversas obras a serem implementadas na Fase II.	**Lições Aprendidas** A definição das prioridades em investimentos em pequenas obras de infra-estrutura consideradas essências realizados nos Pólos deveria ter passado pelo crivo de diversas instâncias de governança do programa, devendo o seu planejamento e execução estar sob permanente monitoramento dos atores federais, estaduais e locais, inclusive atores sociais representativos das comunidades e populações envolvidas

Componente III: **Fortalecimento do segmento ecoturístico**

Assistência técnica e capacitação de pessoal em diversos níveis, de forma a permitir o desenvolvimento de um ecoturismo sustentável no Brasil.

Tema	O que funcionou	O que não funcionou	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
(a) Assistência técnica: Realização das seguintes tarefas correlacionadas: **(i)** avaliação dos pontos fortes e fracos das empresas de ecoturismo que estão operando nas áreas selecionadas; **(ii)** assistência técnica às empresas de ecoturismo com base nessa avaliação; e **(iii)** divulgação de melhores práticas**.** **(b) Capacitação cursos específicos para:** **(i)** princípios gerais de ecoturismo; **(ii)** planejamento do ecoturismo; **(iii)** diretrizes para melhores práticas em atividades de ecoturismo; **(iv)** licenciamento ambiental de atividades comerciais de ecoturismo; **(v)** financiamento das atividades de ecoturismo; **(vi)** estatísticas e informações sobre turismo; **(vii)** gestão das áreas protegidas; e **(viii)** seminários especialmente orientados para investidores em turismo.	• Treinamento e Capacitação dos atores locais. O PROECOTUR investiu de forma significativa no treinamento e capacitação de atores locais. Em um primeiro momento foram realizadas 26 oficinas de sensibilização em ecoturismo, das quais participaram mais de 1.000. pessoas. Outras oficinas estaduais de planejamento turístico foram realizadas nos estados, visando a discussão das estratégias de turismo que foram elaborados para os Pólos Turísticos. Em 2005 o Programa capacitou 1.241 pessoas, com a realização de 45 cursos em temas do turismo, dentre os quais "Qualidade no atendimento aos visitantes", "Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos", "Condução de visitantes". • As oficinas de sensibilização e os cursos de capacitação contribuitam para a qualificação de pessoas envolvidas com a atividade ecoturística, além de outras que admitiram não ter noção de que os atrativos de sua região pudessem se tornar produtos e garantia de renda.	• Não houve assistência técnica, pois esse sub-componente estava orientado ao setor privado, estando as ações do Programa então voltadas para o atingimento de metas de planejamento de responsabilidade do setor público.	• Desenhar um componente de assistência técnica que oriente os gestores públicos e privados na gestão da sustentabilidade sócio-ambiental no desenvolvimento de planos, programas e projetos para novos investimentos na região. • Levantar as novas demandas de capacitação e criar um programa de qualificação para fortalecer o conhecimento e a gestão sustentável dos empreendimentos turísticos e que viabilizem o desenvolvimento de capacidades técnicas e gerenciais para o desenvolvimentos de novos negócios sustentáveis no setor do turismo na Amazônia.
Lições Aprendidas	• Desenvolvimento participativo gerou sinergia e fortaleceu a base social, gerando uma demanda positiva por ações de governo que incluam as comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.		

Fatores Positivos e Negativos na Execução do PROECUTOR

Tema	O que funcionou	O que não funcionou
1. Conceito/Desenho do Projeto para alcançar seu Objetivo de Desenvolvimento – OD	• Parte importante das ações previstas foi executada, com destaque especial a elaboração das estratégias estaduais de ecoturismo e os planos de desenvolvimento no ecoturismo em áreas selecionadas.	• O arranjo operacional para a gestão do Programa foi muito complexo, envolvendo varias instâncias de tomada de decisão e de caráter assessório, como o GTC e os NGPs. Não foi planejada uma estrutura de assistência técnica e de apoio a esse processo de gestão envolvendo vários atores. A cultura burocrática brasileira se baseia em modelos de gestão mais centralizadores, o que implicava a necessidade de reorientação técnica desse contexto gerencial que não se modificou em razão do arranjo proposto. Criação de instâncias em nível operacional, como os GTOs (Grupos Técnicos de Operacionais de Assessoramento).
2. Sistema de Aquisições e Contratações de bens e serviços.	• As aquisições e contratações obedeceram os mecanismos legais de controle e o manual de convergência do órgão de cooperação na implementação do Programa, o PNUD.	• Os produtos contratados, principalmente de pessoas jurídicas, em grande parte, apresentaram baixa qualidade, o que gerou esforços extraordinários na readequação desses produtos e um longo processo de mobilização da equipe interna para direcionar esse processo de readequação para que os mesmos pudessem alcançar os resultados desejados. Isto acarretou atrasos nos prazos previstos pela(s) contratada(s) e o estabelecimento de sucessivos aditivos aos contratos.
3. Administração Financeiro (contrapartida , fluxo de recursos e prestação de contas, taxa de cambio)	• Estabilidade macroeconômica; • No âmbito das questões administrativo/financeiras todas as informações requeridas nas cláusulas contratuais, ao longo do Projeto, foram encaminhadas e dadas pelo Banco como cumpridas. Inclusive a cláusula referente o artigo 7.03 das Normas Gerais; • Descentralização de recursos aos Estados, ferramenta básica de operacionalização do Programa, ocorreu de forma satisfatória. • Disponibilidade financeira decorrente do contrato de empréstimo.	• Dificuldades e restrições Orçamentárias enfrentadas pelo PROECOTUR trouxeram severos prejuízos em seu cronograma original de implementação, resultando na necessidade de duas prorrogações e cancelamentos de recursos no contrato de empréstimo junto ao BID. • O Proecotur promoveu cortes no orçamento do Contrato de Empréstimo e o orçamento disponível foi previsto apenas para contemplar as atividades pendentes previstas no Plano de Ação acordado em 2005 para a etapa de prorrogação do Contrato de Empréstimo. O alcance dos objetivos do Programa não foi possível dentro do prazo previsto para a sua execução, em razão das dificuldades em operar os recursos disponíveis de forma mais ágil, e ainda em conta das dificuldades enfrentadas pelos estados em processos licitatórios complexos e lentos, e muitas vezes desertos, fator que também foi preponderante nas contratações/licitações internacionais conduzidas pela UGP. • Os recursos descentralizados para os estados também não foram operado com a agilidade necessária pelas mesmas razões, agravadas pela falta de capacidade técnica de alguns NGPs na condução dos processos licitatórios para a contratação das ações acordadas com a UGP.
4. Relações Interinstituicionais, União, Estados, ONGs, Setor Privado	• Relação com o Ministério do Turismo: a integração técnica do PROECOTUR com o Ministério do Turismo mantém-se de forma satisfatória. Todos os procedimentos técnicos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades tem sido compartilhadas com a equipe daquele ministério. O MMA, por meio do Programa vem realinhando suas estratégias a partir dessa articulação já buscando redefinir suas responsabilidades futuras, funções e mandatos, focando a sua participação na Fase II, no componente ambiental, ou seja, nas ações voltadas para o ordenamento	• Problemas operacionais na gestão administrativa do Programa, como sucessivos arranjos institucionais ocorridos dentro do MMA, alternâncias políticas e desmobilização das equipes. • Complexidade do Arranjo Institucional criado para a implantação do Programa, especialmente no que tange ao modelo baseado na execução descentralizada pelo estados, por intermédio de convênios, que, em muitos casos, não possibilitou uma execução de forma satisfatória. • Evasão de quadros técnicos do MMA, em razão da necessidade de

	sustentabilidade ambiental da atividade turística da região.	substituição das equipes que eram contratadas pelo PNUD, por novos funcionários concursados. Merece registro também as transições das equipes técnicas nos núcleos estaduais, que se deram principalmente com as trocas nos governos estaduais pós-eleição de 2002 e 2006. • Ausência de aparato político e técnico para garantir um processo permanente e contínuo de fortalecimento da gestão pública de turismo nos estados e, em especial que envolvesse os municípios.
5. Outros Fatores:	• O PROECOTUR trouxe uma perspectiva nova no âmbito do processo de planejamento do turismo. Pela primeira vez se planeja uma etapa de desenvolvimento do turismo antecedendo uma etapa de investimento, demonstrando ser este um ciclo racional de implementação de política pública. • Projeto pioneiro nessa área, ou seja, foi um projeto piloto que deu uma maior visibilidade à área de ecotorismo no Brasil e permitiu que se avançasse no desenvolvimento de metodologias de trabalho, de formação técnica de vários especialistas que hoje atuam no mercado, cujos trabalhos se iniciaram no PROECOTUR. • Os estudos de planejamento dessa Fase I do PROECOTUR contribuem com as ações que poderão ser desenvolvidas como contribuição ao Plano Amazônia Sustentável (PAS). • Fortalecimento da gestão de turismo nas diversas esferas de governo.	• Problemas de orientação política devida a alternância de gestão em função das mudanças nos governos estaduais. • O modelo gerencial não permitiu a interação do Programa com os municípios.
Lições Aprendidas	• O PROECOTUR criou uma ambiência positiva para o debate da sustentabilidade ambiental do turismo na região amazônica. • A metodologia participativa foi outro ícone para outras ações e projetos na região. • A gestão do programa apresentou várias dificuldades que devem ser repensadas para os próximos programas. Neste caso deve-se construir modelos de gestão que garantam maior estabilidade para os quadros técnicos das equipes envolvidas, bem como continuidade de projetos e ações quando das alternância das administrações locais. • Ficou clara a necessidade de um programa de assistência técnica gerencial durante a execução do Programa. • Analisando todo o contexto de gestão do programa e de seus resultados é inequívoca a constatação de que os seus objetivos foram cumpridos com pleno êxito, e nesse sentido, deve se criar mecanismos para suprir a clara necessidade de se fortalecer mais ainda a capacidade de gestão das instâncias de turismo e de meio ambiente nos estados e municípios e de promover a integração proativa e maior sinergia entre essas instâncias, o novo arranjo para a fase de investimento. Esta é uma condição para que os objetivos do Programa ao final da segunda fase tenha alcançado seus indicadores positivos de geração de trabalho, renda, de melhoria das receitas em um modelo de turismo capaz de conciliar eficiência econômica com a conservação ambiental, que se desenvolva na Região de forma, permitindo o fomento a negócios sustentáveis em toda a cadeia produtiva do turismo, beneficiando de forma prioritárias as comunidades locais e tradicionais, cujos saberes, conhecimentos e tradições constituem um importante, singular e diferenciado valor que deve ser agregado ao desenvolvimento do produto turístico amazônico.	

ANEXO 2C
RESUMO DO PROECOTUR

Resumo:

O PROECOTUR é um programa de caráter estruturante, que visa dotar a Amazônia Legal de condições atrativas para o direcionamento de investimentos para o segmento ecoturístico. O Programa encontra-se na sua **Fase I** [pré-investimentos] que consiste na implantação de ações focadas no planejamento estratégico local e regional, com o objetivo de indicar meios e instrumentos que irão nortear a construção de sua **Fase II**.

Os principais resultados esperados do Programa ao longo do prazo são: o fomento à geração de empregos e o desenvolvimento de atividades econômicas direta e indiretamente relacionadas ao setor ecoturístico; a ampliação do volume de arrecadação dos estados da região, direcionando mão-de-obra e capital para empreendimentos ecológicos economicamente sustentáveis. Para tanto, o programa busca criar condições para que o setor privado possa investir com segurança em ecoturismo, propiciando a formatação de produtos e roteiros competitivos nacional e internacionalmente.

Objetivo:
O objetivo do PROECOTUR é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias para preparar os noves estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – para administrarem de forma eficiente áreas com potencial para o ecoturismo, eleitas a partir de critérios estabelecidos no documento do Projeto.

Área de Atuação:

09 Estados da Amazônia Legal

Execução Financeira:

I) Contrato de Empréstimo firmado com o BID

	Montante Original	Saldo Cancelado	Saldo Efetivo
BID	11.000.000,00	6.663.167,63	**4.336.832,37**
Contrapartida MMA	2.800.000,00	1.600.000,00	**1.200.000,00**
Total	13.800.000,00	8.263.167,63	**5.536.832,37**

II) Recursos do Tesouro Nacional
- Recursos da SCA/MMA e SDS/MMA aplicados no período de 2000 a 2006: R$ 12.906.336,23.

III) Recursos provenientes de emendas parlamentares
- Recursos aplicados no período de 2000 a 2006: R$ 10.607.300,33

IV) Recursos do Governo da Holanda
Projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia Legal, executados por intermédio do PNUD: R$ 1.538.103,56.

TOTAL DOS RECURSOS: - Contrato de Empréstimo [BID + Contrapartida]: US$ 5.536.832,37
- Demais Fontes: R$ 25.051.740,12

Componentes Contratuais:

Componente I – Gerenciamento do Programa (inclui equipamentos)

Aquisição de equipamentos pelos NGPs (Núcleos de Gerenciamento do Programa), visando estruturar os 9 (nove) Estados da Amazônia Legal para auxiliarem no cumprimento das metas do Programa.

Componente II - Planejamento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (inclui essencialmente a preparação de estudos que têm como proposta o planejamento de atividades de ecoturismo em diferentes níveis, assim como estudos para a criação de novas áreas protegidas).

a) Estratégia de Turismo Sustentável para a Amazônia Legal

- Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva e Potencial da Amazônia: contratado em 2004 e finalizado em novembro/2006.
- Estudo de Mercado do turismo Sustentável para a Amazônia Legal: em fase de conclusão.
- Estratégia de Turismo Sustentável para a Amazônia Legal: último trabalho do Programa da Fase I em fase final de implementação.

b) Estratégias Locais e Estaduais de Ecoturismo

- Estratégia estadual de ecoturismo do Amapá;
- Estratégia de ecoturismo para a região do Guaporé Mato-grossense;
- Estratégia de ecoturismo para a Região Belém/Costa-Atlântica (versão final em análise)
- Estratégia de ecoturismo para a Região do Marajó/PA (versão final em análise);
- Estratégia estadual de ecoturismo de Roraima;
- Estratégia de ecoturismo para a Região do Jalapão/TO;
- Estratégia de ecoturismo para o Pólo Sateré/AM [em parceria com o Mtur (em elaboração)];
- Estratégia estadual de ecoturismo do Acre;
- Elaborado o Plano de Negócio da Pousada Ecológica do Seringal Cachoeira – Xapuri/AC;

c) Estudos para o Gerenciamento ou Criação de Ucs:

- Elaborados 3 planos de uso turístico de UCs (PARNA Serra do Divisor, PARNA do Jaú, EC Anavilhanas;
- Em elaboração a Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão, Estratégia de Uso Público do Sítio Arqueológico de Pedra Preta/Paranaíta/MT;
- Em fase de contratação a consultoria para elaboração da Estratégia deUso Público do PARNA Amazônia;
- Implantada a trilha interpretativa no PARNA Amazônia
- Elaborado o Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infra-estrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo/AM;
- Realizado ZEE da APA das Reentrâncias Maranhenses;
- Proposta a criação da APA do Delta do Amazonas/AP [em implementação];
- Em elaboração o Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Arqueológico da Caverna no Maroága/AM;
- Elaborado o Plano de Manejo Espeleológico e projetos específicos de infra-estrutura e sinalização da Caverna de Maroaga;
- Criação Parque Estadual de Monte Alegre – PA, e elaboração do seu Plano de Manejo
- Em contratação consultoria visando a complementação do Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino/MT;
- Estudo para a criação da Unidade de Conservação Estadual em Cachoeira Porteira – Oriximiná-PA elaborado;
- Estudo para a criação da Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão (municipal)- PA elaborado e implementado;
- Estudo para a criação da Área de Proteção Ambiental de Aramanaí, em Belterra (municipal) – PA elaborado e implementado;

- Implantação de Infra-estrutura no Parque Ecológico do Município de Belém – PA;
- Revitalização do porto que dá acesso à unidade Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro – PA;
- Plano de gestão da Apa do Lageado e Estratégia de Uso das Águas Superficiais e Subterrânea das bacias hidrográficas dos ribeirões Taquaruçu Grande, São João e Água Fria – TO;

- Apoio aos municípios de Caseara e Pium para co-gestão das áreas protegidas APA Ilha do Bananal / Parque Estadual do Cantão - TO;
- Elaboração do Plano de Manejo e os Estudos Básicos: fauna, flora, geologia, goemorfologia, clima e sócio-economia do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas - TO
- Em processo de implementação o Plano de Manejo do Parque Municipal de Alta Floresta/MT;
- Em processo de implementação o Projeto de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul para Uso Turístico/AM;
- Em elaboração o Registro das Referências Culturais de Comunidades de Populações Tradicionais de Xapuri/AC;

Componente III – Gerenciamento do Ecoturismo nas Áreas Selecionadas (inclui o financiamento de pequenas, mas importantes obras de infra-estrutura pública, que possam contribuir com a preservação dos atrativos naturais e melhorar as áreas de recepção turística e os estudos de pré-viabilidade e viabilidade para futuros investimentos públicos).

a) Planejamento do Desenvolvimento Ecoturístico das Áreas

- Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Amazônia Mato-grossense;
- Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo de Rondônia;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Tapajós;
- Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Amazonas;
- Estudo de viabilidade do empreendimento ecoturístico no Pólo do Cantão/TO;

b) Investimentos Essenciais nos Pólos de Ecoturismo

- Projeto e Implantação de Centros de Atendimento ao Turista (CATs) nos municípios de Presidente Figueiredo/AM, Barcelos/AM, Manacapuru/AM, Novo Airão/AM, Iranduba/AM;
- Projeto de Sinalização Turística dos Municípios de Presidente Figueiredo/AM, Barcelos/AM, Manacapuru/AM, Novo Airão/AM, Iranduba/AM;
- Projeto e Implantação de Terminais Fluviais Turísticos (TFTs) nos Municípios de Barcelos/AM, Manacapuru/AM, Novo Airão/AM;
- Projeto e Implantação do CAT/TFT de Alter do Chão/PA;
- Projeto e Implantação do Centro de Interpretação Ecoturística e Terminal Fluvial Turístico (Ciecotur/TFT) do Pólo Tapajós, em Santarém/PA;
- Projeto e Implantação do CAT do Parque Estadual do Cantão/TO;
- Projeto e Implantação do Cais Flutuante do Centro de Recepção de Turistas do Parque Estadual do Cantão/TO;
- Implementação de obras de melhoria e elaboração de projetos básicos de infra-estrutura no PE do Cantão/TO;

c) Estudos de Projetos de Infra-estrutura para a Fase II de Investimentos

- O Programa financiou a elaboração de diversos projetos técnicos para a implantação de infra-estrutura na Fase II, dentre estes, projetos de aeroportos, pavimentação de vias, terminais fluviais turísticos, saneamento ambiental, urbanização de praças, entre outros.

Componente IV – Fortalecimento do Segmento Ecoturístico (Inclui atividades de capacitação e treinamento voltadas às comunidades locais que irão atuar em projetos de ecoturismo e serviços de assistência técnica para os empreendimentos de ecoturismo, com a finalidade de se desenvolver e implantar as melhores práticas para o desenvolvimento de produtos "ecologicamente corretos".)

- Oficinas de Sensibilização: realizadas 26 Oficinas de Sensibilização em Ecoturismo (1ª etapa do Componente da Capacitação) nos 09 estados da Amazônia Legal e uma em Brasília/DF, entre os anos de 2000 e 2002;
- Oficinas de Planejamento Turístico: realizadas 6 (seis) oficinas de planejamento, sendo uma Oficina de Planejamento Piloto – Realizada no Pólo Jalapão – TO, duas oficinas de planejamento

no Vale do Acre e Vale do Juruá, uma oficina em Porto Velho/ RO, uma oficina em Macapá/ AP e uma oficina em Manaus/ AM, durante o ano de 2003;

- Oficinas de Capacitação em Planos de Manejo: realizadas 03 (três) oficinas de capacitação em elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, nos estados de Rondônia, Amapá,Roraima, para os novos analistas ambientais do IBAMA, instituições de meio ambiente estaduais, NGP, ONG, etc, durante o ano de 2004;
- Capacitação em Ecoturismo: Realizados 45 cursos nos seguintes temas: "Qualidade no atendimento aos visitantes", "Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos" e "Condução de visitantes", capacitando 1241 pessoas, durante o ano de 2005.
- Implementação de Carteira de Projetos Ecoturísticos de Base Comunitária, em andamento.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXECUÇÃO DO PROECOTUR

Como avaliar os resultados do PROECOTUR?

O Documento de Projeto do PROECOTUR estabeleceu como meta principal para o Programa o *"Desenvolvimento de um ecoturismo sustentável na Amazônia brasileira"*. Como se vive um cenário de estruturação de uma nova atividade econômica em uma vasta região como a Amazônia brasileira, é visível que este é um objetivo de desenvolvimento **somente possível de ser atingido em longo prazo**, o que demanda a aplicação de um conjunto de múltiplas políticas públicas, que deveriam envolver uma gama de atores dos governos federal, estaduais e municipais, além de outros atores ligados ao setor privado. Noutras palavras, este indicador somente poderá ser aferido com a implementação da Fase II do Programa.

Como forma de medir o progresso do cumprimento desta meta, foram definidos os seguintes indicadores: i) até 2010, aumento de 20% no número de empreendimentos de Ecoturismo que atuam na região a partir do nível estabelecido no inventário básico a ser concluído em 2002; ii) até 2005, aumento de 20% no fluxo de turistas para a região, a partir do nível estabelecido no inventário básico a ser concluído em 2002; iii) até 2004, os empreendimentos de Ecoturismo que atuam nos Pólos de Ecoturismo estarão gerenciando suas atividades segundo o conceito de Ecoturismo sustentável estabelecido pelo Programa e iv) até 2004, 60% dos Parques Federais e Estaduais, bem como outras Unidades de Conservação, estarão abertos ao público.

As metas estabelecidas para o PROECOTUR **transcendem em muito a capacidade de resposta da Fase I do Programa**, que consiste basicamente do planejamento estratégico para a estruturação inicial da atividade do ecoturismo nos estados da região da Amazônia brasileira. Tais metas somente poderão ser atingidas a partir da Fase II do Programa.Entretanto, se consideradas apenas as metas estabelecidas para a Fase I do PROECOTUR [vide Box I], é possível afirmar que parte importante das ações previstas foi executada, com destaque especial a elaboração das estratégias estaduais de ecoturismo e os planos de desenvolvimento no ecoturismo em áreas selecionadas.

Box I – Resultados Esperados ao final da Fase I

- ✓ todos os 9 estados participantes deverão estar atuando em estratégias de desenvolvimento do ecoturismo em seus estados;
- ✓ recomendações e medidas que fortalecerão a estrutura legal que regula o ecoturismo e as atividades turísticas na região;
- ✓ avaliação estratégica do desenvolvimento de turismo sustentável para os próximos 10 anos, incluindo um estudo detalhado de mercado;
- ✓ 4 estratégias de ecoturismo para áreas específicas (novos pólos potenciais);
- ✓ 20 planos de gerenciamento para as já existentes áreas protegidas recém criadas;
- ✓ investimentos pilotos para a proteção de locais e produtos ecoturísticos;
- ✓ 20 estudos de pré-viabilidade e viabilidade de projetos de infra-estrutura para uma segunda fase de investimentos;
- ✓ aproximadamente 1.000 participantes treinados em ecoturismo.

Os principais ganhos obtidos com a implementação da Fase I do PROECOTUR podem ser sintetizados da seguinte forma:

i)Mobilização dos Atores Locais:

o processo de construção do PROECOTUR é fruto da organização dos atores sociais da Amazônia, que se uniram na busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento predatório que vem sendo imposto à Amazônia. Foi criado o Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal [GTC-Amazônia], que tem o caráter de órgão de assessoramento da Coordenação do PROECOTUR. Em síntese, o PROECOTUR é fruto de um grande esforço de participação e integração dos atores sociais da Amazônia, tendo sido construído de forma participativa entre governo e sociedade civil;

ii)Indução à Institucionalização do Turismo:

o PROECOTUR foi o grande indutor da institucionalização governamental do turismo nos estados da Amazônia Legal. Antes do início do Programa nenhum estado contava com secretarias exclusivas de turismo ou equivalentes em operação. Hoje, passados mais de 7 anos de seu início, pode-se dizer que os 9 estados da Amazônia Legal contam hoje com secretarias específicas de turismo efetivamente implantadas. Outros estados evoluíram mais ainda, implantando agência de promoção turística, como é o caso da AmazonasTur/AM,da Paratur/PA e da ADTUR/TO.

iii)Planejamento Turístico Local e Regional:

o PROECOTUR investiu de forma significativa no planejamento local e regional do ecoturismo na Amazônia. Foram criados 15 Pólos Turísticos nos 9 estados, nos quais foram empreendidas ações de planejamento turístico que conformaram as Estratégias de Turismo dos Pólos do PROECOTUR. As estratégias definem as diretrizes para implantação dos Pólos e trazem levantamento de todos os atrativos turísticos efetivos e potenciais localizados nos pólos, propondo inclusive estratégias para a comercialização turística desses atrativos. A grande inovação do PROECOTUR reside na inserção do viés ambiental do planejamento turístico adotado, o que deriva das preocupações com as restrições ambientais locais, visto que a maior parte dos atrativos do Programa estão baseados em UCs;

iv)Planejamento Turístico em Unidades de Conversão:

o PROECOTUR financiou a elaboração de vários Planos de Manejo e Uso Turístico para algumas UC da Amazônia [federais, estaduais e municipais], desta forma contribuindo para ampliar a sustentabilidade dessas UCs, e noutras palavras, viabilizando a atividade turística nessas UCs, disciplinando os usos e restrições nas UCs e entorno;

v)Implantação de Infra-estrutura de apoio à atividade turística:

o PROECOTUR financiou a implementação de algumas pequenas obras de infra-estrutura que tiveram por objetivo, principalmente, preservar os atuais atrativos naturais e melhorar as áreas de recepção turística. O Programa também implantou diversos Centros de Atendimento ao Turista [CAT] e Terminais Fluviais Turísticos [TFT] com o objetivo de estruturar minimamente a recepção turística nos pólos. Outro investimento expressivo do Programa foi a elaboração de 20 projetos executivos de diversas obras a serem implementadas na Fase II;

vi)Treinamento e Capacitação dos atores locais:

o PROECOTUR investiu de forma significativa no treinamento e capacitação de atores locais. Em um primeiro momento foram realizadas 26 oficinas de sensibilização, das quais participaram mais de 1.000. pessoas. Outras oficinas estaduais de planejamento turístico foram realizadas nos estados, visando a discussão das estratégias de turismo que foram elaborados para os Pólos Turísticos. Em 2005 o Programa capacitou 1.241 pessoas, com a realização de 45 cursos em temas do turismo.

EXECUÇÃO DO PROECOTUR POR ESTADO

I) Ações de abrangência regional na Amazônia Legal

Atividade	Estágio
Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva e Potencial da Amazônia	Finalizado 2006
Estudo de Mercado do Turismo Sustentável para a Amazônia Legal	iniciado em maio/2006 e versão final em fase de ajustes
Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Amazônia	implementação iniciada.
Oficinas de Sensibilização: Realizadas no total 26 Oficinas de Sensibilização em Ecoturismo (1ª etapa do Componente da Capacitação) nos 09 estados da Amazônia Legal e uma em Brasília/DF.	realizados entre 2000 e 2003.
Oficinas de Planejamento Turístico: Realizadas 6 (seis) oficinas de Planejamento, sendo uma Oficina de Planejamento Piloto – Realizada no Pólo Jalapão – TO, duas oficinas de planejamento no Vale do Acre e Vale do Juruá, uma oficina em Porto Velho/ RO, uma oficina em Macapá/ AP e uma oficina em Manaus/ AM.	realizadas em 2003
Oficinas de Capacitação em Plano de Manejo: realização de 03 oficinas de capacitação em elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, nos estados de Rondônia, Amapá e Roraima, para os novos analistas ambientais do IBAMA, instituições de meio ambiente estaduais, NGP, ONG, etc.	realizadas em 2004
Capacitação em Ecoturismo: Realizados 45 cursos nos seguintes temas: "Qualidade no atendimento aos visitantes", "Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos" e "Condução de visitantes", capacitando 1241 pessoas.	executada em 2005

Projeto GUAIA – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia: Realização de 05 cursos em elaboração de Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos Sólidos em 5 estados da Amazônia (PA, MT, RO, AM, e RR), envolvendo 45 prefeituras e monitoramento em três estados (RR, MT e PA)	realizado entre 2003 e 2004

II) Investimentos nos Estados da Amazônia Legal

2.1 Estado do Acre [Recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia Estadual de Ecoturismo do Acre
Elaboração do Plano de Uso Público do PN da Serra do Divisor
Elaboração do Plano de Negócio da Pousada do Seringal da Cachoeira
Registro das Referências Culturais de Comunidades de Populações Tradicionais de Xapuri

Atividade
Aquisição de Equipamentos

2.2. Estado do Acre [Recursos do Tesouro Nacional]

ACRE
Projeto: reflorestamento consorciado em áreas alteradas de pequenas propriedades no Vale do rio Acre, em Epitaciolandia - AC
Formação de profissionais para ecoturismo no Parque Nacional da Serra do Divisor - AC
Plano de marketing, promoção e estruturação do Parque Nacional da Serra do Divisor - AC
Projeto de turismo sustentável em Xapuri - AC
Projeto de recuperação de áreas alteradas na Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri - AC
Sinalização Turística da Pousada e do Sítio Histórico e Ambiental do Seringal Bom Destino- AC;
Projeto de Sinalização viária dos atrativos turísticos/ecoturísticos no Pólo Ecoturístico Vale do Acre (AC).
Registro de Referencias Culturais de Comunidades das Populações Tradicionais de Xapuri - AC
Manutenção do NGP/AC

2.3 Estado do Acre [Recursos do Governo da Holanda]

ACRE
Aquisição de equipamentos para a gestão integrada de resíduos sólidos em Xapuri-AC.

3.1 Estado do AMAPÁ [Recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia Estadual de Ecoturismo do Amapá
Estudo de Criação de Unidade de Conservação no delta do rio Amazonas
Aquisição de Equipamentos

3.2. Estado do AMAPA [Recursos do Tesouro Nacional]

AMAPÁ
Projeto de construção do complexo de lazer sócio esportivo e ambiental do Bairro Paraíso em Santana – AP
Plano de Gestão Ambiental Urbano - Implementação da Praça Beira Rio em Laranjal do Jari – AP
Plano de Gestão Ambiental Urbano de Laranjal do Jarí -AP
Projeto: Ecoturismo na Ilha Santana - AP
Fortalecimento das ações administrativas e técnicas quanto à gestão dos resíduos sólidos em Laranjal do Jari - AP
Implementar o Programa de revitalização urbana para o ecoturismo, com implantação de infra-estrutura turística na cidade de Ferreira Gomes - AP, contemplando a recuperação, melhorias e adaptação da orla da cidade.

Implementação do Programa de revitalização urbana para o ecoturismo, com implantação de infra-estrut. turística no Município de Cutias do Araguari - AP, contemplando a construção de uma praça pública dotada de um deck panorâmico na orla da cidade
Implementação do Programa de revitalização urbana para o ecoturismo, com implantação de infra-estrutura na praça pública do município de Pracuúba - AP, recuperando o ponto turístico da cidade, contemplando a reforma e adaptação da Praça Central
Implementação do programa de revitalização urbana para o ecoturismo, com a construção de uma praça de laser (eco-entretenimento) no município de Tartarugalzinho - AP como alternativa de lazer e valorização do ponto turístico da cidade.
Implementação do Programa de Diretrizes para o Ecoturismo no município de Pedra Branca do Amapari - AP
Apoio ao projeto de implantação de infra-estrutura de ecoturismo e gestão ambiental no Município de Pedra Branca do Amapari - AP
Projeto de um tramo da margem do Rio Jarí no Município de Vitória - AP
Projeto: Programa de revitalização urbana para o ecoturismo do município de Pedra Branca do Amapari - AP
Apoio ao projeto de pavimentação asfáltica no Município de Laranjal do Jari - AP
Implantação da infra-estrutura turística para viabilizar a implementação do ecoturismo no município de Laranjal do Jari - AP
Projeto de pavimentação de vias urbanas no Município de Pedra Branca do Amapari - AP
Projeto de construção de um Porto Fluvial no município de Laranjal do Jarí – AP.
Construção de um deck panorâmico destinado ao embarque e Desembarque de passageiros no Município de Mazagão – AP
Construção de um hotel no município de Cutias do Araguari - AP
Manutenção do NGP/AP

3.3 Estado do AMAPÁ [Recursos do Governo da Holanda]

AMAPÁ
Elaboração do PGIRS de Laranjal do Jari

4.1 Estado do Amazonas [recursos do Contrato BID] – Implantação do Programa no Estado

Atividade
Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Amazonas
Projeto e Implantação de Centro de Atendimento ao Turista (Presidente Figueiredo)
Projeto de Sinalização Turística do Município(Presidente Figueiredo)
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Barcelos)
Projeto e Implantação do Centro de Atendimento ao Turista (Barcelos)
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Manacapuru)
Projeto e Implantação do Centro de Atendimento ao Turista (Manacapuru)

Atividade
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Novo Airão)
Projeto e Implantação do Centro de Atendimento ao Turista (Novo Airão)
Projeto e Implantação do Centro de Atendimento ao Turista (Iranduba)
Implantação de Sinalização Turística do Município (Presidente Figueiredo)
Implantação do Terminal Fluvial Turístico (Barcelos)
Implantação do Terminal Fluvial Turístico (Manacapuru)
Implantação do Terminal Fluvial Turístico (Novo Airão)
Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infra-estrutura e Sinalização da Caverna de Maroaga e Gruta do Batismo (Presidente Figueiredo)
Aquisição de Equipamentos

4.2 Estado do Amazonas [Recursos do Tesouro Nacional]

AMAZONAS
Proposta técnica para formulação do programa de recuperação de áreas degradadas na Amazônia – AM
Consolidação da articulação da COIAB nas bases regionais e qualificação da sua atuação em instâncias decisórias em nível nacional
Implantação da Base de Defesa Interiorana na Cidade de Tapauá - AM
Manutenção do NGP/AM

4.3 Estado do Amazonas [Recursos do Governo da Holanda]

AMAZONAS
Obras e instalações para aterro sanitário e aquisição de equipamentos para a gestão integrada de resíduos sólidos em Manicoré-AM, cursos de capacitação e elaboração do PGIRS de Manicoré

5.1 Estado do Maranhão [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Planejamento de Circuito Ecoturístico utilizando Embarcações Tradicionais
Aquisição de Equipamentos
Projeto de ampliação da pista e melhoria do terminal de passageiros do aeroporto (Cururupu)
Projeto de Construção do Porto e Terminal de Passageiros de Pindobal (Pindobal)
Projeto do Centro de Vivencia Floresta dos Guarás (Cururupu)

5.2 Estado do MARANHÃO [Recursos do Tesouro Nacional]

MARANHÃO
Projeto Cais de proteção em Apicum-Açu - MA

Implantação e pavimentação da estrada MA 006 - trecho Cururupu/Palacete/Pindobal, com extensão de 22,0 km - MA
Manutenção do NGP/MA

5.3 Estado do MARANHÃO [Recursos do Governo da Holanda]

MARANHÃO
Implementação do PGIRS – Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Cururupu-MA

6.1 Estado do MATO GROSSO [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia de Ecoturismo para a Região do Guaporé Mato-grossense
Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Amazônia Mato-grossense
Projeto e Implantação do Posto Avançado de Fiscalização do Parque Estadual do Cristalino (Alta Floresta)
Implantação de proteção ao sítio arqueológico da Pedra Preta
Projeto da Estrada – Parque, Trecho Sete Quedas/Pedra Preta (Alta Floresta)
Projeto do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Alta Floresta
Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão, Estratégia de Uso Público do Sítio Arqueológico de Pedra Preta (Paranaíta)
Plano de Manejo do Parque Estadual do Cristalino [Versão Preliminar Concluída]
Aquisição de Equipamentos

6.2 Estado do MATO GROSSO [Recursos do Tesouro Nacional]

MATO GROSSO
Plano de desenvolvimento ambiental urbano do parque ambiental de uso múltiplo Córrego da Voadeira em Barra do Garças - MT
Manutenção do NGP/MT

6.3 Estado do MATO GROSSO[Recursos do Governo da Holanda]

MATO GROSSO
Construção de vestiário, aquisição de equipamentos para limpeza pública urbana no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos em Juína-MT, cursos de capacitação e elaboração do PGIRS de Juína-MT

7.1 Estado do PARÁ [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia de Ecoturismo para a Região Belém/Costa Atlântica
Estratégia de Ecoturismo para a Região de Marajó
Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo Tapajós [

Atividade
Estudo de Criação de Unidade de Conservação no município de Santarém (criada a Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão)
Estudo de Criação de Unidade de Conservação no município de Belterra (criada a Área de Proteção Ambiental de Aramanaí)
Estudo de Criação de Unidade de Conservação no município de Monte Alegre (criado o Parque Estadual de Monte Alegre) e Elaboração do Plano de Manejo
Estudo de Criação de Unidade de Conservação no município de Oriximiná
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Santarém)
Projeto do Centro de Interpretação do Pólo de Tapajós (Santarém)
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Alter do Chão)
Projeto do Centro de Atendimento ao Turista (Alter do Chão)
Projeto do Terminal Fluvial Turístico (Santarém)
Implantação do Terminal Fluvial Turístico (Santarém)
Implantação do Centro de Interpretação do Pólo Tapajós (Santarém)
Implantação do Terminal Fluvial Turístico
Implantação do Centro de Atendimento ao Turista
Implantação do Terminal Fluvial Turístico (Santarém)
Estratégia deUso Público do Parque Nacional da Amazônia/PA e a implantação de uma trilha interpretativa e, capacitação dos analistas ambientais para manutenção da trilha na área.
Aquisição de Equipamentos

7.2 Estado do PARÁ [Recursos do Tesouro Nacional]

PARÁ
Implementação de Infra-estrutura física do Parque Ecológico do Município de Belém - PA
Projeto de Revitalização de Porto Pelé na Ilha do Mosqueiro - PA
Manutenção do NGP/PA

7.3 Estado do PARÁ [Recursos do Governo da Holanda]

PARÁ
Aquisição de um caminhão coletor de lixo, motosserra e containers para a gestão integrada de resíduos sólidos em Breu Branco-PA, cursos de capacitação e elaboração do PGIRS de Breu Branco-PA

8.1 Estado do RONDÔNIA [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Plano de Desenvolvimento Ecoturístico do Pólo do Rondônia
Projeto de Melhorias no Terminal de Passageiros do Aeroporto de Costa Marques
Projeto Executivo de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Projeto Executivo de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Atividade
Avaliação Ecológica Rápida e Plano de Uso Ecoturístico da Reserva Extrativista de Pedras Negras (estadual - versão preliminar)
Avaliação Ecológica Rápida e Plano de Uso Ecoturístico da Reserva Extrativista de Curralinho (estadual - versão preliminar)
Aquisição de Equipamentos

8.2 Estado do RONDÔNIA [Recursos do Tesouro Nacional]

RONDÔNIA
Projeto de controle de enchentes no Município de Ariquemes - RO
Drenagem de águas pluviais no município de Espigão do Oeste - RO
Aquisição de uma Briquetadeira em Pimenta Bueno - RO
Manutenção do NGP/RO

8.3 Estado do RONDÔNIA [Recursos do Governo da Holanda]

RONDÔNIA
Cursos de Capacitação e elaboração do PGIRS de Guajará-Mirim

9.1 Estado do RORAIMA [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia Estadual de Ecoturismo do Roraima
Aquisição de Equipamentos

9.2 Estado do RORAIMA [Recursos do Tesouro Nacional]

RORAIMA
Manutenção do NGP/RR

9.3 Estado do RORAIMA [Recursos do Governo da Holanda]

RORAIMA
Cursos de Capacitação e elaboração do Projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Caracaraí/RR

10.1 Estado do TOCANTINS [recursos do Contrato BID] – Implementação do Programa no Estado

Atividade
Estratégia de Ecoturismo para a Região do Jalapão
Elaboração do Estudo de Viabilidade de Empreendimentos Ecoturísticos do Pólo do Cantão/Tocantins
Implantação do Centro de Recepção de Turistas do Parque Estadual do Cantão
Melhoramento do Acesso ao Centro de Recepção de Turistas do Parque Estadual do Cantão
Projeto e Implantação do Cais do Centro de Recepção de Turistas do Parque Estadual do Cantão

Atividade
Projeto de Detalhamento do Centro de Treinamento em Ecoturismo do Parque do Cantão
Planejamento do Primeiro Módulo do Parque Estadual do Cantão
Aquisição de Equipamentos

10.2 Estado do TOCANTINS [Recursos do Tesouro Nacional]

TOCANTINS
Apoio à realização das ações: estudos, pesquisas e planejamento; edificação de residência funcional destinada a abrigar a direção do Parque Estadual do Cantão - TO; melhoramento da pista de pouso e aquisição de equipamentos para o início da execução do PROECOTUR no Estado
Apoio ao Projeto "Desenvolvimento de Unidades de Conservação no Estado do Tocantins"
Estabelecimento de um regime de proteção ambiental para o Estado do Tocantins, através de Unidades de Conservação, fortalecendo institucionalmente o Naturatins como órgão gestor, criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, implementação dos Parques Estaduais do Cantão e Jalapão e o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, com a construção de obras de infra-estrutura de visitação pública, aquisição de equipamento e material permanente e elaboração de estudos, além de apoio aos municípios de Mateiros, São Felix do Tocantins, Novo Acordo, Ponte Alta, Esperantina, Natividade e Porto Nacional.
Projeto preservação ambiental, melhorias de urbanização e estruturas de turismo ecológico no Município de Lagoa da Confusão.

10.3 Estado do TOCANTINS [Recursos do Governo da Holanda]

TOCANTINS
Aquisição de um trator de esteiras e uma pick-up para a gestão integrada de resíduos sólidos em Porto Nacional-TO

IMPLEMENTAÇÃO DA FASE II

Sobre a Fase II

O PROECOTUR foi concebido em duas fases. A Fase I, de pré-investimentos, focada no planejamento estratégico visando o desenvolvimento do ecoturismo na região e a Fase II, focada na implantação de investimentos que visam estruturar a atividade turística nos Pólos Turísticos do Programa, incluindo ações de infra-estrutura relacionadas à atividade turística.

A partir de um Acordo de Cooperação Técnica, assinado em agosto de 2004, entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Turismo (MTur), ficou consolidada a parceria entre as duas instituições em torno dos encaminhamentos relacionados à condução do Programa em sua segunda fase. Por meio desse instrumento o MMA transferiu para aquele Ministério a coordenação das ações relativas à preparação e execução da Fase II, que está sendo executada em parceria com o MMA. O, MMA responderá, ainda, pelas questões ambientais afetas ao Programa nesta próxima fase.

Desde então o MMA em conjunto com o MTur, vem promovendo a realização de uma série de reuniões de trabalho, com o objetivo de analisar e propor o arranjo institucional mais adequado para a condução da Fase II. Diversas hipóteses foram analisadas, sendo que o cenário baseado na tomada de empréstimos diretos pelos estados, em articulação com o Governo Federal, onde cada estado tomaria empréstimo diretamente junto ao agente financiador, com o aval da União, parece se mostrar mais compatível. Da mesma forma, encontra-se em análise as possibilidades de alocação de recursos federais do MMA e MTUR em contrapartida aos projetos estaduais.

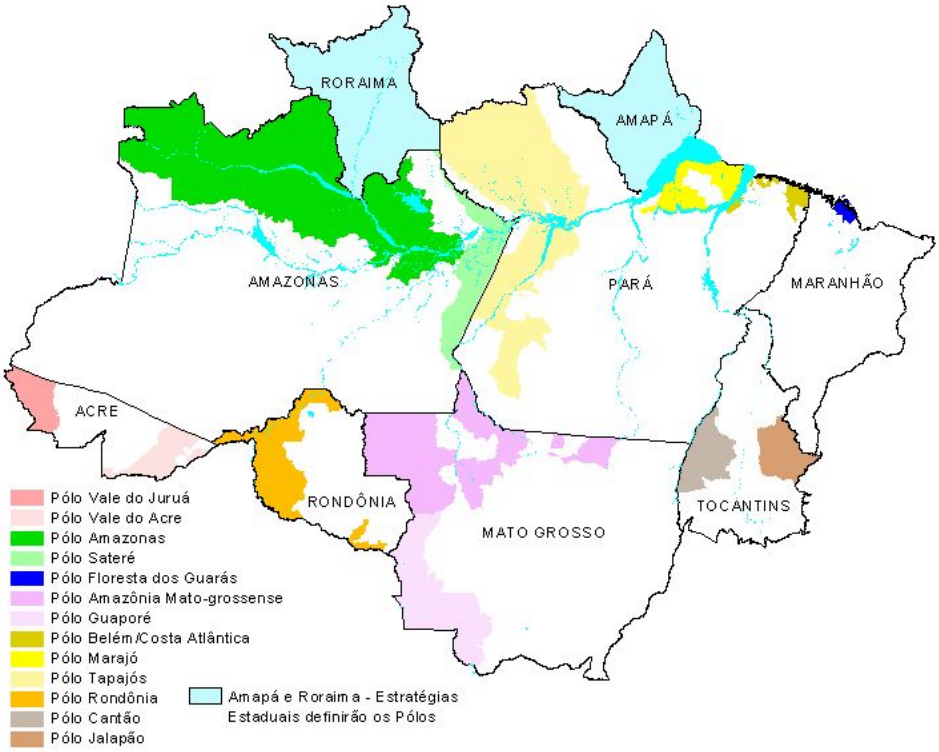
Como indicado anteriormente, a articulação entre os dois Ministérios já vem acontecendo e de maneira bastante fluida, ainda na conclusão da Fase I.

O Arranjo de Execução previsto para a Fase II

As lições aprendidas com a Fase I, as experiências do MTur na preparação e execução de grandes programas regionais com recursos externos e ainda a política econômica e de captação de recursos externos adotada pelo Governo Federal sinalizam que os recursos externos necessários para a execução desta Fase deverão ser captados pelos próprios estados partícipes do Programa. Caberá ao Governo Federal, através do MTur e do MMA, aportarem a contrapartida complementar ao aporte estadual. Nos programas Prodetur NE II e SUL a União aporta a contrapartida complementar à estadual .

O MTur deverá garantir a visão regional do desenvolvimento do turismo, assim como o MMA atuará nas questões ambientais regionais e federais. Considerando que a concepção da Fase II para cada estado será baseada, em grande parte, na Fase I por ele executada, o MTur e o MMA apoiarão cada Estado partícipe durante o processo de preparação e de aprovação dos programas individuais junto aos agentes financiadores multilaterais (em princípio o próprio BID) e também nos procedimentos do Governo Federal para a captação de recursos externos.

PROECOTUR E MUNICÍPIOS



Pólo Vale do Acre – AC

- ✓ Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Xapuri.

Pólo Vale do Juruá – AC

- ✓ Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.

Pólo Amazonas – AM

- ✓ Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Izabel do rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Silves.

Pólo Sateré – AM

- ✓ Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins.

Pólo Floresta dos Guarás – MA

- ✓ Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão.

Pólo Amazônia Mato-grossense – MT

- ✓ Alta Floresta, Apiacás, Arupuanã, Guarantã do Norte, Juara, Juina, Juruena, Paranaíta, Peixoto de Azevedo.

Pólo Guaporé – MT

- ✓ Araputanga, Cáceres, Comodoro, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Pólo Tapajós – PA

- ✓ Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém.

Pólo Belém / Costa Atlântica – PA

- ✓ Abaetetuba, Augusto Corrêa, Barcarena, Belém, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São João de Pirabas, Vigia e Viseu.

Pólo Marajó – PA

- ✓ Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Melgaço, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure.

Pólo Rondônia – RO

- ✓ Costa Marques, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho.

Pólo Cantão – TO

- ✓ Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis, Lagoa da Confusão, Marianópolis, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil, Santa Rita do Tocantins.

Pólo Jalapão – TO

- ✓ Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Feliz do Tocantins.

Amapá e Roraima (Os levantamentos foram efetuados nas áreas inteiras destes estados, visando selecionar as áreas com maior potencial para a atividade).

Amapá (todos os municípios) – Amapá, Calçoene, Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tarturagalzinho e Vitória do Jari.

Roraima (todos os municípios) - Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz, Uiramutã.

ANEXO 3
AVALIAÇÃO DO MUTUÁRIO

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Relatório de Término de Projeto – PCR 2006
Avaliação do Mutuário

Número do Projeto:	BR-0262 Empréstimo 1216/OC-BR		
Agência(s) Executora(s):	Ministério do Meio Ambiente		
Mutuário:	República Federativa do Brasil		
Data de Aprovação do Projeto:	27.10.1999	Data de Efetivo contrato:	08.08.2000
Data de Avaliação do Mutuário:	19. 05.2008	Data da Reunião de Encerramento:	19.05.2008

Classificação de Desempenho do Mutuário no Projeto

Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:
[**x**] Muito Provável (MP) [ ] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

Implementação do Projeto:
[**x**] Muito Satisfatório (MS) [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

Resultado de Sustentabilidade do Projeto:
[ ] Muito Provável (MP) [**x**] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

Comentários:

A implementação do Proecotur foi estrategia pioneira de política publica para o desenvolvimento do ecoturismo para a Amazônia Legal e para o Brasil. Inovador em sua concepção e execução, por enfocar um tema novo onde o conhecimento e a experiência ainda precisavam ser construídos e consolidados, e por colocar foco no desenvolvimento do turismo sob a perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, conciliando conservação ambiental e inclusão social.

A despeito do arranjo complexo para a sua implementação, o Programa gerou: acúmulos técnicos em várias temáticas associadas ao planejamento do ecoturismo, a modelagem de metodologias, um grande acervo de projetos planejados e executados, estudos realizados, indução à institucionalização da gestão do turismo na região, e um processo de articulação e mobilização de atores exitoso que envolveu várias esferas federal e estadual e entidades representantes da sociedade civil, importantes para que se seus resultados desta Fase I sejam efetivamente implementados na próxima etapa de investimentos.

Com todos os seus componentes implementados, o Programa promoveu efetivamente a estruturação do segmento do ecoturismo na Amazônia Legal, provendo os recursos de infra-estrutura, o fortalecimento institucional das suas instâncias executoras, estruturação de UCs, pequenas obras de infra-estrutura, capacitação de gestores públicos e privados, sensibilização, etc, efetivamente criando as condições para que a etapa de investimentos seja executada com êxito, validando a premissa de que é preciso planejar antes para investir depois.

Mas todo esse esforço de planejamento só terá êxito se as diretrizes e estratégias concebidas nesta fase I forem efetivamente priorizadas pela nova coordenação do Programa na implementação da fase II de investimentos. Se as relações institucionais forem movidas pelo diálogo com as esferas estaduais, com o setor privado e com as comunidades envolvidas, com a melhoria da prevista e necessária integração entre as instâncias da área pública de meio ambiente e de turismo, articuladas para que as variáveis de sustentabilidade sócio ambientais da estratégia sejam efetivamente implementadas para que o turismo na Amazônia seja desenvolvido de forma ambientalmente saudável, equitativa na repartição dos benefícios gerados, economicamente viável e socialmente transformadora.

Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto
Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto: [ ] Muito Satisfatório (MS) [**x**] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI) *Comentários:* O Proecotur é resultado de um amplo processo de mobilização e debate com a sociedade civil para viabilizar o desenvolvimento de política de ecoturismo para a Amazônia. Foi processo exitoso liderado pelo mutuário que permitiu a elaboração em 1998 da proposta de projeto do Proecotur, que viabilizou a sua criação por meio do contrato de empréstimo assinado com o BID em 1999.

Desempenho do Mutuário durante a Execução
Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto: [ ] Muito Satisfatório (MS) [**x**] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI) *Comentários:* A estruturação da gestão do Programa exigiu um esforços de recrutamento de quadros técnicos a altura dos desafios colocados para a sua implementação dentro de um modelo gerencial complexo, onde todos os atores mobilizados careciam de aporte de capacitação técnica para a sua condução. Mas a despeito das dificuldades e entraves a um processo mais ágil de execução das ações planejadas típicos de um modelo de burocracia centralizadora, e ainda das dificuldades enfrentadas pela evasão de quadros técnicos, a alternância gerencial nas esferas de coordenação (UGP) e execução estadual (NGPs) em função de mudanças políticas governamentais, o resultado foi plenamente satisfatório. Essas dificuldades enfrentadas no processo de gestão devem ser avaliadas e desenvolvidas estratégias para a gestão na próxima fase.. Neste caso deve-se construir modelos de gestão que garantam maior estabilidade para os quadros técnicos e das equipes envolvidas, bem como continuidade de projetos e ações quando das alternância das administrações locais, estaduais ou federais. Ficou clara a necessidade de um programa de assistência técnica gerencial durante a execução do Programa. Mas, analisando todo o contexto de implementação do programa e de seus resultados é inequívoca a constatação de que a sua gestão foi plenamente exitosa, mas, deve se criar mecanismos para suprir a clara necessidade de se fortalecer mais ainda a capacidade de gestão das instâncias de turismo e de meio ambiente nos estados e municípios e de promover a integração proativa e maior sinergia entre essas instâncias no novo arranjo para a fase de investimento.

Desempenho do Banco
Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: O Banco facilitou o desenho do projeto? Propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento)? Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras? Tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto? [**x**] Muito Satisfatório (MS) [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI) *Comentários:* A implementação do Programa aliada aos resultados positivos alcançados pelo Proecotur, deveu-se em muito da participação do Banco em todo o processo de desenvolvimento. Desde os critérios para a formatação de rotinas para aplicação das normas e procedimentos requeridos até as medidas corretivas e ajustes que foram necessários, no decorrer da execução, tiveram ampla participação dos especialistas setorial e financeiro do Banco. As justificativas apresentadas pelo MMA, solicitando prorrogação do prazo inicial contrato foi sempre compreendida e acatada, o que possibilitou o encerramento do contrato com a execução plena das ações e dando os subsídios necessários para a implementação da fase de investimentos.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco
Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro. **Arranjo Institucional do PROECOTUR** Os termos contratuais do Programa determinou os arranjos institucionais do PROECOTUR, limitando as possibilidades de parceria apenas com os Estados. Uma proposta que permitisse a ampliação de parceiros para a execução das ações, incluindo governos municipais, organizações não governamentais e fundações, certamente teria permitido a busca de outras soluções para facilitar a execução descentralizada do Programa. **Avaliação/Monitoramento** O escopo do Proecotur não previu instrumentos que permitisse uma avaliação do conjunto de ações voltadas para análise dos impactos do programa, especialmente, os resultados ambientais obtidos, visando a geração de conhecimentos sobre o tema ecoturismo na Amazônia. Esta avaliação de resultados é fundamental para o desenho de uma próxima fase de Programas com objetivos similares subsequentes, uma vez que medidas dessa natureza contribuem para eliminação de possíveis desvios de objetivos específicos em projetos assemelhados. Esta análise, embora não tenha sido prevista no decorrer da execução está sendo realizada no final desta fase do Proecotur. A experiência indica a necessidade de que nos projetos futuros sejam implantados instrumentos de avaliação que possam fornecer os subsídios necessários para que erros cometidos numa etapa não sejam repetidos e que, concomitamente auxiliem na concepção e formatação das próximas etapas. **Disseminação/ Comunicação** Os produtos elaborados ao longo do Programa, como as estratégias e planos dos pólos, os estudos de diagnóstico turístico e estudo da demanda nacional e internacional, bem como as avaliações de resultados devem ser objeto de ampla divulgação para os setores governamentais e a sociedade civil de uma forma geral. Esse processo será viabilizado pelo MMA pós-contrato.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
Representação do Banco no Brasil, COF/CBR

CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REVISÃO DO PCR REALIZADA EM: 21 DE AGOSTO DE 2006

PCR DO PROJETO: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE I

Projeto Nº: BR-0204
Contrato de Empréstimo Nº: 841/OC-BR
Apresentado por: Jaime Mano Júnior

I. CONVIDADOS:

Luisa C. Rains RE1/DEP MGR ; Manuel Rapoport RE1/MGR ; G. Calvo, RES/MGR; Waldemar Wirsig, Representante, COF/CBR; Jorge L. Lestani, Sub-representante, COF/CBR; Ma. Asunción, Jefe de División Funcional, RE1/EN1; Janine Ferreti, Jefe Div. Correspondiente, SDS/EN1; DEV-PLN; DEV-DEV; DEV-PMP; Robert N. Kaplan, Jefe Div. Correspondiente, RE2/EN2; Alvaro Llosa, Jefe Div. Correspondiente, RE3/EN3; Carlos Sampaio-Costa, LEG; Jaime Sujoy, Jefe Div. de País, RE1/OD1; Raúl Tuazón, Senior Advisor RE1/RE1; Pablo Roldán, Coordinador de País, RE1/OD1; Wagner Guerra, Economista COF/CBR; Juan Jorge Luna-Kelser, Especialista de Execução, RE1/EN1; Jaime Mano, Especialista de Execução, COF/CBR; Eduardo Figueora Especialista de Execução, COF/CBR; Antonio Jose Paz; Carmen Altes; Camilo Garzon; Jose Brakarz; Mario N. Yano; Jose Inacio Estevez; Hector Mallarin; Jorge Tejada.

II. PARTICIPANTES:

Sede: Asunción Aguilá, Carmen Altes, José Brakarz, Mª Claudia Perazza, Mª Regina Conomos, Pablo Roldan, Raúl Tuazon.

Representação: Eduardo Figueroa, Jaime Mano Jr., Jorge Luis Lestani, Marília Santos (Consultora) e Wagner Guerra.

III. ALCANCE DOS OBJETIVOS/METAS E COMENTÁRIOS AO PCR:

OBJETIVOS E METAS:

Considerando que o objetivo principal do PRODETUR/NE I foi contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico da região nordeste por meio de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas de expansão turística, visando gerar novas oportunidades de emprego, aumento na renda per capita e incremento da arrecadação fiscal dos estados participantes, após a análise dos dados apresentados no PCR em questão, conclui-se que esses objetivos foram alcançados, uma vez que apoiou: i) a construção e ampliação de 08 aeroportos na região; ii) a pavimentação e recuperação de 877 Km de estradas, vias de acesso e recuperação de pontes e viadutos; iii) o saneamento e implantação de sistema de água potável encanada que beneficiou 1.133.000 pessoas; iv) a restauração de 14 sítios do patrimônio histórico e de 61 edificações recuperadas; v) o desenvolvimento de projetos de planejamento turístico, reestruturação organizacional, monitoramento e fiscalização ambiental, diagnóstico ambiental e de macrozoneamento, estruturação de órgãos municipais para a melhoria de sua atuação, desenvolvimento e implementação de sistemas de apoio administrativo, financeiro e instrumentos operacionais, de recuperação e proteção ambiental.
Ainda que não se possa afirmar, devido à dificuldade de realizar o isolamento dos dados estatísticos existentes e investimentos realizados no âmbito do Programa, que a variação em grande parte dos indicadores apresentados no PRODETUR/NE I seja decorrente de ações do mesmo, dada a natureza e dimensão dos projetos realizados, pode-se supor que o Programa tenha contribuído, em diferentes graus de intensidade, para a evolução observada com relação às variáveis analisadas, principalmente no que se refere ao fluxo turístico, às receitas turísticas, aos impactos no PIB, à oferta turística e ao saneamento básico (água e esgoto).

IV. PRINCIPAIS TEMASCONSIDERADOS:

Durante a reunião foram realizados os seguintes comentários pelos Especialistas presentes:

i) O PCR apresentado foi elaborado na versão anterior a publicada em abril de 2006, o que resulta na apresentação de documento extenso, de compreensão complexa e com informações duplicadas;
ii) Até a data da presente reunião não haviam sido recebidos comentários por escrito ao documento;
iii) As premissas utilizadas para o financiamento de ações no âmbito do Programa foram: a) só se investia onde já havia sido constatada potencialidade turística; b) observação do quantitativo populacional local que seria diretamente beneficiada;

iv) Durante a concepção do PRODETUR/NE I, a aplicação do instrumento Marco Lógico (ML) e de construção de Linha de Base não era procedimento obrigatório para os projetos do BID, o que prejudicou a implementação de uma sistemática de monitoramento e avaliação dos resultados do Programa;

v) Para medição dos resultados, efeitos e impactos do Programa, foram utilizados dados do Informe de Projeto (IP), Contrato e Regulamento Operativo e informações estatísticas de órgãos e sistemas, tais como, da EMBRATUR, da RAIS, da INFRAERO, do IBGE, dos Órgãos Estaduais de Turismo, do PNUD, do PNAD, da CTI-NE e outros;

vi) Os impactos ambientais observados ocorreram devido à inexistência, em alguns casos e em outros a superficialidade dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Ressalta-se que devido à observação desse problema no âmbito do PRODETUR/NE I, o desenvolvimento de PDITS e a Recuperação de Passivos gerados com a implementação de ações do 1º Programa são condicionantes impostas no PRODETUR/NE II;

vii) Ressaltou-se que mesmo sendo exigidos e financiados os PDITS, não está garantida a implementação do mesmo, devido a fatores de cunho político, de priorização e até mesmo do incipiente conhecimento e controle social;

viii) Devem ser realizados esforços, no âmbito do PRODETUR/NE II, para o desenvolvimento de mecanismos para o seguimento e garantia da implementação dos PDITS;

ix) A única avaliação realizada e validada pelo Banco e considerada para elaboração do PCR foi a do Tribunal de Contas da União – TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional, conforme estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo sua atuação – controle externo, estendida e estabelecida constitucionalmente, aos três níveis de governo;

x) Com respeito à capacidade de execução das Unidades Estaduais e Municipais envolvidas, cabe destacar que são diferenciadas, necessitando de fortalecimento e capacitação das mesmas e da implementação de um processo de supervisão continuada por parte do BNB.

V. RECOMENDAÇÕES DE AJUSTES/INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES AO PCR:

i) Revisar do parágrafo 1.4. Resumo das Qualificações - Quadro de Classificação do PCR;

ii) Explicitar/ressaltar o motivo pelo qual o Programa sofreu grande atraso em sua execução;

iii) Explicar o motivo do não cancelamento/finalização do Programa em 2002;

iv) Devem ser destacadas, nesta Ata, as três principais Lições Aprendidas com a implementação do PRODETUR/NE I;

v) Devem ser inseridos dados relativos à viabilidade econômica do Programa;

vi) Informar como se procedeu a dispensa da realização de avaliação ex-post;

vii) Apresentar dados sobre o acompanhamento realizado pelo Banco as taxas de manutenção e tarifas;

viii) Enfatizar o motivo pelo qual o executor obteve avaliação positiva na implementação das ações do Programa, isto, considerando o grande atraso no prazo de execução.

VI. LIÇÕES APRENDIDAS:

As Lições aprendidas foram consideradas satisfatórias, destacando-se as abaixo relacionadas, as quais poderão ser incorporadas no Sistema do Banco:

- ✓ Embora todos os Estados tenham elaborado suas estratégias turísticas, estes instrumentos não foram capazes de identificar os pontos-chave que deveriam ser trabalhados para assegurar o desenvolvimento sustentado da atividade turística. Focou mais na oferta dos atrativos, sem o devido dimensionamento da demanda, e mesmo assim não foram avaliados como "produtos turísticos" "latu e strictu sensu". Como resultado os investimentos não foram concebidos de maneira integral, levando à dispersão de recursos, à ocorrência de impactos indiretos não desejáveis ou evitáveis ou à degradação dos recursos naturais.
- ✓ Criação de Conselhos de Turismo, os quais se constituíram em um primeiro canal formalizado de consulta e diálogo dos Órgãos Executores (BNB e Estados) com a sociedade civil beneficiária das ações do PRODETUR/NE I (empresários, associações de moradores, comunidades tradicionais e indígenas, organizações Não-Governamentais), o que resultou no PRODETUR/NE II na consolidação dos Pólos de Turismo. De um modo geral a realização de avaliações pontuais e os contatos e debates no âmbito das reuniões dos Conselhos contribuíram para avaliação do desempenho durante a implementação do PRODETUR/NE I, sobretudo quanto a aspectos técnicos e a reflexos das intervenções sobre o meio ambiente e comunidades afetadas.

- ✓ Dar maior ênfase nas ações de Fortalecimento Institucional dos órgãos executores, possibilitando a qualificação do seu corpo funcional e a adequação das estruturas organizacionais, com vistas a sustentabilidade de longo prazo, ações essas que devem ser prioritárias em relação às obras de infra-estrutura.

VII. CONCLUSÕES:

Em atendimento as recomendações do CRG e com base nos dados disponíveis foram realizadas as seguintes edições ao PCR:

- ✓ Página 06 - Revisão do parágrafo 1.4 – Qualificação;
- ✓ Página 41 – Inserção de Dados sobre a Viabilidade Econômica do Programa;
- ✓ Página 50 – Apresentação de explicação dos motivadores do atraso na execução e do não cancelamento de recursos em 2002;
- ✓ Páginas 63, 64 e 65 - Apresentação de explicação do motivo pelo qual o executor obteve avaliação positiva na implementação das ações do Programa;
- ✓ Página 64 – Informação sobre a dispensa da realização de avaliação ex-post;
- ✓ Página 69 – Apresentação dos dados sobre o acompanhamento realizado pelo Banco as taxas de manutenção e tarifas dos Contratos de Subempréstimo.

Aprovado: _____

Jorge Luis Lestani

Encarregado da Representante (COF/CBR)

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO FINAL DE PROJETO
PROJECT COMPLETION REPORT – PCR
MEMORANDO DO BANCO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE

PRODETUR/NE I

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 841/OC-BR

PROJETO BR-0204

Agosto de 2006
(Versão Revisada pós CRG)

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS 2
1.1. Antecedentes e Informações Gerais 2
1.2. Objetivo de Desenvolvimento 4
1.3. Dados Básicos 5
1.4. Resumo das Qualificações 6
1.3. Cronologia do Projeto 6
2. MEMORANDO DO BANCO 7
2.1. ANÁLISES DE RESULTADOS (PRODUTOS, EFEITOS E IMPACTOS) 7
2.2. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 43
2.3. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE 55
2.4. DESEMPENHO DO EXECUTOR 61
2.5. BASES PARA A AVALIAÇÃO EX POST 64
2.6. OUTRAS LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES 65
Anexo 1-A 67
Matriz de Financiamento Original e Atual 67
Anexo 1 - B 68
Calendário de Investimentos 68
Anexo 1 - C 69
Informação Financeira e Estados Financeiros Auditados 69

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Antecedentes e Informações Gerais

A Região Nordeste do Brasil, composta por nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), com território de 1,5 milhões de Km^2 e população de aproximadamente 45,3 milhões de habitantes, sendo 58% de população urbana e 42% de população rural, reúne, num mesmo espaço, biodiversidade, belezas naturais e riquezas histórico-culturais.

Em contrapartida, apesar de ser uma das primeiras regiões economicamente estabelecidas no País, o Nordeste perdeu sua posição de centro de crescimento após a industrialização do Brasil, ocorrida no início do século XX. Além dos impactos negativos cíclicos causados pelas secas (principalmente no interior semi-árido), o Nordeste como um todo apresentava baixos índices sociais com relação à média nacional e enfrentava sérios problemas macro-estruturais, configurando-se como uma das regiões mais pobre do País.

Em confirmação a essa precária situação da região, conforme dados do Informe de Projeto do Programa de 1990, vários indicadores refletiam essa dura realidade: i) renda per capta de US$ 1.702,00 quando a nacional era de US$ 2.874,00; ii) cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de menos de 52% e de 8%, respectivamente; iii) somente 4% do esgoto coletado era tratado; iv) taxa de desemprego de 7%; v) taxa de analfabetismo aproximada de 40%, quando a nacional era de 20%;vi) 23 milhões de habitantes, aproximadamente a metade da população da região, viviam abaixo da linha de pobreza.

Diante deste cenário e do potencial turístico da região, apontado como meio para criação de oportunidades de emprego e para o aumento da renda per capta e da arrecadação tributária, confirmou-se à necessidade de contar com um Programa que tivesse uma proposta voltada para o Turismo, de forma orgânica, para apoiar o desenvolvimento auto-sustentável da Região, de forma a: i) propiciar uma estrutura institucional adequada para fomentar e encorajar o turismo sustentável; ii) melhorar as condições ambientais e de saneamento nas áreas turísticas; iii) facilitar os deslocamentos para e dentro da região, por meio de investimentos no melhoramento de aeroportos, sistemas de vias urbanas e rodovias secundárias e de acesso; e, iv) fomentar a diversificação dos produtos turísticos da região, por meio de atividades como a recuperação e preservação do patrimônio histórico com revitalização de seu entorno e a melhoria de praias, parques e outros recursos naturais.

Nesse sentido, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em apoio aos governos estaduais da região, na busca de alternativas econômicas que incrementassem os níveis de emprego e renda da população, desenvolveu o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE I, concebido sob a égide de um Programa Global de Investimentos Múltiplos, com recursos repassados para os Estado participantes via contratos de Sub-Empréstimo.

Para tanto, em dezembro de 1994, foi assinado o Contrato Nº 841-OC/BR, entre o Banco do Nordeste (BNB) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e, posteriormente entre o Banco do Nordeste e os Sub-Mutuários (Estados do Nordeste).

Devido sua magnitude, o Programa foi dividido em duas Etapas. A primeira, o PRODETUR/NE I, contemplou um montante de investimentos de US$ 670 milhões, sendo US$ 400 milhões de financiamento do BID e US$ 270 milhões de contrapartida local assumida pelos Estados participantes e pela União, no caso de melhorias e construção de aeroportos.

A segunda Etapa do Programa, o PRODETUR/NE II, cujo Contrato de Empréstimo Nº 1392/OC-BR foi assinado entre o BNB e o BID em setembro de 2002, encontra-se em fase inicial de execução e mobiliza recursos da ordem de US$ 400 milhões, dos quais US$ 240 milhões serão financiados com recursos do BID e US$ 160 milhões por recursos de contrapartida local que poderão incluir

contribuições provenientes dos Estados Sub-Mutuários, dos Municípios, do Ministério do Turismo, outros órgãos da União e outros co-executores do Programa. Esta Etapa tem por objetivo consolidar, completar e complementar as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nos Pólos onde houve investimentos do PRODETUR/NE I em benefício da população local, antes de sua expansão a novas áreas. Para consecução desse objetivo, foram introduzidos novos conceitos e mecanismos ao PRODETUR/NE II, tais como: Pólos de turismo; Processo de planejamento setorial integrado e participativo; Fortalecimento da capacidade municipal de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal.

No âmbito do PRODETUR/NE I, foram assinados 17 (dezessete) Contratos de Sub-Empréstimo com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e com o Município de Maceió, sendo desenvolvidos mais de 380 projetos na Região, que somados ultrapassaram o montante de investimentos inicialmente previstos, estando com investimentos de US$ 729.916 milhões.

Como resultados/produtos *(outputs)* do Programa, destacam-se: i) construção, reforma e modernização de 08 (oito) aeroportos; ii) implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário; iii) melhoria de rodovias e vias urbanas, em vários municípios turísticos; iv) recuperação do patrimônio histórico em São Luís, Oeiras, Salvador, Aracaju, Recife, João Pessoa, Maceió e Porto Seguro; v) recuperação e proteção ambiental no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia; vi) urbanização de áreas turísticas na Praia de Ponta Negra, em Natal, lagoas do litoral cearense e as orlas de Gararu, Neópolis e Caueira, em Sergipe; vii) fortalecimento institucional, dos órgãos executores locais e Secretarias Estaduais de Turismo e/ou de Planejamento, com a capacitação dos técnicos, aquisição de equipamentos e sistemas informatizados, equipamentos para laboratórios, veículos para fiscalização e equipamentos de controle; viii) elaboração de bases cartográficas, planos diretores e cadastro técnico dos Municípios Turísticos.

Em decorrência da implantação dos produtos mencionados foram observados os seguintes efeitos *(outcomes)*: i) aumento do fluxo turístico nacional e internacional para a Região; ii) aumento das receitas provenientes do turismo; iii) aumento do PIB per capita da Região; iv) aumento do número de estabelecimentos turísticos (alojamento e alimentação); v) aumento do número de empregos nas atividades turísticas; vi) aumento da arrecadação tributária nos municípios beneficiados; vii) aumento do investimento privado na região.

Cabe ressaltar, ainda, que o PRODETUR/NE I está inserido no contexto de ação estratégica do Governo Federal e é prioridade nacional (integrante do Programa Avança Brasil), por sua inconteste capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região, traduzido por crescimento econômico, inserção social e equilíbrio ambiental. Em consonância com o modelo de gestão pública adotada no País, o Programa também está centrado nas premissas de celeridade, efetividade, transparência e visão sistêmica.

1.2. Objetivo de Desenvolvimento

Objetivo Geral:

Reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico regional através de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística.

Objetivos Específicos:

- ✓ Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão.
- ✓ Gerar oportunidades de emprego.
- ✓ Melhorar os níveis de renda.
- ✓ Aumentar as receitas públicas.
- ✓ Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados.
- ✓ Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos.

1.3. Dados Básicos

Nome do Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE I

Número do Projeto: BR-0204

Número do Empréstimo: 841/OC-BR

País: Brasil

Nome do Órgão Executor: Banco Nacional do Nordeste (BNB)

Data de Aprovação: 30 de novembro de 1994

Data de Assinatura do Contrato: 12 de dezembro de 1994

Montante do Empréstimo Original: US$ 400.000.000,00

Montante do Empréstimo Atual: US$ 398.658.000,00

Montante Cancelado do Empréstimo: N/A

Custo total do projeto (Original): US$ 670.000.000,00

Custo Atual do projeto (Atual): US$ 729.916.000,00

Especialista na Sede: Maria Claudia Perazza

Especialista COF/CBR: Jaime Mano Júnior

Autores do Memorando do Banco: Jaime Mano Júnior (Especialista Setorial) e Marília Santos (Consultora)

Autor do Memorando do Executor: Mario Eduardo Fraga da Silva, Coordenador dos trabalhos de elaboração do PCR e Equipe Técnica multidisciplinar: i) da Central Operacional para o Setor Público do BNB; ii) do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste do BNB – ETENE; e, iii) Consultor externo, Sr. *João Agostinho Teles,* Coordenador do Grupo Técnico de Pesquisas da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste - CTI-NE. Contou, ainda, com a colaboração de membros das Unidades Executoras Estaduais (UEE), dos nove Estados da Região Nordeste, participantes do PRODETUR/NE I, das Centrais Operacionais (CENOP) do BNB, Unidades de Fortaleza, Recife e Salvador.

Data do Seminário de Inicio (Arranque): n/a

Data de Avaliação de Meio Termo: n/a

Avaliações conjuntas realizadas:

- ✓ Alteração do Contrato: 1996 (Primeira), com renegociação de cláusulas;
- ✓ Alteração do Contrato: 1997 (Segunda), com renegociação de cláusulas;
- ✓ ACORDO OPERACIONAL: Firmado entre Banco do Nordeste e Banco do Brasil, em 09.10.1995, em função do Contrato 841-OCR-BR, para assegurar a retenção e repasse, ao Banco, de recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- ✓ ACORDO OPERACIONAL: Firmado entre Banco do Nordeste e Banco do Brasil, em 28.06.1996, em função de alteração no Contrato 841-OC-BR, para assegurar a retenção e repasse, ao Banco, de recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- ✓ Prorrogação, pela COFIEX, do início material de obras e desembolso, para 31.12.2000.

Data do Seminário de Encerramento do Projeto: 15 de dezembro de 2005

1.4. Resumo das Qualificações

Classificação do PCR

Pelo Banco	Qualific.	Pelo Mutuário/Executor	Qualific.
Efetividade no Desenvolvimento	E	Efetividade no Desenvolvimento	E
Implementação do Projeto	I	Implementação do Projeto	S
Desenvolvimento Institucional	R	Desenvolvimento Institucional	R
Sustentabilidade	P	Sustentabilidade	P
Desempenho do Executor	I	Desempenho do Banco	S

ME = Muito Efetivo; E = Efetivo; MS = Muito Satisfatório; S = Satisfatório
R = Relevante; MP = Muito Provável; P = Provável, I = Insatisfatório

Classificação do ISDP

CLASSIFICAÇÃO HISTÓRICO DO ISDP

MÊS ANO	DEC. 1998	JUN. 1999	DEC. 1999	JUN. 2000	DEC. 2000	JUN. 2001	DEC. 2001	JUN. 2002	DEC. 2002	JUN. 2003	DEC. 2003	JUN. 2004	DEC. 2004	JUN. 2005
IP	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U
AS	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
DO	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

1.5. Cronologia do Projeto

Aprovação: 30 de novembro de 1994
Assinatura do Contrato: 12 de dezembro de 1994
Elegibilidade: 04 de agosto de 1995
Desembolso Final, original: 12 de dezembro de 1999
Desembolso Final, atual: 14 de Junho de 2005
PCR: dezembro de 2005

2. *MEMORANDO DO BANCO*

2.1. ANÁLISES DE RESULTADOS (PRODUTOS, EFEITOS E IMPACTOS)

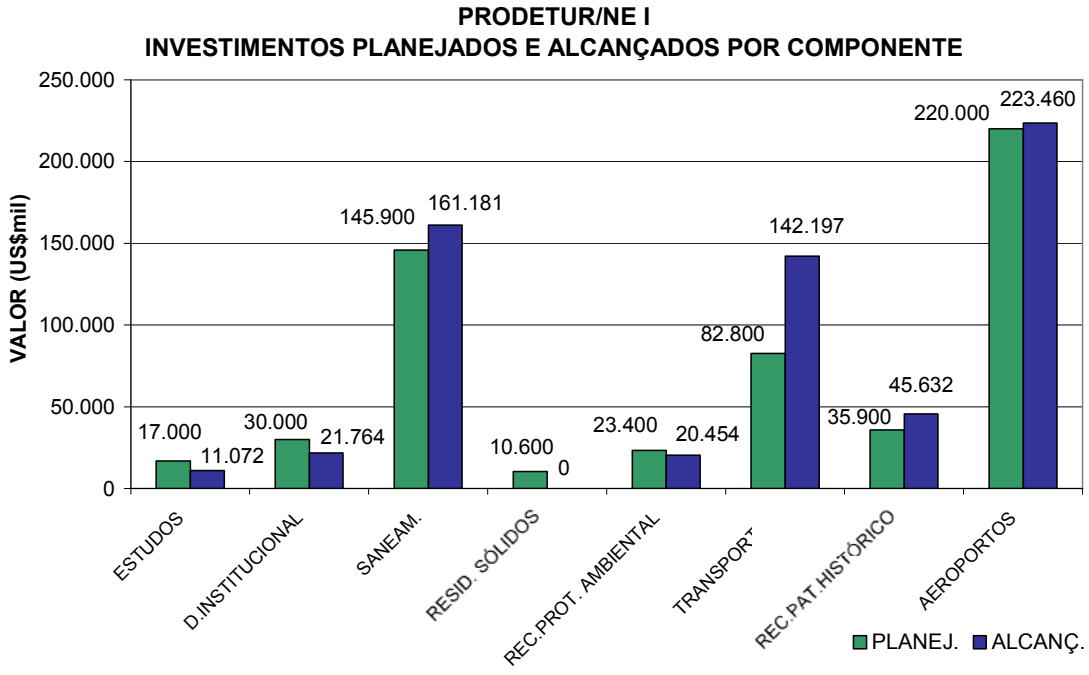
Cabe fazer presente que o Projeto, pela data de aprovação, não teve Marco Lógico, de tal maneira que as análises de resultados dos produtos, efeitos e impactos desta Seção do PCR estão baseados em indicadores e supostos disponíveis na base de dados do Banco do Nordeste (Órgão Executor) e das Unidades Executoras Estaduais, além de informações presentes no Informe de Projeto (Project Report BR-0204 - IP) e em outros documentos oficiais relacionados ao Programa, tais como: Contrato de Empréstimo 841/OC-BR (CE), Informe de Seguimento de Projeto (ISDP) e o respectivo Regulamento Operativo (RO).

2.1.1. **Produtos (*outputs*) obtidos.** Descrição dos produtos do PRODETUR/NE I por componente e sub-componente e análise de fatores que afetaram a sua execução.

2.1.1.1. Análise de Indicadores de Produto. Comparação entre o Planejado e Alcançado.

Apresenta-se, no gráfico abaixo os montantes de investimento, por Componente e Subcomponentes do Programa, planejados e os realizados.

Em seguida apresenta-se uma comparação entre os produtos planejados e as ações efetivamente executadas, por Componente e Subcomponentes do Programa.



COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - DI	
OBJETIVO: Ampliar a capacidade das entidades beneficiárias de executar suas respectivas funções, proporcionando assistência técnica, com ênfase nas seguintes áreas: (i) Reestruturação organizacional; (ii) Desenvolvimento e implementação de sistemas de apoio administrativo, financeiro e instrumentos operacionais; (iii) Fortalecimento da capacidade fiscal e regulatória (particularmente das administrações municipais); (iv) Treinamento de pessoal. Este componente apoiou o desenvolvimento de ações/projetos em: Órgãos de Turismo Estaduais, Órgãos Ambientais Estaduais, Companhias de Saneamento Estaduais, Departamentos Estaduais de Estradas, Órgãos de Planejamento e Unidades Executoras Estaduais e Governos Municipais.	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Órgãos de Turismo Estaduais: ✓ Planejamento turístico e sistemas de monitoramento, estudos especiais e consultorias em estratégias de turismo, e Treinamento de pessoal.	**Órgãos de Turismo Estaduais:** Foram realizados investimentos em: 1) Planejamento Turístico (planos estratégicos, planos de marketing, planos de roteiros) e organização interna dos órgãos; 2) Promoção turística; 3) Capacitação e treinamento; e 4) Aquisição de Equipamentos e veículos. <u>Para obter maiores detalhes e valores ver Memorando do Executor.</u>

COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – DI (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Órgãos Ambientais Estaduais: ✓ Planejamento ambiental e sistemas de monitoramento, envolvendo: i) Diagnósticos ambientais; ii) macrozoneamento; e iii) sistemas de controle de atividades poluidoras. Estavam previstos, ainda, a realização de projetos de reorganização e aparelhamento dos órgãos, e treinamento.	**Órgãos Ambientais Estaduais:** Foram realizados investimentos em: 1. Aquisição de equipamentos e veículos necessários para a atuação dos órgãos no monitoramento e fiscalização ambiental; 2. Capacitação e treinamento de recursos humanos em quase todos os estados, o que contribuiu para a melhoria de atuação dos órgãos; 3. Realização de levantamentos e estudos importantes para a atuação dos órgãos, a exemplo de ações específicas de diagnóstico ambiental e macrozoneamento realizadas nos estados do CE e RN, ambas não inicialmente previstas. <u>Para obter maiores detalhes e valores ver Memorando do Executor.</u>

COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – DI (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Companhias de Saneamento Estaduais: ✓ Sistemas de apoio administrativo e financeiro, medição de água, melhoramentos operacionais, estabelecimento de unidades descentralizadas de serviço em zonas do projeto, e treinamento.	**Companhias de Saneamento Estaduais:** Foram realizados investimentos em: 1. Aquisição de equipamentos e veículos destinados ao aparelhamento dos órgãos e ao controle de produção e consumo de água, sendo que 50% do total investido foram para projetos de pitometria, macromedição e micromedição, realizados nos Estados do RN e PB; 2. Elaboração de planejamento interno, em termos organizacionais e administrativos, principalmente na PB, e 2,5% para capacitação e treinamento de pessoal. <u>Para obter maiores detalhes e valores ver Memorando do Executor.</u>
Órgãos de Planejamento e Unidades Executoras Estaduais: ✓ Apoio para o estabelecimento de unidades executoras estaduais, aquisição de equipamentos, e treinamento de pessoal.	**Órgãos de Planejamento e Unidades Executoras Estaduais (UEEs):** Foram realizados investimentos em: 1. Aquisição de equipamentos e veículos; 2. Elaboração de planejamento para estruturação interna dos órgãos; 3. Capacitação de recursos humanos. ✓ Foram feitos investimentos significativos na estruturação da UEM de Maceió-AL e na UEE da BA com destaque para a capacitação de recursos humanos. Na UEE-BA os investimentos na capacitação de recursos humanos resultaram em diversas publicações fruto da produção intelectual de membros da equipe da UEE. <u>Para obter maiores detalhes e valores ver Memorando do Executor.</u>

COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – DI (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Governos Municipais: ✓ Fortalecimento financeiro, incluindo: i) Aperfeiçoamento do sistema de arrecadação (cadastro, assessoria jurídica); e ii) Sistemas de administração financeira (para contabilidade e orçamento); planejamento ambiental/urbano, planos diretores de desenvolvimento urbano, legislação para uso da terra; planejamento econômico estratégico; treinamento no local de trabalho e acompanhamento da implementação de todos os projetos de assistência técnica.	**Governos Municipais:** Foram realizados investimentos em: 1. Estruturação de órgãos municipais para a melhoria de sua atuação, envolvendo estudos e planejamento (Planos Diretores, Cadastro Técnico, Sistemas Tributários, entre outros), aquisição de equipamentos e capacitação e treinamento de recursos humanos. 2. Elaboração de Planos Diretores para 16 municípios dos Estados da PB, RN, PE e CE, tendo sido investidos US$ 1.589.870 somente em planos diretores, legislação urbanística e atualização cartográfica. ✓ O município de Maceió recebeu grande parte dos investimentos (69,4% dos recursos), tendo somente o projeto "Cadastro Técnico de Maceió" consumido 55,5% do total investido em Governos Municipais no âmbito do PRODETUR/NE I. ✓ Cabe destacar que o município de Tamandaré foi emancipado de Rio Formoso após a assinatura do contrato do PRODETUR/NE I. ✓ Quanto aos investimentos realizados nos Governos Municipais, percebe-se que os resultados alcançados ficaram aquém do esperado, frente à importância dos municípios na gestão / manutenção dos produtos executados. <u>Para obter maiores detalhes e valores ver Memorando do Executor.</u>

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

De um modo geral os investimentos em Desenvolvimento Institucional nos Estados Sub-Mutuários do Programa foram importantes para a Estruturação dos órgãos envolvidos. Nesse sentido a maior parte dos recursos foi utilizada com a aquisição de equipamentos e veículos necessários para o adequado funcionamento das instituições beneficiadas.

Conforme já apresentado, a elaboração das Estratégias de Desenvolvimento Turístico representou importante paço em termos de planejamento do turismo em diversos Estados. Nesse contexto, investimentos nos Órgãos Estaduais de Turismo foram importantes para a estruturação dos mesmos com vistas a implementar as estratégias que foram desenhadas. Entre as ações realizadas foram elaboradas publicações em diferentes estados, voltadas para a divulgação de produtos turísticos, tanto para os turistas de um modo geral quanto para investidores do setor privado. Empreendedores nacionais e internacionais eram público alvo de parte do material publicado, razão pela qual, muitas dessas publicações saíram em duas ou três línguas (Português, Inglês e/ou Espanhol). O Banco do Nordeste (BNB), Órgão Executor do Programa, também elaborou material visando atração de investidores no âmbito do PRODETUR/NE I.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável) – Cont.:

Realizando um balanço geral do componente, tanto os investimentos com recursos do BID (85,1%), quanto aqueles da contrapartida dos Estados (51,6%) foram menores que o planejado. Isto se deve a diferentes fatores: 1) variação cambial, com desvalorização do real ao longo do período de execução do Programa, fazendo com que o montante em dólares inicialmente previsto fosse mais do que suficiente para a realização dos projetos planejados; 2) não execução de parte dos projetos e/ou ações que estavam inicialmente previstos; 3) parte dos projetos e/ou ações inicialmente previstos foram realizadas com fontes de financiamento que, por diversos motivos (comprovação financeira, fonte próprio BID, fonte Banco Mundial, entre outros), não puderam ser reconhecidas como contrapartida local, como ocorreram nos Estados do RN, BA e SE. Como exemplo pode-se citar os Órgão de Meio Ambiente da BA e RN, que receberam recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Banco Mundial, no âmbito do GERCO.

No BNB foram feitos importantes investimentos em fortalecimento institucional, como a criação do núcleo de meio ambiente, inicialmente denominado Grupo Interdepartamental de Meio Ambiente (GIMAM), posteriormente Grupo Temático Meio Ambiente e atualmente Gerência de Infra-estrutura Meio-ambiente e Responsabilidade Social, ligada à Área de Políticas do BNB. Após sua criação esse núcleo já realizou diversas atividades, como: i) a elaboração da política do BNB para o meio ambiente, com a sua incorporação nos normativos internos do Banco; ii) a realização de seminários, palestras e cursos para divulgação da política ambiental do BNB e temas relacionados à questão ambiental entre os seus funcionários e público externo; iii) a publicação de cartilhas e outros materiais de divulgação; iv) a organização e publicação do Manual de Impactos Ambientais, o qual transformou-se em material de referência no BNB e em outras instituições, inclusive em órgãos ambientais.

Foram realizados, ainda, uma série de eventos de capacitação e criadas oportunidades de treinamento para vários funcionários em diferentes áreas relacionadas ao PRODETUR/NE, tais como: i) avaliação socioeconômica de projetos; ii) gestão ambiental; iii) análise de processos licitatórios e planejamento urbano. Estes eventos de treinamento ainda continuam sendo realizados, agora para preparação de técnicos que irão acompanhar o PRODETUR/NE II, com a realização de cursos de especialização em avaliação ambiental (36 alunos) em 2003 e curso de avaliação socioeconômica de projetos (28 alunos) em 2005, dessa vez envolvendo um número maior de participantes. Ainda está prevista a realização de cursos de Planejamento Urbano e Gestão Municipal e de Cursos de Extensão em Saneamento Ambiental e Estradas.

A atuação do BNB voltada para o turismo foi bastante intensificada a partir do PRODETUR/NE I, com a estruturação e divulgação de diferentes linhas de financiamento (recursos do FNE) que já existiam anteriormente, tais como Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PMPE), Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE VERDE), Programa de Apoio ao Turismo (PROATUR), entre outros. Além disso, a partir de 1997 o BNB iniciou um trabalho de desenho e estruturação de Pólos de Desenvolvimento Integrado do Turismo em todos os estados do Nordeste, além da porção norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Por fim, constata-se que, os investimentos em DI no PRODETUR/NE I foram insuficientes para modificar significativamente a atuação dos órgãos beneficiados. Não obstante, no desenho do PRODETUR/NE II, já está prevista uma maior abrangência e direcionamento dos investimentos em DI, voltados ao desenvolvimento de projetos que envolvem o desenvolvimento de áreas específicas de órgãos estaduais (gestão de unidades de conservação, sistemas de informações turísticas) e municipais (programas de ajuste fiscal, planos diretores municipais, fortalecimento da gestão municipal do turismo).

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável) – Cont.:

Cabe ressaltar que o PRODETUR/NE I proporcionou o início do processo de melhoria da atividade turística no Brasil, não sendo, assim, um produto acabado, necessitando da continuidade desses investimentos para sua consolidação como atividade econômica reconhecida.

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETIVO: Este componente incluiu investimentos em cinco setores:

1. Saneamento - melhorar os serviços públicos de abastecimento de água e tratamento de esgoto, nas áreas abrangidas pelo Programa. Na maioria dos casos, os trabalhos visam ampliar, simultaneamente, a capacidade dos sistemas tanto de abastecimento de água quanto de esgotamento sanitário, aproveitando ao máximo as instalações existentes.
2. Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (a) proporcionar uma coleta apropriada e eficiente dos resíduos sólidos no meio urbano; (b) proporcionar um transporte eficiente e econômico dos resíduos até a área de despejo final; (c) proporcionar uma eliminação ecologicamente segura, tecnicamente prática e de baixo custo; (d) promover programas de educação ambiental e de longo alcance orientado à mudança de atitude da população para conseguir sua cooperação e tornar a coleta mais eficiente; (e) fortalecer as instituições em seus aspectos técnicos e financeiros, a fim de assegurar sua operação e manutenção com um custo eficiente, tanto no curto como no longo prazo; (f) proteger a saúde e segurança de seus trabalhadores.
3. Recuperação e Proteção Ambiental - Melhorar/manter a qualidade ambiental de áreas de interesse turístico, por meio de investimentos em estudos, educação ambiental, manejo, preservação e recuperação de recursos naturais em determinados territórios dentro da área de abrangência do Programa. Os projetos contemplados neste setor deverão incluir a elaboração (ou servir de subsídios à elaboração) de planos diretores municipais, assim como estimular a participação das administrações municipais em sua implantação.
4. Transporte (obras viárias urbanas e rodovias) - Propiciar acesso cômodo, confiável e seguro a zonas turísticas, melhorar a circulação urbana e diminuir congestionamentos associados ao acesso a zonas de interesse turístico. Para atender a tais objetivos os projetos no setor de transporte são divididos / classificados em dois sub-setores: i) Rodovias; e ii) Vias urbanas.
5. Recuperação do Patrimônio Histórico – (a) recuperar monumentos históricos principalmente da época colonial e constituí-los focos de atração turística; (b) revitalizar o contorno urbano de áreas geralmente degradadas, mas com potencial cultural, comercial e habitacional; (c) promover a participação do setor privado nessas atividades.

1. Saneamento

PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Sub-setor Água Potável: ✓ Construção ou reabilitação de: i) captações de água; ii) poços; iii) adutoras; iv) estações de tratamento; v) reservatórios; vi) redes de distribuição; vii) ligações domiciliares com medição; viii) bombas; ix) outros equipamentos de tratamento e manutenção.	**Sub-setor Água Potável**: Foram implantados sistemas de abastecimento de água completos (captação, tratamento, adução, reservação e distribuição), ou complementares a sistemas existentes, resultando na obtenção dos seguintes produtos: o Rede de distribuição: 706,8 Km o Adução de: 121,3 Km o Estações de Tratamento de Água implantadas: 25 Und o Ligações domiciliares até set/2005: 50.472 Und o População atendida até set/2005: 474.514 hab

1. Saneamento (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Sub-setor Esgotamento Sanitário: ✓ Construção de: i) redes de esgotos; ii) coletores tronco; iii) estações elevatórias; iv) estações de tratamento.	**Sub-setor Esgotamento Sanitário:** Os investimentos em sistemas de esgotamento sanitário envolveram projetos de sistemas completos (coleta, transporte, tratamento e lançamento final), ou projetos complementares a sistemas existentes, resultando na obtenção dos seguintes produtos: o Rede de coleta de esgoto: 1.090,1 Km. o Interceptores / emissários: 137,6 Km. o Estações de tratamento de esgotos implantadas: 29 Und. o Ligações domiciliares até set/2005: 71.932 Und. o População atendida até set/2005: 670.463 hab.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Os investimentos em saneamento ocorreram acima do planejado, sendo aplicado quase o dobro do valor previsto da contrapartida local. Os sistemas implantados estão em pleno funcionamento. Alguns dos projetos de abastecimento de água em fase de conclusão já estão aptos a operar, entretanto ainda não entraram em funcionamento pelo fato de não terem sido concluídos os sistemas de esgotamento sanitário correspondentes, como é o caso de projetos em AL, CE e PE.

Os principais problemas encontrados foram: i) resistência de moradores para fazer ligações domiciliares de esgoto, devido ao custo associado (CE); ii) resistência de moradores no entorno de ETEs implantadas, com receio de haver contaminação de lençol freático e incomodados por mal cheiro e degradação da paisagem (BA); iii) limitações na abrangência dos sistemas, sendo que muitas vezes áreas que apresentam características geográficas que dificultam ou impossibilitam a instalação de sistemas em rede (zonas alagadas ou com extrema declividade) são ocupadas por populações de baixa renda, público alvo do programa (PE); iv) falta de complementação de sistemas de esgotamento sanitário (rede coletora, interceptores), de modo a possibilitar o atendimento da população projetada e a plena operação das estações de tratamento implantadas; v) passivos ambientais e sociais gerados durante a fase de execução das obras (Ponta Negra, Natal-RN e Praia do Forte-BA).

Os Estados com maior grau de beneficio, neste Componente, foram BA, CE, PB e SE, onde foram aplicados 75,6% dos recursos.

Houve maior população beneficiada com abastecimento de água nos estado da BA, CE, PI e SE, enquanto que os estados da BA, CE, MA e PB apresentaram maior população beneficiada com projetos de esgotamento sanitário. Alguns municípios foram amplamente beneficiados com sistemas de água e esgoto simultaneamente, merecendo destaque: 1) Porto Seguro, Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Mata de São João (Costa do Sauípe) na BA; 2) Paraipaba, Paracuru, Itapipoca, Caucaia e São Gonçalo do Amarante no CE; 3) Maragogi em AL; e 4) Rio Formoso em PE.

Também devem ser destacados importantes projetos de saneamento em capitais e outras grandes cidades, tais como São Luis-MA, João Pessoa-PB, Parnaíba-PI, Natal-RN e Aracaju-SE.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Além dos projetos de sistemas de água e esgotamento sanitário, no setor de saneamento também foram feitos investimentos em projetos de drenagem associados a outras intervenções, a exemplo dos projetos: 1) *Drenagem de Águas Pluviais do Pólo Lagamar do Trair*i - *CE*; 2) *Drenagem e Pavimentação de Porto Seguro - BA*; e 3) *Drenagem e Pavimentação do Centro Histórico de São Luís - MA*.

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

2. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

PLANEJADO	*ALCANÇADO*
Realização de 19 (dezenove) Projetos em 06 (seis) Estados (AL, BA, PB, PE, PI e RN).	**Nenhum Projeto realizado.**

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

AL - as ações que estavam previstas para o Estado não foram executadas por problemas relacionados à alternativa de projeto escolhida*, no caso do aterro sanitário de Maceió, e pelo fato da prefeitura municipal de Maceió e do governo do estado de Alagoas, ambos sub-mutuários do PRODETUR/NE I, terem priorizado investimentos em outros componentes na capital (revitalização do bairro do Jaraguá), o que inviabilizou os investimentos em administração de resíduos sólidos que estavam previstos para Maragogi, Barra de Santo Antônio e Paripueira.

BA - dos projetos previstos (Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte), apenas o aterro sanitário de Porto Seguro foi realizado, utilizando outra fonte de financiamento. No caso, o projeto não foi integrado ao PRODETUR/NE como contrapartida local. Os projetos para os demais municípios ainda não foram realizados. No âmbito do PRODETUR/NE II, está em fase de licitação o projeto de "Reavaliação Regional da Gestão dos Resíduos Sólidos da Costa do Descobrimento", o qual deve apontar as melhores soluções para a administração de resíduos sólidos relacionados aos 03 municípios dessa Zona Turística (Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte).

PB - em agosto de 2003 foi fechado definitivamente o Lixão do Roger e inaugurado novo aterro sanitário de João Pessoa-PB, projeto inicialmente previsto para ser realizado com recursos do Programa. O projeto foi executado com outra fonte de financiamento, sem reconhecimento de contrapartida local para o PRODETUR/NE I.

PE - estavam previstos projetos para os municípios envolvidos no CT-Guadalupe, entretanto somente foram elaborados os Planos Diretores de Limpeza Urbana dos municípios. Atualmente está sendo finalizada a implantação de aterro sanitário consorciado para os três municípios (Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré) com recursos do programa PROMATA. Apesar desse projeto esta previsto no PRODETUR/NE II, segundo o Plano de Ação do PDITS do Pólo Costa dos Arrecifes-PE, o mesmo não poderá ser contrapartida do PRODETUR/NE II pelo fato do PROMATA também utilizar recursos do BID.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

PI - Luis Correia ainda utiliza lixão e em Parnaíba existe aterro sanitário em más condições de operação e no fim de sua vida útil. Segundo informações no PDITS do Pólo Costa do Delta-PI, o município já está com novo aterro em implantação com recursos do Ministério do Turismo (PNMT) com repasse via Caixa Econômica Federal. Se atendidos os critérios de elegibilidade do Programa, este projeto poderá vir a ser considerado como contrapartida local do PRODETUR/NE II.

RN - em 2004 foi inaugurado novo aterro sanitário para a região metropolitana de Natal, realizado com recursos de outras fontes e ainda não reconhecido como contrapartida local (possível no PRODETUR/NE II), o qual atende a capital e municípios da redondeza, incluindo Extremoz, Ceará-mirim e Parnamirim, para os quais estavam previstos projetos de administração de resíduos sólidos no PRODETUR/NE I. Foi realizado ainda aterro sanitário simplificado e provisório no município de Tibau do Sul, para atender a localidade turística de Pipa, em fase de acelerada expansão. Para os municípios de Nísia Floresta, Tibau do Sul, Ares, São Gonçalo do Amarante, Senador Georgino Avelino e demais municípios do Pólo Costa das Dunas-RN, estão previstos projetos de implantação de aterros sanitários no PRODETUR/NE II, os quais serão precedidos do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios do pólo.

Alguns Estados (entre os quais BA e RN) alegam que projetos previstos nesse Sub-componente não foram realizados devido a restrições do Programa, no qual não se financia a aquisição de equipamentos para o processo de coleta de lixo e operação do aterro sanitário. Os recursos previstos terminaram por ser alocado em outros Sub-componentes.

** = A alternativa de biorremediação apresentada não foi aprovada pelo fato de não ter resultados comprovados de sua eficácia.*

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3. Recuperação e Proteção Ambiental	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Realização de 15 (quinze) Projetos em 07 (sete) Estados (AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN);	1. Realização de 18 Projetos (07 Previstos; 11 adicionais), em 04 Estados (AL, BA, CE e RN); 2. Área protegida /recuperada: 11.202 ha; 3. O Programa contribuiu para a conservação (criação de APAs) de outros 102.925 há; 4. Foram criadas 06 Unidades de Conservação no âmbito do PRODETUR/NE I, todas na BA.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Os investimentos em proteção e recuperação ambiental com recursos do BID foram aquém do esperado/planejado.

Dos 07 Estados cinco estados (AL, MA, PB, PE e PI) não realizaram os projetos previstos.

A maior parte dos recursos do financiamento foi para o CE, onde foram realizados praticamente todos os projetos previstos, referentes à proteção e recuperação de lagoas, lagamares e orlas de rio. Dentre os onze projetos adicionais enquadrados nesse Sub-componente, constam sete projetos de urbanização de áreas de lazer associados às ações de proteção e recuperação de lagoas e lagamares*.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

No estado também foi criado o Parque Botânico do Ceará, como medida compensatória pela implantação da rodovia CE-085 – Estruturante.

As principais dificuldades /problemas encontrados foram: i) baixa eficiência na proteção / conservação ambiental nos casos em que Unidades de Conservação foram criadas, porém não devidamente implantadas; ii) desrespeito aos limites estabelecidos no entorno das lagoas e lagamares no CE, onde foram piqueteadas (demarcadas) as áreas de Preservação Permanente; iii) difícil controle dos acessos nas áreas de fixação de dunas; iii) problemas encontrados na execução de obra de recuperação e defesa contra processo de erosão marinha, onde a primeira solução adotada foi insuficiente para conter o avanço das marés (Pecém, CE); iv) falta de compromisso por parte das administrações municipais quanto à manutenção das benfeitorias, contribuindo para a degradação / depredação das mesmas (pólos de lazer nas margens de lagoas); v) ausência de elaboração e implementação, em tempo hábil, de um plano de gestão para a efetiva utilização dos citados pólos de lazer com maior envolvimento da população local, o que teria contribuído para a sua manutenção.

Somente um dentre os projetos que não estavam previstos, a "*Despoluição do Vale do Reginaldo / Salgadinho*", consumiu US$ 12,9 milhões da contrapartida local, representando 62,7% do valor total aplicado. Ressalte-se que tal ação estaria melhor enquadrada no sub-componente de saneamento, um vez que se constituiu em coleta dos lançamentos de esgoto que existiam ao longo de parte do córrego do Reginaldo / Salgadinho e seu direcionamento para emissário submarino.

No Estado da BA foram criadas diversas unidades de conservação do tipo APA (Áreas de Proteção Ambiental) no âmbito do PRODETUR/NE I. Também foi criado um Parque estadual (Parque do Conduru) como medida compensatória associada à implantação da rodovia BA-001 Ilhéus-Itacaré. Parte dessas Unidades de Conservação, entretanto, não foram implantadas. Constam nos Planos de Ação dos PDITS dos pólos turísticos do PRODETUR/NE II vários projetos de implantação de unidades de conservação (demarcação do terreno, implantação de acessos, construção de edificações, aquisição de veículos e equipamentos etc) os quais vêm complementar parte dos investimentos em proteção e recuperação ambiental realizados na primeira fase do Programa.

Exemplo de projeto de Proteção e Recuperação Ambiental, apontado como caso de sucesso no PRODETUR/NE I foi o Parque das Dunas, em Natal-RN, onde foram realizadas diversas ações (Planos de Manejo/Operação, e obras físicas envolvendo um viveiro com 20 espécies, escola de educação ambiental, uma pista de "Cooper", aquisição de mobiliário e equipamentos, recuperação das cercas do entorno, herbário, recuperação de 3 trilhas ecológicas) que contribuíram significativamente para a proteção ambiental local e para a melhoria da qualidade da experiência dos freqüentadores do Parque.

Outros projetos que merecem menção por terem atingido os benefícios almejados a contento foram a Recuperação da praia e embocadura do rio Mundaú e a Recuperação (fixação) das dunas do Paracuru, o primeiro evitando impactos significativos sobre a comunidade ribeirinha e o segundo preservando o principal ponto de captação de água da cidade, evitando seu soterramento por dunas móveis.

No âmbito de projetos no CE (urbanização dos pólos de lazer) e RN (Parque das Dunas) foram feitos investimentos em urbanização, totalizando área de 107.516 m^2. Frente à constatação da importância da revitalização de áreas urbanas para o turismo e frente à demanda dos estados para a realização de projetos de urbanização, no PRODETUR/NE II foi criado um Sub-componente específico para a Urbanização de Áreas Turística, com regras claras no Regulamento Operacional do Programa para a realização dos projetos.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Por fim, pelo exposto pode-se inferir que do montante planejado apenas 32,6% dos recursos foram efetivamente empregados em ações inerentes a esse componente. Diante da proposta do Programa de desenvolver na região Nordeste a atividade turística com base nos princípios do Desenvolvimento Sustentável, deve-se envidar maiores esforços no PRODETUR/NE II para a realização de projetos de proteção e recuperação ambiental de modo a salvaguardar os recursos naturais da região, os quais constituem-se principais atrativos turísticos da região.

** = Ressalte-se que inicialmente os projetos de Urbanização dos Pólos de Lazer foram enquadrados na rubrica "Obras Adicionais" da Matriz do Contrato de Empréstimo BID-BNB, a qual foi excluída da Matriz quando de sua modificação. Devido às suas características, decidiu-se pelo enquadramento de tais projetos no sub-componente Proteção e Recuperação Ambiental.*

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
4. Transporte (obras viárias urbanas e rodovias)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Realização de 43 (quarenta e três) Projetos em 08 (oito) Estados (AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE);	1. Realização de 90 Projetos (30 Previstos; 60 adicionais), em 09 Estados (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE); Extensão de vias pavimentadas: 1.025,1 km.
Sub-Setor Rodovias: ✓ Construção, melhoramento e reabilitação de caminhos e rodovias prioritárias para dar acesso cômodo, confiável e seguro a zonas turísticas.	**Sub-Setor Rodovias**: Foram executados projetos de implantação /melhoramento de rodovias estaduais, tanto interligando diferentes municípios de interesse turístico, quanto melhorando a acessibilidade a atrativos turísticos específicos. Os estados mais beneficiados em termos de extensão de rodovias e vias pavimentadas foram PI, CE e BA. Extensão de rodovias pavimentadas: 978,1 Km
Sub-setor Vias Urbanas: ✓ Reabilitação de vias urbanas e drenagem destinadas a melhorar a circulação urbana e diminuir o congestionamento para facilitar o acesso a zonas de interesse turístico. As obras, entre outras, incluem: i) remodelação de ruas e avenidas; ii) habilitação de vias para pedestres; iii) ciclovias e as correspondentes obras de drenagem.	**Sub-setor Vias Urbanas**: Foram realizadas: 1. Pavimentação de ruas, avenidas e vias expressas (BA, MA, Maceió, PE, RN e SE); 2. Construção e recuperação de pontes e viadutos (MA e PE); 3. Construção de atracadouros e terminais marítimos (BA e MA); 4. Requalificação urbana de ruas, avenidas, praças e orlas (BA, MA, Maceió, PE, RN e SE). Algumas das ações realizadas em Maceió, MA e PE (recuperação de vias urbanas, recuperação de pontes, requalificação urbana) estão associadas aos projetos de recuperação do Patrimônio Histórico do bairro do Jaraguá, Maceió-AL, do Centro Histórico de São Luis-MA e do Centro Histórico do Recife-PE. Extensão de vias pavimentadas: 47 Km

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

O sub-componente de transportes absorveu mais recursos do que o inicialmente previsto tanto da fonte BID (55% a mais) quanto da contrapartida local (quase 3 vezes mais do que o previsto). Os estados mais beneficiados em termos de aplicação de recursos foram BA,CE, SE e PE, onde foram investidos 68,7% dos recursos. Somente BA e CE respondem por 50% das aplicações.

Merecem destaque os projetos: 1) Rodovia CE-085 – Estruturante, ligando Fortaleza às praias do litoral oeste do Ceará; 2) Rodovia BA-001 Ilhéus-Itacaré, facilitando o acesso rodoviário a Itacaré (região de praias paradisíacas até então pouco freqüentadas); 3) Rodovia Porto Seguro - Trancoso, melhorando a interligação desses destinos, buscando-se não comprometer área de fragilidade ambiental localizada entre os mesmos; 4) Sistema viário de Ponta Negra, Natal-RN, requalificando o bairro e preparando-o para o crescimento do turismo; 5) Complexos viários (viadutos) do Turu e dos Franceses em São Luís-MA, resolvendo graves problemas de engarrafamentos entre o aeroporto e a zona turística; 6) Rodovia PB-008, facilitando o acesso de João Pessoa ao litoral sul da Paraíba; 7) Ligação da capital Teresina ao litoral do Piauí por rodovias estaduais, melhorando as condições de acesso e diminuindo problemas de engarrafamentos nos períodos de pico do fluxo de veículos para as zonas turísticas; 8) Rodovia SE-100, promovendo acesso ao litoral sul de Sergipe, nas proximidades da fronteira com a Bahia.

Com a divisão em categorias dos investimentos realizados em transportes percebe-se que dos 1025,1 Km pavimentados, 285,2 Km (27,8%) constituem-se em acessos a localidades ou atrativos turísticos específicos, 47 Km (4,6%) são vias urbanas e 693 Km (67,6%) são rodovias que interligam núcleos urbanos. Na primeira categoria (acessos específicos), os reflexos dos investimentos tendem a estar fortemente associado ao desenvolvimento da atividade turística, enquanto que na última categoria (ligações entre núcleos urbanos), os reflexos dos investimentos tendem a ser mais abrangente, uma vez que a melhoria da acessibilidade leva a modificações na dinâmica de várias outras atividades econômicas desenvolvidas nas áreas beneficiadas, ligadas ou não ao turismo.

Principais dificuldades/problemas enfrentados: i) ocorrência de passivos ambientais em 14 projetos de rodovias, em grande parte devido ao não cumprimento das medidas mitigadoras preconizadas nos estudos e licenças ambientais, sobretudo às relacionadas à recuperação de áreas degradadas; ii) conflitos com população local, em casos onde não houve, principalmente durante a fase de planejamento, adequada aproximação / interação com as comunidades afetadas; iii) ocupação desordenada do solo, nos casos em que rodovias melhoraram acesso a municípios despreparados (falta de instrumentos de ordenamento territorial – Planos Diretores, ou dificuldade para fazer cumprir as leis de ordenamento locais). Isso foi mais grave nas rodovias que resultaram em uma rápida resposta em termos de aumento de fluxo turístico, revelando por um lado que a acessibilidade era um gargalo para o crescimento da atividade e por outro que as administrações públicas das localidades turísticas beneficiadas, sobretudo no caso de pequenos municípios, estavam despreparadas para controlar os efeitos adversos do súbito crescimento do turismo ocorrido.

Cientes das dificuldades acima observadas, os órgãos envolvidos no planejamento e execução do Programa, passaram a tomar importantes medidas para equacionar tais problemas. A maioria dessas medidas está inserida na estrutura do PRODETUR/NE II, o qual traz, entre outras, as seguintes diretrizes: 1) previsão de recuperação dos passivos gerados na primeira fase do Programa anteriormente a outros obras de infra-estrutura; 2) a necessidade de haver Planos Diretores Municipais em vigor naqueles municípios a serem beneficiados com obras de infra-estrutura; 3) um maior rigor quanto à elaboração e execução dos planos de recuperação de áreas degradadas; 4) a necessidade de haver supervisão de obras independente para os grandes investimentos; 5) a realização de campanhas de auditoria socioambiental durante a fase de execução dos projetos.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

No âmbito dos projetos de transportes realizados em Maceió-AL e nos estados do MA, PE, RN e SE, foram feitos investimentos em requalificação urbana (urbanização), totalizando área beneficiada de 252.503 m^2. Maiores informações quanto a investimentos dessa natureza podem ser encontradas no Anexo 3-I do Memorando do Executor. Frente à constatação da importância da revitalização de áreas urbanas para o turismo e frente à demanda dos estados para a realização de projetos de urbanização, no PRODETUR/NE II foi criado um sub-componente específico para a Urbanização de Áreas Turística, com regras claras no Regulamento Operacional do Programa para a realização dos projetos.

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

5. Recuperação do Patrimônio Histórico

PLANEJADO	***ALCANÇADO***
Realização de 07 (sete) Projetos em 06 (seis) Estados (AL, BA, MA, PB, PE, PI).	1. Realização de 17 Projetos (06 Previstos; 11 adicionais), em 07 Estados (AL, BA, MA, PB, PE, PI, SE) e 01 Município (Maceió). o Nº sítios históricos contemplados: 14 o Nº edificações recuperadas: 61 o Área construída recuperada: 94.814 m^2 o Enterramento de rede elétrica: 11.000 m o Enterramento de rede telefônica: 11.000 m

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Os investimentos foram basicamente voltados para a recuperação de edificações históricas pertencentes ao setor público (com raras exceções, por exemplo: Igreja do Bonfim-BA) e revitalização de áreas em seu entorno (praças, calçadas, jardins).

As aplicações foram maiores do que o planejado, tanto envolvendo os recursos do BID quanto da contrapartida local. Os estados mais beneficiados em termos de aplicação de recursos foram PE, BA e MA, respondendo juntos por 69% dos investimentos realizados. Somente nestes estados localizam-se 50 das 61 edificações recuperadas. Em termos de área construída recuperada os estados mais beneficiados foram PE, BA, MA e SE.

Grande parte dos projetos planejados foi realizada, com exceção do Centro Histórico de Parnaíba-PI. Foram recuperadas edificações no Centro Histórico de Aracaju-SE, o que não estava inicialmente previsto. Também foram realizados investimentos na recuperação de Centros de Eventos em Olinda-PE e bairro do Jaraguá, Maceió-AL

Entre os 17 projetos realizados, merecem destaque: 1) Recuperação do Centro Histórico de São Luis-MA; 2) Praça da Sé e Quarteirão Cultural no Pelourinho e Igreja do Bonfim em Salvador-BA; 3) Centro Histórico de Porto Seguro e Trancoso – BA; 4) Centro Histórico de Recife-PE; 5) Revitalização do Bairro do Jaraguá, Maceió-AL.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

É importante ressaltar que os investimentos do PRODETUR/NE I em Recuperação do Patrimônio Histórico muitas vezes complementaram outros investimentos do estado, com utilização de diferentes fontes de recursos (BID/Monumenta, Programa de Recuperação de Sítios Históricos – URBIS, Recursos Próprios), e da própria iniciativa privada. Projetos como o Centro Cultural Dragão do Mar, Recuperação de Patrimônio do Pelourinho, Recuperação de edifícios em Recife Antigo, benfeitorias realizadas na região de Porto Seguro em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil são exemplos desses investimentos, muitos dos quais já vinham acontecendo anteriormente. Vale registrar que a promulgação da Lei Rouanet em 1991 foi grande incentivo para investimentos em Recuperação de Patrimônio Histórico a partir da década de 90.

As principais dificuldades encontradas foram: i) complicações que surgiram no decorrer da execução das obras e que, nem sempre, estavam previstas nos projetos, significando atrasos no cronograma e aumento nos custos; ii) deficiências na gestão das áreas revitalizadas (sítios históricos) com foco no turismo, notadamente quanto à diversificação de usos; iii) falta de garantia de manutenção periódica de parte das edificações e áreas urbanas recuperadas; iv) dificuldades para se atingir os indicadores socioeconômicos previstos nos projetos, em grande parte devido aos itens acima mencionados.

As dificuldades apontadas acima indicam um possível comprometimento da sustentabilidade dos investimentos realizados. Entretanto, vale mencionar que, na maior parte dos locais onde houve atuação com recursos do PRODETUR/NE I, os projetos realizados representaram apenas uma fração da totalidade dos investimentos necessários para a completa revitalização dos sítios históricos. Com isso, apesar do Programa ter contribuído para a recuperação dessas áreas, muito ainda precisa ser feito para a sua completa revitalização e consolidação enquanto áreas de interesse histórico e atração turística.

Para corrigir e/ou evitar na segunda fase do PRODETUR/NE dificuldades semelhantes às apontadas anteriormente, foram realizadas as seguintes modificações em seu Regulamento Operacional: 1) Maior rigor na elaboração e análise dos projetos, sobretudo quanto à sua sustentabilidade econômico-financeira; 2) definição dos tipos de obras e sítios objeto de intervenções, de modo a facilitar o enquadramento dos projetos e guardar identidade das intervenções com os objetivos do componente; 3) maior detalhamento dos critérios socioambientais.

No âmbito de projetos em todos os estados envolvidos no componente foram feitos investimentos para revitalizar o contorno urbano das áreas beneficiadas que envolveram urbanização. Tais investimentos requalificou área equivalente a 146.606 m^2. Frente à constatação da importância da revitalização de áreas urbanas para o turismo e frente à demanda dos estados para a realização de projetos de urbanização, no PRODETUR/NE II foi criado um sub-componente específico para a Urbanização de Áreas Turística, com regras claras no Regulamento Operacional do Programa para a realização dos projetos.

COMPONENTE C: MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	
OBJETIVO: (Inicial) Facilitar o acesso para o Nordeste, por meio do melhoramento de cinco aeroportos na região, quatro deles administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) e um aeroporto (Lençóis - BA) controlado pelo Estado da Bahia. **(Alcançado)** Facilitar o acesso para o Nordeste, por meio do melhoramento de oito aeroportos na região, sete deles administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) e um aeroporto (Lençóis - BA) controlado pelo Estado da Bahia.	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
1. Aeroporto Cunha Machado (São Luiz, Maranhão): ✓ Ampliação e reforma do edifício do terminal existente e dos edifícios de apoio operacional e administrativo; ✓ Construção e melhoramento das vias de acesso; ✓ Ampliação do estacionamento de veículos; ✓ Construção de um terminal de carga e suas obras complementares.	**Aeroporto Cunha Machado (São Luiz, Maranhão):** Foram realizados todos os investimentos previstos, além das seguintes intervenções adicionais: i) Construção de um novo terminal de cargas e passageiros com ambiente climatizado, elevador e escadas rolantes, plataformas de embarque e desembarque do tipo de fingers, espaços para lojas, lanchonetes e restaurantes e serviços de informações de vôo com recursos de audiovisuais; ii) Em 2002, foi executada a pavimentação da segunda pista de pouso e decolagem, que mede 1.520,00m de comprimento e 45,00m de largura.
2. Aeroporto Pinto Martins (Fortaleza, Ceará): ✓ Construção de novos terminais de passageiros e carga, edifícios de apoio e administração; ✓ Vias de acesso; ✓ Estacionamento de veículos; ✓ Pátio de aeronaves e faixas de circulação para as mesmas.	**Aeroporto Pinto Martins (Fortaleza, Ceará):** Foram realizados todos os investimentos previstos, além das seguintes intervenções adicionais: i) ampliação da área do aeroporto de 8.700 m^2 para 36.000 m^2 e aumentou a capacidade de passageiros/ano de 900.000 passageiros para 2.500.000; ii) foram implantadas sete pontes de embarques, uma central de inteligência, ampliado o estacionamento de 300 para 1.000 veículos; iii) construção de uma via de acesso com seis quilômetros de extensão, incluindo viadutos e ciclovias.

COMPONENTE C: MELHORAMENTO DE AEROPORTOS (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
3. Aeroporto Augusto Severo (Natal, RN): ✓ Reforma e ampliação do terminal de passageiros; ✓ Construção de edifícios de apoio; ✓ Ampliação da área para estacionamento de veículos; ✓ Acessos viários e as obras complementares correspondentes.	**Aeroporto Augusto Severo (Natal, RN):** Foram realizados todos os investimentos previstos, além das seguintes intervenções adicionais: i) construção do aeroporto em estrutura metálica com uma infra-estrutura constituída por 04 pontes de embarque; ii) terminal de passageiros passou de 2.970m² para 11.300,00 m² de área e um terminal de cargas com 800 m²; iii) demanda de passageiros aumentou de 300/hora para 800/hora, ampliando o fluxo de 260.000 para 1.500.000; iv) 16 boxes de check-in, 02 salas VIP, 02 free-shop, 26 lojas, 06 elevadores, 05 lojas de fast food, capela e restaurante; v) pista com permissão de aterrissagem de aeronaves do tipo Boing 747/400 com 400 passageiros – 10 toneladas de carga, DC-10 e Boing 767; vi) capacidade do estacionamento passou de 130 veículos para 475 veículos.
4. Aeroporto Santa Maria (Aracaju, Sergipe): ✓ Ampliação e modernização do terminal de passageiros e carga; ✓ Construção de edifícios de apoio; ✓ Construção de vias de acesso; ✓ Ampliação da área para estacionamento de veículos e serviços conexos necessários.	**Aeroporto Santa Maria (Aracaju, Sergipe)**: Com recursos do Programa, foram realizados quase todos os investimentos previstos, com exceção, apenas, do melhoramento das vias de acesso. Foi construído novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Aracaju, com capacidade para 800.000 passageiros/ ano.
5. Aeroporto de Porto Seguro (Porto Seguro, Bahia): ✓ Ampliação da pista, suas cabeceiras, as faixas de circulação e o pátio de aeronaves; ✓ Realização de obras de drenagem, paisagismo, segurança, sinalização e iluminação; ✓ Duplicação da área atual do terminal de passageiros.	**Aeroporto de Porto Seguro (Porto Seguro, Bahia)**: Foram realizados todos os investimentos previstos. Foram executados serviços de ampliação na pista de pouso e decolagem, com uma pista de pouso e decolagem de 2000x45m de extensão, apresentando uma capacidade para operar com aeronaves do porte de Boeing 767-200ER.

COMPONENTE C: MELHORAMENTO DE AEROPORTOS (Cont.)	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
6. Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães (Salvador, Bahia): ✓ Construção de novo terminal de passageiros; ✓ Construção de novo terminal de cargas; ✓ Construção de edifícios de apoio e administração. ✓ Ampliação de vias de acesso; ✓ Ampliação da área de estacionamento de veículos; ✓ Ampliação da pátio de aeronaves; ✓ Construção de faixas de circulação para as aeronaves.	**Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães (Salvador, Bahia):** Foram realizados todos os investimentos previstos. Foi construído terminal de cargas (4.780 m²). A última etapa foi concluída com a ampliação do terminal de passageiros, posições de check-in, ampliação das áreas de embarque e desembarque e incremento de lojas.
7. Aeroporto de Lençóis (Bahia): ✓ Ampliação da pista, suas cabeceiras e faixas de circulação; ✓ Ampliação do pátio de aeronaves; ✓ Obras de drenagem, e paisagismo; ✓ Itens de segurança, sinalização e iluminação; ✓ Ampliação da área do terminal de passageiros.	**Aeroporto de Lençóis (Bahia):** Foram realizados todos os investimentos previstos. O aeroporto possui a dimensão de 2080 x 30 metros, totalmente pavimentados, com capacidade para receber aeronaves do tipo Boeing 737 - 300. Além da pista, foi construído um pátio de estacionamento com dimensões de 150 x 84 metros.
8. Aeroporto de Guararapes (Recife, Pernambuco): ✓ Ampliação do pátio de aeronaves; ✓ Ampliação da pista, suas cabeceiras e faixas de circulação.	**Aeroporto de Guararapes (Recife, Pernambuco):** Com recursos do Programa, foi realizada a ampliação do Pátio Norte de Estacionamento de Aeronaves (área de reforço do Pátio de Aeronaves de 22.142 m^2 e área de Alargamento do Pátio de 28.170 m^2).

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

O Componente Aeroportos respondeu por 56,3% dos recursos investidos nos quatro componentes do Programa (1.Desenvolvimento Institucional; 2. Obras Múltiplas; 3. Melhoramento de Aeroportos; e 4. Elaboração de Estudos e Projetos). Inicialmente foram programados cinco aeroportos, com recursos na ordem de US$ 93,5 milhões. Em 1997 essas metas foram revistas e foram incluídos mais três aeroportos, dois deles na BA e um em PE. Com isso, os recursos disponibilizados para esse componente passaram para um montante de US$ 220 milhões. No componente foram efetivamente gastos, US$ 223,46 milhões, havendo, portanto, uma superação da meta prevista em 27,1%. Dos investimentos realizados, 51,4% foram com recursos da contrapartida local. No caso dos aeroportos, o aporte de contrapartida ocorreu com recursos da União. Tais recursos originaram-se do orçamento da EMBRATUR, na época subordinada ao então Ministério dos Esportes e Turismo, e foram repassados à INFRAERO para aplicação na reforma e ampliação dos aeroportos do Nordeste, no âmbito do PRODETUR/NE I.

Os estados que absorveram mais recursos foram a BA (47%) e CE (32,7%), juntos respondendo por 79,8% dos investimentos realizados em aeroportos. Merecem destaque os projetos: 1) Aeroporto Internacional Deputado Luis Eduardo Magalhães, Salvador-BA – aeroporto com o maior movimento de passageiros da Região Nordeste. Sua ampliação foi a obra que mais absorveu recursos no âmbito do Programa; 2) Aeroporto Internacional Pinto Martins, Fortaleza-CE – investimentos propiciaram aumento significativo de desembarque de passageiro, com reflexos diretos sobre a atividade turística no estado; 3) Aeroporto Internacional de Porto Seguro-BA – facilitou o acesso de turistas nacionais e estrangeiros à zona turística da Costa do Descobrimento, sendo um dos fatores responsáveis pelo rápido crescimento do turismo na região.

A execução da maior parte dos projetos ficou a cargo da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) a qual tem se mostrado bastante eficiente tanto na condução e supervisão das obras de melhoramento dos aeroportos, quanto na sua operação e manutenção. Com isso, não existiram dificuldades significativas na implantação dos projetos no âmbito do PRODETUR/NE.

Os investimentos realizados demonstram a necessidade premente que existia na Região Nordeste por infra-estrutura aeroportuária. Devido às dimensões continentais do país, tornava-se inviável o acesso dos mercados emissores turísticos domésticos à Região, bem como o acesso dos grandes mercados emissores internacionais, sem a existência de aeroportos com capacidade e qualidade suficiente para receber esses mercados. No item posterior do presente documento relativo aos efeitos do PRODETUR/NE I, poderá ser constatado o substancial aumento do fluxo de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos beneficiados, entre os anos de 1994 e 2004, período de vigência do Programa.

Até o momento, os resultados obtidos com o melhoramento dos aeroportos têm sido bastante satisfatórios em termos de aumento de fluxos turísticos. No PRODETUR/NE II os esforços voltam-se para a consolidação do turismo até este ponto alcançado, buscando a sua sustentabilidade, nessa nova fase do Programa não estão previstos grandes investimentos em infra-estrutura aeroportuária.

COMPONENTE D: ESTUDOS E PROJETOS

OBJETIVOS: Propiciar a elaboração de estudos e projetos referentes a obras e ações passíveis de implantação no âmbito do PRODETUR/NE I.

Este componente não estava inicialmente previsto, após a segunda alteração do Contrato do PRODETUR/NE I, firmada no segundo semestre de 1997, a elaboração de Estudos e Projetos passou a ser mais um componente do Programa, passível de financiamento com recursos do BID.

PLANEJADO	*ALCANÇADO*
Neste Componente foram estabelecidas, apenas, metas de aplicação financeira.	Os investimentos realizados foram: 1. Elaboração de estudos e projetos relacionados à preparação dos estados para o PRODETUR/NE. 2. Projetos para Desenvolvimento Institucional. 3. Estudos e Projetos de: Saneamento, Rodovias, Proteção e Recuperação Ambiental. 4. Planejamento territorial municipal e regional. 5. Estudos e projetos relacionados à preparação dos estados para a segunda fase do Programa, o PRODETUR/NE II.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Inicialmente a elaboração de estudos e projetos estava prevista para ser considerada no PRODETUR/NE I unicamente como contrapartida local dos Estados. Entretanto, devido às dificuldades dos Estados para apresentação de projetos nos moldes do Programa, com a segunda modificação no contrato 841/OC-BR realizada no segundo semestre de 1997, a elaboração de estudos e projetos passou a ser item financiável com recursos do BID. A partir de então, somente os estados do Ceará, Bahia, Alagoas, Paraíba e Piauí, além do município de Maceió-AL, utilizaram recursos do BID para este propósito, sendo que, do total financiado (recursos BID, US$ 2.371.443), o Estado do Ceará empregou 61,8%, seguido pelos estados do Piauí (19,8%) e Bahia (8,6%).

Os investimentos realizados (financiamento e contrapartida local) foram para elaboração de estudos e projetos voltados para investimentos em infra-estrutura no âmbito do Programa, tanto para ações da primeira fase (estudos e projetos relacionados à preparação para início do PRODETUR/NE I, representado 72% dos recursos aplicados no componente, sendo a maior parte de contrapartida local), quanto para a elaboração de projetos para o PRODETUR/NE II. Nesse último caso podem ser citados, como exemplo, projetos para pavimentação de 11 trechos de rodovias (continuação da Rodovia do Sol Poente) e projetos para os pólos de lazer às margens de diversas lagoas - Ceará, Projeto para Recuperação e Revitalização dos Fortes em Salvador - Bahia e a Elaboração do Projeto de Controle Ambiental das Dunas do Portinho - Piauí.

Foram também utilizados recursos relacionados aos projetos de DI (projetos de fortalecimento institucional de algumas secretarias estaduais e da UEE), além de estudos não relacionados diretamente a outras ações do PRODETUR/NE, porém importantes para a consecução dos objetivos do Programa, tais como, Plano Diretor de Limpeza Urbana de Maceió, Plano Diretor do Litoral do Piauí e Plano de Manejo do Parque Zoobotânico de Teresina.

2.1.1.2. Identificação dos Produtos Alcançados - Produtos chave (***key outputs***) obtidos por este projeto.

COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - DI

- ✓ Fortalecimento institucional de diferentes órgãos estaduais e municipais: **1)** quanto à sua estruturação interna (aquisição de equipamentos e veículos, capacitação de recursos humanos), com destaque para os projetos de fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA), da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH) e da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SCT); **2)** quanto à sua atuação específica, destacando os projetos Plano de Marketing e Turístico do Estado do Ceará, Promoção e Marketing Turístico do Estado do Maranhão, Promoção e Divulgação Turística da Paraíba, Unidade Móvel de Informações Turísticas da EMPETUR-PE, e **3)** quanto à elaboração de instrumentos importantes para a atuação de diferentes órgãos estaduais e municipais, tais como o Plano Diretor do Turismo Arqueológico do Estado do Piauí, o Plano Maior de Marketing do Maranhão, os Planos Diretores e Legislação Urbanística de municípios do litoral dos estados do CE, RN, PB e PE e o Cadastro Técnico Urbano do município de Maceió.

COMPONENTE B: OBRAS MÚLTIPLAS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

- ✓ Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em diferentes Estados da região, sendo os mais significativos: 1) Sistemas de Água e Esgoto em seis municípios do litoral oeste do Ceará; 2) Sistema de Abastecimento de Água na cidade de Parnaíba-PI (contrapartida local); 3) Sistemas de Esgotamento Sanitário de diferentes bairros das capitais São Luis-MA, Natal-RN (Ponta Negra), João Pessoa-PB, Maceió-AL (Reginaldo Salgadinho – contrapartida local) e Aracaju-SE (Atalaia Velha); e 4) Sistemas de Água e Esgoto dos municípios da região da Costa do Descobrimento na Bahia (Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte).

- ✓ Realização de importantes projetos de Proteção e Recuperação Ambiental, dos quais se destacam: 1) Diferentes ações em seis municípios do litoral oeste do Ceará envolvendo:1.1) a demarcação de área de preservação permanente, construção de pólos de lazer e realização de campanhas de educação ambiental associados ao entorno de nove lagoas da região, 1.2) a fixação de dunas para proteção de área urbana na sede municipal de Paracuru e 1.3) intervenções de proteção da orla contra erosão marinha nas localidades do Pecém e Mundaú; 2) A elaboração do Plano de Manejo e ações de estruturação do Parque das Dunas, em Natal-RN; e 3) A criação de cinco unidades de conservação do tipo APA e de um parque estadual no estado da Bahia.

- ✓ Construção de importantes ligações rodoviárias como: 1) diferentes trechos rodoviários da Rodovia CE-085 (Estruturante) no Ceará, melhorando a ligação da capital Fortaleza com a costa oeste do estado; 2) a RN-063, além de outros trechos rodoviários no Rio Grande do Norte, facilitando o acesso ao litoral sul do estado; 3) a pavimentação de trechos da rodovia SE-100, facilitando o acesso ao litoral sul do estado de Sergipe; 4) a rodovia BA-001 Ilhéus-Itacaré, ligando Ilhéus (uma capital regional do estado da Bahia) a Itacaré (um importante destino turístico ora em fase de expansão); e 5) Trechos rodoviários ligando os municípios e distritos da região da Costa do Descobrimento no litoral sul da Bahia.

- ✓ Recuperação de Patrimônio Histórico de sítios históricos nas capitais São Luis-MA, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracajú-SE e Salvador-BA, além de ações em outros

sítios históricos relevantes, localizados em Alcântara-MA, Oeiras-PI, São Cristóvão-SE e Porto Seguro/Trancoso-BA.

- ✓ Realização de ações integradas em Áreas Turísticas específicas: 1) o bairro de Ponta Negra e a Via Costeira em Natal-RN; 2) o Complexo Turístico Cabo Branco em João Pessoa-PB; 3) o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul de Pernambuco; e 4) a região da Costa do Descobrimento, no litoral sul da Bahia. Tais ações envolveram pelo menos três dos seguintes tipos de investimentos: Planejamento, Desenvolvimento Institucional, Saneamento, Estradas e Vias de Acesso, Proteção Ambiental e/ou Recuperação de Patrimônio Histórico.

COMPONENTE C: MELHORAMENTO DE AEROPORTOS

- ✓ Reforma e/ou ampliação de oito aeroportos, com seis deles localizados, ou servindo, a capitais dos Estados do Maranhão (MA), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Pernambuco (PE), Sergipe (SE) e Bahia (BA). Neste último Estado estão localizados mais dois dos aeroportos beneficiados, nas cidades de Porto Seguro-BA e Lençóis-BA. Dos aeroportos beneficiados, três passaram da qualidade de aeroportos regionais para internacionais (Cunha Machado-MA, Pinto Martins-CE e Porto Seguro-BA).

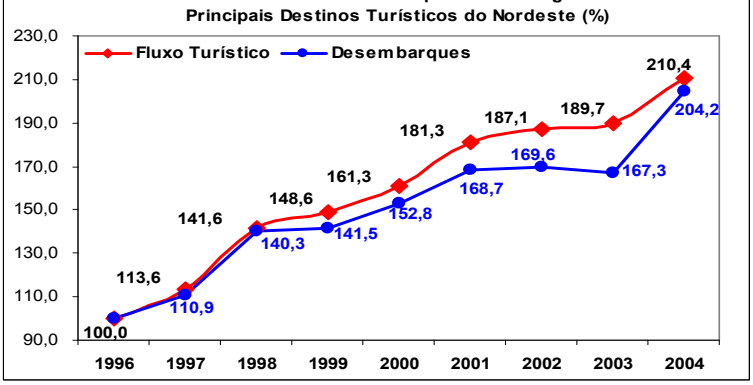
COMPONENTE D: ESTUDOS E PROJETOS

- ✓ Elaboração de Planos, Estudos e Projetos relacionados: 1) à preparação para o PRODETUR/NE I (72% dos investimentos no componente); 2) ao planejamento regional – ex: Plano Diretor do Litoral do Piauí; e 3) à preparação de projetos para o PRODETUR/NE II – ex: Projeto para Recuperação e Revitalização dos Fortes-BA e Elaboração de Estudos e Projetos de Rodovias-CE.

2.1.2. Identificação dos Efeitos (*outcomes*) e Impactos do Projeto - Descrição dos alcances do projeto em relação ao seu Objetivo de Desenvolvimento (OD ou propósito no marco lógico do projeto).

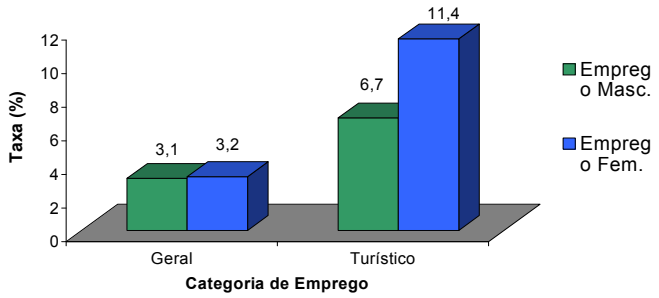
OBSERVAÇÃO: Durante a concepção do PRODETUR/NE I, a aplicação do instrumento Marco Lógico não era procedimento obrigatório para os projetos do BID. Mesmo assim, foram realizados exercícios de aplicação desse instrumento envolvendo parte dos estados e dos projetos específicos que se esperava viabilizar no âmbito do PRODETUR/NE. Após a realização desses exercícios optou-se pela não utilização do Marco Lógico, devido à incerteza que existia quanto ao número de estados e quantidade e natureza dos projetos que efetivamente estariam envolvidos no Programa. Em virtude disso, durante a concepção do PRODETUR/NE I, não foram estabelecidos os instrumentos Marco Lógico e Linha de Base, de sorte que não foram criados / adotados indicadores de efeito específicos para o Programa. Desse modo, na elaboração do presente documento procurou-se apresentar na coluna PLANEJADO os efeitos que se esperava obter com a realização do Programa, os quais foram inferidos a partir de informações constantes no Informe de Projeto (IP), Contrato e Regulamento Operativo. Algumas informações foram obtidas do IP e de outras fontes de dados, como EMBRATUR, RAIS, INFRAERO, IBGE, Órgãos Estaduais de Turismo, PNUD, PNAD, CTI-NE. Na coluna ALCANÇADO / OBSERVADO são dispostos dados relacionados à evolução de diferentes indicadores para a região Nordeste entre 1994 e 2004. Devido à dificuldade existente relacionada à carência de dados agregados para a região Nordeste, os intervalos de análise de cada indicador variaram de acordo com a disponibilidade das fontes de dados.

2.1.2.1. Análise de Indicadores de Efeito *(outcome)*.

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
1. Aumento do fluxo turístico.	Segundo estimativas realizadas pela CTI-NE em 2005: o O fluxo turístico no conjunto das capitais Estaduais do Nordeste passou de **5.037 mil turista** em **1996** para **10.596 mil turistas** em **2004**, registrando um crescimento total de **110,4%** (crescimento médio anual de **10%**). o O fluxo turístico (receptivo) no âmbito dos nove Estados da Região passou de **7.850 mil turistas** em **1996** para **17.778 mil turistas** em **2004**, revelando um crescimento total de **126,5%**, com taxa média anual de crescimento de **11,1%**. o Na composição do fluxo turístico para o Nordeste, o componente **fluxo internacional anual** saltou de **416 mil turistas** (5,3% do fluxo total) para **1.440 mil turistas** (8,1% do total) entre 1996/2004, representando aumento de **246,1%** no período. o O **número de turistas estrangeiros no Nordeste** representava **15,6%** dos turistas estrangeiros no Brasil em 1996. Esse percentual passou para **30,6%** em 2004. Figura 13 Fluxo de Turistas e Desembarques de Passageiros nos Principais Destinos Turísticos do Nordeste (%)  Segundo dados da EMBRATUR (2005): o Em relação ao **ranking das cidades brasileiras mais visitadas pelos turistas internacionais**, em **1994** os três principais destinos do Nordeste ocupavam as colocações **Salvador-BA – 5º, Recife-PE – 8º e Fortaleza-CE – 11º**. Em **2003** essas colocações passaram para **Salvador-BA – 3º, Recife-PE – 5º e Fortaleza-CE – 4º**.
EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
	Meios de Verificação: **EFEITOS GLOBAIS DO PRODETUR/NE I** – Enfoque Turístico, João Agostinho Teles, 2005 – Anexo 3-K do Memorando do Executor.

	A ATIVIDADE TURÍSTICA NO NORDESTE, ETENE, 2005 – Anexo 3-L do Memorando do Executor.
2. Aumento das receitas oriundas do turismo.	Segundo estimativas realizadas pela CTI-NE em 2005: o A **Receita turística anual** (produto do gasto per capta pelo fluxo turístico anual) na região Nordeste aumentou de **US$ 2.702 milhões** em **1996** para **US$ 4.372 milhões** em **2004**, representando incremento de **61,8%** no período. o A **Receita turística internacional anual** (produto do gasto per capta pelo fluxo turístico internacional anual) na região Nordeste aumentou de **US$ 246 milhões** em **1996** para **US$ 379 milhões** em **2004**, representando incremento de **54%** no período. **Meios de Verificação**: **EFEITOS GLOBAIS DO PRODETUR/NE I** – Enfoque Turístico, João Agostinho Teles, 2005 – Anexo 3-K do Memorando do Executor.
3. Aumento do PIB per capita.	Segundo dados do IBGE: o O PIB per capita do Nordeste, no período **1994/2003**, apresentou crescimento em dólar de 3,4% a.a., taxa superior a apresentada pelo Brasil (2,29%). Nesse período, o PIB per capita da região aumentou sua participação de **44,9% para 49,5%.** Segundo dados da FIPE/EMBRATUR: o O **turismo é responsável por 2% do PIB do país**. o A **participação relativa do PIB turístico sobre o PIB reginal, na região nordeste é siguinificativamente maior que nas demais regiões**: Sudeste com 1,8%, Sul com 2,3%, Centro-Oeste com 2,4%, Norte com 2,2% e Nordeste com 6,3%. **Meios de Verificação**: **A ATIVIDADE TURÍSTICA NO NORDESTE**, ETENE, 2005 – Anexo 3-L do Memorando do Executor.

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
4. Aumento do número de estabelecimentos turísticos (alojamento e alimentação).	Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego: o Na região Nordeste, o **número de estabelecimentos** registrados nos segmentos de **Alojamento** e **Alimentação** aumentou de **1.935** e **4.944 und** em **1994** para **6.697** e **30.871 und** em **2003**, representando incremento de **246%** e **524,4%**, respectivamente. o O número de estabelecimentos no segmento de **Alojamento** do Nordeste representava **15,3%** do total Nacional em **1994**, passando esse percentual de participação para **21,3%** em **2003**. Segundo informações da CTI/NE e Órgãos Estaduais de Turismo do Nordeste: o O número de Unidades Habitacionais (UH) das capitais do Nordeste passou de **31 mil UHs** em **1996** para **47,7 mil UHs** em **2004**, representando aumento de **54,1%** no período. **Meios de Verificação**: **EFEITOS GLOBAIS DO PRODETUR/NE I** – Enfoque Turístico, João Agostinho Teles, 2005 – Anexo 3-K do Memorando do Executor.
5. Melhoria da facilidade de acessos aos estados do Nordeste do Brasil e aos atrativos turísticos localizados nos mesmos (IP).	Ganhos de acessibilidade na região Nordeste ocorreram com a **ampliação de oito aeroportos** (seis deles em capitais estaduais) e com a pavimentação de **978 Km de rodovias**. Dessas estradas, cerca de **285 Km** estão associados à melhoria de acesso a **localidades turísticas específicas** (praias, cachoeiras, balneários...), enquanto que **693 Km** constituem-se em trechos rodoviários ligando diferentes **núcleos urbanos** (sedes municipais ou distritos). **Meio de Verificação**: Anexos 3-E e 3-G do Memorando do Executor.
6. Melhoria da diversidade de produtos turísticos da região, por meio de atividades como a recuperação e preservação de patrimônio histórico (edificações, monumentos e áreas em seu entorno) e a melhoria das condições de praias, parques e outros recursos naturais (IP).	Apesar do baixo percentual dos investimentos em patrimônio histórico e recuperação ambiental com relação ao total aplicado, parte dos investimentos realizados teve reflexos sobre o turismo local, a exemplo dos projetos de recuperação de patrimônio histórico em: **1)** Centro Histórico (CH) de São Luís do Maranhão-MA; **2)** diversas intervenções no bairro do Jaraguá em Maceió-AL; **3)** Centro Cultural e CH de Recife-PE; **4)** CH de Porto Seguro e Trancoso, Igreja do Bonfim, Praça da Sé e Quarteirão Cultural no Pelourinho-BA; **5)** CH e Mercado Municipal em Aracaju-SE; **6)** CH de João Pessoa.

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
	Também merecem ser mencionados os investimentos em: **1)** saneamento e urbanização do bairro de Ponta Negra em Natal-RN; e **2)** melhoria da infra-estrutura do Parque das Dunas em Natal-RN. É importante ressaltar que os investimentos do PRODETUR/NE I complementaram outros investimentos dos estados participantes, com utilização de diferentes fontes de recursos (BID/Monumenta, Programa de Recuperação de Sítios Históricos – URBIS, Recursos Próprios), e da própria iniciativa privada. Projetos como o Centro Cultural Dragão do Mar, Recuperação de Patrimônio do Pelourinho, Recuperação de edifícios em Recife Antigo, benfeitorias realizadas na região de Porto Seguro em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil são exemplos desses investimentos, muitos dos quais já vinham acontecendo anteriormente. Esse conjunto de investimentos, incluindo os do PRODETUR/NE I, contribuíram para a diversificação do produto turístico Nordeste. **Meio de Verificação**: Anexos 3-C, 3-D e 3-F do Memorando do Executor.
7. Aumento no número de empregos nas atividades turísticas.	Conforme informação apresentada no Relatório de Avaliação do PRODETUR/NE I **(TCU, 2004)** com base em dados da PNAD: o Entre **1994** e **2001** a taxa média anual de aumento do **emprego masculino** foi de **3,1%**, enquanto que para as **mulheres** esse aumento foi ligeiramente superior, alcançando **3,2%**. Entretanto, quando se restringe a análise ao **setor turístico**, as taxas passam a ser de **6,7%** e **11,4%** para **homens** e **mulheres** respectivamente, demonstrando assim um favorecimento ao emprego feminino nesse setor. **Taxa Média Anual de Aumento do Emprego Segundo Gênero para o NE de 1994 a 2001**  Fonte: Relatório de Avaliação do PRODETUR/NE (TCU, 2004)

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
7. Aumento no número de empregos nas atividades turísticas. **(Cont.)**	Ainda, segundo dados da PNAD apresentados no Relatório de Avaliação do PRODETUR/NE (TCU, 2004): o A **taxa de crescimento médio da população ocupada no turismo no Nordeste** foi de **5,2%** (média dos estados da região, com variação de 6,7% no Maranhão a 3,9% em Sergipe) de **1992 a 2001**, enquanto que no **restante do país** esse aumento foi de **4,6%**. o Na região Nordeste o **número de empregos sem carteira de trabalho** (ESCT-Tur) relacionado ao turismo aumentou de **304.816 und** em **1995** para **408.962 und** em **2001**, representando aumento de **34,1%** no período. o Em **1995** os **ESCT-Tur** no Nordeste representavam **8,1%** do total de ESCT da Região. Em **2001** esse percentual passou para **9,3%**. o Na região Nordeste o **número de empregos por conta própria ou autônomos** (ECP-Tur) relacionados ao turismo aumentou de **840.134 und** em **1995** para **1.082.119 und** em **2001**, representando aumento de **28,8%** no período. o Em **1995** os **ECP-Tur** no Nordeste representavam **15,5%** do total de ESCT da Região. Em **2001** esse percentual passou para **18,7%**. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego: o Na região Nordeste, o **número de empregos formais** nos segmentos de **Alojamento** e **Alimentação** aumentou de **26.617** e **33.518 und** em **1994** para **48.906** e **96.840 und** em **2003**, representando aumento de **83,7%** e **189%**, respectivamente. o O número de empregos formais no segmento de **Alojamento** do Nordeste representava **16,4%** do total Nacional em **1994**, passando esse percentual de participação para **23,1%** em **2003**. **Meios de Verificação**: **Relatório de Avaliação de Programa – PRODETUR/NE I, Tribunal de Contas da União (TCU)**, 2004. **EFEITOS GLOBAIS DO PRODETUR/NE I** – Enfoque Turístico, João Agostinho Teles, 2005 – Anexo 3-K do Memorando do Executor.

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
8. Aumento da arrecadação tributária nos municípios beneficiados.	Dos 89 municípios beneficiados pelo PRODETUR/NE I, apenas 38, informaram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o resultado da sua **arrecadação tributária** referente aos exercícios de **1995 (R$ 1.353 milhões)** e **2004 (R$ 1.667 milhões)**. Estes dados serviram de base para cálculo da **taxa de crescimento real de 2,4% ao ano**. Vale ressaltar que a evolução da receita tributaria da grande maioria dos municípios analisados superou em muito essa taxa, destacando-se, notadamente, os seguintes: **Paraipaba-CE (40,8% a.a.)**, **Tibau do Sul-RN (37,3% a.a.)**, **Maragogi-AL (33,0% a.a.)** e **Jijoca de Jericoacuara-CE (27,9% a.a.)**. **Obs.:** Constituem receita tributária do Município: I - IMPOSTOS: a) Sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); b) Sobre serviços de qualquer natureza (ISS); c) Sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição (ITBI); II – TAXAS; III - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. **Meios de Verificação**: **A ATIVIDADE TURÍSTICA NO NORDESTE**, ETENE, 2005 – Anexo 3-L, do Memorando do Executor.
9. Melhoria nos acessos aos serviços públicos (água, esgoto, coleta de lixo). ✓ Conforme IP, para a região menos de 52% dos domicílios tinham serviço de água. ✓ Menos de 8% dos domicílios estavam conectados à rede de esgoto. ✓ Somente 4% do esgoto coletado era tratado.	Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS*: o O índice de cobertura dos serviços de **abastecimento de água** aumentou de **88%** para **94,9%** no Nordeste , de **1995** a **2003**. o O índice de cobertura dos serviços de **esgotamento sanitário** aumentou de **15%** para **23,2%** no Nordeste, de **1995** a **2003**. o Entre **1995** e **2003** houve aumento de **42,9%** no número de ligações de água e de **108,9%** nas ligações de esgoto da região Nordeste, enquanto que, no mesmo período, esses aumentos foram de **29,1%** e de **55,3%** respectivamente, para o Brasil como um todo. o Em **1995** a região Nordeste representava **25%** das ligações de água e **10,5%** das ligações de esgoto do país.

EFEITOS GERAIS DO PRODETUR/NE I	
PLANEJADO	***ALCANÇADO***
	○ Em **2003** esses percentuais passaram para **27,6%** e **14,2%**, respectivamente. * Somente foram consideradas as informações relacionadas às companhias estaduais de saneamento. **Meio de Verificação**: ***Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS: diagnóstico dos serviços de água e esgotos***; **Vol. 1(1995)** e **Vol. 9 (2003)**; Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Política Urbana.

Fatores responsáveis da diferença (se aplicável):

Os dados apresentados contribuem para a apreensão da dinâmica de desenvolvimento do turismo na região no período 1994 a 2004. Não se pode afirmar que a variação em grande parte dos indicadores aqui apresentados seja decorrente de ações do PRODETUR/NE I, entretanto, dada a natureza e dimensão dos projetos realizados, pode-se supor que o Programa tenha contribuído, em diferentes graus de intensidade, para a evolução observada com relação às variáveis analisadas, principalmente no que se refere ao fluxo turístico, às receitas turísticas, aos impactos no PIB, à oferta turística e ao saneamento básico (água e esgoto).

De modo geral, os efeitos esperados foram alcançados. Os investimentos em infra-estrutura básica e no melhoramento de aeroportos geraram as condições favoráveis para a atração de investimentos privados e para o aumento de fluxo turístico na Região. Essas iniciativas geram renda para o município e para o Estado, criam novas oportunidades de emprego e beneficiam a população local que poderá usufruir um nível melhor de qualidade de vida.

Meios de Verificação: Os estudos "***Efeitos Globais do PRODETUR/NE I – Enfoque Turístico***" e "***A atividade Turística no Nordeste***" anteriormente citados foram realizados buscando analisar dados agregados para a região Nordeste. Foram coletados, ainda, dados dos órgãos oficiais, como IBGE, EMBRATUR, OMT, MTE, INFRAERO, PNUD. Para informações agregadas para a região não encontradas em tais fontes, para a elaboração do estudo "***Efeitos Globais do PRODETUR/NE I – Enfoque Turístico***" também foram utilizadas como fontes pesquisas realizadas pelos diversos Órgãos de Turismo dos estados do Nordeste, bem como de pesquisas realizadas quando da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS dos Pólos de Turismo da região. Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento foram obtidos diretamente das publicações anuais realizadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

2.1.2.2. Identificação dos Efeitos (*outcomes*) e Impactos iniciais - Considerando os produtos (*outputs*) alcançados pelo projeto, na medida do possível, identifique os efeitos (*outcomes*) intermediários e os impactos iniciais alcançados até o momento.

Efeitos intermediários e impactos do Programa

1. Aumento do Investimento Privado

Novos empreendimentos turísticos nacionais e estrangeiros foram atraídos pela melhoria de infra-estrutura, principalmente de acesso, realizada pelo Programa na Região Nordeste. Várias cadeias hoteleiras internacionais se instalaram na Região durante o período de vigência do PRODETUR/NE I, como a ACCOR, SOL MELIÁ, PESTANA e VILA GALÉ.

A título de ilustração, os investimentos privados, no setor turístico, realizados nos municípios contemplados pelo Programa no Estado da Bahia totalizaram US$ 657,9 milhões e para o Estado da Paraíba somaram US$ 29,3 milhões, no período compreendido entre os anos de 1994 e 2004, segundo a Unidade Executora Estadual.

Ressalta-se que, segundo dados da RAIS, para o setor de Alojamento, os municípios beneficiados pelo Programa contavam com 2.251 estabelecimentos no ano de 2003, representando um crescimento de 73% em relação ao ano de 1994, que corresponde a 951 novos estabelecimentos.

As operações contratadas pelo Banco do Nordeste no âmbito do FNE destinadas ao setor de turismo, durante o período de 1998-2004, somaram R$ 135,7 milhões (em valores correntes), beneficiando 2.629 empresas. Os municípios beneficiados pelo PRODETUR absorveram 81% desses recursos, mostrando que são áreas de maior demanda turística.

2. Aumento do Movimento de Passageiros nos Aeroportos

O número de passageiros desembarcados em vôos internacionais regulares e não regulares (charters) para os Estados Nordestinos, em 2004, atingiu cerca de 450 mil passageiros, representando incremento de 128% em relação a 2000, quase duplicando sua participação no total de desembarques no País, que passou de 3,8% para 7,3%. Nesse mesmo período, o crescimento verificado para o Brasil foi de 18%.

Os vôos charters internacionais para os estados nordestinos apresentaram crescimento de 268% no referido período, representando 48% do total de vôos internacionais para a região.

O número de passageiros desembarcados em vôos nacionais para os estados nordestinos totalizou 6.367 mil passageiros, em 2004. Esse número representa um aumento de 142% em relação ao observado em 1994. Vale ressaltar que nesse período, o número de passageiros em vôos regulares cresceu 134% enquanto que os de vôos charters aumentou 228%. Todos os estados nordestinos apresentaram acréscimo significativo no volume de passageiros desembarcados com destaque para o Ceará (115%), Pernambuco (170%) e Bahia (211%).

Efeitos intermediários e impactos do Programa (Cont.)

3. Aumento do Fluxo Turístico

Segundo estimativas realizadas pela CTI-NE, o fluxo turístico para as capitais e estados do Nordeste mais do que dobrou no período 1996/2004. O fluxo no conjunto das capitais passou de 5.037 mil turistas em 1996 para 10.596 mil turistas em 2004, registrando um crescimento médio anual de 10,0%. Já o fluxo turístico receptivo aos estados, saltou de 7.850 mil turistas em 1996 para 17.778 mil turistas em 2004, revelando uma taxa média anual de crescimento de 11,1%.

Os investimentos do PRODETUR-NE I em infra-estrutura rodoviária estruturante possibilitaram o crescimento e o surgimento de novos destinos turísticos, tais como: Porto Seguro na Bahia, Porto de Galinhas em Pernambuco, Praia da Pipa no Rio Grande do Norte e Jericoacoara e Mundaú no Ceará.

4. Aumento das Receitas Turísticas e do Impacto do turismo no PIB regional

O aumento do fluxo turístico refletiu diretamente nas receitas turísticas auferidas na região Nordeste. Segundo estimativas realizadas pela CTI-NE em 2005, a Receita turística anual (produto do gasto per capta pelo fluxo turístico anual) na região Nordeste aumentou de US$ 2.702 milhões em 1996 para US$ 4.372 milhões em 2004, representando incremento de 61,8% no período. Do mesmo modo, a receita turística internacional anual (produto do gasto per capta pelo fluxo turístico internacional anual) na região Nordeste aumentou de US$ 246 milhões em 1996 para US$ 379 milhões em 2004, representando incremento de 54% no período.

Segundo ainda a CTI-NE , o impacto da receita turística internacional no PIB da região Nordeste aumentou ao longo do período 1996/2004 de 0,7% em 1996 para 1,9% em 2004. Já o impacto da receita do turismo no PIB da região, considerando-se o conceito de renda gerada, apresentou de 4,8% em 1996 para 10,8% em 2003, com redução para 9,8% em 2004.

Vale ressaltar que a Renda Gerada é obtida ampliando-se a receita turística (produto entre gasto per capita e fluxo turístico) de modo a considerar o processo interativo dos gastos dos turistas na economia via propensão marginal a consumir (efeito multiplicador). Os multiplicadores dos gastos turísticos utilizados foram de 2,85 para o internacional e 1,75 para o nacional. Vide EMBRATUR (1999).

OBS: O PIB da Região Nordeste aumentou de R$ 102.597 milhões para R$ 240.582 milhões nesse período.

5. Outros Efeitos e Impactos

Apesar dos investimentos do PRODETUR/NE I estarem voltados para o desenvolvimento do turismo, muitos dos projetos realizados foram de natureza estruturante (aeroportos, saneamento, rodovias), e tiverem efeitos benéficos sobre outros setores da economia e para as populações locais. Por exemplo: a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza (CE) viabilizou o aumento do transportes de cargas, além da possibilitar diversificação da pauta de exportação, como foi o caso da exportação de flores cearenses para o mercado externo que passou de 25.304 kg para 330.159 kg, no período de 2001 a 2004, apresentando crescimento de 1.204%.

Efeitos intermediários e impactos do Programa (Cont.)

6. Efeitos e Impactos Ambientais

Avaliações do Programa (PRODETUR/NE I) realizadas quando das negociações do PRODETUR/NE II detectaram em alguns projetos, problemas de execução que tiveram reflexos na qualidade das obras e resultaram em impactos sobre o meio ambiente. Tais problemas e impactos ocorreram com maior freqüência nas obras de rodovias.

Na busca de mitigar esses efeitos e impactos foram estabelecidos mecanismos e procedimentos que tendem a diminuir a incidência de impactos dessa natureza, tais como:

- A definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base no conceito de Pólos Turísticos (espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares).
- A realização, nos pólos turísticos selecionados, de planejamento participativo, integrado e com base no conceito de desenvolvimento sustentável do turismo. Para tanto, os pólos devem ter Conselhos de Turismo e devem contar com Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) devidamente validados nos respectivos Conselhos.
- Além dos Conselhos de Turismo, foram criados outros mecanismos de participação social, tais como a realização de Seminários Regionais e fóruns de acompanhamento do Programa.
- Foco em ações visando benefício da população local – desenvolvimento humano e social.
- A obrigatoriedade de existência, ou implementação/atualização de Planos Diretores Municipais nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura.
- A obrigatoriedade de existência de Conselhos de Meio Ambiente (CONDEMA) ativos nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura.
- A obrigatoriedade de realização de ações de recuperação de passivos ambientais associados a projetos do PRODETUR/NE I, anteriormente à execução de obras de infra-estrutura.
- A elaboração de Manuais de Procedimentos associados ao Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II, de modo a melhor apresentar os critérios de elegibilidade e apresentação de projetos dos diferentes componentes do Programa.
- Diversos projetos voltados ao fortalecimento da gestão municipal.
- Reforço da necessidade de ações de gerenciamento de resíduos sólidos nos diversos pólos do Programa.

Cabe ressaltar que foi constatado após análise dos 15 **Planos** de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – **PDITS**, já apresentados no âmbito do PRODETUR/NE II, que apenas 09 possuem em suas ações **Projetos de Recuperação de Passivos**, correspondendo a um montante de **US$ 8,33 milhões**. Esse valor representa **2,0%** dos valores envolvidos nas **ações prioritárias** dos Planos de Ação dos PDITS dos Pólos que apresentaram passivos.

2.1.2.3. Identificação dos Efeitos Futuros (*outcomes*) e Impactos - Considerando-se os produtos (*outputs*) que foram obtidos, são identificados os efeitos futuros e impactos que se espera obter e é descrito de que maneira os produtos contribuem para o seu alcance.

Efeitos Futuros Esperados
1. Redução de doenças de veiculação hídrica com o aumento das ligações intra-domiciliares às redes de esgoto.
2. Redução da poluição das praias.
3. Aumento do Fluxo Turístico.
4. Aumento do Investimento Privado.
5. Desenvolvimento de novos produtos turísticos.
6. Aumento da especulação imobiliária.
7. Aumento da pressão antrópica nas áreas turísticas.
8. Desenho e implantação da segunda fase do PRODETUR/NE, com o objetivo de completar e complementar as ações da primeira fase do Programa.
9. Criação de novos postos de trabalho proporcionando a inclusão da população local, contribuindo com a redução das desigualdades sócio-econômicas.
10. Aumento dos cursos na área do Turismo tanto no nível superior quanto médio.
11. Aumento do número de cursos de capacitação e reciclagem oferecidos por diferentes instituições ligadas ao comércio, serviço e indústria na Região (SESC, SENAI, SESI, SEBRAE).
12. Consolidação da consciência ambiental por parte da população fixa e flutuante.
13. Consolidação da consciência empresarial sobre a necessidade de treinar e reciclar o seu quadro funcional para manter a qualidade do seu produto e, conseqüentemente, manter a sua clientela.
14. Consolidação da consciência empresarial sobre a importância de adotar práticas de produção mais limpa no seu estabelecimento como forma de racionalizar o uso dos recursos naturais e energéticos.
15. Consolidação da consciência empresarial que o seu negócio está relacionado com os demais e com o seu entorno e que, portanto, todos devem estar unidos num interesse comum que é a melhoria da qualidade do local, do produto e do serviço.
16. Consolidação da consciência governamental e empresarial que o produto turístico não é formado apenas de uma atração natural ou de uma oferta empresarial. O produto turístico é formado de atração natural, oferta empresarial, acessibilidade seja área ou terrestre, qualidade do serviço, qualidade do produto e preço.

2.1.2.4. Análise das Hipóteses (de produtos a efeitos). Condições favoráveis que deve dar-se para alcançar o propósito do Programa.

O PRODETUR/NE I não foi construído sob a égide do Marco Lógico. Entretanto, para que o Programa alcançasse seus objetivos e resultados, esperava-se que:

Condicionantes relacionadas a Produtos
1. Os governos estaduais investiriam em Desenvolvimento Institucional (DI) para acompanhamento/fomento ao turismo.
2. A população e os estabelecimentos turísticos se conectariam a rede de esgotamento sanitário.
3. Os Sub-mutuários do financiamento (governos estaduais) teriam condições de arcar com as contrapartidas do Programa bem como capacidade de endividamento.

Condicionantes relacionadas a Efeitos

1. Os governadores da região priorizariam o turismo e aperfeiçoariam as instituições públicas voltadas a essa atividade
2. O setor turístico se apresentaria como uma boa opção de geração de emprego e renda.
3. Os municípios turísticos seriam incorporados às iniciativas dos estados para investimentos em turismo.
4. Os investimentos públicos serviam de alavanca para investimentos privados.
5. As condições favoráveis do mercado internacional seriam mantidas.
6. O setor privado internacional manteria o interesse em investir no país (aumento de cadeias hoteleiras internacionais).
7. Haveria a manutenção da qualidade da oferta de produtos e serviços.

De maneira geral esses supostos foram confirmados. Vale ressaltar que a estratégia de desenvolvimento do turismo está incorporada nos planos de governo dos estados da Região que fortaleceram as instituições ligadas ao setor. As expectativas quanto à geração de emprego, aumento do fluxo turístico e atração de investimentos privados, tanto nacionais quanto internacionais, foram validadas, conforme exposto anteriormente.

2.1.2.5. Pergunta Piloto Nº 01 – (Em elaboração). Opcional para operações con *PCR due date* anterior a 1 de fevereiro de 2005. Antes desta data, unicamente será requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder à versão completa do PCR). **Observam-se iniqüidades no acesso aos benefícios do projeto por parte de subgrupos dentro da população objeto por razão de gênero, localização, origem étnico, sector rural/ urbano, nível de ingresso ou outras razões? Se sim, a que se deve?**

Não foi observada/relatada nenhuma iniqüidade no acesso aos benefícios do Programa.

2.1.2.6. Pergunta Piloto Nº 02 – (Em elaboração). Opcional para operações con *PCR due date* anterior a 1 de fevereiro de 2005. Antes dessa data, unicamente será requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder a versão completa do PCR). **Se produziu algum tipo de efeito adverso causado sem intenção por este projeto na população e/ou no meio ambiente? Se positivo, que medidas têm sido tomadas?**

Dada à complexidade e abrangência do PRODETUR/NE, a execução de suas ações foi, necessariamente, descentralizada e apoiada na capacidade das instituições estaduais de desempenhar suas funções. Avaliações do Programa realizadas quando das negociações do PRODETUR/NE II detectaram em alguns projetos, problemas de execução que tiveram reflexos na qualidade das obras e resultaram em impactos sobre o meio ambiente. Tais problemas e impactos ocorreram com maior freqüência nas obras de rodovias.

Os impactos gerados devido à falta de recuperação de áreas degradadas geraram passivos ambientais associados a projetos do PRODETUR/NE I, o que resultou em repercussão negativa do Programa, sobretudo entre as Organizações Não-Governamentais (ONG). Esses e os demais fatores citados anteriormente foram debatidos e devidamente considerados no desenho da segunda fase do PRODETUR/NE, a qual traz novos mecanismos e procedimentos que tendem a diminuir a incidência de impactos dessa natureza, tais como:

- ✓ A definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base no conceito de Pólos Turísticos (espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares).

- ✓ A realização, nos pólos turísticos selecionados, de planejamento participativo, integrado e com base no conceito de desenvolvimento sustentável do turismo. Para tanto, os pólos devem ter Conselhos de Turismo e devem contar com Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) devidamente validados nos respectivos Conselhos.
- ✓ Além dos Conselhos de Turismo, foram criados outros mecanismos de participação social, tais como a realização de Seminários Regionais e fóruns de acompanhamento do Programa.
- ✓ Foco em ações visando benefício da população local – desenvolvimento humano e social.
- ✓ A obrigatoriedade de existência, ou implementação / atualização de Planos Diretores Municipais nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura.
- ✓ A obrigatoriedade de existência de Conselhos de Meio Ambiente (CONDEMA) ativos nos municípios que vierem a receber obras de infra-estrutura.
- ✓ A obrigatoriedade de realização de ações de recuperação de passivos ambientais associados a projetos do PRODETUR/NE I, anteriormente à execução de obras de infra-estrutura.
- ✓ A elaboração de Manuais de Procedimentos associados ao Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II, de modo a melhor apresentar os critérios de elegibilidade e apresentação de projetos dos diferentes componentes do Programa.
- ✓ Diversos projetos voltados ao fortalecimento da gestão municipal.
- ✓ Reforço da necessidade de ações de gerenciamento de resíduos sólidos nos diversos pólos do Programa.

De toda sorte, cabe ressaltar que após análise dos 15 **Planos** de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – **PDITS**, já apresentados no âmbito do PRODETUR/NE II, que apenas 09 possuem em suas ações **Projetos de Recuperação de Passivos**, correspondendo a um montante de **US$ 8,33 milhões**. Esse valor representa **2,0%** dos valores envolvidos nas **ações prioritárias** dos Planos de Ação dos PDITS dos Pólos que apresentaram passivos.

2.1.2.7. Pergunta Piloto Nº 03 – (Em elaboração). Opcional para operações com *PCR due date* anterior a 01 de fevereiro de 2005. Antes desta data, unicamente será requerida para as operações selecionadas no grupo piloto para responder à versão completa do PCR). **Seguramente os resultados do projeto tem contribuído para o alcance, ou bem das metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial ou nacional vigente do país mutuário, ou bem aos indicadores da atual Estratégia de País do Banco. Se isto é assim, especifique a que meta ou indicador de resultados está contribuindo o projeto e explique de que maneira e em que medida o faz.**

O PRODETUR/NE (I e II) está inserido no contexto de ação estratégica do Governo Federal e é prioridade nacional (integrante do Programa Avança Brasil), por sua inconteste capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste do País, traduzido por crescimento econômico, inserção social e equilíbrio ambiental. Em consonância com o modelo de gestão pública adotada no País, o Programa também está centrado nas premissas de celeridade, efetividade, transparência e visão sistêmica.

Este Programa, com relação a Estratégia Pais do Banco, se incere nos objetivos voltados a amenização da pobreza, geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

2.1.2.8. Pergunta Piloto Nº 04 – (Em elaboração). Opcional para operações con *PCR due date* anterior a 1 de fevereiro de 2005. Antes dessa data, unicamente será requerida para as

operações selecionadas no grupo piloto para responder à versão completa do PCR). **Houve mudanças significativas no contexto em que se implementou o projeto e/ou nas políticas setoriais / nacionais e/ou nas estratégias de desenvolvimento? Se assim for, explique como o projeto foi adaptado para dar resposta a essas mudanças.**

Durante o período de implementação do PRODETUR/NE I ocorreram sucessivas alterações no Marco Regulatório Nacional (Resoluções 69 e 78, do Senado Federal, Lei de Responsabilidade Social – LRF e Resoluções do Banco Central e Resoluções da STN). Tais alterações prejudicaram a execução do Programa, uma vez que impuseram regras aos estados para obtenção desse tipo de recursos, não previstas inicialmente.

2.1.2.9. Recálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR). Se o Projeto incluiu ex-ante um cálculo da taxa de retorno esperada, qual foi à taxa de retorno esperada e qual é a taxa de retorno real?

Apesar de não ter sido prevista a elaboração de um estudo sobre a TIR do PRODETUR/NE I, quando da elaboração dos documentos de projeto do PRODETUR/NE II, como parte da preparação do Programa, a equipe de projeto do BID realizou análise de uma amostra de 28 projetos financiados com recursos do PRODETUR/NE I, onde se observou os seguintes resultados, conforme quadro demonstrativo da metodologia utilizada reproduzido abaixo: i) 64% dos projetos tiveram uma TIR superior a 12%; ii) 45% das análises realizadas na amostra apresentaram resultados satisfatórios; iii) 45% apresentaram pelo menos um problema; iv) 10% foram considerados insatisfatórios; iv) a informação disponível sobre os projetos era insuficiente para a realização de calculo das taxas de rendimento dos recursos investidos.

Amostra de Projetos Analisados

Projeto/Estado	Método de Avaliação	Resultado
Estabelecimento de Zona de Proteção Ambiental Coroa Vermelha (BA)	Alternativa de Menor Custo	US$ 433.800
Pavimentação e obras de drenagem no caminho Trancoso - Porto Seguro (BA)	Análise de Custo-Benefício	35%
Implantação de Sistema de Água para Santa Cruz de Cabralia (BA)	Análise de Custo-Benefício	> 12%
Implantação de Sistema de Esgoto para Porto Seguro (BA)	Análise de Custo-Benefício	12%
Implantação de Sistema de Esgoto para Belmonte (BA)	Análise de Custo-Benefício	12%
Proteção do meio ambiente e Educação ambiental para Bacia do Rio dos Merengues (BA)	Alternativa de Menor Custo	US$ 316.00
Urbanização Costeira na Orla de Atalaia Nova (SE)	Análise de Custo-Benefício	> 12%
Implantação de Sistema de Esgoto para Tibau do Sul e Praia de Pipa (RN)	Análise de Custo-Benefício	> 12%

2.1.2.10. Recálculo de outros indicadores de avaliação econômica. Se o projeto incluiu ex-ante outras estimativas de avaliação econômica (custo-efetividade, custo-eficiência e custo-benefício), qual foi o indicador esperado e qual o indicador real?

Muito embora não se tenha previsto um cálculo de viabilidade econômica para o Programa como um todo, observa-se que os termos do Regulamento Operativo do PRODETUR/NE I foram integralmente cumpridos, não tendo sido financiados projetos cuja rentabilidade econômica *ex-ante* não tenha sido demonstrada como superior a 12%. Ressalte-se que tal análise foi realizada para os projetos para os quais o Regulamento Operativo do Programa previa a realização de uma avaliação socioeconômica.

2.1.2.11. Qualificação da efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento (OD). Tendo em conta as Análises realizadas (Produtos e Efeitos), qualifique a efetividade do projeto em termos de seu objetivo de desenvolvimento.

[ ] Muito Efetivo [X] Efetivo [ ] Pouco Efetivo [ ] Inefetivo

(Explique sua qualificação):

Embora a execução do Programa tenha sido lenta, os resultados setoriais e a elevação da qualidade da atividade turística na região foram significativos.

Em linhas gerais pode-se afirmar que os efeitos esperados foram superados e que, tanto o setor turístico, como os órgãos das administrações estaduais envolvidos se beneficiaram do Programa para ordenar, dinamizar e consolidar a atividade, que à época da concepção do PRODETUR/NE I era incipiente em alguns dos estados, e pouco profissionalizada nos demais.

O Programa foi um elemento catalisador de ações e iniciativas estaduais e regionais e se constituiu no principal instrumento de planejamento nesta área disponível na região para o investimento seletivo nas áreas beneficiadas, onde o potencial turístico já se manifestava, mas não dispunha de infra-estrutura básica e capacidade institucional para a gestão sustentável da atividade.

Tendo em vista o porte da região por um lado e, as demandas sociais e setoriais por outro lado, o Programa não poderia se constituir numa solução completa e acabada para este grande desafio, de atrair em bases sustentáveis atividade turística de qualidade, o que naturalmente deveria derivar de outras iniciativas de investimento, e que incorporassem os municípios. Esta necessidade levou os estados da região a um novo pleito junto ao BID, concebido de forma a completar e complementar as atividades do PRODETUR/NE I, e que se constituiu no novo programa PRODETUR/NE II, financiado através do Empréstimo 1392/OC-BR em início de execução, e que incorpora em seu desenho as lições aprendidas nesta operação.

2.2. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

2.2.1. Mensuração do Desempenho do Programa

2.2.1.1. Elementos para Monitoramento e Avaliação. Em uma escala de 1 a 4 estabeleça a qualidade dos seguintes elementos necessários para medir o desempenho do projeto:

1. Análise de problemas	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [X] → Alta	[X] N/A
2. Estratégia de intervenção em resposta a(aos) problema(s) identificados	Baixa ←[ ] [ ] [X] [ ] → Alta	[ ] N/A
3. Identificação de efeitos (*outcomes*) e impactos esperados	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
4. Identificação de produtos (*outputs*) esperados	Baixa ←[ ] [ ] [X] [ ] → Alta	[X] N/A
5. Indicadores de efeitos (*outcomes*) esperados	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
6. Indicadores de produtos (*outputs*) esperados	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
7. Linha de base de efeitos (*outcomes*) esperados	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
8. Linha de base de produtos (*outputs*) esperados	Baixa ←[X] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
9. Hipóteses de produtos a efeitos	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
10. Definição de responsabilidades para o recolhimento de informação	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [X] → Alta	[ ] N/A
11. Plano para a implementação do projeto	Baixa ←[ ] [ ] [X] [ ] → Alta	[ ] N/A
12. Plano de Aquisições	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A

2.2.1.2. Análise de Fatores Críticos do Desenho. Considerando os elementos do desenho do projeto avaliados no ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram a maior influência (positiva e/ou negativa) na medição de seu desempenho.

<u>Fatores negativos:</u>

- ✓ Ausência de Linha de Base e Metodologia para avaliar a evolução dos aspectos sociais, ambientais, institucionais, econômicos e turísticos das áreas beneficiadas, aliado à inexistência de um Estudo de Demanda Regional - A pouca ênfase nesses aspectos, o baixo nível de detalhamento dos efeitos e produtos esperados para cada subprojeto e de como essas informações deveriam ser prestadas pelos beneficiários dificultaram a supervisão do Projeto e sua própria avaliação.

- ✓ Inexistência de informações consistentes, confiáveis e integradas para avaliação e monitoramento dos resultados do PRODETUR/NE I - As bases de dados em nível nacional, regional e estadual não fornecem elementos suficientes para uma avaliação mais confiável dos efeitos e impactos dos investimentos do Programa, notadamente em função da diversidade de atores e do seu caráter multisetorial e inovador para a Região. A complexidade do Programa, envolvendo em sua execução órgãos públicos de diferentes esferas de governo, foi fator que dificultou a sistematização na coleta de informações em tempo hábil para uma eficiente mensuração do desempenho do PRODETUR/NE.
- ✓ Ausência de Marco Lógico - O desenho do Projeto não teve o benefício da disciplina do Marco Lógico que poderia ter contribuído para uma precisão maior na identificação dos efeitos esperados e o estabelecimento de indicadores de maior precisão para medir os efeitos.

2.2.1.3. Lições Aprendidas para o Desenho (medidas adotadas). Descreva de forma concreta que medidas foram adotadas para melhorar os aspectos previstos no desenho do projeto em relação à medição do desempenho do projeto.

- ✓ Criação, em 1995, do Grupo Interdepartamental de Meio Ambiente (GIMAM) no BNB com vistas ao fortalecimento institucional do seu quadro técnico para a temática ambiental, o qual ficaria responsável pela orientação e acompanhamento dos aspectos ambientais do Programa. Com a criação desse Grupo o BNB inseriu efetivamente a temática ambiental nas suas políticas e análise de financiamento.
- ✓ Com o objetivo de fortalecer e capacitar o quadro técnico na região Nordeste em planejamento, elaboração e avaliação de projetos, o BNB, apoiado pelo BID, promoveu no primeiro semestre de 1995 um curso de elaboração e avaliação, com duração de três meses, reunindo técnicos de todos os estados da região e do próprio BNB, cujos instrutores eram formados por especialistas de renomes internacionais, técnicos do Banco Interamericano e professores do Curso Interamericano de Evaluación e Preparación de Proyectos de la Universidad Católica de Chile, CIAPEP. Complementarmente, o BNB enviou para o Chile três técnicos para participar desse curso, com duração de dez meses.
- ✓ Promoção/realização de cursos, pelo BNB e BID, para qualificação do seu corpo técnico e dos órgãos executores estaduais, nas questões relacionadas aos processos de licitações públicas e legislação de contratos públicos.
- ✓ Em resposta ao efeito de pulverização de investimentos, no final da década de 90, com incentivo do BID e do BNB foi iniciado um processo de criação de Pólos de Turismo em todos os estados da região Nordeste, além das porções norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo desta iniciativa foi de estimular a realização de investimentos integrados nos territórios dos estados.
- ✓ Foram realizados dois aditivos ao Contrato 841/CO-BR, que implicaram em alterações no desenho do PRODETUR/NE I quanto à alocação de recursos e responderam, na época, às principais dificuldades para a execução do Programa, quais sejam:
    - o A falta de capacidade dos estados para aportar contrapartida local. Com adição no contrato, a relação de aporte de recursos passou de 50%(BID) e 50%(LOCAL), para 60%(BID) e 40%(LOCAL).
    - o O aumento dos recursos para aeroportos, os quais permaneceram na matriz do contrato com relação de aporte de recursos 50% BID e 50% LOCAL.
    - o O financiamento de projetos municipais.

- ✓ Para embasar as negociações da segunda fase do Programa, foram elaborados estudos com o objetivo de avaliar a sua implementação, os quais foram consubstanciados nos seguintes documentos:
  - o VOLUME I.A: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR/Evolução do Programa, que mostra a evolução dos aspectos relacionados a realizações, operacionalização, gestão, dificuldades enfrentadas, soluções adotadas, lições aprendidas, bem como indicadores de desempenho do turismo na região Nordeste.
  - o VOLUME I.B: PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA - Avaliação concernente à qualidade da execução, especialmente com relação à oportunidade, custos, dimensionamento e sustentabilidade.
  - o VOLUME II: AVALIAÇÃO DO PRODETUR/NE FASE I PELO ESTADO DO CEARÁ - Estratégia Turística, Plano de Ação, Desenvolvimento Institucional (avaliação do programa pelos órgão estaduais e pelos municípios beneficiados).
  - o VOLUME III: AVALIAÇÃO DO PRODETUR/NE FASE I PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Estratégia Turística, Plano de Ação, Desenvolvimento Institucional (avaliação do programa pelos órgãos estaduais e pelos municípios beneficiados).
- ✓ Também foram contratados pelo BID outros estudos para avaliar os impactos ambientais e sociais promovidos pelo PRODETUR/NE- I, com destaque para os relatórios "Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR", e "Informe: Problemas Ambientales y Sociales relacionados al PRODETUR".

2.2.1.4. Lições aprendidas para o desenho (medidas alternativas). Com base em sua experiência neste projeto, descreva de forma concreta que medidas recomendas para melhorar a medição do desempenho no desenho de futuros projetos.

- ✓ Criação, no órgão executor central (BNB), de uma equipe central de gestão e fortalecimento das unidades descentralizadas já existentes, assegurando condições favoráveis de gestão, monitoramento e avaliação de desempenho do Programa.
- ✓ Definição de procedimentos operacionais mais detalhados para a elaboração e acompanhamento dos projetos específicos de cada um dos componentes do PRODETUR/NE, ou seja, inserir no Regulamento Operativo do Programa um ***Manual de Procedimentos***.
- ✓ Estabelecimento de uma linha de base e respectiva metodologia para avaliar a evolução dos aspectos sociais, ambientais, institucionais, econômicos e turísticos das áreas a serem beneficiadas. Nesse sentido, indicadores relacionados a esses aspectos deverão integrar o sistema de avaliação e monitoramento do Programa.
- ✓ Exigência de instrumento de planejamento de longo prazo (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS), elaborado de forma participativa, focado no conceito de pólo e com vistas a sustentabilidade da atividade turística, e que se traduza no documento de referência para a execução de Programa, consoante com a estratégia turística de cada Estado e com o Estudo de Demanda Regional e políticas nacionais de turismo.
- ✓ Adoção de metodologia de planejamento global, a exemplo da árvore de problema e marco lógico, com objetivo de estabelecer parâmetros de acompanhamento e avaliação.
- ✓ Realização de auditorias sócio-ambientais periódicas, identificando eventuais passivos e indicando medidas mitigadoras em tempo hábil.
- ✓ Inserção dos municípios no processo de planejamento e execução, com o objetivo de garantir a apropriação dos investimentos e compromisso com a sustentabilidade e manutenção dos

mesmos.

- ✓ Melhorar a articulação dos executores com órgãos públicos que atuem direta ou indiretamente nas áreas e setores ligados ao Programa, promovendo a integração das diversas políticas existentes.
- ✓ Implantação de um sistema de Gerenciamento e Monitoramento que permita ao BNB e demais órgãos envolvidos no Programa acompanhar a sua execução, possibilitando uma avaliação integrada de todas as ações implementadas à luz do planejamento.
- ✓ Melhorar a articulação entre os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) para integração das estratégias, planos, programas e projetos existentes.

2.2.1.5. Informação Disponível durante a Implementação do Projeto. Em uma escala de 1 a 4 qualifique o grau de cumprimento e a qualidade das seguintes tarefas que devem ser realizadas pelo Organismo Executor para gerar informação necessária para a medição de desempenho do projeto:

1. Estabelecimento de processos e mecanismos para recopilação e Análise de dados (fonte de dados, responsáveis, periodicidade e características da informação).	Baixa ←[ ] [X] [ ] [ ] → Alta	[ ] N/A
2. Recopilação de informação de linha de base efeitos	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
3. Recopilação de informação de linha de base de produtos	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [ ] → Alta	[X] N/A
4. Recopilação, Análise e reporte de informação sobre recursos disponíveis e atividades realizadas.	Baixa ←[ ] [ ] [ ] [X] → Alta	[ ] N/A
5. Recopilação, Análise e reporte de informação sobre produtos gerados pelo projeto e sua contribuição ao alcance dos efeitos esperados.	Baixa ←[X] [ ] [ ] [ ] → Alta	[ ] N/A
6. Recopilação, Análise e reporte de informação sobre efeitos e impactos gerados pelo projeto e sua contribuição às metas estabelecidas na estratégia de desenvolvimento setorial e nacional.	Baixa ←[X] [ ] [ ] [ ] → Alta	[ ] N/A

Comentários:

Conforme já citado, não houve no âmbito do PRODETUR/NE I a concepção de um modelo que sistematizasse a coleta e o processamento de informações sobre os efeitos e impactos do Programa. Eventualmente foram contratados estudos específicos para obtenção de informações pontuais durante a sua execução.

2.2.1.6. Análise de fatores críticos para medição de desempenho durante a implementação. Considerando os processos do ponto anterior, descreva os principais fatores (máximo 3) que tiveram a maior influência (negativa ou positiva) na medição de desempenho do projeto durante sua implementação.

Fatores negativos:

- ✓ Dificuldades para levantamento de dados sobre resultados do Programa pela falta de instrumentos e mecanismos que sistematizassem a coleta e processamento de informações sobre os efeitos e impactos ocorridos.
- ✓ Sistema Gerencial do BNB limitado ao acompanhamento dos recursos aplicados e disponíveis, faltando informações sobre o acompanhamento físico de execução das obras.
- ✓ Deficiente canal de diálogo da gestão do Programa, tanto no BNB quanto nos Estados participantes, com a sociedade civil beneficiária do PRODETUR/NE I, o que causou reflexos e repercussão negativa para o Programa, além de atrasos na execução de projetos onde ocorreram conflitos com comunidades afetadas.
- ✓ Mudanças ocorridas nas administrações estaduais e municipais (estaduais em 1995 e 2000 e municípios em 1997) da maioria dos Estados implicaram alteração nas estruturas institucionais previstas originalmente para a gestão do PRODETUR I (UEEs), retardando o andamento em função de re-priorização/redefinição das ações, dificultando assim, o levantamento e análise dos dados.

2.2.1.7. Lições aprendidas na implementação (medidas adotadas). Descreva de forma concreta que medidas foram adotadas a fim de obter a informação necessária (em quantidade e qualidade) para medir o desempenho do projeto.

- ✓ Contratação de consultores externos para a elaboração dos Relatórios de Monitoramento. Esta iniciativa foi importante para a obtenção de informações relevantes para a mensuração do desempenho do PRODETUR/NE I, sobretudo em relação aos seus efeitos e impactos inicias. O que se observou foi um baixo aproveitamento das informações então levantadas para a correção de rumos na execução de projetos específicos.
- ✓ Contratação de consultores externos para a elaboração de estudos com o objetivo de avaliar a implementação do Programa. Tais estudos serviram de base para a concepção do PRODETUR/NE II.
- ✓ Criação de Conselhos de Turismo, os quais se constituíram em um primeiro canal formalizado de consulta e diálogo dos Órgãos Executores (BNB e Estados) com a sociedade civil beneficiária das ações do PRODETUR/NE I (empresários, associações de moradores, comunidades tradicionais e indígenas, organizações Não-Governamentais), o que resultou no PRODETUR/NE II na consolidação dos Pólos de Turismo. De um modo geral a realização de avaliações pontuais e os contatos e debates no âmbito das reuniões dos Conselhos contribuíram para avaliação do desempenho durante a implementação do PRODETUR/NE I, sobretudo quanto a aspectos técnicos e a reflexos das intervenções sobre o meio ambiente e comunidades afetadas.

2.2.1.8. Lições Aprendidas para a Implementação (medidas alternativas). Com base em sua experiência neste projeto, descreva de forma concreta que medidas recomenda para melhorar a medição do desempenho durante a implementação de futuros projetos.

- ✓ Em que pese à descentralização das análises ter contribuído para a celeridade da execução do Programa, tal fato comprometeu o gerenciamento global e a padronização dos procedimentos, pela não existência de uma coordenação única dessas unidades. Assim, sugere-se a criação, por parte do executor, de uma Equipe Central de Gestão, que deverá ser responsável pelo

cumprimento das disposições do Contrato e do Regulamento Operacional, a qual será apoiada pelas equipes descentralizadas e por consultores externos, na sua fase de análise e execução.

- ✓ Dar maior ênfase nas ações de Fortalecimento Institucional dos órgãos executores, possibilitando a qualificação do seu corpo funcional e a adequação das estruturas organizacionais, com vistas a sustentabilidade de longo prazo, ações essas que devem ser prioritárias em relação às obras de infra-estrutura.
- ✓ Implementar as ações necessárias à consolidação das áreas beneficiadas pelo programa anterior, antes de investir em novas frentes turísticas. Nesse sentido, nas áreas que foram foco de ações de infra-estrutura do PRODETUR/NE I, é imperativo que os Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS identifiquem eventuais passivos ambientais associados a projetos do Programa. Nos casos em que forem detectados tais passivos, devem ser providenciadas ações para a recuperação dos mesmos, anteriormente à execução de novas ações de infra-estrutura no correspondente Pólo Turístico.
- ✓ Estabelecer um canal de participação do cidadão na implementação do Programa, através de página na Internet e do fortalecimento dos conselhos locais de turismo para divulgar o programa e sensibilizar as autoridades públicas quanto à importância da participação social.
- ✓ Estabelecer um canal de comunicação na Internet destinado a incentivar o exercício de participação do cidadão na implementação do Programa.
- ✓ Fomentar a efetiva inserção dos municípios no processo de discussão, planejamento e definição dos investimentos prioritários e ações necessárias para garantir a sustentabilidade no longo prazo.

2.2.2. Fatores que afetaram a execução do projeto (segundo ISDP/PPMR)

Período 1994 – 1996 – Estruturação das instituições envolvidas e início do processo de subcontratação com os Estados

1. Fragilidade nas estruturas institucionais para a implementação e gerenciamento de um programa multisetorial. Tanto o executor como os estados tiveram que ajustar suas estruturas às exigências do Programa.
2. Deficiências na elaboração e implementação das Estratégias Turísticas dos Estados. Embora quase todos os estados tenham elaborado tempestivamente essas estratégias, parte delas teve que ser revisada por não lograr aprovação pelo órgão executor.
3. Insuficiência e/ou deficiência dos estudos e projetos apresentados. Embora cada estratégia indicasse um grande número de ações a serem implementadas com os recursos do PRODETUR I, os estados não dispunham de projetos suficientes para alavancar a execução, ou ainda, esses projetos não atendiam os critérios de elegibilidade constantes do ROP.
4. Dificuldade na internalização dos conceitos e exigências introduzidos pelo Programa por parte dos órgãos executores locais.
5. Carência na região de consultorias técnicas suficientemente capacitadas nas metodologias de elaboração de projetos recomendados no ROP. Somente os estados que recorreram às consultorias localizadas no Centro-Sul do País conseguiram apresentar no curto prazo, projetos adequadamente elaborados.
6. Indisponibilidade de recursos de contrapartida para elaboração de estudos e projetos. Limitações orçamentárias e não priorização pelos órgãos estaduais impossibilitaram a contratação de consultorias para a elaboração dos estudos e projetos.
7. Reduzida capacidade de endividamento e ou de pagamento dos estados sub-mutuários. Os altos

níveis de endividamento apresentados pelos estados impediram que novas contratações de financiamento fossem autorizadas pelos órgãos federais competentes.

8. Reduzida capacidade de aporte da contrapartida local.
9. Modificação no Contrato 841/OC-BR, alterando o percentual exigido da contrapartida local, que passou a ser de 40% do total dos investimentos, e inserindo a possibilidade de utilizar recursos do financiamento na elaboração de estudos e projetos.
10. Autorização por parte do BID da inclusão de municípios de capitais como sub-mutuários do Programa, o que possibilitou a contratação de sub-empréstimo com o Município de Maceió, uma vez que o Estado de Alagoas não apresentava condições de contratação no curto prazo.

Período 1997 – 2001 – Consolidação do processo de subcontratação e avanço na execução de grandes obras.

11. Descentralização, por parte do executor, das atividades de análise e acompanhamento do Programa, inserindo as Centrais Operacionais de Recife, Salvador e Fortaleza no processo, permitindo uma maior proximidade com os executores. Esse processo não resultou totalmente exitoso visto que comprometeu o gerenciamento integrado do Programa.
12. Maior rigidez nos critérios de endividamento público. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal elevou o grau de dificuldades dos submutuários para contratar financiamentos no amparo do Programa.
13. Conflitos entre comunidades, ONGs e Estados quando da execução de algumas rodovias, que ensejaram mudança de trajeto e assim retardamento na execução. Esses conflitos ocorreram, dentre outras razões, porque não havia no Regulamento Operacional exigência explícita quanto à divulgação ampla de projetos e a participação das comunidades afetadas na fase do seu desenho.
14. Aporte de recursos por parte da União (EMBRATUR/INFRAERO) para as obras de aeroportos, alavancando a contrapartida local.
15. Formalização de contratos entre submutuários e BNDES para suprir a carência de contrapartida local.
16. Incorporação do PRODETUR/NE I no rol dos projetos prioritários do Governo Federal, possibilitando um melhor acompanhamento da sua execução.

Período 2002 até 2004 - Contratação residual e encerramento do Programa

17. Intensificação da desvalorização cambial no ano pré-eleitoral, iniciada em 2001, disponibilizou mais moeda nacional para a realização dos projetos, contribuindo para a geração de saldos no Programa. A despeito disso, os Estados continuavam com dificuldades para apresentar projetos que absorvessem o saldo existente.
18. Períodos eleitorais ensejaram paradas na implementação do Programa.
19. As novas administrações públicas, iniciadas em 2003, em alguns casos, proporcionaram significativa rotatividade técnica e gerencial nas instâncias de decisão dos órgãos executores estaduais e municipais.
20. Contingenciamento do Setor Público – as restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional aos Bancos Públicos e o elevado índice de comprometimento com operações do setor público, ensejaram a necessidade de alteração nas normas, excepcionalizando as operações do PRODETUR, as quais passaram a depender da garantia formal e solidária da União para serem contratadas.
21. Conflitos entre Estados e empreiteiros, gerando paralisação de obras e retardamento nos

respectivos cronogramas de execução.

22. Recursos impetrados em processos licitatórios também contribuíram para postergação de algumas das obras/serviços financiados pelo Programa.
23. Pressão política para a utilização de 100% dos recursos previstos no Programa (execução de apenas 7% do valor total do financiamento).
24. Pressão política para não haver descontinuidade entre o PRODETUR/NE I e o PRODETUR/NE II.

2.2.3. Análise de fatores críticos para o êxito do projeto - Fatores críticos para a obtenção dos produtos (*outputs*)

2.2.3.1. Identificação de Fatores Negativos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3) que afetaram negativamente a execução dos componentes do projeto e a obtenção de seus produtos (*outputs*) em termos de quantidade, qualidade e oportunidade e analise porque.

1. Reduzida capacidade de endividamento e de aporte da contrapartida local. O programa de ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal a partir do Plano Real aumentou o rigor dos critérios para concessão de operações de crédito aos entes da Federação, inclusive suas estatais. Restrições estas intensificadas e consolidadas com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. Por outro lado, o baixo desempenho econômico do país, observado a partir de 1998, dificultou ainda mais a capacidade dos estados aportarem recursos para contrapartida local. Tudo isso afetou negativamente a obtenção dos produtos esperados do PRODETUR/NE I, especialmente quanto à oportunidade e quantidade.
2. Concepção e Dimensionamento inadequados. Em que pesem os esforços desprendidos durante as missões de negociação e desenho do PRODETUR, o diagnóstico realizado não conseguiu avaliar as reais condições institucionais e financeiras para a execução e gestão do Programa. Ficou comprovado que institucionalmente a região não estava preparada para assumir um programa multisetorial com tamanha complexidade, especialmente em termos de planejamento das ações e de quadro técnico para sua execução, desde os gestores públicos à mão-de-obra especializada para elaboração dos projetos. A conseqüência dessa fragilidade institucional foi uma superestimação do montante de recursos financeiros disponibilizados frente à capacidade efetiva de absorção no horizonte de planejamento do Programa, de cinco anos.
3. Deficiências dos instrumentos de planejamento e na execução: Embora todos os Estados tenham elaborado suas estratégias turísticas, estes instrumentos não foram capazes de identificar os pontos-chave que deveriam ser trabalhados para assegurar o desenvolvimento sustentado da atividade turística. Focou mais na oferta dos atrativos, sem o devido dimensionamento da demanda, e mesmo assim não foram avaliados como "produtos turísticos" "latu e strictu sensu". Como resultado os investimentos não foram concebidos de maneira integral, levando à dispersão de recursos, à ocorrência de impactos indiretos não desejáveis ou evitáveis ou à degradação dos recursos naturais.

2.2.3.2. Identificação de Fatores Positivos para obter os produtos. Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3) que contribuíram positivamente para a implementação dos componentes do projeto e a obtenção de seus produtos (*outputs*) em termos de quantidade, qualidade e oportunidade e analise por que.

1. Esforço conjunto do Governo Federal, dos estados, dos municípios e dos agentes financeiros para solucionar o problema da insuficiência de contrapartida. Este esforço resultou em modificações contratuais, que reduziram de 50% para 40% o valor da contrapartida e por conseguinte redução na matriz financeira do Programa. Além do mais, os estados que tinham margem de financiamento passaram a utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, para financiar a contrapartida local.
2. Negociações e a articulação entre as três esferas de governo objetivando a elevação do PRODETUR/NE à categoria de programa prioritário do Governo Federal. Inicialmente o PRODETUR/NE I foi inserido no Programa Brasil em Ação e, em seguida, no Programa Avança Brasil, integrando em ambos o conjunto de projetos prioritários do Governo. A partir daí houve uma articulação estruturada com definição de agenda contendo prazos e responsáveis pelas diversas atividades que tornariam viáveis as negociações entre parceiros nos níveis municipal, estadual e federal. A União se destacou através da INFRAERO na condução dos projetos de ampliação e modernização de praticamente todos os aeroportos da região.
3. Alinhamento dos parceiros em torno dos requisitos e padrões de qualidade exigidos pelo Programa. Para tanto, intensificou-se a assistência à formação das equipes que apoiariam as ações do PRODETUR/NE em cada Estado, mediante a realização de seminários e outros eventos relacionados à capacitação, promovidos pelo executor. Nesse sentido, vale destacar a eficiente atuação do BNB na orientação, acompanhamento e avaliação das aquisições do Programa (processos licitatórios). Houve acompanhamento *pari passu* dos processo em andamento nos estados, além da realização de seminários destinados a orientar as Unidades Executoras quanto aos procedimentos e modelos de processos licitatórios adotados pelo BID. Foram elaboradas minutas de editais padronizadas as quais foram repassadas às UEEs, o que agilizou a elaboração e aprovação das licitações, além de torná-las mais claras e seguras. Como resultado, as aquisições do Programa transcorreram sem grandes entraves, tendo os recursos jurídicos permanecido mais na esfera administrativa do que na civil.

2.2.3.3. Fatores críticos para a obtenção de efeitos (*outcomes*) - Identificação de fatores negativos para a obtenção dos efeitos (*outcomes*). Descreva quais foram os principais fatores (máximo 3) que afetaram negativamente o alcance dos resultados (*outcomes*) do projeto e analise por que.

1. Ausência de articulação regional para socializar os benefícios do turismo, materializar os fluxos turísticos e atrair investimentos do setor privado. Essa ausência responde diretamente pela incapacidade da região de enfrentar os seguintes desafios:

- Espacialização dos efeitos decorrentes da atividade turística, concentrados até agora em áreas litorâneas, resultante dos investimentos realizados predominantemente nessas áreas, o que pode comprometer a capacidade de suporte natural das mesmas.
- Consolidação de um produto de grande potencial turístico da região, representados por atrativos naturais e histórico-culturais ainda inexplorados;
- Busca de solução para questões essenciais à consolidação do turismo, como deficiências nos acessos terrestres e sobretudo aéreos aos destinos turísticos;
- Necessidade de diversificar, consolidar e qualificar melhor a oferta turística regional. Até agora a demanda está focada na tipologia "sol e mar" uma vez que a infra-estrutura de apoio se concentra no litoral.

- Desenvolvimento de um modelo integrado de turismo "Destino Nordeste" criando diferenciais competitivos.
- Formulação de uma política de financiamento adequada às especificidades da cadeia produtiva do turismo na região.
- Instituição de um marco legal para regulação da atividade turística no país. Tal como já previsto em Anteprojeto de Lei, faz-se necessária a instituição de uma Lei para dispor sobre a Política Nacional de Turismo, definir as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor e regular as atividades da iniciativa privada responsável pela oferta de serviços e produtos turísticos.

2. Deficiência nas ações de Planejamento. Tal deficiência contribuiu para que houvesse uma significativa pulverização dos investimentos, dificultando a consolidação dos destinos com maiores potenciais, bem como o alcance dos efeitos positivos esperados.
3. Participação Social tênue. O delineamento do programa não previu instâncias de participação social na implementação do programa. É certo que uma instância de acompanhamento poderia ter contribuído para uma maior direcionamento do Programa na obtenção dos seus efeitos, a partir de uma discussão periódica e sistemática entre os principais atores envolvidos *(stakeholders*) sobre o desempenho do programa.

2.2.3.4. Identificação de fatores positivos para a obtenção dos efeitos (*outcomes*). Descreva quais foram, em perspectiva, os principais fatores que contribuíram positivamente para a possibilidade de alcançar a tempo os efeitos do projeto (*outcomes*) e analise por que.

1. Conjuntura mundial favorável a destinos turísticos emergentes. Uma injunção de fatores externos, observados a partir da segunda metade dos anos, contribuiu significativamente para que uma série de destinos turísticos, até então desconhecidos no mercado externo, incluindo o Nordeste brasileiro, viesse a despontar no cenário turístico internacional. Dentre esses fatores cabem destacar:
   1.1. A globalização dos mercados de capitais, que também impulsionou os investimentos privados turísticos, fazendo com que grandes redes internacionais de hotelaria, operadoras e transportadoras se instalassem nos destinos turísticos ainda pouco conhecidos. No caso do Brasil, redes como a Sol Meliá, a Accor ou as americanas Marriott e Choice, até então presentes apenas em capitais do Sudeste, também chegaram nas principais capitais do Nordeste.
   1.2. O expressivo crescimento da atividade turística mundial bem como da sua produtividade, que passou a superar atividades como a petrolífera e automobilística, também contribuíram significativamente para a inserção do Brasil e do Nordeste no mercado internacional, sobretudo, nos segmentos de sol-praia-e-mar, aventura e ecologia.
   1.3. O impacto de grandes atentados, como o 11 de Setembro, tragédias naturais e instabilidade geopolítica em destinos turísticos já consolidados contribuíram significativamente para um redirecionamento dos fluxos turísticos internacionais em favor de países menos suscetíveis a esses acontecimentos.
2. Contexto econômico nacional favorável. A estabilidade econômica e o crescimento da renda, decorrentes da instituição do Plano Real, em 1994, além da desvalorização cambial, proporcionaram um quadro favorável à expansão do turismo nacional. Com a desvalorização da moeda nacional iniciada em 1998, com pico em 2002, o turismo do Nordeste sofreu um grande impulso, tornando-se para o principal mercado nacional emissor, (a região Centro-Sul), um destino bastante competitivo em relação aos destinos concorrentes, o Mercosul e os Estados Unidos.

3. Conjunção de fatores regionais favoráveis à atividade turística. A elevada potencialidade da oferta turística do Nordeste, a abundância de mão-de-obra barata, o baixo custo e a grande disponibilidade de áreas, condições de financiamento atrativas, políticas estaduais de incentivos e renúncias fiscais e obviamente o impacto esperado com a implantação de grandes obras de infra-estrutura na região a partir do PRODETUR, a exemplo da expansão e modernização dos aeroportos da região, foram determinantes para a materialização dos efeitos do Programa na região.

2.2.4. Análise de Gestão e Lições Aprendidas

2.2.4.1. Análise de gestão (medidas adotadas). Identifique e analise a efetividade das medidas adotadas para resolver os problemas e aproveitar as oportunidades relacionadas com a Análise de fatores críticos e explique como foram levadas à prática.

1. Estabelecimento de negociações e de articulação entre as três esferas de governo, a fim de assegurar o espaço devido do Programa nas pautas governamentais. Tal articulação possibilitou a estruturação de uma agenda contendo prazos e responsáveis pelas diversas atividades a serem desenvolvidas pelos diferentes parceiros. A elevação do PRODETUR à categoria de programa prioritário do Governo Federal mostrou-se ser uma estratégia muito eficaz para o cumprimento das metas do programa.
2. Criação dos Conselhos de Turismo;
3. Criação, em 1995, do Grupo Interdepartamental de Meio Ambiente (GIMAM) no BNB com vistas ao fortalecimento institucional do seu quadro técnico para a temática ambiental, o qual ficaria responsável pela orientação e acompanhamento dos aspectos ambientais do Programa;
4. Parceria com outras instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contribuiu para a alavancagem do Programa.
5. Alinhamento contínuo dos *stakeholders* em torno dos requisitos de sustentabilidade ambiental, socioeconômica e técnica dos projetos beneficiados. Para tanto, foi necessário intensificar a assistência à formação das equipes técnicas de apoio ao PRODETUR/NE I em cada Estado, município e órgão executor local a fim de se promover o *modus operandi*.
6. Negociação com os *stakeholders* a fim de obter um maior apoio aos programas de desenvolvimento institucional, particularmente na definição das estruturas organizacionais, alocação de recursos humanos, técnicos e financeiros. A oportunidade para essa negociação é sempre na liberação de projetos de infra-estrutura física de grande escala, exigindo-se sua integração às ações preparatórias globais do estado. Isso traz benefícios para o andamento do Programa e o desenvolvimento dos órgãos executores, que podem identificar os pontos de complementariedade que favorecem a implementação do conjunto total dessas ações.

2.2.4.2. Lições aprendidas sobre Gestão de Projetos (medidas alternativas). Com base em sua experiência neste projeto e tendo em conta a efetividade das medidas adotadas mencionadas na Análise de gestão, descreva de forma concreta que medidas alternativas recomenda para enfrentar os problemas que possam surgir durante a implementação de futuros projetos similares a este.

1. Fomento às atividades de formação de capital humano em planejamento, elaboração e análise de programas e projetos na região. Para efeito de delineamento de novas fases do Programa, concepção de outros e mesmo dar atendimento dos critérios diferenciados de análise deve-se dotar a região de um quadro técnico com a formação sólida em planejamento econômico, análise de alternativas de investimentos e avaliação de programas e projetos contemplando as dimensões

institucionais, ambientais e socioeconômicas.

2. Fortalecimento das unidades técnicas e monitoramento e avaliação do programa tanto no órgão executor como nos estados e municípios, cujas atribuições referem-se a proporcionar condições favoráveis de avaliabilidade, de transparência e da boa *governance* do programa..

3. Estabelecimento de canais de comunicação com centrais de atendimento e sítios na rede mundial Internet, destinados a incentivar o exercício de participação do cidadão na implementação do Programa, incluindo uma ouvidoria e uma página com as perguntas e repostas mais freqüentes.

4. A despeito do sistema de gerenciamento informatizado do Órgão Executor, o SISTEMA 054 - PRODETUR GERENCIAL não ter sido eficiente para o registro e acompanhamento dos aspectos de execução física das obras e dos efeitos e impactos das ações do Programa, quanto ao registro e acompanhamento da contratação e aplicação de recursos o mesmo mostrou-se satisfatório para o controle financeiro, permitindo acesso rápido e confiável as informações e gerando com relativa facilidade diferentes tipos de tabelas e relatórios, importantes para uma eficiente avaliação do andamento Programa.

2.2.4.3. Qualificação da implementação do projeto (IP) - Qualificação da implementação do projeto. Qualifique a implementação do projeto com base na Análise de gestão anterior e nos productos (*outputs*) obtidos na quantidade e com a qualidade esperada, em tempo razoável e a custos razoáveis.

* [ ] Muito Satisfatório (MS) [ ] Satisfatório (S) [X] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

(Explique sua qualificação):

O implementação do Projeto foi considerada insatisfatória devido ao prazo de execução dos recursos, o programa demorou o dobro para concluir seus desembolsos, que só foram finalizados em junho/2005. O Programa conseguiu como um todo investir 83,6% do total programado, aplicando 99,7 % dos recursos de financiamento (BID). No âmbito do Componente Resíduos Sólidos não foi materializado um projeto sequer. Por outro lado, o Componente Transporte (rodovias e vias urbanos) alcançou 171,7% do programado.

*** Parâmetros**

Classificação	Critérios
Muito Satisfatório (MS)	O projeto obteve **entre 81% a 100%** de seus produtos, com a qualidade esperada, em tempo previsto e a custos razoáveis.
Satisfatório (S)	O projeto obteve **entre 66% a 80%** de seus produtos, com a qualidade esperada, no tempo previsto e a custos razoáveis.
Insatisfatório (I)	O projeto obteve **entre 51% a 65%** de seus produtos, com a qualidade esperada, no tempo previsto e a custos razoáveis.
Muito Insatisfatório (MI)	O projeto obteve **50% ou menos de 50%** de seus produtos, com a qualidade esperada, no tempo previsto e a custos razoáveis.

2.3. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

2.3.1. Fortalecimento Institucional /Organizacional (FIO)

2.3.1.1. Áreas fortalecidas o melhoradas pelo projeto. Identifique as áreas institucionais/ organizacionais fortalecidas ou melhoradas pelo projeto direta ou indiretamente, e indique o nível de sua influência (nacional, regional, local)

Área Institucional / Organizacional	Sim	Não	N/A	Nível		
				Nacional	Regional	Local
1. Marco legal e regulatório	[ ]	[ ]	[X]	[ ]	[ ]	[ ]
2. Procedimentos, manuais, guias operacionais	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
3. Capacidade						
3.1. Capacidade da alta gerência	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]
3.2. Capacidade da media gerência	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
3.3. Capacidade de sistemas de informação	[ ]	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]
3.4. Medição de desempenho (capacidade de M&E)	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
3.5. Serviço ao cliente	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
4. Estrutura funcional e organizacional	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
5. Planejamento	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]
6. Orçamento / gestão financeira	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
7. Coordenação Intra-/ Inter-setorial	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
8. Coordenação Intra -/Inter-organizacional	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
9. Pessoal / desenvolvimento de recursos humanos	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]
10. Aquisições	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]
11. Auto-avaliação, auditoria & apresentação de contas	[X]	[ ]	[ ]	[ ]	[X]	[ ]

2.3.1.2. Fortalecimento alcançado pelo projeto no pais e/ou região. Descreva os aportes mais significativos do projeto (máximo 3) ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no pais.

1. O Programa resgatou a importância do planejamento em nível das instituições oficiais para efeito de negociações e implementação de programas apoiados por organismos multilaterais. Este grau de consciência só não foi maior em razão do componente de fortalecimento institucional não ter sido suficiente e adequadamente trabalhado. Por conseguinte, foi alto o grau de heterogeneidade de conscientização da necessidade de planejamento entre as diversas unidades executoras estaduais.
2. Em nível de planejamento econômico, o Programa validou a exploração turística no Nordeste como uma atividade com vantagens competitivas, em consonância com o estudo "Programa

Nordeste Competitivo" realizado pelo BNDES, em 1994.

3. Aumento de conscientização de que a sustentabilidade da atividade turística na região depende mais da capacidade de gestão do turismo (instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, gestão administrativo e fiscal dos municípios, proteção e conservação dos recursos naturais), da capacitação de mão-de-obra e de planejamento estratégico do que propriamente das deficiências.

2.3.1.3. Fortalecimento alcançado pelo projeto no Órgão Executor. Descreva os aportes mais significativos do projeto (máximo 3) ao processo de fortalecimento institucional/organizacional no Organismo Executor. Descreva a situação antes/depois do projeto.

1. Resgatou no executor a importância dos financiamentos públicos no desenvolvimento regional. Até então, o executor estava restrito a operar linhas de financiamento ao setor privado. O delineamento do PRODETUR mostra que o fomento de uma atividade econômica se faz de forma integrada - disponibilizando infra-estrutura, capacitação, planejamento e conscientização - para só então criar as condições para os investimentos privados.
2. O financiamento de projetos de infra-estrutura, pela sua natureza de socialização imediata dos benefícios, aumentou a visibilidade e o reconhecimento pelo poder público regional e pela sociedade civil em geral do papel do BNB no desenvolvimento do Nordeste. Tal reconhecimento propiciou ao executor a criação de uma central de projetos de infra-estrutura de fortalecimento institucional para o setor público.
3. Motivou o BNB a formar quadros técnicos especializados nas temáticas ambientais, socioeconômica, de licitação, capacitação, engenharia sanitária, planejamento e gestão municipal.

2.3.1.4. Qualificação da contribuição do projeto ao FIO

* [ ] Muito Relevante (MR) [X] Relevante (R) [ ] Pouco Relevante (PR) [ ] Irrelevante (I)

(Explique sua qualificação):

Não foram percebidas mudanças no marco regulatório e legal do País, diretamente relacionadas com a questão do turismo. Entretanto, pode-se observar que houve fortalecimento das instituições envolvidas, notadamente de parte dos órgãos estaduais e do próprio executor (BNB).

*** Parâmetros**

Classificação	Critérios
Muito Relevante (MR)	O projeto fortaleceu excepcionalmente as áreas na(s) organização(s) relacionadas com o projeto e/ou melhorou extraordinariamente o marco regulatório e legal. As mudanças institucionais/organizacionais aconteceram ou estão em processo e lhes estão dando acompanhamento dentro de uma estratégia que inclui objetivos claros e realistas, marcos e indicadores.
Relevante (R)	O projeto fortaleceu notadamente as áreas na(s) organização(s) relacionadas ao projeto e/ou melhorou consideravelmente o marco regulatório e legal. Um processo gradual e duradouro de melhoramento/fortalecimento institucional/organizacional está ocorrendo e continuará na medida em que o financiamento do BID termine.
Pouco Relevante (PR)	O projeto fortaleceu de alguma forma as áreas na(s) organização(s) relacionadas

	ao projeto e/ou melhorou parcialmente o marco regulatório e legal. Alcançaram-se mudanças institucionais/organizacionais limitadas, porém sua continuidade pode ou não ocorrer. Não se espera que com o projeto seja propiciado um processo de reforma institucional/organizacional de longo prazo.
Irrelevante (I)	O projeto não melhorou nenhum elemento significativo do marco regulatório e legal e/ou não fortaleceu área nenhuma na(s) organização(s) relacionada ao projeto.

2.3.2. Sustentabilidade do projeto

2.3.2.1. Alcance da sustentabilidade do Projeto. Em consulta com as autoridades do Organismo Executor, defina que ações, serviços e/ou produtos deveriam seguir sendo sustentáveis, e durante quanto tempo, a fim de assegurar a sustentabilidade dos efeitos e futuros impactos esperados do projeto.

1. Continuação do Programa com vistas a, por um lado, consolidar os produtos alcançados nesta primeira fase, garantindo assim a efetividade dos efeitos decorrentes desses produtos e, por outro, possibilitar a inserção de novos produtos, roteiros e destinos turísticos já em exploração na região, porém ainda desprovidos de infra-estrutura, serviços adequados e apoio institucional.
2. Instituir uma política continuada de reinvestimento e manutenção dos produtos obtidos nesta fase. Para tanto, faz-se necessário, além do comprometimento formal dos órgãos responsáveis, divulgar junto à sociedade civil a importância das ações do PRODETUR/NE para a sustentabilidade do turismo local, ensejando com isso pressões sobre o poder público, inclusive o legislativo, no sentido de garantir recursos nos orçamentos municipais, estaduais e federal para essa finalidade.
3. Instituição de indicadores anuais de desempenho e manutenção das ações realizadas pelo PRODETUR/NE, inserindo-os nos relatórios anuais de manutenção das obras. Tais indicadores devem contemplar o estado de conservação, a periodicidade de manutenção, o número de falhas, o grau de satisfação dos beneficiários, dentre outros.
4. Desenvolvimento de canais de comunicação regulares com estados e municípios por meio de, por exemplo, fóruns de discussão na Internet e eventos regulares para troca de experiências entre órgãos responsáveis pelas ações financiadas pelo PRODETUR/NE, incluindo a disseminação de boas práticas em operação, administração e manutenção de bens públicos.

2.3.2.2. Bases para a Análise de Sustentabilidade. Em uma escala de 1 a 4 estime a probabilidade de que durante o ano seguinte à terminação do projeto (e do financiamento do Banco) existam os seguintes arranjos e recursos institucionais e organizacionais no país, necessários para manter as ações, serviços, produtos, efeitos e futuros impactos iniciados pelo projeto.

Arranjos institucionais / organizacionais e recursos	Probabilidade
1. Apoio da alta gerencia na Agência Executora	Baixa ← [ ] [ ] [ ] [X] → Alta [ ] N/A
2. Marco político, legal e regulatório	Baixa ← [ ] [X] [ ] [ ] → Alta [ ] N/A
3. Preparativos e capacidade organizacional	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
4. Coordenação inter-organizacional	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A

5. Disponibilidade de recursos financeiros	Baixa	←	[ ]	[ ]	[X]	[ ]	→	Alta	[ ] N/A
6. Pessoal idôneo	Baixa	←	[ ]	[ ]	[X]	[ ]	→	Alta	[ ] N/A
7. Recursos para manutenção da infra-estrutura física	Baixa	←	[ ]	[X]	[ ]	[ ]	→	Alta	[ ] N/A
8. Apoio dos beneficiários do projeto	Baixa	←	[ ]	[ ]	[X]	[ ]	→	Alta	[ ] N/A
9. Apoio do governo nacional	Baixa	←	[ ]	[ ]	[X]	[ ]	→	Alta	[ ] N/A

2.3.2.3. Análise de causas de base que afetam negativamente a sustentabilidade. Com base no ponto anterior, e considerando os possíveis fatores que possam afetar a sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais você considera que os futuros impactos, efeitos imediatos, produtos, ações e/ou serviços descritos que possam não ser sustentáveis e explique por que.

1. As expectativas de consolidação da atividade turística no Nordeste são positivas, não se vislumbrando, portanto, ameaças ou riscos significativos a sustentabilidade das ações implantadas ou prevista pelo Programa. Ademais, o crescimento da demanda turística externa e a estabilidade macroeconômica do país já sinalizam a maturidade de diversos destinos turísticos na região. Não obstante, é essencial que haja uma boa articulação entre o executor e as demais instituições envolvidas visando não comprometer o marco conceitual do Programa, especialmente quanto à priorização de obras físicas em prejuízo das ações globais de fortalecimento da capacidade de municipal de gestão do turismo, de planejamento estratégico e de capacitação profissional e populacional.
2. O atraso na materialização das ações do Programa pode contribuir para a desmobilização dos mecanismos de controle social local no planejamento, acompanhamento e fiscalização dos projetos.
3. Modificações nas administrações públicas estaduais e municipais podem pôr em risco a continuidade do Programa e a sustentabilidade da atividade turística, caso os novos gestores não sejam devidamente sensibilizados quanto à importância do seu papel no processo.

2.3.2.4. Análise de causas de base que contribuem favoravelmente a sustentabilidade. Com base nas análises prévias e considerando os possíveis fatores que possam contribuir para a sustentabilidade do projeto, identifique as causas concretas pelas quais você considera que os futuros impactos, efeitos imediatos, produtos, ações e/ou serviços descritos possam ser sustentáveis, e explique por que.

1. A expansão do mercado turístico, a continuidade do PRODETUR/NE e a priorização do turismo na agenda do Governo Federal são fatores que poderão assegurar os impactos e efeitos esperados com a implantação dos produtos oferecidos pelo Programa.
2. Por outro lado, a mobilização social, observada a partir dos conselhos estaduais, municipais e até locais de turismo, e envolvendo entidades representativas do turismo, organizações não-governamentais, associações de moradores e demais movimento social, certamente pressionará o poder público a propiciar condições para a materialização dos efeitos e impactos esperados.
3. Grande parte dos investimentos do PRODETUR/NE I foram na reforma e ampliação de aeroportos, a maior parte deles sob administração da INFRAERO. Esta instituição se mostrau competente na gestão e manutenção dos aeroportos nacionais e internacionais sob sua administração, o que contribuiu favoravelmente à sustentabilidade dessas ações. Além disso, os

investimentos em aeroportos são os que têm mais eficientemente alcançado os efeitos e impactos esperados.

4. Um outro instrumento que possibilitará a efetividade dos efeitos e impactos do Programa é a implementação dos sistemas de gestão de qualidade socioambiental.

2.3.2.5. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas adotadas). Com base em sua experiência neste projeto e tendo em conta a Análise anterior, descreva de forma concisa as medidas adotadas em seu desenho e/ou sua implementação que foram eficazes para melhorar a sustentabilidade do projeto e explique como se conduziu a prática.

1. Consolidação da unidade de implementação de programas de infra-estrutura e de fortalecimento institucional no BNB, bem como das unidades executoras estaduais. A continuidade da estrutura de gestão do Programa contribui fortemente para sua sustentabilidade.
2. Instalação de Pólos Turísticos e respectivos Conselhos de Turismo por iniciativa do BNB, o que propiciou uma importante aproximação dos Órgãos Executores com a sociedade beneficiária das ações do Programa. Essa aproximação tende a acelerar o processo de correção de rumos das ações do PRODETUR/NE I, além de propiciar uma apropriação dos produtos alcançados por parte dos estados e população local. A citada iniciativa do BNB foi bem aceita pelos atores envolvidos no Programa e passou a fazer parte de seu desenho a partir do PRODETUR/NE II.
3. Instituição de mecanismos que proporcionaram condições favoráveis de transparência e boa gestão do Programa, a exemplo da atuação do BNB quanto à condução das aquisições do PRODETUR/NE I.
4. Grande parte dos contratos de Sub-empréstimo assinados ofereciam como garantia a retenção de cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), além de garantia fidejussória da União. Esse procedimento foi essencial para a viabilização dos investimentos do PRODETUR/NE I, além de conferir grande segurança a essas operações de crédito. Com isso, verifica-se 100% de adimplência nos contratos do Programa.
5. Alinhamento dos parceiros em torno dos requisitos e padrões de qualidade exigidos pelo Programa. Para tanto foi importante a assistência à formação das equipes que apoiariam as ações do PRODETUR/NE I em cada Estado, mediante a realização de seminários e outros eventos relacionados à capacitação.
6. Intensificação das ações de articulação objetivando a elevação do Programa à categoria de programa prioritário do Governo Federal.

2.3.2.6. Lições aprendidas para a sustentabilidade (medidas alternativas). A partir de sua experiência neste projeto e tendo em conta as análises anteriores, descreva de forma concisa as medidas alternativas que recomenda ter em conta durante o desenho e/ou a implementação para melhorar a sustentabilidade de futuros projetos.

1. Investimento em capital humano em planejamento, elaboração e análise de programas e projetos da forma a dotar a região de competência técnica e, por conseguinte, obter a confiança das instituições internacionais na formulação e implementação de qualquer programa.
2. Incentivo às parcerias externas e à troca de experiências entre órgãos locais e internacionais, elevando a eficácia de programas dessa natureza.
3. Instituição de mecanismos que proporcionem condições favoráveis de avaliabilidade, de transparência e da boa gestão do Programa.
4. Estabelecimento de canais de comunicação e de participação do cidadão na implementação do

Programa, incluindo uma ouvidoria, sítios na Internet e informações registradas em textos, cartilhas ou outros meios.

Necessidade de maior comprometimento das instituições quanto à manutenção das ações e benfeitorias alcançadas.

2.3.2.7. Plano de Sustentabilidade. Tendo em conta as análises anteriores, descreva as ações concretas que o País Mutuário e/ou o Banco deveriam realizar durante o próximo ano para assegurar a sustentabilidade dos futuros impactos, efeitos, produtos, ações e/ou serviços identificados.

1. Priorizar as ações de consolidação do desenvolvimento turístico nos pólos beneficiados pela primeira fase do Programa, com a complementação de investimentos em planejamento e gestão municipal, capacitação, bem como a conclusão de projetos de obras inacabadas ou de mitigação dos passivos ambientais daquela fase.
2. Estabelecer, no âmbito das Unidades Executoras Estaduais, grupos de contatos com as secretarias de planejamento, da fazenda e do turismo no sentido de dar conhecimento dos projetos e ações priorizados pelo Programa, a fim de assegurar os devidos espaços em cada uma dessas secretarias.
3. Implementar um eficiente modelo de gerenciamento do Programa de modo a monitorar a execução das ações em tempo hábil e coordenar eficientemente a atuação da equipe do BNB, das Unidades Executoras Estaduais e dos Órgãos Executores Locais.
4. Treinar as equipes do BNB, das Unidades Executoras Estaduais e dos Órgãos Executores Locais para a compreensão e utilização do sistema de gerenciamento do Programa e das normas a ele estabelecidas.
5. Coordenar as diversas instâncias de participação social do PRODETUR/NE (portal na Internet, consultas e audiências públicas, seminários regionais, fóruns de discussão, reuniões dos conselhos de turismo) de modo a extrair informações relevantes para a gestão do Programa no nível local, estadual e regional.

2.3.2.8. Qualificação da Sustentabilidade do Projeto. Com base nas análises previas e as perspectivas do Plano de Sustentabilidade, qualifique a probabilidade de que o projeto seja sustentável durante os próximos três (3) anos:

* [ ] Muito Provável (MP) [X] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

(Explique sua qualificação):

Em que pese os esforços envidados por todas esferas de governo, a conjuntura externa favorável (com fluxo turístico crescente e disponibilidade de recursos para financiamento) e a fragilidade financeira e fiscal dos Submutuários podem levar a que projetos e ações determinantes da Sustentabilidade não sejam materializados, no âmbito do PRODETUR/NE II, em função da falta de capacidade de endividamento desses Submutuários (Estados e Municípios).

*** Parâmetros**

Classificação	Critérios
Muito Provável (MP)	A maioria dos fatores que incide na sustentabilidade foi incluída no esboço do projeto; durante a execução do projeto avançou-se solidamente em sua institucionalização; ao terminar o projeto foram previstas as ações futuras necessárias para assegurar a sua sustentabilidade, e, observa-se importante compromisso das autoridades nacionais por manter o fluxo contínuo dos produtos do projeto.
Provável (P)	Alguns fatores que incidem na sustentabilidade foram incluídos no desenho do projeto. Durante a sua execução foram feitos alguns esforços para a sua institucionalização e ao terminar o projeto foram previstas as ações futuras necessárias para assegurar a sua sustentabilidade.
Pouco Provável (PP)	Alguns fatores que incidem na sustentabilidade foram incluídos no desenho do projeto; durante a execução do projeto foram feitos poucos esforços para a sua institucionalização e ao terminar o projeto não existe clareza sobre as ações futuras que serão tomadas para assegurar a sua sustentabilidade.
Improvável (I)	Não existem bases que permitam esperar que o projeto seja sustentável. Os fatores que incidem na sua sustentabilidade não tiveram atenção, nem na elaboração do projeto, nem durante a sua execução. Não são observados avanços para a institucionalização do projeto, nem foram previstas as ações futuras necessárias para assegurar a sua sustentabilidade.

2.4. DESEMPENHO DO EXECUTOR

2.4.1. Desempenho do Organismo Executor em áreas críticas. Avalie o desempenho do Organismo Executor (incluindo co-executores e a Unidade Coordenadora / Executora do projeto) nas seguintes áreas:

1. Participação e qualidade de suas contribuições durante o desenho do projeto	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
2. Organização da Unidade Coordenadora / Executora do projeto (pessoal, infra-estrutura, coordenação, comunicação, etc.)	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
3. Coordenação e integração da Unidade Coordenadora / Executora de Projeto com o Organismo Executor	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
4. Monitoramento e avaliação de resultados (linha de base, sistemas, procedimentos, recopilação, Análise e reporte de informação, etc.)	Baixa ← [X] [ ] [ ] [ ] → Alta [ ] N/A
5. Capacidade gerencial e processo de tomada de decisões da Unidade Coordenadora / Executora de Projeto	Baixa ← [ ] [X] [ ] [ ] → Alta [ ] N/A
6. Cumprimento oportuno de políticas, procedimentos do Banco e cláusulas contratuais.	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
7. Gerencia financeira (disponibilidade de recursos de contrapartida, desembolsos, qualidade dos EFAs, etc.)	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A

8. Oportunidade e eficiência na aquisição de obras, bens e serviços de consultoria.	Baixa ← [ ] [ ] [ ] [X] → Alta [ ] N/A
9. Liderança da alta gerencia do Organismo Executor, sentido de propriedade e apoio à execução do projeto.	Baixa ← [ ] [ ] [X] [ ] → Alta [ ] N/A
10. Ações concretas por assegurar a sustentabilidade do projeto.	Baixa ← [ ] [X] [ ] [ ] → Alta [ ] N/A

2.4.2. Lições aprendidas para a organização e funcionamento da UEP (medidas adotadas). A partir de sua experiência neste projeto, identifique que medidas adotadas a respeito da estrutura, organização e processos na Unidade Coordenadora/Executora de Projeto, assim como os perfis de seu pessoal resultaram eficazes e explique como foram levadas à prática.

Em 1996, a Unidade Executora Central foi beneficiada com a inclusão de novos Técnicos que desempenham suas funções em Unidades do Banco localizadas nos Estados onde se executam os projetos do PRODETUR. Essa proximidade contribuiu ainda mais para a agilização dos processos e assistência às Unidades Executoras Estaduais.

Nesse período foram ainda adotadas outras providências com vistas à melhoria do processo, sendo oportuno destacar as seguintes:

1. promoção de encontros técnicos entre as diversas áreas do Banco diretamente envolvidas com o PRODETUR/NE I e equipes técnicas dos Estados;
2. implementação de programas de treinamento para os novos técnicos que se incorporaram ao Programa;
3. Difusão do "modus operandi" do Programa junto às diversas Agências do Banco (uma em cada Estado) que realizam suas operações;
4. Aprimoramento da articulação interinstitucional com os submutuários, nos níveis estaduais e municipais, decorrente da inclusão de um profissional de gestão do Banco do Nordeste no acompanhamento das atividades em cada Estado.

2.4.3. Lições aprendidas para a organização e funcionamento da UEP (medidas alternativas). Com base em sua experiência durante a implementação deste projeto, se em um futuro projeto haverá a possibilidade de redesenhar a estrutura, organização e processos da Unidade Coordenadora/ Executora de Projeto, assim como os perfis de seu pessoal, que medidas alternativas recomendaria para melhorar seu desempenho.

- ✓ Disponibilização de um maior número de técnicos nas áreas de atuação do Programa para articulação com o mutuário, visando facilitar o esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de soluções e boas práticas;
- ✓ Retorno tempestivo quanto aos relatórios contratuais apresentados pelo executor, possibilitando o aperfeiçoamento desses documentos em tempo hábil;
- ✓ Estabelecimento de um cronograma sistemático de visita do especialista do BID ao órgão executor para acompanhamento da evolução do Programa;
- ✓ Promoção de encontros sistemáticos com o executor e submutuários para avaliação da execução do Programa e disseminação de boas práticas e recomendações de correção de rumo, se for o caso.

2.4.4. Qualificação do desempenho do Organismo Executor. Com base na Análise de Desempenho realizada nesta seção, nos resultados alcançados, assim como na eficiência na implementação do projeto qualifique o desempenho do Organismo Executor:

[ ] Muito Satisfatório (MS) [X] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

(Explique sua qualificação):

O desempenho do Órgão Executor (BNB) em termos globais foi satisfatório pelo fato de ter estruturado a agência executora diante de desafios e de complexidades maiores do que o esperado, do ineditismo do Projeto e por ter conseguido alcançar os objetivos inicialmente planejados.

Na operação considerada o BNB desempenhou as funções de Mutuário, Agente Financeiro e Executor, tendo a seguinte avaliação:

Executor:

No que toca ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) o desempenho do BNB foi satisfatório tendo exercido a análise dos Projetos seguindo os termos do ROP, muito embora tenha sido observada morosidade por parte dos demandantes e beneficiários do Programa (Estados).

No que toca a supervisão esta se deu de forma satisfatória em termos globais, muito embora se tenha observado maior eficiência neste aspecto nas ações voltadas a realização de grandes obras de infra-estrutura, como no componente Melhoramento de Aeroportos, e uma supervisão que poderia ser aperfeiçoada nos aspectos relacionados a TI e ambientais das demais ações.

No que toca ao exercício das funções fiduciárias, tanto em aquisições, quanto em comprovações financeiras o desempenho foi muito satisfatório tendo superado as expectativas originais, não tendo sido observados problemas nestes temas durante todo o período de execução do Programa.

No que toca ao relacionamento com a sociedade civil, o desempenho inicialmente insatisfatório que descentralizava esta função aos Estados beneficiários foi fortalecido durante a execução, com a criação dos Conselhos de Turismo fomentada pelo BNB e que atenderam as necessidades reinantes à época.

Mutuário

O BNB manteve um relacionamento satisfatório com o BID e com os Estados participantes, tanto no cumprimento das obrigações contratuais, quanto no atendimento das questões institucionais, financeiras e legais por ocasião da execução.

Agente Financeiro

No exercício desta função, o BNB, foi extremamente prejudicado por força das sucessivas alterações no Marco Regulatório Nacional (Resoluções 69 e 78, do Senado Federal, Lei de Responsabilidade Social – LRF e Resoluções do Banco Central relativas à convergência das regras brasileiras e Resoluções da STN).

Observou-se que o BNB foi eficiente na absorção dessas mudanças e teve, portanto, atuação satisfatória neste aspecto, contratando, na medida das possibilidades, os Subemprestimos nos

montantes em que o contexto fiscal e monetário do país permitia.

Tendo em vista a arquitetura do Programa que comtempla tanto a vertente de um Programa Global de Investimentos Multiplos, assim como, caráter de um Programa Global de Credito para o setor público, se faz necessário avaliar os Estados participantes também na qualidade de Sub-mutuários, do mesmo modo, como Sub-executores. Nesse sentido, quanto aos 09 Estados da Região participantes do Programa se apresenta a seguinte avaliação:

Sub-mutuários

Dos 09 Estados da Região, 01 teve seu desempenho muito satisfatório, 04 desempenharam as funções de Sub-mutuário satisfatoriamente e 04 obtiveram desempenho insatisfatório. Estas funções englobam: i) capacidade de endividamento; ii) margem de poupança líquida para o aporte de recursos local; iii) situação fiscal de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais resoluções do Congresso e do Tesouro; iv) capacidade de instrução dos procedimentos necessários a execuçãoç v) disponibilidade de informações e documentação fiscal; vi) autorizações legislativas; vii) propensão ao investimento no setor, amparado nas Estratégias de Governo.

Sub-executores

Dos 09 Estados da Região, 01 demonstrou desempenho muito satisfatório nas funções de Sub-executor, 04 desempenharam as funções de Sub-mutuário satisfatoriamente e 04 obtiveram desempenho insatisfatório. Estas funções englobam: i) preparação das estratégias para o turismo; ii) preparação e apresentação dos Projetos; iii) articulação entre as várias entidades estaduais envolvidas; iv) supervisão dos projetos financiados; v) apresentação tempestiva dos Relatórios de Progresso e demais informações necessárias ao monitoramento e avaliação do Programa.

A assimetria entre os estados participantes se constituiu e prossegue se constituindo no principal obstáculo a execução deste Programa, assim como, acarretam expressiva sobrecarga as funções desempenhadas pelo BNB.

2.5. BASES PARA A AVALIAÇÃO EX POST

2.5.1. Previsões para a avaliação ex-post. Se esta operação, de acordo com o Contrato de Empréstimo, requer uma avaliação ex-post, proporcione a seguinte informação sobre as previsões tomadas (revisar acordos entre o Banco, Mutuário e Executor na Ajuda Memória do Taller de Terminação de Projeto):

Esta exigência foi dispensada pelo BID, conforme resolução de Diretoria.

Por ocasião das Missões de Revisão de Carteira dos exercícios de 1995 e 1996 foi informado ao mutuário e, neste caso, executor a dispensa deste requisito contratual e de pronto manifestado pelo executor sua concordância.

Entretanto, como se trata de um programa federal foi realizada pelo TCU uma avaliação global do PRODETUR/NE I em 2004, o que foi considerado pelo Banco uma avaliação ex-post. Elementos dessa avaliação foram incorporados ao longo desse PCR.

1. O Contrato de empréstimo requer uma avaliação ex-post para [X] Não [ ] Sim

esta operação?	
2. Para que data está programada?	Data início: n/a Data Término: n/a
3. Quem é o responsável por realizar a avaliação ex-post?	[ ] Banco [ ] Mutuário
4. Quanto é o custo estimado?	USD$
5. Qual é a fonte dos recursos financeiros para a avaliação ex-post?	[ ] Recursos de empréstimo BID [ ] Recursos do Mutuário [ ] Outra Fonte

Se os recursos provêm de outra fonte, especifique qual:
➔

2.5.2. Análise de capacidade para a avaliação ex-post. Analise a capacidade do Organismo Executor, assim como sua infra-estrutura e processos de informação para coletar, analisar e relatar a informação sobre o alcance dos futuros efeitos e impactos do projeto, e os principais fatores que possam facilitar ou obstaculizar esta avaliação.

➔ Muito embora não esteja prevista a realização de uma avaliação EX-POST do PRODETUR/NE I, observa-se que o BNB está estruturado para a realização da mesma.

2.6. OUTRAS LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

De forma adicional às lições aprendidas já registradas nas seções anteriores deste informe, em seguida serão apresentadas/registradas outras lições aprendidas e recomendações que possam ser úteis para o desenho e a implementação de novos projetos:

- ✓ Variação cambial positiva de 184% entre 1996 e 2003. Sugerimos que, diante de variações cambiais que sejam significativas (cerca de 20%), haja uma previsão de revisão dos termos constantes do Contrato de Empréstimos (extensão do prazo de execução ou cancelamento de recursos). O valor comprometido em Real caiu para um terço devido à variação cambial no período e o PRODETUR/NE I ampliou o número de propostas recebidas, incorporou novos investimentos nas propostas já autorizadas e criou um novo componente de investimento e ainda assim não executou todo o recurso disponível.

- ✓ Os Projetos apresentados ao PRODETUR/NE I continham muitos problemas de concepção. Sugerimos que o processo de apresentação de propostas seja totalmente informatizado, que sejam realizadas visitas *in loco* para a verificação das informações prestadas e que somente sejam aceitos subprojetos contidos nos Planos Diretores de Investimentos.
- ✓ O PRODETUR/NE I, apesar do montante investido e do grande número de produtos e serviços prestados ficou pouco conhecido pela sociedade. Sugerimos que os próximos projetos empreguem melhores canais de comunicação/divulgação junto à sociedade.
- ✓ Existência de dificuldades para a licitação de acordo com as regras do Banco. Sugerimos que a capacitação ostensiva das Comissões de Licitação envolvidas.
- ✓ Projetos complexos e descentralizados como PRODETUR/NE I, com muito beneficiários devem ter um modelo de avaliação aprovado pelo Banco antes de sua aprovação, suportado

por um sistema de informação integrado.

- ✓ Projetos de investimentos desta natureza devem contemplar um componente de formação bastante amplo, que responda a todas as necessidades de capacitação.
- ✓ Os municípios são os atores mais diretamente afetados pelo incremento da atividade turística, donde recomenda-se estimular a participação mais efetiva dos representantes municipais e organizações sociais mais atuantes nessa esfera durante o desenho e a implementação de Programas.
- ✓ Fragilidade nas administrações locais indicam a necessidade de fortalecimento das instituições municipais nos aspectos relativos à administração, planejamento e gestão ambiental e turística, quando do desenho de novos programas.
- ✓ Dificuldades enfrentadas pelos executores no entendimento e aplicação das normas do PRODETUR/NE requer que sejam elaborados Manuais de Procedimentos com claro conteúdo quanto à elegibilidade das ações e à elaboração, execução e acompanhamento de projetos. Tais manuais devem especificar melhor as condições para a aprovação dos projetos e deve estar associados ao Regulamento Operativo do Programa.
- ✓ A efetiva participação social na implementação do Programa deve ser almejada, buscando-se não somente criar diferentes mecanismos de participação da sociedade beneficiária no planejamento e execução das ações, mas também tornar os mecanismos criados eficientes na extração de informações relevantes para a correção de rumos na gestão do PRODETUR/NE.
- ✓ A diminuição do risco e otimização do processo burocrático dos processos de desembolso pode ser alcançada com a implementação de procedimento no qual os pagamentos aos órgãos executores de ações do Programa sejam feitos diretamente pelo BNB, levando os executores de projetos acima de uma determinada cifra, por exemplo US$ 1,0 milhão, a abrir conta corrente no BNB para a realização dos pagamentos.
- ✓ Buscar a implementação de um eficiente modelo de gerenciamento do Programa é importante para o monitoramento da execução das ações em tempo hábil e coordenação eficientemente da atuação da equipe do BNB, das Unidades Executoras Estaduais e dos Órgãos Executores Locais.

Anexo 1-A
Matriz de Financiamento Original e Atual

Categoria de Investimento	Original			Atual			Percentual de Realização*		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1. Engenharia e administração	15.000	37.300	52.300	2.371	20.395	22.766	15,8%	54,7%	43,5%
1.1 Estudos	15.000	2.000	17.000	2.371	8.700	11.071	15,8%	435,0%	65,1%
1.2 Supervisão	0	18.300	18.300	0	3.744	3.744	0%	20,5%	20,5%
1.3 Administração	0	17.000	17.000	0	7.951	7.951	0%	46,8%	46,8%
2. Desenvolvimento institucional	18.800	11.200	30.000	16.010	5.777	21.787	85,2%	51,6%	72,6%
3. Custos diretos de obras múltiplas	252.200	46.400	298.600	269.540	100.107	369.647	106,9%	215,7%	123,8%
3.1 Saneamento	123.150	22.750	145.900	118.256	43.012	161.268	96,0%	189,1%	110,5%
3.2 Administração de resíduos sólidos	8.550	2.050	10.600	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
3.3 Recuperação e proteção ambiental	19.500	3.900	23.400	6.304	14.246	20.550	32,3%	365,3%	87,8%
3.4 Transportes	71.000	11.800	82.800	109.944	32.253	142.197	154,9%	273,3%	171,7%
3.5 Recuperação do patrimônio histórico	30.000	5.900	35.900	35.036	10.596	45.632	116,8%	179,6%	127,1%
4. Aeroportos	110.000	110.000	220.000	108.681	114.779	223.460	98,8%	104,3%	101,6%
5. Custos de operação	0	9.500	9.500	0	5.383	5.383	0%	56,7%	56,7%
5.1 Aquisição de terras	0	7.800	7.800	0	5.383	5.383	0%	69,0%	69,0%
5.2 Relocalização de população	0	1.700	1.700	0	0	0	0%	0,0%	0,0%
6. Contingências	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
6.1 Contingências físicas	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
6.2 Variações de preços	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
7. Custos financeiros	4.000	55.600	59.600	2.056	84.817	86.873	51,4%	152,5%	145,8%
7.1 Juros	0	49.500	49.500	0	75.158	75.158	0%	151,8%	151,8%
7.2 Comissão de crédito	0	6.100	6.100	0	9.659	9.659	0%	158,3%	158,3%
7.3 Inspeção e supervisão	4.000	0	4.000	2.056	0	2.056	51,4%	0%	51,4%
TOTAL	**400.000**	**270.000**	**670.000**	**398.658**	**331.258**	**729.916**	**99,7%**	**122,7%**	**108,9%**

Fonte: Base de dados do Banco do Nordeste

Anexo 1 - B
Calendário de Investimentos

ANOS	Original			Atual			% de Realização*	
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	TOTAL
1993	0	0	0	0	269	269	0,0%	0,0%
1994	0	0	0	0	556	556	0,0%	0,1%
1995	60.000	31.928	91.928	0	2.573	2.573	0,0%	0,5%
1996	100.000	57.308	157.308	22.200	19.140	41.340	5,6%	6,1%
1997	140.000	104.085	244.085	78.184	52.704	130.888	25,2%	24,1%
1998	60.000	44.753	104.753	79.849	54.467	134.316	45,2%	42,5%
1999	40.000	31.928	71.928	79.533	62.627	142.160	65,2%	61,9%
2000	0	0	0	62.885	43.432	106.317	80,9%	76,5%
2001	0	0	0	28.100	23.507	51.607	88,0%	83,6%
2002	0	0	0	17.095	52.070	69.165	92,3%	93,1%
2003	0	0	0	8.002	8.903	16.905	94,3%	95,4%
2004	0	0	0	19.176	8.685	27.861	99,1%	99,2%
2005	0	0	0	3.633	2.325	5.958	100,0%	100,0%
TOTAL	**400.000**	**270.000**	**670.000**	**398.658**	**331.258**	**729.916**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Base de dados do Banco do Nordeste

Anexo 1 - C
Informação Financeira e Estados Financeiros Auditados

(Especialista Financeiro Responsável COF/CBR: Mônica Merlo)

1. Capacidade do Organismo Executor. Avalie em termos gerais a capacidade do Organismo Executor para administrar os recursos do projeto de forma eficiente e transparente (sistemas de informação, procedimentos, capacidade do pessoal, etc).

BNB
A entidade cumpriu regularmente com a apresentação dos relatórios financeiros, ou seja :

- ✓ Foram apresentados sistematicamente os relatórios semestrais do Fundo Rotativo desde seu primeiro desembolso.
- ✓ Relatórios contendo a Demonstração de Aporte Local Anual.
- ✓ Plano anual de Investimentos.
- ✓ Estados Financeiros Auditados.
- ✓ Foram apresentados, anualmente, com base em extensa documentação coletada junto aos Estados relatórios de manutenção das taxas e tarifas, os quais foram considerados satisfatórios pelo Banco.
- ✓ A Cláusula de Tarifas neste Programa Global foi cumprida à medida que eram revisados os elementos pertinentes por ocasião da concessão dos Contratos de Subempréstimo as concessionárias da região, os quais foram acompanhados pelo Banco durante todo o período de execução.

2. Sistema Contábil e Controle Interno. Avalie a eficácia dos sistemas contábil e de controle interno que utilizou o Organismo Executor durante a implementação do projeto para produzir informação financeira confiável e de forma oportuna.

O órgão executor manteve um sistema de controles internos financeiros e administrativos (SISTEMA 054 - PRODETUR GERENCIAL), que atendeu de forma satisfatória as informações solicitadas pelo Banco e necessárias ao gerenciamento do Programa.

3. Qualidade da informação financeira. Avalie a qualidade da informação financeira que o Organismo Executor apresentou ao banco durante a implementação do projeto (Relatórios de Progresso, Relatório de Fundo Rotativo, Estados Financeiros, etc.).

As informações financeiras que o órgão executor apresentou ao BID foram de ótima qualidade e consideradas satisfatórias ao cumprimento das obrigações constante no Contrato a esse respeito.

4. Estados Financeiros Auditados. Tendo em conta a história registrada no LMS sobre as qualificações dos Estados Financeiros Auditados (Limpa, Ressalvas, Negação, Abstenção), avalie em termos gerais a qualidade e oportunidade dos EFAs.

As EFAs apresentadas não apresentaram ressalvas siguinificativas.

5. Lições Aprendidas. Registre as principais lições aprendidas, a partir da execução desta operação, relevantes para melhorar a administração financeira e contábil de futuras operações.

Para o melhor controle por parte do BNB e otimização das tarefas relativas a execução financeira recomenda-se a implementação de procedimento no qual os pagamentos aos órgãos executores de ações do Programa sejam feitos diretamente pelo BNB, levando os executores de projetos acima de uma determinada cifra, por exemplo, US$ 1,0 milhão, a abrir conta corrente no BNB para a realização dos pagamentos, com isso os relatórios seriam gerados automaticamente sem a necessidade de espera da confirmação dos pagamentos, o que tornaria a realização de desembolsos mais ágeis e menos espaçados.

Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)

País: Brasil

Setor/Subsetor: Turismo/Investimento

Equipe de Projeto Original: Raúl Tuazon, (RE1/EN1), Chefe de equipe de projeto; Bernadete Buchsbaum (LEG); Guillermo Collich (RE1/FI1); Arthur Darling (RE1/EN1); Hugo De Oliveira (RE1/EN1); Marcio Gomes (RE1/SC1); Juan Luna-Kelser (RE1/EN1); Héctor Malarín (RE1/EN1); Jaime Mano (COF/CBR); Gerardo Martínez-Freyssinier (COF/CBR); e Maria Cláudia Perazza (RE1/EN1). Antonio Almagro (RE1/EN1) e María Margarita Orozco, Assistente de projeto (RE1/EN1)

Número do Projeto: BR0323

Número de Empréstimo:1392/OC-BR

Data do CRG: a ser fixada pelo BID

Data de Aprovação Final: 04/03/2002

Autor Principal e Membros:
Equipe PCR: Joseph Christofer Milewski, (RND/CBR), Chefe de Equipe; Maria Cláudia Perazza (INE/RND), co-chefe de equipe; Wesney Nogueira Bazílio (CSC/CBR), analista de operações.
Consultor: Antônio Carlos Tatit Holtz

Versão final (10 de outubro de 2012)

VPC/PDP

Acrônimos e Abreviações

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
BA	Estado da Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Estado do Ceará
CIP	Centro de Informações ao Público
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado Regional Nordeste
ECG	Equipe Central de Gestão
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FNE	Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MG	Estado de Minas Gerais
MP	Ministério Público
MTUR	Ministério do Turismo
PCR	Relatório de Término de Projeto
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária
PNAFM	Programa de Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
POA	Plano Operativo Anual
PRODETUR/NE I	Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste I
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Estado do Rio Grande do Norte
R.O.	Regulamento Operacional
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
Subempréstimo	Empréstimo concedido pelo BNB a um Estado ou Município
Submutuários	Estados que participam do PRODETUR/NE II
TIRE	Taxa Interna de Retorno Econômico
UEE	Unidade Executora Estadual
VPL	Valor Presente Líquido

Índice

I. Informação Básica 1

II. O Projeto 2

a. Contexto do Projeto 2
b. Descrição do Projeto 2

i. Objetivos de Desenvolvimento 3

ii. Componentes 3

III. Resultados 3

a. Efeitos Diretos 3
b. Externalidades 5
c. Produtos 7
d. Custos do Projeto 9

IV. Implementação do Projeto 11

a. Análise de Fatores Críticos 11
b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora 14
c. Desempenho do Banco 14

V. Sustentabilidade 15

a. Análise de Fatores Críticos 15
b. Riscos Potenciais 15
c. Capacidade Institucional 16

VI. Monitoramento e Avaliação 16

a. Informação sobre Resultados 16
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post 17

VII. Lições Aprendidas 17

Anexos

I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US$)

N0 PROJETO: BR0323

TITULO: ***Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)***

Mutuário: Banco do Nordeste - BNB
Agência Executora (AE): Banco do Nordeste - BNB

Empréstimo (s): 1392/OC-BR
Setor: Turismo

Instrumento de Empréstimo: Investimento

Data da Aprovação pelo Diretório: 04/03/2002
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 27/09/2002
Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 12/01/2004

Meses em Execução: 120
*** Desde a aprovação: 120**
*** Desde a efetividade do contrato: 114**

Períodos de Desembolso
Data Original de Ultimo Desembolso: 27/09/2007
Data Atual de Ultimo Desembolso: 27/03/2012
Extensão Acumulada (Meses): 54
Extensão Especial (Meses):

Montante do Empréstimo(s)
*** Montante Original: US$240 milhões**
*** Montante Atual: US$240 milhões**
*** Pari Passu (se aplicável): 60 % / 40%**
Desembolsos
*** Montante atual:** 99,93(%)
Custo total do projeto (estimativa original): US$400 milhões

Redirecionamento
Tem este Projeto redirecionamento?
Fundos recebidos de outro Projeto [ ]
Fundos mandados para outro Projeto [ ]
N/A [X]

Para/De Número do Projeto	Para Número do Sub empréstimo	Montante

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim
Equidade Social (SEQ): Sim
Classificação Ambiental: B

Em estado de "Alerta"

Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	[ ] Muito Provável (MP)	[**P**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)
PI	[ ] Muito Satisfatório(MS)	[**S**] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório(I)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[ ] Muito Provável (MP)	[**P**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

Já na década dos 1990, o Nordeste era um destino turístico emergente, por possuir vantagens comparativas próprias dos baixos custos de trabalho e de suas atrações, sendo seu clima seco e suas escassas precipitações pluviais ativos importantes para o turismo "de sol e praia". Ademais, a região já havia começado a enfrentar seus problemas de infraestrutura insuficiente através do PRODETUR/NE I.

Um fato importante ocorrido durante a execução do PRODETUR/NE II foi a conclusão dessa primeira fase, ocorrida em 2005, que trouxe lições importantes para a execução do presente Programa. A partir de estudos realizados na ocasião, concluiu-se que o PRODETUR/NE I estimulou novos investimentos e contribuiu ao crescimento econômico da região. Não obstante, a afluência de turistas e de imigrantes gerou problemas ambientais e sociais em várias municipalidades que deviam ser enfrentados.

Ficou clara a necessidade de um programa que tomasse em conta um processo de planejamento turístico integral e participativo e o estabelecimento no nível local, antes da realização de qualquer investimento em infraestrutura, de adequada capacitação administrativa, e de adoção de planejamento ambiental e fiscal. Os ensinamentos obtidos durante a execução do PRODETUR/NE I, levaram à adoção do conceito de polo turístico para garantir que os investimentos futuros fossem mais sustentáveis e responsáveis. Estando o Banco participando dessa primeira fase de financiamento, foi natural a sua escolha para essa nova parceria.

A ideia de desenvolver um programa de desenvolvimento do turismo na região Nordeste do Brasil como meio de melhorar a qualidade de vida dos residentes está escorada na expectativa de que isso possa ser conseguido através da geração e adequada gestão de um maior aporte financeiro proveniente do turismo.

Assim decidiu-se na ocasião que o programa seguiria respaldando o setor turístico na Região mediante o financiamento de investimentos de infraestrutura e de gestão turística necessários para uma adequada prestação de serviços públicos, acoplada ao crescimento previsto do turismo na região e tendente a melhorar a qualidade de vida da população local.

No início de 2002 foi assinado o Contrato BID/BNB para operacionalização do Programa e foram dadas as autorizações do Senado Federal para a contratação da garantia da União ao Empréstimo e a concessão do aval da União aos submutuários para superar o problema existente de limite de financiamento estatal por parte do BNB, uma demonstração do grande interesse e empenho do país na execução do Programa. O Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, firmado entre o BNB e o BID, foi celebrado em 27.09.2002, com prazo final original de desembolsos para 27.09.2007, prazo este que foi prorrogado duas vezes.

Segundo informações do BNB (Informe Técnico ETENE, Macroeconomia, Indústria e Serviços, N° 3, Março de 2011), o segmento turístico cresceu bastante entre 2002 e 2010., ajudando a enfrentar problemas como a captação de divisas de forma rápida, geração de empregos e redução da pobreza e das desigualdades. Com base no Valor Adicionado, estimado pelo IBGE (Contas Regionais 2005-2009, disponível em: www.ibge.gov.br), os setores Alojamento e alimentação e Transporte, aqui utilizados como Proxy da atividade Turismo, representa 6,3%, 7,9% e 6,7% do total dos estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte, respectivamente, para o ano de 2009.

b. Descrição do Projeto

O objetivo geral do programa, conforme descrito no Anexo A do Contrato de Empréstimo, foi de melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que dele são participantes.

Entendem-se como polos turísticos os grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável. Os polos turísticos permitem aos

municípios captar, através do Programa, benefícios turísticos, ambientais e sociais (estadias mais prolongadas na região, gestão ambiental e uma utilização mais eficiente de recursos alocados à infraestrutura pública e "comercialização" pública) que poderiam se perder se atuassem em forma individual.

O Programa, que foi executado pelo Banco do Nordeste em parceria com o Governo Federal e os Governos Estaduais representa, portanto, a convergência de ideias e ações para a realização de investimentos na infraestrutura turística de seis Estados do Nordeste.

i. Objetivos de Desenvolvimento

Os objetivos específicos do Programa consistem em aumentar as receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios. O Programa inclui ações nos âmbitos municipal e estadual para assegurar o desenvolvimento turístico auto sustentável e responsável das áreas em que se financiem projetos com recursos do Empréstimo.

ii. Componentes

O Programa está organizado com três componentes:

Componente 1. *Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo*, com atividades orientadas para garantir que o governo local e a população disponham de instrumentos adequados e desenvolvam a capacidade para manter e incrementar as atrações turísticas e os serviços locais necessários para o crescimento por longo prazo do turismo.

Componente 2*. Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico*, desenhado para assegurar que os Estados tenham a capacidade de planejamento e funcionamento para realização das atividades turísticas a seu cargo, assim como possam dispor da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do seu setor turismo.

Componente 3. *Promoção de Investimentos do Setor Privado*, com o objetivo de promover e ampliar a integração do setor privado como agente complementar do processo de financiamento do investimento público no desenvolvimento dos polos de turismo.

III. Resultados

Apesar da intenção inicial do Prodetur/NE II abranger os 09 (nove) estados da região Nordeste, além de polos turísticos no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, por questões relacionadas com as condições prévias para contratação dos subempréstimos (BNB-Estados), a totalidade dos recursos do financiamento acabou sendo comprometida através de contratos de subempréstimo em 06 (seis) Estados, que se encarregaram de executar as obras e projetos componentes do Programa.

Por este motivo, os 10 polos turísticos escolhidos e que receberam recursos do Prodetur/NE II, aos quais se referirá o relatório daqui para frente, foram: do Descobrimento, que engloba a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, Polo Litoral Sul, Polo Salvador e Entorno e o Polo da Chapada Diamantina, no estado da Bahia; do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; Polo Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte; Polo Costa dos Arrecifes, em Pernambuco; Polo Costa do Sol, no Ceará; e Polo Costa do Delta, no Piauí. Considerando que o Estado de Sergipe não cumpriu as condições prévias necessárias para participar do Prodetur/NE II, os projetos do polo Costa dos Coqueirais que constavam na amostra inicial de projetos foram retirados da amostra de análise, assim como da avaliação do Programa.

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)
Objetivos de Desenvolvimento (Propósito):

1. Melhorar a qualidade de vida da população residente nos Polos Turísticos.

Classificação: **P**

Indicadores Chaves de Efeitos Diretos

Efeitos Diretos Planejados:	**Efeitos Diretos Obtidos para Municípios que receberam recursos do PRODETUR/NE II**
1.1 Emprego direto no turismo na região (alojamento e alimentação) aumenta nos municípios atendidos nos polos:	1.1 Dados do RAIS mostram um crescimento de 51% entre 2004 e 2010 para o conjunto dos polos, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, que cresceu 75%, e para o polo do Piauí, onde o emprego no turismo cresceu 80%.
1.2 Incremento sustentado na arrecadação do ISS dos municípios dos polos em relação a arrecadação total do município:	1.2 Dados obtidos pelo ETENE na Secretaria do Tesouro Nacional – STN mostram que a arrecadação do ISS a preços constantes cresceu a uma taxa média de 20,3% ao ano para o conjunto dos polos, quando a arrecadação total cresceu 8,4% ao ano;
1.3 Incremento sustentado na arrecadação do IPTU dos municípios dos polos em relação à arrecadação total do município:	1.3 Dados obtidos pelo ETENE na STN mostram que a arrecadação do IPTU a preços constantes de 2010 para o conjunto dos polos cresceu a 19,3% ao ano, tendo, no entanto, a sua participação na arrecadação total caído de 24% para 21%;
1.4 Remuneração média da mão de obra em alojamento e alimentação cresce em relação ao Salário Mínimo.	1.4 Dados obtidos pelo ETENE mostram que somente a remuneração média dos que ganham entre um e dois salários mínimos cresceu de 77,7% em 2006 para 81,2% em 2010 em relação ao salário mínimo.

2. Aumentar de maneira sustentável a renda gerada pelo turismo nos polos através do crescimento das receitas provenientes da atividade turística e da melhora da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios

Classificação: **P**

Indicadores Chaves de Efeitos Diretos:

Efeitos Diretos Planejados:	**Efeitos Diretos Obtidos**
2.1 Aumento do número de turistas – movimentação de passageiros nos aeroportos das capitais do Programa Ano 2004 2007 Término de Projeto 12.054.000 17.000.000 20.000.000	2.1 Dados colhidos com a INFRAERO mostram que a movimentação nas capitais que receberam recursos do Programa chegou a 29.599.300 passageiros em 2011 , superando de longe a meta.
2.2 Aumento do número de unidades habitacionais nas capitais dos polos Ano 2004 2007 Término de Projeto 51.304 58.549 70.000	2.2 De acordo com dados obtidos com os órgãos oficiais de turismo do Nordeste, o número de unidades habitacionais chegou a 56.586 em 2007 e a 59.889 em 2009.
2.3 Aumento da taxa média de ocupação hoteleira nas capitais dos polos Ano 2004 2007 Término de Projeto 55,8% 57,1% 65%	2.3 Dados obtidos no GTP/CTI NE e ABIH a taxa de ocupação chegou a 60,9 % em 2009.
2.4 Aumenta a participação do Produto Interno Bruto de Serviços no PIB Total, saindo de 65,5% em 2004 para 70% no fim do Programa.	2.4 Os Serviços chegaram a 71% do PIB em 2011 na Região Nordeste.
2.5 O número de estabelecimentos no ramo de alimentação e hospedagem nos polos aumenta de 13.454 em 2004 para 14.127 no final do Programa.	2.5 O número de estabelecimentos chegou a 15.068 ainda em 2010.

Reformulação.

[ ] N/A

PPMR Retrofitting.

[N/A]

Resumo dos Objetivos de Desenvolvimento Classificação (OD):

[ ] Muito Provável(MP) [**P**] Provável (P) [ ] Pouco Provável (LP) [ ] Improvável (I)

O Programa alcançou a maioria de seus ODs e alguns deles foram superados. A evolução dos indicadores mostrada neste PCR permite afirmar que já está gerando resultados satisfatórios de desenvolvimento.

Interessante comentar que as metas estabelecidas para os indicadores escolhidos são de difícil alcance, por algumas estarem associadas a itens que foram muito dinâmicos no período, como o crescimento da arrecadação total municipal, a evolução do salário mínimo, que por lei, hoje em dia, teve ganho real em relação a inflação. O salário mínimo, por exemplo, aumentou 45,7% entre 2006 e 2010, para uma inflação de 25,6% no mesmo período. Pode-se considerar atingidas as metas fixadas.

Os investimentos realizados no Prodetur/NE II, de uma forma geral, atuaram de forma bastante positiva no sentido de favorecer ao atendimento dos ODs do Programa.

Estratégia de País:

Segundo o Relatório de Projeto a estratégia do Banco para o Brasil determinava quatro prioridades: i) reformar o setor público; ii) aumentar a competitividade; iii) reduzir as desigualdades sociais, e iv) enfrentar problemas de gestão ambiental e de recursos naturais, fazendo ênfase na proteção dos ecossistemas frágeis. O programa executado contribuiu com todos os pilares dessa estratégia, pois respalda os esforços realizados pelo governo para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, gerando empregos e incrementando as rendas, com estratégia de Fortalecimento Institucional dos organismos públicos de turismo. Proporciona uma infraestrutura de transporte e saneamento que beneficia a população local. Aumenta a capacidade dos governos municipais de regular e realizar a gestão financeira dos serviços públicos que beneficiam ao turismo e à população da região. Conduz à introdução de melhores políticas de uso da terra, com o consequente benefício para o meio ambiente. O desenvolvimento do turismo é uma prioridade específica da estratégia de país.

Inicialmente houve escolha de muitos indicadores, evoluindo-se dos 39 (trinta e nove) do Marco Lógico original para um número aproximado de 90 (noventa) deles, o que se tornou inviável acompanhar. De fato, apesar dos esforços voltados para a elaboração do Marco Lógico em 2002, alguns dos indicadores previstos ainda se mostravam de difícil mensuração, tendo em vista dificuldades como:

- a não-implementação do sistema nacional de informações turísticas, que pretendia nivelar as metodologias das pesquisas para composição do banco de dados estatísticos para o turismo;
- a descontinuidade das pesquisas de demanda por parte de alguns Estados, dificultando a construção de série histórica;
- a abrangência da maioria dos dados disponíveis ser estadual ou somente das capitais, não contemplando os municípios localizados no interior dos Estados;
- a falta de padronização de procedimentos para coleta das informações sobre fluxos turísticos;
- a falta de confiabilidade nas informações sobre taxas de ocupação de rede hoteleira, devido à pequena amostra de hotéis que disponibiliza a informação;
- a falta de dados que deveriam ser levantados através das pesquisas de demanda, especialmente quanto às informações sobre o grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, atrativos naturais, qualidade da infraestrutura, segurança pública, e com serviços e equipamentos, em razão da descontinuidade da aplicação da pesquisa por parte dos Estados.

Cumpre informar que na Missão de Revisão de Meio Termo (24 a 27 de março de 2009) foram eliminadas as ações relacionadas com marketing e promoção turística, não iniciadas até aquela data, porque não havia sido realizada pelo Ministério do Turismo a Pesquisa da Demanda Turística, prevista como atividade prévia para a formatação dos Planos de Marketing. Na Visita de Acompanhamento de 27/09 a 07/10/2010, ficou decidido que o BNB faria uma revisão minuciosa dos indicadores de impacto mais viáveis de serem obtidos, inclusive redigindo-os de forma mais clara.

Apesar de tudo isso, na ocasião da preparação do PCR ainda havia vários indicadores de resultados que estavam sem linha de base e sem metas estabelecidas, por falta de geração de dados pelos Estados submutuários do Programa, o que demandou um esforço adicional do BNB para obtê-los, conforme apresentados acima.

Diante das limitações e deficiências anteriormente elencadas, o BNB e o BID selecionaram os indicadores de avaliação do Marco Lógico passíveis de mensuração no estágio atual do Programa, os quais estão apresentados acima e também discutidos no Anexo 4 a este PCR.

Em relação ao Indicador 1.1, devido à mudança feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE na metodologia de Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), as informações na RAIS vêm apresentando divergências que têm afetado também a avaliação do número de estabelecimentos no ramo de alimentação e hospedagem, o que indica a conveniência de examinar melhor este indicador para observações futuras. Até 2007 o CNAE utilizado era o 95 (ou 1.0), mas, a partir de janeiro de 2008, a RAIS passou a ser disponibilizada com a classificação do IBGE CNAE 2.0. Para o caso do PCR (com dados a partir de 2004), o BNB compatibilizou os dados através de uma Tábua de Conversão que o próprio banco de dados do MTE fornece. A única ressalva é o nível de desagregação da informação, pois essa compatibilização não se aplica para o nível mais desagregado.

b. Externalidades

Externalidades Positivas

Sobre o Executor:

Com relação a efeitos positivos do Programa sobre o Executor, destaca-se que o BNB concebeu e implementou um Sistema informatizado para Gerenciamento e Avaliação do Prodetur/NE II, com o intuito de fornecer o suporte tecnológico adequado ao acompanhamento do Programa, o qual foi validado pelo BID. Este sistema aglutina informações acerca da gestão física, financeira e contábil dos projetos no âmbito do Programa, por meio de processos que combinam planejamento, orçamento, demonstrativos financeiros, controles internos, aquisições, desembolsos, desempenho físico e financeiro, entre outros, tendo como subsídio para seu desenvolvimento informações registradas/alimentadas pelo BNB e pelos Estados beneficiários do Programa, fazendo com que o processo de tomada de decisões seja mais seguro, simplificado e ágil.

Com efeito, os trabalhos desenvolvidos pelo BNB para viabilizar o Prodetur/NE I e II, com sua estrutura aperfeiçoada ao longo dos anos, servem de modelo para atuação desse Banco em outros programas de financiamento com o setor público, apoiando a estrutura dos governos estaduais e municipais, em consonância com sua missão como agente catalisador do desenvolvimento sustentável na região Nordeste.

Sobre os Estados e Municípios:
Com relação aos Estados também foram constatados aspectos positivos do Programa durante sua execução e desde seu início, como a indução da criação das Secretarias de Turismo, onde elas não existiam, possibilitando melhor direcionamento do Programa pelas UEEs.

Também resultou positiva a exigência de criação de um Conselho de Turismo para cada Polo, introduzida no Prodetur/NE II para propiciar uma maior participação das comunidades no Programa, representadas pelo diversos membros do Conselho, que agrega setor público federal, estadual e municipal, setor privado e terceiro setor. Têm também o propósito de definir, acompanhar e monitorar as ações do Programa, compartilhando com o Estado os compromissos com a manutenção e com as demais intervenções necessárias para o desenvolvimento do turismo em cada município, em cada Polo.

É inegável que esta exigência contribuiu para o compartilhamento das decisões, o que se verificou com maior intensidade na fase do Planejamento. De fato, um aspecto muito positivo foi que os municípios que integram os Polos do Prodetur/NEII, participaram das oficinas de discussão do PDITS, quando foram identificadas as ações prioritárias para o Programa, ratificadas no Conselho de Turismo onde os Prefeitos têm assento. Entretanto, o processo de participação ocorre de forma gradativa e ainda depende do Setor Público Estadual como indutor desse movimento. Além disso, existe a necessidade de desenvolver um processo institucionalizado de seguimento no planejamento turístico.

Sobre a Sociedade Civil:
Provavelmente um dos destaques da gestão do Prodetur/NE II seja a participação conjunta da sociedade civil, indústria do turismo e as três esferas de governo. A criação do Conselho dos Polos que aprovaram as principais linhas de ação do Programa (inclusive aprovação dos PDTIS) buscou garantir esta participação.

O reforço da participação da sociedade civil no Prodetur/NE II reflete não apenas os resultados da avaliação da fase anterior do Programa, mas principalmente um modelo que vem se consolidando na sociedade brasileira com a criação de conselhos e envolvimentos de organizações não governamentais no processo deliberativo e executivo da gestão pública.

A participação pública não fica restrita ao conselho do Polo porque audiências públicas são feitas antes da contratação/execução de diversas atividades. Isso não significa que não houve problemas com os processos participativos durante o Programa, mas muitos dos problemas enfrentados ocorreram por falta da cultura de participação, cultura que o Prodetur/NE II está ajudando a construir, mas requer um espaço de tempo muito superior ao de um Programa para se consolidar.

Ainda para possibilitar o acompanhamento do Programa por toda a sociedade, o BNB instituiu o Centro de Informações ao Público – CIP, instrumento acessível através da página do banco na

Internet. Recomenda-se uma maior divulgação desse importante instrumento, além da sua constante atualização.

Sobre a Economia Local:
Importante destacar que o Programa proporcionou externalidades positivas relativas às questões econômicas, com o aumento dos empregos e das rendas pessoais e municipais, mesmo durante a sua execução.

No campo, um dos efeitos das obras que são realizadas é o de recuperar a confiança na ação pública. Isso induz ao aumento do investimento privado que também ganha em qualidade, em função do tipo de ação que está sendo conduzida. Os exemplos de localidades como a de Imbassaí na Bahia, são bastante ilustrativos nesse sentido. A execução de obras de melhoramentos urbanos, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, conduziu em geral ao aumento do investimento privado na área e a valorização das propriedades locais.

Fazendo referência específica aos componentes do Programa, foram realizadas obras de saneamento (água e esgotos) nos 06 (seis) estados submutuários, beneficiando cerca de 450 mil pessoas, entre população local e turística (Ver Anexo 5). Também foram implantados, ou melhorados, mais de 400 km de rodovias, favorecendo os acessos aos principais destinos turísticos da maioria dos polos, o que era um dos objetivos do Programa. Mas, além desse benefício programado, pode-se considerar uma externalidade positiva o fato dessas obras terem a faculdade de auxiliar no escoamento da produção local e beneficiar todas as outras atividades regionais.

Sobre Planejamento:
Um ponto interessante de mencionar foi o benefício trazido para os polos pela elaboração dos planos diretores das suas cidades, cuja confecção não pode ser mantida como condição prévia para a contratação de sub-empréstimos, mas propiciou a sua execução ao longo dos anos.

Externalidades negativas:

Por outro lado, não se pode atribuir ao Programa nenhuma externalidade negativa de caráter permanente, tendo ocorrido somente alguns problemas localizados durante a execução de algumas obras, notadamente com relação a aspectos socioambientais, ou pelas remoções de famílias afetadas diretamente pela sua execução.

No que se refere aos eventuais danos ambientais ocorridos em execução de obras, estes foram identificados pela equipe de acompanhamento do Banco do Nordeste, bem como pelas Auditorias Socioambientais, e implementadas medidas corretivas indicadas aos executores.

Quanto aos deslocamento de famílias devido a desapropriações, as devidas indenizações ou reassentamentos foram executados segundo o RO, mesmo que com atrasos, em alguns casos.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	**Indicadores Chaves de Produto:**	
1. Componente 1 *Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo: (Valores em milhares de dólares americanos)* Custo total do Componente 1: US$67.558 Contraparte: US32.650 BID: US$34.907 Desembolso BID:98,23% Classificação: **S**	**Produtos Planejados** 1.1 Municípios dos polos com Planos Diretores Turísticos elaborados, chegando a 53 o número de planos. 1.2 Participação da Receita Própria na Receita Total dos municípios cresce até o término do Programa.	**Produtos Obtidos** 1.1 De acordo com o Ministério do Turismo e BNB foram feitos planos para 47 municípios. 1.2 De acordo com o ETENE, o crescimento da arrecadação própria foi de 115,4% de 2004 a 2010 e sua participação na arrecadação total evoluiu de 19,89% para 22,36%, com um crescimento de 12,4% no mesmo período.

Durante o período de execução do Programa, pensou-se em dividir e agrupar as cidades conforme a sua população, em quatro categorias, até 50.000 habitantes, de 50.000 a 300.000 habitantes, de 300.000 a 1.000.000 de habitantes e de mais de 1.000.000 de habitantes, mas essa ideia foi abandonada devido à maior dificuldade de se obter os dados com tal segmentação.
[ ] N/A

Reestruturação.
[X] N/A

2. Componente 2: *Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico (Valores em milhares de dólares americanos)* Custo Total do Componente 2: US$255.950 Contraparte: US$69.750 BID: US$186.200 Desembolso BID: 109,98 % Classificação**: S**	**Produtos Planejados** 2.1 Aumenta para 65% o percentual da população com rede de abastecimento de água nos municípios dos polos, que era de 59,6% em 2004. 2.2 População atendida por rede de esgoto passa de 26,4% em 2004 para 30% ao término do Programa. 2.3 A área recuperada de Passivos Ambientais sai de zero em 2004 para 270,68 ha. 2.4 A extensão das rodovias construídas ou recuperadas no âmbito do Programa sai de zero em 2004 para 553,22 km ao término do Programa.	**Produtos Obtidos** 2.1 De acordo com o SNIS, em 2011 já haviam sido alcançados 66 % da população. 2.2 De acordo com o SNIS, em 2011 já haviam sido alcançados 32%. 2.3 De acordo ao BNB, em 2011 já haviam sido recuperados 333 ha. 2.4 De acordo com o BNB, em 2011 haviam sido construídos ou recuperados 427 km de estradas.

Um dos subcomponentes do Componente 2 referia-se à realização de Campanhas de Conscientização, mas não houve demanda da parte dos submutuários para ações nesse componente, considerando ainda que algumas ações de outros subcomponentes tinham interseção com tais campanhas (Ex.: implantação de Planos de Manejo, Educação Ambiental, Planos de Resíduos Sólidos, Capacitações Profissional e Empresarial, Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo, etc.). Assim, este subcomponente foi retirado do Programa ainda no início da execução.

Algumas das rodovias que constavam incialmente das matrizes de investimento foram retiradas do programa. A diferença entre a quantidade de projetos (produtos) planejados e atuais em todos os Estados pode ser explicada principalmente pela redução de investimentos devida a significativa queda do valor do Dólar em relação ao Real, entre a data de aprovação do empréstimo e os últimos anos (2010, 2011), quando a maioria das obras foram realmente executadas.

Reestruturação.
[X] N/A

3. Componente 3: *Promoção de Investimento Privado (Valores em milhares de dólares americanos)* Custo Total do Componente 3: US$20.300 Contraparte: US$5.100 BID: US$15.200 Desembolso BID: 2,07 % Classificação**: S**	**Produtos Planejados** 1 O percentual de profissionais certificados de turismo chega 80% do total desses profissionais no término do Programa.	**Produtos Obtidos** 1. O percentual de certificados emitidos para capacitação profissional e empresarial chegou a 83,74% dos matriculados nos eventos, até 2011.

No início do Programa, eram previstas dentro deste Componente, ações de Capacitação Empresarial e de Promoção e Marketing Turístico, sendo que, para esta última, ficou estabelecido pelo BID, junto com o Ministério do Turismo, que os Planos de Marketing somente poderiam ser elaborados e implementados após realizado o estudo de Pesquisa de Demanda Turística para os polos. No entanto, tal pesquisa não foi realizada a tempo, de forma que o BID decidiu retirar o subcomponente de Promoção e Marketing Turístico do Componente 3, após a Avaliação de Meio Termo do Programa.

Reestruturação. [X] N/A

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[ ] Muito Satisfatório (MS) [**S**] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

Como se vê, os resultados esperados foram quase todos alcançados e alguns superados.

Interessante observar que a extensão de rodovias construídas, eventualmente, pode ser um pouco maior que a apresentada, pois uma dificuldade para contabilizar a extensão de rodovias construídas é o fato de que o próprio BNB somente a contabiliza após a obra estar pavimentada e sinalizada, deixando de apresentá-las mesmo que já tenham trechos que estejam em uso, o que de certa forma pode resultar em não dar destaque a alguns benefícios já alcançados pela obra, que serão alcançados somente posteriormente.

Quanto à capacitação profissional e empresarial, teve uma atuação bastante relevante, emitindo 25.538 certificados, o que corresponde a praticamente 84% dos 30.497 inscritos, como se mostra a seguir por Polo:

Consolidação Capacitação Profissional e Empresarial

Polo	Matriculados	Certificados	%
Costa do Descobrimento	2.071	1.555	75,08
Salvador Entorno	2.889	2.433	84,22
Costa do Sol	13.277	12.245	92,23
Costa das Dunas	12.260	9.305	75,90
TOTAL	**30.497**	**25.538**	**83,74**

d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US$000)		Custo Total do Projeto - Atual (US$000)		% Diferença
1. Administração e Supervisão	**15.000**	**1. Administração e Supervisão**	**12.932**	-13,79
1.1 Unidades Executoras	10.000			
1.2 Revisão Técnica Externa	5.000			
2. Custos Diretos	**339.500**	**2. Custos Diretos**	**345.159**	+1,67
2.1 Comp. 1: Fortalecimento Municipal	65.300	2.1 Comp 1	64.798	-0,77
2.2 Comp. 2: Planejamento, Capacitação, Infraestrutura	253.900	2.2 Comp 2.	274.945	+8,29
2.3 Comp. 3: Promoção do Investimento Privado	20.300	2.3 Comp. 3	5.416	-73,32
3. Outros Custos	**1.600**	**3. Outros Custos**	**266**	-83,35
3.1 Avaliação e Acompanhamento	1.300			
3.2 Auditoria	300			
4. Custos Financeiros	**43.900**	**4. Custos Financeiros**	**41.643**	-5,14
4.1 Juros	36.700			
4.2 Comissão de Crédito	4.800			
4.3 Inspeção e Supervisão	2.400			
TOTAL	**400.000**	**TOTAL** .	**400.000**	0,00

Explique brevemente diferenças.
As diferenças entre esses dois orçamentos se concentra mais no custo direto do Componente 2 que trata do planejamento, capacitação e infraestrutura, cujo montante aumentou em 8,29%, e devido ao crescimento do investimento em obras de infraestrutura que variou em 51,53%, com o aporte do BID subindo 66,13% em relação ao originalmente previsto.

Foram realizadas duas transferências de recursos entre categorias. A primeira, em 2008 foi processada em dois momentos, um BTR (Transferência entre categorias) no valor de US$ 2.050.000,00 em 16 de outubro de 2008 da categoria Administração e Supervisão para o componente 2, produto gestão estadual do Turismo, e também foi feito um FVT (Fundo de Inspeção e Supervisão) no valor de US$ 2.257.000,00, em 22 de agosto de 2008, conforme LMS10 para o Componente 1, Gestão Municipal Turística. Posteriormente, em 13.01.2012 foi solicitada nova transferência, desta feita da categoria de 1. Administração e Supervisão para a categoria 2. Outros Custos.

A situação dos desembolsos pelo BNB para o Programa por Estado submutuário, ao final da execução financeira está demonstrada no quadro que segue. Como se vê, foram registrados na contrapartida local do Programa US$ 171,7 milhões, superando-se o valor de investimentos locais previstos anteriormente em US$ 160 milhões.

Comprometimento de Recursos do Financiamento/Submutuário Categoria Custos Diretos – Final 1º Semestre 2012 (Milhares de US$).

Posição: Março/2012

SUBMUTUÁRIO	CONTRATADO		APLICADO		TOTAL APLICADO (102,7%)
	BID	LOCAL	BID (99,7%)	LOCAL (107,36%)(*)	
BAHIA	39.000	56.196	38.947	46.878	85.825
CEARÁ	60.000	46.584	60.239	27.604	87.843
MINAS GERAIS	27.500	18.568	26.889	13.292	40.181
PERNAMBUCO	75.000	85.567	75.072	37.461	112.533
PIAUI	15.000	22.373	14.786	12.517	27.303
RIO G NORTE	21.300	20.772	21.383	16.086	37.469
BNB consultorias	2.200	750	1.852	14.246	16.098
União (Contrap Direta)				3.662	3.662
TOTAL	240.000	250.810	239.168	171.746	410.914

(*) Contrapartida Local inclui juros e comissão de crédito.

Com relação aos desembolsos do BID eles montam a US$ 239,800,000.00 (99,92% do empréstimo), havendo ainda um saldo de US$ 200,000.00 a serem cancelados. Adicionalmente, há um saldo de US$ 631,485,00 a serem devolvidos ao BID, e que não foram aplicados no Programa, essencialmente pela revalorização do dólar nos últimos meses da operação, o que, associado ao pouco prazo disponível, não permitiu investir esses recursos. Assim, o valor aplicado pelo BID passará a ser US$ 239.161.515,00 (99,7% do contratado).

A evolução dos investimentos ao longo dos anos está apresentada a seguir.

Calendário de Investimentos (em milhares de US$)

Anos	Observado		
	BID	APORTE LOCAL	TOTAL
2004	142,50	0,00	142,50
2005	1.482,87	3.032,77	4.515,64
2006	6.102,11	696,41	6.798,52
2007	28.245,24	16.682,44	44.927,68
2008	54.393,10	40.574,31	94.967,41
2009	39.314,72	26.366,25	65.680,97
2010	55.363,67	31.816,50	87.180,17
2011	42.755,79	13.843,04	56.598,83
2012	11.368,51	38.734,35	50.102,86
Fundo de Reserva (Devolução)	631,49		631,49
TOTAL	239.800,00	171.746,07	411.546,07

Esses valores são comprovados e enviados ao BID, utilizando a taxa do dólar do dia imediatamente anterior ao da data de comprovação apresentada pelo executor da obra/serviço. Os mesmos se referem a valores desembolsados pelo Banco do Nordeste. Eventuais diferenças entre valores desembolsados pelo Banco do Nordeste e valores comprovados ao BID decorrem da aplicação da taxa do dólar para datas não coincidentes entre o desembolso e o pagamento ao fornecedor.

A composição desses investimentos por componente é a que se segue.

Item	Montantes em US$		
	Total	BID	Contrapartida
Componente 1	49.228.442,86	32.072.849,64	17.155.593,22
Componente 2	342.667.217,26	204.786.594,00	137.880.623,26
Componente 3	826.153,14	315.832,44	510.320,70
Custo Direto	392.721.813,26	237.175.276,08	155.546.537,18
Administração e Supervisão	3.934.878,15	1.834.391,95	2.100.486,20
Outros Custos	18.052,55	16.346,58	1.705,97
Custos Financeiros	14.239.837,13	142.500,00	14.097.337,13
Fundo de Reserva (Devolução)	631.485,39	631.485,39	0,00
TOTAL	**411.546.066,48**	**239.800.000,00**	**171.746.066,48**

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

i. Condições prévias. Parte da delonga na execução do Programa foi devida às dificuldades de cumprir as condições prévias previstas no contrato com o BID, algumas relativas ao BNB e outras aos Estados pretendentes a sub-empréstimos.

Por exemplo, a exigência de um planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, representado pelo PDITS, como condição prévia para contratar subempréstimo contribuiu substancialmente para a demora na partida do Programa, embora também tenha contribuído para isso outros fatores como a situação fiscal de alguns Estados, cuja restrição inviabilizou a assinatura de subempréstimos nos dois primeiros anos seguidos à contratação do empréstimo.

Essas dificuldades fizeram que entre 2002 e 2004, os esforços do BNB se voltassem para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do Programa, o que se concretizou quando o BID declarou o Contrato de Empréstimo elegível, em janeiro de 2004. A partir de então, dispensou-se atenção especial às ações necessárias para viabilizar a subcontratação com os Estados, o que deveria ocorrer antes de 27/09/2006. Essa condição cumprida com a assinatura do último contrato de subempréstimo, com o Estado do Piauí, em 30/06/2006.

Em termos de subcontratos, em março de 2004, foi formalizado o primeiro Aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR, inserindo alterações para simplificações nas regras do Programa, o que tornou possível iniciar o processo de subcontratação, firmando-se naquele mês o primeiro contrato de subempréstimo com o Estado do Rio Grande do Norte. Essas flexibilizações das condições prévias para os Estados serem elegíveis a um sub-empréstimo, se referiam principalmente à mudança da exigência de existir previamente um Plano Diretor para todas as cidades dos Polos, o que não era possível atender para praticamente todas as cidades. A exigência do Plano Diretor estava prevista no Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, Cláusula 4.04, das Disposições Especiais, posteriormente modificada com a Alteração Contratual No. 1, de 16/03/2004.

A efetiva execução do Programa só teve início em 2005, quando ocorreu o primeiro desembolso para o Estado da Bahia, , Estado este que assinou o contrato de subempréstimo em dezembro de 2004 e já estava mais adiantado que o Rio Grande do Norte para poder efetivamente utilizar os recursos colocados à sua disposição. A abertura do Fundo Rotativo junto ao BID somente ocorreu em junho de 2006, o que significa que o período de desembolso foi efetivamente de 5 anos e 9 meses (2006 – 2012).

ii. Valorização do câmbio do Real. Já durante a sua execução, o Programa foi afetado por fatores críticos negativos como a valorização do câmbio do Real frente ao Dólar Americano que afetou a disponibilidade de recursos financeiros. De fato, na época da assinatura do contrato de

empréstimo, a cotação do dólar estava ao redor de US$1,00=R$2,35, enquanto que nos anos de maior desembolso do Programa variou entre R$1,55 e R$1,75 (2011). Isso obrigou os executores a diminuir o ritmo de seus investimentos ou a conseguir mais recursos de aporte local.

iii. Mudanças nas administrações. Outros fatores foram as mudanças nas administrações em função das eleições, que sempre causam períodos de transição, de indefinições, que resultam em atrasos pela descontinuidade administrativa com as mudanças de equipes das UEEs e dos órgãos executores. Algumas vezes ocorrem também auditorias sobre os contratos em vigor e até mudanças de prioridades de governos. Para contornar esse problema os executores mantiveram reuniões com as novas equipes para transmitir as recomendações de como conduzir o Programa.

Segundo o BNB, a prioridade política foi se perdendo com o andamento do Programa, salvo em um ou dois estados que a mantiveram.

iv. BNB como elo entre os diversos Estados. Relevante destacar a importância da presença do BNB como elo entre os diversos Estados, transferindo experiências entre as respectivas UEEs, antecipando assim problemas e, principalmente, atuando entre uma administração estadual e a sucessora, quando houve mudança expressiva de orientação política local. A mudança dos membros das UEEs, nessas transições, poderia ter interrompido o Programa no nível local, não fora a presença do BNB.

O elo mais fraco dessa corrente, BID-BNB-Estado-Município, é sem dúvida o Município que, em geral, não está preparado para trabalhar com planos de prazo mais longo e quase sempre trabalha para ações mais imediatistas. As administrações municipais são também bastante mais instáveis que as de nível estadual e com a mudança do titular da Prefeitura em geral se perde a memória do que foi realizado até aquele momento.

v. Administração municipal. As Secretarias de Turismo municipais, via de regra, não possuem quadro técnico, ou mesmo, quando o tem, é composto por empregados terceirizados. Isso provoca uma descontinuidade quando da mudança de gestão, tendo em vista que as ações identificadas no planejamento deixam de ser prioritárias, na visão dos novos gestores, por desconhecimento do acordado anteriormente e por não contarem com um suporte técnico que os oriente quanto às premissas do Programa. Isso ocorre especialmente nos municípios de pequeno porte. O Programa contou com recursos para promover o fortalecimento institucional dos municípios, mas essas ações nem sempre tem sido priorizadas pelas Unidades Executoras Estaduais.

vi. Fiscalidade municipal. Outro fator limitante da participação dos municípios no Programa diz respeito à questão fiscal, pois os pequenos municípios tendem a apresentar desequilíbrio nas suas contas, gerando consequentemente situação de inadimplência, o que impede o acesso aos recursos da União que são repassados diretamente pelo Mtur, mediante convênios, contribuindo para a contrapartida do Programa. Visando agilizar a execução, em alguns casos, órgãos do Governo Estadual tomavam recursos através de Convênio com a União (MTur) para poder executar ações de titularidade municipal, de forma que posteriormente seriam repassadas ao Município.

vii. Denúncias e queixas da sociedade civil também ocorreram, mormente sobre temas relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ocasionando embargos e atrasos em obras. Normalmente isso resulta da atuação do Ministério Público e órgãos ambientais ou do patrimônio.

viii. Condições climáticas também interferiram na realização de algumas obras, sobre as quais pouco se pode fazer para evitar, mas providências para mitigar esse evento passaram pelo monitoramento mais próximo das obras e sua aceleração nos períodos de estiagem.

ix. Projetos de engenharia. Houve problemas causados pela qualidade inadequada de alguns projetos de engenharia e outros mais ligados à administração dos diversos projetos tocados

dentro do Programa, como atrasos nas entregas das medições de obras ou produtos elaborados, atrasando as prestações de contas e a consequente liberação de recursos financeiros.

x. Planejamento e acompanhamento Dentro dos problemas administrativos ocorreram casos de contratos financiados pela contrapartida que necessitavam ser ajustados e as providências demoraram a ser tomadas por falta de planejamento e acompanhamento adequado. De fato, durante a execução das obras, alguns projetos financiados com recursos de contrapartida não cumpriam com os prazos de execução ou com os critérios do Programa, segundo o regulamento operacional e foram eliminados. Também houve casos necessitando suspender o financiamento pelo BID e aplicar os recursos em outro projeto que atendia aos critérios e prazos compatíveis. Para evitar a ocorrência desse problema o BNB aumentou a efetividade de seu acompanhamento das obras e serviços executados pelos Estados, de modo que fossem atendidos integralmente os critérios do Regulamento Operacional, antes da liberação de recursos ou do registro de gastos na contrapartida do Programa.

xi. Indicadores. Durante a execução da operação não foram realizados pelos sub executores as devidas pesquisas para estabelecer as linhas de base dos indicadores do marco lógico, e as pesquisas anuais de satisfação dos turistas, o que dificultou o seguimento detalhado de vários indicadores do Marco Lógico original. A falta de atualização do Marco Lógico também prejudicou o processo de avaliação objetiva do Programa. Finalmente, alguns indicadores originais careciam de precisão e houve necessidade de modificá-los logo no início do Programa.

Esses problemas levaram à necessidade da extensão do Programa em três ocasiões, em razão de se ter projetos críticos importantes de serem terminados dentro dos Estados.

Assim, a data de último desembolso foi prorrogada junto ao BID a primeira vez para 27/09/2009, através da CBR 3663/2006, de 09/08/2006, depois para 27/09/2010, através da CBR 2584/2009, de 05.08.2009, posteriormente para 27/09/2011, por meio do Instrumento de Alteração Contratual Nº 2, ao Contrato de Empréstimo firmado entre o BNB e o BID e, finalmente para 27/03/2012, através da CBR 3165/2011, de 19/09/2011 e posteriormente por instrumento de alteração contratual Nº 3, assinada pela PGFN no dia 7/08/2012.

Como **pontos positivos** que ajudaram a manter a execução do Programa, pode-se listar:

- o desenho do Projeto, Contrato de Empréstimo e Regulamento Operativo com condições exeqüíveis e consistentes com os objetivos do Programa;
- o apoio do Banco durante a execução, com resposta tempestiva às consultas formuladas pelo Executor;
- a tramitação em forma ágil pelo Executor de transferências de recursos aos Estados co-executores e nos pagamentos diretos aos consultores, evitando que os prazos fossem ainda mais dilatados;
- prioridade para o Programa mantida em alguns dos casos, após mudanças nas Administrações Estaduais e Municipais ocorridas em 2005 e 2008;
- manutenção da estrutura de supervisão do Programa através da ECG; e
- estabilidade econômica e política do pais; consistência e previsibilidade de índice de custos na construção civil.

No entanto, apesar do atraso de alguns dos projetos a cargo dos Estados, que resultaram num adiamento da entrada em vigor dos seus efeitos, é também importante esclarecer que à medida que a execução do Programa avançou, seus benefícios começaram a ser percebidos integralmente pelos habitantes dos polos turísticos envolvidos.

Pode-se afirmar então que o Programa teve, ao longo de sua execução, contratempos já atrás mencionados, os quais justificaram os atrasos ocorridos e que deram lugar à prorrogação do prazo contratual para um total de 54 meses, pela sua complexidade e pelo grau de intervenção multi estadual requerido.

Esses problemas foram atenuados em função da eficiência das equipes da ECG e das UEEs, e do excelente relacionamento mantido com o Banco e com o Executor. Assim é que o Programa termina, de modo geral, de acordo com o inicialmente planejado, apesar de que alguns dos

produtos estão sendo obtidos fora do prazo anteriormente estipulado, como conseqüência dos problemas citados que obrigaram a revisão dos cronogramas previstos.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	[S] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

O desempenho é satisfatório, considerando a habilidade do Órgão Executor do Programa para: a) administrar riscos, b) monitorar os resultados de desempenho do projeto, e c) tomar ações corretivas quando foi o caso.

A experiência do BNB como articulador, estruturador, executor do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, provém de 1992, quando, sob iniciativa do Governador do Estado de Sergipe, que procurou o BNB para ser o articulador junto aos demais estados nordestinos, Governo Federal e BID, foi iniciado o desenho e negociações do Prodetur/NE I.

A adoção de uma Equipe Central de Gestão do Programa (ECG), vinculada a Central Operacional para o Setor Público e ao Ambiente de Gestão de Projetos Especiais do BNB, trouxe frutos, além dos esperados para o próprio Programa, com incorporação à cultura daquele Banco de alguns procedimentos de licitações, de acompanhamento financeiro, de sistemas de controle, etc.

A ECG, que é a interlocutora com o Banco, foi responsável pela coordenação, acompanhamento e gerenciamento dos contratos de financiamento dos Estados, com os quais dialogaram permanentemente para a realização dos projetos de engenharia, execução de obras, e ações relativas ao fortalecimento institucional e à modernização administrativa.

Para fortalecer os técnicos da ECG, bem como dos técnicos dos Estados diretamente envolvidos na elaboração e execução dos projetos do Prodetur/NE II, o BNB promoveu cursos de capacitação a exemplo do Curso de Especialização em Avaliação Ambiental, Curso de Avaliação Socioeconômica de Projetos, Seminários de capacitação dos gestores municipais dos polos sobre planejamento e gestão do turismo (em parceria com o IBAM), seminário sobre aspectos ambientais do Prodetur/NE II (com as UEEs e os órgãos ambientais de cada um dos 11 estados que pleiteavam o Programa), além de missões de acompanhamento com técnicos das UEEs e BNB para nivelar informações e critérios de aprovação de projetos segundo o Regulamento Operacional, e mesmo capacitações individuais dos técnicos do BNB nas áreas de licitação e contratos, orçamentos de obras, obras rodoviárias, saneamento básico, legislação ambiental, inerentes ao processo de aperfeiçoamento e capacitação interna do Banco.

Mas, é também preciso reconhecer que o resultado alcançado no cumprimento dos objetivos do Programa deve-se em grande parte à atuação coordenada do Executor com o Banco.

c. Desempenho do Banco

Pode-se considerar o desempenho do Banco no Projeto como satisfatório, especialmente no que concerne à gestão do Programa, mantendo um intercâmbio fluido de informações, que permitiu agilizar as gestões e trâmites administrativos e técnicos no menor tempo possível.

As várias substituições dos chefes de equipe do BID ao longo do Programa não chegou a afetar o desempenho do Programa, pois as frequentes visitas ao executor, com reuniões que incluíam o pessoal da Equipe Central de Gestão mantiveram a sequência dos trabalhos.

O Anexo 3 apresenta a avaliação do mutuário com relação ao Programa e ao Banco.

Desempenho do Banco			
[ ]] Muito Satisfatório (MS)	[S] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Já na preparação do Programa para pleitear seu financiamento pelo BID, se identificou que a viabilidade global do programa dependia de vários fatores principais, válidos ainda hoje.

Esses fatores são: i) viabilidade técnica do conceito de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS que foram desenvolvidos no Programa; ii) viabilidade dos projetos individuais que foram financiados tomando como base o plano de ação dos PDITS desenvolvido; iii) capacidade institucional das instituições chaves que tomarão parte em etapas posteriores à execução do Programa; iv) viabilidade financeira do BNB como financiador, dos Estados como mutuários e dos executores desses Estados participantes como responsáveis da operação e a manutenção dos projetos; e v) viabilidade socioambiental dos diferentes projetos e dos PDITS em conjunto, no que diz respeito ao impacto agregado, fazendo-se especial ênfase na participação pública.

Além destes fatores, poder-se-ia acrescentar outros, como: vi) nível do compromisso de governo, inclusive na real alocação orçamentária anual para operação e manutenção; vii) nível estabelecido nas tarifas de usuários e eficácia de outras medidas de recuperação de custos ou de criação de incentivos especiais para sustentar os benefícios dos projetos; viii) existência de apoio público, com a participação da comunidade/beneficiários; e ix) existência de um marco político e regulatório favorável.

Está prevista a avaliação *ex-post* do Programa após dois anos do término dos desembolsos, a qual deverá revisar a sustentabilidade das ações do Programa e apresentar um planejamento futuro. Além disso, o BNB tem recebido anualmente os Relatórios de Manutenção das obras concluídas, que contemplam apenas o plano de manutenção dos investimentos para o período seguinte.

Por outra parte, a preparação em curso (2012) de 4 empréstimos do PRODETUR NACIONAL, e a execução de 4 outros do mesmo Programa (BR-L1204 PRODETUR Ceará, BR-L1212 PRODETUR Pernambuco, BR-L1210 PRODETUR Rio de Janeiro, e BR-L1195 Apoio ao PRODETUR Nacional - Ministério de Turismo), por um valor total de 500 milhões a 1 bilhão de dólares de investimento potencial, confirma o sucesso do modelo adotado para financiar o setor de turismo, na base da experiência acumulada inicialmente com o PRODETUR/NE I e agora com o PRODETUR/NE II. Finalmente, o BNB está interessado em seguir com o modelo do PRODETUR/NE II e desenvolver com o BID uma segunda fase do Programa.

b. Riscos Potenciais

O principal problema que poderia comprometer os efeitos das obras de infraestrutura no longo prazo seriam as dificuldades orçamentárias com a consequente falta de recursos para a manutenção ou o contingenciamento anual desses recursos com prejuízos para a realização desses serviços.

A solução desse potencial problema depende somente dos Governos dos Estados e das Prefeituras, co-executores do Programa, o que torna mais viável a sua solução. Não obstante, existem alguns dispositivos que permitem mitigar as liberações, tais como: i) a possibilidade de usar o duodécimo da verba alocada em cada rubrica, enquanto o Orçamento não for formalmente aprovado; e, ii) a possibilidade de usar recursos empenhados em exercícios anteriores para o pagamento de débitos do ano corrente. Portanto, o risco financeiro e operacional deste Programa é baixo.

O monitoramento das ações a serem tomadas ao longo da vida do Programa e a responsabilização dos encarregados de sua execução, devem ser mantidas e aprimoradas para não se constituírem em riscos a essa sustentabilidade.

Na realidade, do ponto de vista institucional, se os Estados e as Prefeituras mantiverem o sistema de gerenciamento como é atualmente, entende-se que poderão cumprir com suas

funções adequadamente, pelo menos baseados nas informações para as obras concluídas no período anterior, o que não dá ainda dados suficientes para avaliar esse comportamento num futuro mais distante, mas que deverá ser objeto da avaliação ex post.

Há o risco ligado a aspectos ambientais e sociais com relação a sustentabilidade do Programa, uma vez que a falta de implementação ou a negligência no seguimento das ações de gestão ambiental baseadas nas salvaguardas do BID, podem conduzir a isso. No entanto, não se espera que haja algum problema dessa natureza que possa comprometer a sustentabilidade do Programa, uma vez que a mitigação dos impactos diretos das obras e a recuperação do passivo ambiental não representaram problemas significativos para o Programa, durante a sua execução.

Em resumo, além de se manterem estáveis as variáveis macro-econômicas e ter uma demanda crescente de turismo para o Nordeste, os seguintes aspectos deveriam manter-se no futuro para assegurar a sustentabilidade desta operação e de seus efeitos:

- Assegurar o financiamento para manutenção das obras executadas;
- Manter a capacidade de gestão que se desenvolveu vinculada ao Programa;
- Manter nos municípios a vontade política, cobrando efetivamente impostos como o IPTU;
- Manter políticas públicas que ajudem as empresas turísticas a conseguir a maior parte de seus empregados na população residente nos Polos; e
- Manter os Conselhos Turísticos efetivamente operando.

c. Capacidade Institucional

Como resultado do planejamento e execução do PRODETUR/NE I e II, o BNB capacitou-se para atender às demandas de serviços inerentes à contratação e gestão de operações com Bancos Multilaterais, bem como aos respectivos documentos exigidos previamente e após a contratação pelo BID, de forma semelhante ao exigido para o PRODETUR Nacional.

A cultura do processo e o conhecimento adquirido durante a execução do Programa estão incorporados aos procedimentos do BNB e dos Estados, consolidadas durante a execução das suas atividades. Isso diminui muito os riscos dessa natureza que pudessem afetar a capacidade institucional da entidade responsável pela manutenção dos resultados do Programa. Não obstante, houve durante a execução uma tendência dos Estados de se apoiarem na capacidade do BNB e minimizar assim suas próprias capacidades institucionais, dentro das UEEs.

Por essas razões, combinando todos os fatores anteriores, não se observam situações que permitam prever dificuldades de curto prazo que afetem os objetivos do Programa, o que permite qualificar de “Provável” a sua sustentabilidade.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
[ ] Muito Provável (MP)	[**P**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

A expectativa é de que a maioria dos alcances significativos do Programa sejam sustentados durante a sua vida econômica, porque foram incluídos elementos satisfatórios dirigidos a assegurar sua sustentabilidade financeira e institucional.

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

A experiência do pessoal do Executor e também do Banco na formulação do dimensionamento do Projeto e o acompanhamento da evolução dos trabalhos e da coleta dos mesmos, permitiu escolher os indicadores mais representativos para medir seu desempenho, tanto no ponto de vista dos produtos como no dos objetivos de desenvolvimento. As informações de base foram obtidas primeiramente para o ano de 2002, portanto no ano de aprovação do projeto pela

Diretoria do Banco, mas os indicadores originais foram posteriormente alterados em 2004 e 2010 para chegar a configuração definitiva, em função das informações coletadas ou não como linha de base em 2002.

Constituindo mais um dos ganhos proporcionados pelo programa, o mutuário tem um sistema de coleta dessas informações em funcionamento através do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, o que permite acesso aos dados com relativa facilidade.

Durante a execução do Programa, o BID e BNB realizaram as missões previstas no contrato, assim como visitas periódicas de acompanhamento, fiduciárias e técnicas, aumentando em frequência ao final do programa, com visitas de campo às obras em construção. Em 2011, com o objetivo de melhor acompanhar as obras, foram realizadas reuniões semanais por teleconferência com os estados submutuários, o BNB e o BID.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

A fim de poder avaliar o impacto do Programa sobre o turismo no Nordeste, o contrato de empréstimo define a preparação pelo BNB de uma avaliação Ex-Post dos resultados do Programa - Cláusula 4.13 (d) – com base na metodologia e de acordo com a diretrizes acordadas com o Banco. O Banco do Nordeste informou que certamente necessitará contar com o apoio do BID na orientação sobre como conduzir a Avaliação ex-post, inclusive quanto á metodologia a ser utilizada.

VII. Lições Aprendidas

Para a **Fase de Preparação de Projeto**:

1. A escolha das condições prévias deve ser adequada e realista em termos de prazos a serem cumpridos para que o contrato entre em vigor num prazo razoável depois dele assinado;
2. Os cronogramas adotados na preparação do Programa devem levar em conta a fase de escolha dos projetos a serem financiados, quando sua escolha depender da preparação de projetos executivos e estudos de viabilidade;
3. Desenvolver estudo para determinar o perfil da demanda potencial de turistas ao Brasil gerando elementos para o desenvolvimento de produtos turísticos ajustados a esses perfis
4. Viabilizar a execução de planos de marketing destinados a captar o fluxo potencial;
5. Procurar centralizar esforços na estruturação pelo MTur de um sistema de informações turísticas com metodologia unificada de coleta e tratamento das informações, com processo de amostragem suficiente para gerar informações desagregadas por município;
6. Articular o enfoque estratégico dado ao setor turístico nas dimensões nacional, regional e local, alicerçado no perfil da demanda potencial e nas informações estatísticas sistematizadas, de modo a permitir definir as pertinências de atuação por produto, destino e/ou polo;
7. Rever no modelo do PDITS proposto no TR, tendo em vista institucionalizar um sistema de planejamento integrado e não a elaboração e validação de um programa de ações;
8. Estudar a possibilidade de elaboração prévia dos projetos executivos prioritários com recursos do Programa ou de Cooperação Técnica associada, de modo a agilizar a sua execução.

Para a **Execução de Projetos de Engenharia**: Interessante mencionar que os executores do Programa e o Banco partiram da hipótese que se tendo o projeto básico de engenharia pronto antes da execução deveria acelerar a sua implementação e que adotar um processo participativo com consultas nessa fase, levaria a um processo melhor de escolha dos investimentos no Programa. Com frequência, essas consultas serviram para alimentar interesses políticos em detrimento das análises técnicas. O resultado é que a implementação fica realmente prejudicada por projetos de engenharia mal definidos, que têm de ser refeitos ou melhorados, demandando tempo e recursos adicionais.

1 Os prazos necessários para preparar adequadamente os projetos executivos são de 6 meses a 1 ano, a licitação de obras toma no mínimo 3 meses (se não houver contestações

judiciais), a realização de desapropriações pode tomar até 1 ano e a obtenção de licenciamento ambiental de 1 a 6 meses;

2 É muito importante que seja melhorado o controle que os executores devem ter sobre a execução dos projetos de engenharia antes de sua aprovação para poder assegurar a boa implementação de programas. Para isso é também vital fazer mais visitas ao campo, combinado com revisões sistemáticas dos investimentos propostos para assegurar que os critérios técnicos sejam mantidos;

3 Os projetos de engenharia devem seguir as normas nacionais (ou internacionais, na ausência destas) e as firmas que produzem projetos mal feitos deveriam ir para uma lista negra.

Para o **Estabelecimento de Prioridades**:
Em programas com múltiplas atividades, quando os investimentos não são definidos a priori, além das exigências acima sobre a qualidade dos projetos de engenharia, é preciso assegurar-se que:

1 Os regulamentos operacionais que definem os critérios de elegibilidade são claros e tem respaldo técnico coerente e que geram dados de mercado e estudos para definir as necessidades reais;

2 Etapas do processo não estão sendo cortadas no que concerne a orçamentos e planejamento na preparação dos projetos; e

3 A melhor proposta técnica para a execução do projeto de engenharia está sendo contratada, mesmo que não seja a mais barata.

Para a **Análise ex-post de Viabilidade de uma Amostra de Projetos**
Importante registrar que não foi previsto no Contrato 1392/OC-BR nem no Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II que o BNB viesse a realizar a análise *ex-post* da viabilidade socioeconômica de qualquer amostra de projetos do Programa, depois de implementados, que teria o objetivo de se comparar com a avaliação realizada previamente.

Também foi observado pelo BNB que uma parcela razoável dos estudos de viabilidade socioeconômica dos projetos do Programa foram realizados após a elaboração dos respectivos projetos executivos de engenharia.

Assim, as análises de viabilidade acabaram se tornando apenas uma etapa para a aprovação de cada projeto de obras para financiamento (ou mesmo para inclusão na contrapartida local), afastando-se do seu objetivo principal de funcionar como instrumento para a tomada de decisão da administração pública quanto à melhor alternativa de aplicação dos recursos, bem como de possibilitar uma posterior averiguação sobre os retornos esperados.

Para a **Administração da Execução do Projeto**:
Quanto à administração de Programas sugere-se que, enquanto são avaliadas as experiências em andamento de consultoria de apoio e sistema misto de apoio ao gerenciamento transformado após um determinado período em consultoria de apoio, seja adotada esta última solução.

A terceirização para firmas profissionais das atividades de coordenação e administração das agências executoras pode ser uma solução para empreender alguns projetos, mas o ideal é que parte dos recursos do projeto seja usado no desenvolvimento dessas habilidades dentro da própria executora para prepará-la para outros programas semelhantes.

Para programas de múltiplas atividades também é vital ter em mente que haverá investimentos em transportes, água e esgoto, renovação urbana, restauração de edifícios, ações ambientais, etc., ou seja, há responsabilidades que vão muito além da capacidade das agências executoras, que são tipicamente departamentos de turismo. Isso exige cooperação intensa com outros departamentos públicos (Rodoviário, Águas, Saneamento, Meio Ambiente) e a indispensável coordenação de ações, através de termos de cooperação ou convênios.

A elaboração do R.O. deveria estar sujeita a uma coordenação técnica que gerencie as diferenças de enfoque entre os diferentes especialistas e que permita gerar um documento integrado, evitando fragmentações, duplicidade de ações e, principalmente, evitar interpretações

distintas das regras dependendo do anexo utilizado como referência. O documento deveria ser sucinto com explicitação de minutas dos Termos de Referência;

Uma situação bastante favorável teria um Programa cuja concepção de Sistema de Gerenciamento e Avaliação fizesse parte de sua implementação prévia ou concomitante com o início do Programa;

Para o **Relacionamento com as Comunidades**:
É importante manter relações estreitas entre os executores e as comunidades, com permanente diálogo e canais de comunicação abertos, para evitar atrasos decorrentes de reclamações e ações tomadas por esses agentes contra as obras. O diálogo, o esclarecimento e a eventual mudança de projetos ou de formas ou cronograma de execução, é melhor que a imposição.

1. Pode-se considerar uma boa prática a de agregar algum percentual do valor de cada obra para investimentos ambientais a serem definidos conjuntamente com as comunidades, durante a execução. Esses investimentos, no entanto, deveriam estar suportados pelas orientações contidas no EIA/RIMA, para evitar ações politicamente motivadas;
2. Buscar fazer as negociações das desapropriações junto com a elaboração do Projeto Executivo de obra para não atrasar a execução e cumprir com os requisitos do Regulamento Operacional (RO) para desapropriações, principalmente em termos da atualização do cadastro. Esse procedimento ocorreria numa fase em que o assunto pode ser tratado de maneira mais serena do que quando as obras estão por começar e as negociações se revestem de urgência;
3. Pode-se constatar a conveniência de chamar o Ministério Público para participar ativamente das Audiências Públicas sobre os projetos a serem executados, para informá-los dos aspectos mais importantes da intervenção, receber suas sugestões prévias para melhoria dos projetos, visando evitar futuros problemas com as obras.

Para a **Proteção dos Riscos Cambiais** e **Repasse de Recursos Financeiros**:
Em financiamentos que envolvem risco de fortes mudanças cambiais, é importante prever que o executor se obriga a revisar mensalmente as matrizes de projetos para determinar a necessidade de cortes ou aportes de recursos adicionais, evitando assim que os investimentos financiados fiquem incompletos.

Quando houver repasse de recursos do mutuário para terceiros para financiar projetos que vão influir no resultado global e são administrados por esses terceiros, é importante ter mecanismos de coordenação que tomem em conta todas as entidades co-executoras e que permitam que lhes seja dado suporte para que tenham capacidade de ter seus projetos implementados por outros departamentos.

Para a **Avaliação Posterior do Projeto**:
Permanece válida a necessidade do estabelecimento de uma linha de base, metodologia de avaliação e de indicadores de desempenho e de impacto focalizados para avaliar as ações do Programa e factíveis do ponto de vista da sua obtenção.. Para diminuir o risco de descontinuidade, é bom ter um número reduzido desses indicadores, e que os escolhidos sejam os mais representativos.

Nos casos de Programas complexos como o PRODETUR, em que há vários executores envolvidos e vários grupos de subprojetos, poderia haver necessidade de indicadores de impacto característicos do ambiente em que são executados os projetos. No caso presente, apenas utilizou-se de indicadores de produtos das ações planejadas.

Também parece interessante exigir que no término do Programa seja prevista a preparação de um documento nos moldes do PCR para avaliar os resultados desses sub-empréstimos e o desempenho de seus executores. No âmbito do Programa geral seriam examinados somente alguns indicadores de impacto e de produto mais representativos do conjunto de ações previstas.

Anexos:

1. Ata do Seminário de Encerramento.
2. Quadro Custo de Programa por Componente e por Fonte de Financiamento (Planejado e Atual).
3. Avaliação do Mutuário.
4. Marco Lógico.
5. Ações Implementadas do PRODETUR/NE II.
6. Projetos Executados no Âmbito do PRODETUR/NE II, por Subcomponente.
7. Projetos Executados, por Estados.

AJUDA MEMÓRIA DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO
Contrato de Empréstimo nº 1392/OC-BR

I. INTRODUÇÃO

O Seminário de Avaliação Final do Programa PRODETUR/NE II foi realizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, no dia 04 de julho de 2012, nas dependências do Organismo Executor do Programa, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

II. ABERTURA

Representando o BNB, Ocione Marques Mendonça, Gerente Geral da Equipe Central de Gestão (ECG) do Programa no BNB, inaugurou o seminário destacando a importância do Programa para cada um dos seis Estados sub-executores.

Em seguida, o chefe de equipe do Programa pelo BID, Joseph Milewski, apresentou o processo de encerramento do Programa, a função desta oficina, e a metodologia de preparação do relatório de conclusão de projeto, o PCR (*Project Completion Report*).

Estiveram presentes, representando o BID, além do chefe de equipe, Maria Claudia Perazza, co-chefe de equipe, a Manoela Lemos, consultora operacional e Antônio Carlos Holtz, consultor contratado pelo BID.

Por parte do BNB, estiveram presentes Ocione Marques Mendonça, Bruno Gabai (Gerente Operacional), Maria Lady Paz Sales Carmo (Gerente Financeira) e demais membros da equipe técnica da ECG e das Equipes Descentralizadas que acompanharam as ações do Programa nos estados da Bahia e Pernambuco.

Cerca de 50 pessoas estiveram presentes à abertura, incluindo representantes das 06 (seis) Unidades Executoras Estaduais do Programa. A programação do Seminário está apresentada no Anexo 2-A e a lista dos convidados e presentes encontra-se no Anexo 2-B desta Ajuda Memória.

Os facilitadores Ocione Marques Mendonça e Joseph Milewski tiveram a missão de conduzir os trabalhos, direcionar as intervenções e assegurar que todas as questões fossem respondidas.

III. METODOLOGIA

Tendo concluído a formalidade de abertura e dando início aos trabalhos, o Representante do BNB, Sr. Ocione Marques Mendonça, apresentou a Metodologia do Seminário, cuja descrição está incluída como Anexo 2-C.

IV. OBSERVAÇÕES SOBRE O PRODETUR/NE II E SEU PCR

a. Apresentação do BNB:

O Coordenador Operacional do Programa, Sr. Bruno Gabai, enfatizou as ações realizadas e a importância da contribuição do BID para a viabilização do Programa. Apresentou as lições aprendidas na execução do PRODETUR/NE II, onde foram ressaltados os seguintes itens:

i. Importância de instrumentos de planejamento do turismo de longo prazo (PDITS) e da revisão periódica deste planejamento e das metas do Programa - Matrizes;
ii. Maior participação dos municípios no processo de planejamento e definição das prioridades do Programa;

iii. Importância da estruturação de equipes técnicas permanentes nas Unidades Executoras Estaduais (UEE) para a gestão física e financeira do Programa;
iv. Necessidade de utilização mais efetiva do Sistema de Gerenciamento do Programa pelas UEEs.
v. Maior articulação institucional entre UEEs e órgãos executores setoriais e outros órgãos que tenham interferência direta na aprovação e execução dos projetos;
vi. Efetiva inserção da população no processo de desenvolvimento do Projeto – através de consulta pública;
vii. Efetivo acompanhamento dos órgãos executores das questões ambientais e sociais da obra, buscando antever a geração de impactos e passivos ambientais;
viii. Maior rigor crítico dos órgãos executores no acompanhamento da conduta das construtoras e supervisoras;
ix. Inserção efetiva da avaliação dos critérios ambientais das obras nos relatórios de supervisão;
x. Melhor avaliação do tempo de execução das ações de modo a evitar a formalização consecutiva de aditivos de prazo, ou seja, melhor planejamento da execução da obra – incluindo desapropriações e outros fatores externos;
xi. Avaliação de projetos com visitas de campo para verificação de condições de execução da obra;
xii. Melhor avaliação do planejamento das obras antes da assinatura de aditivos;
xiii. Estudo de viabilidade econômica serviu apenas para o cumprimento das condições prévias;
xiv. Importância do estabelecimento de linha de base, metodologia de avaliação e indicadores de impacto no início do Programa e com visão realista;
xv. Importância de contar com Sistema de gerenciamento e monitoramento implantado desde o início do Programa.

b. Apresentação do PCR:

O Consultor do BID o Sr. Antônio Carlos Holtz, fez a apresentação da minuta do PCR. Após a apresentação do relatório, foram identificados os seguintes temas chave para as discussões com os participantes:

- Cumprimento das Condições Prévias e atrasos ao início do Programa;
- Arquitetura do Programa;
- Execução do Componente 3;
- Impacto da baixa qualidade dos projetos básicos e executivos;
- Qualidade da Gestão Ambiental;
- Sustentabilidade das ações pós-programa;
- Avaliação econômica das obras;
- Avaliação de impacto do programa;

c. Comentários da UEE - BAHIA:

O representante da Bahia enfatizou como principal aspecto positivo do Programa a continuidade e integração dos investimentos dos Programas PRODETUR/NE I e II na Bahia, destacando ações como a implantação de rodovia no formato Estrada Parque com qualidade paisagística voltada para o Turismo entre Camamú e Itacaré (no PRODETUR/NE II) e entre Itacaré e Ilhéus (no PRODETUR/NE I). Destacou também a importância da parceria entre o DERBA (órgão responsável pela implantação das rodovias) e os órgãos de Meio Ambiente e a comunidade local, que constituíram um Grupo Intersinstitucional de Acompanhamento da obra, o qual consistiu em um fórum de acompanhamento e discussão sobre a execução da obra, de onde surgiram várias iniciativas que contribuíram

significativamente para que o empreendimento tivesse resultados bastante satisfatórios no que se refere à preservação ambiental e aos interesses da comunidade beneficiada. Esta experiência surgiu desde o trecho implantado no PRODETUR/NE I e vem sendo adotada em outras obras do Estado.
Como recomendações para futuros projetos, indicou a necessidade de melhorar o desenho dos projetos básicos e executivos para minimizar os atrasos na execução e a necessidade dos aditivos de contratos, trabalhando inclusive com as comunidades impactadas. Outra medida importante destacada como boa prática pela técnica do BNB responsável pelo acompanhamento das obras no Estado, Mônica Bezerra, é a de destinar 5% do valor de cada obra para investimentos ambientais a serem definidos conjuntamente com as comunidades durante a execução.

d. Comentários da UEE - CEARÁ

A Representante do Ceará focalizou seu comentário sobre a conveniência de se avaliar a possibilidade de se realizar as negociações das desapropriações junto com a elaboração do Projeto Executivo de obra para não atrasar a execução e cumprir com os requisitos do Regulamento Operacional (ROP) para desapropriações, principalmente em termos da atualização do cadastro. Esse procedimento ocorreria numa fase em que o assunto pode ser tratado de maneira mais tranquila do que quando as obras estão se iniciando e as negociações se revestem de urgência.
Também considerou que o Prodetur/NE II melhorou a qualidade ambiental das ações do Estado, inclusive aumentando o saneamento básico na região. Finalmente destacou a importância da capacitação empresarial e capacitação profissional do Programa, com seu impacto positivo no Ceará, Estado este em que se adotou, segundo a UEE, um cadastro dos treinados para posterior verificação dos resultados alcançados com esse treinamento.

e. Comentários da UEE - MINAS GERAIS

A UEE/MG contou com uma gestão descentralizada da execução. Por parte da UEE do Estado de Minas Gerais, a principal externalidade positiva do Programa tem sido a integração dos estudos de viabilidade econômica dentro do DER/MG, órgão que passou a adotar esse procedimento após o PRODETUR/NE II e com isso aumentou a qualidade dos projetos.
Outro exemplo de ação positiva oriunda do Programa tem sido que a empresa de água e saneamento do Estado a COPASA, incorporou mais elementos de gestão ambiental nos seus projetos, tal como a construção de aterros de resíduos sólidos das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) para cumprir com os requisitos ambientais do Programa;

f. Comentários da UEE - PERNAMBUCO

A equipe de Pernambuco ressaltou o alto custo da perda da memória institucional causado pela troca de equipe técnica durante a execução do Programa, não só no nível estadual, como também nas prefeituras, geralmente após mudanças políticas. O comentário sobre o baixo nível de capacidade técnica nas prefeituras foi reforçado por outros participantes do seminário, reconhecendo que muitas vezes as prefeituras contam somente com técnicos com cargos comissionados ou contratos temporários.

g. Comentários da UEE - PIAUÍ

A principal observação do Representante do Piauí foi da necessidade de melhorar a qualidade dos Projetos Executivos de obras, já que projetos executivos fracos impactam nos prazos e custos das mesmas.

h. Comentários da UEE - RIO GRANDE DO NORTE

A UEE destacou que em sua estrutura possuía técnicos oriundos de vários órgãos executores (DER, CAERN etc.), cedidos à Secretaria de Turismo, o que favorecia a uma melhor permeabilidade e interlocução nos vários órgãos.

i. Outros Comentários

Um ponto interessante levantado foi a conveniência de chamar o Ministério Público para participar ativamente das Audiências Públicas sobre os projetos a serem executados para informá-los dos aspectos mais importantes da intervenção, receber suas sugestões prévias para melhoria dos projetos visando evitar futuros problemas com as obras.
Outro ponto levantado no seminário foi a importância de os governos adotarem medidas visando aumentar a internalização, para o próprio Polo, da renda gerada pelo turismo, a qual pode estar sendo reduzida, às vezes em grande parte, em favor de fornecedores de outras áreas do país.

V. Apresentação do Impacto Econômico do Turismo no Nordeste.

A convite do BID e BNB, a Prof.ª Francisca Diana fez uma apresentação dos resultados das pesquisas sobre os impactos econômicos da atividade turística no Nordeste realizadas como parte da sua tese de doutorado.

VI. ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL DO PCR

O consultor do BID entregará em duas semanas ao BID e ao Mutuário uma versão atualizada do Relatório de Término do Programa (PCR) e seus anexos, incorporando as observações pertinentes do seminário de encerramento.

Fortaleza, 04 de julho de 2012

Joseph Milewski
Chefe de Equipe do Programa - BID

Ocione Marques Mendonça
Representante do BNB

Anexos: AGENDA e lista de participantes

Banco do Nordeste

BID

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE – PRODETUR/NE
APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO RELATÓRIO FINAL DE PROJETO
PROJECT COMPLETION REPORT (PCR)

Local: Banco do Nordeste – Sala de reuniões do ETENE – Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – Bloco A2 – Térreo
Data: 04/07/2012

Programação

09:00 – Chegada ao Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – Bloco A2

09:30 – Sessão de Abertura

- Representante do BID – Joseph Milewski
- Representante do BNB – Ocione Marques Mendonça

09:45 – Apresentação da Minuta do Relatório Final de Projeto (Project Completion Report – PCR)

- Consultor do BID – Antonio Carlos Tatit Holtz

10:45 – Intervalo

11:00 – Beneficiários do Programa – Debates

12:00 – Almoço

14:00 – O PRODETUR e o Banco do Nordeste

- Bruno Gabai – Central Operacional para o Setor Público

15:00 – Apresentação Impacto Econômico do Turismo no Nordeste

- Profª Francisca Diana Ferreira Viana/Diomira Maria

16:30 – Contribuições para o Relatório

17:00 – Encerramento

Banco do Nordeste

PRODETUR/NE II – PCR
CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
1	Juliana Cruz	UEE/BA	(71) 3196 4158	juliana.cruz@turismo.ba.gov.br	
2	Antônio Sérgio Pedreira	UEE/BA	(71)31164159	antonio.sergio@turismo.ba.gov.br	
3	Salviano Medeiros Filho	UEE/CE	(85)		
4	Olga Valéria Barbosa	UEE/CE	9986 8989	OLGAVBARBOSA@HOTMAIL.COM	
5	Leonardo Menezes	UEE/MG			
6	Ângelo Rezende	UEE/MG	(31) 3915-9544	ANGELO.REZENDE@TURISMO.MG.GOV.BR	
7	Stélio de Coura Cuentro	UEE/PE	(81) 9488.4878	STELIO.CUENTRO@SETUR.PE.GOV.BR	
8	Adolfo Martins de Moraes	UEE/PI	86-9987 4296	ADOLFO.MORAES@GMAIL.COM	
9	Nicodemus Ferreira	UEE/RN	(84) 3237 2881	nicodemus@bch.com.br	
10	Maria Cláudia Perazza	BID	1-202-623 2888	mariacp@iadb.org	
11	Manoela Lemos	BID	(61) 3317-4269	MANOELA L@IADB.ORG	
12	Joseph Cristofer Milewski	BID	(61) 3317 4128	Josephm@iadb.org	
13	Antonio Carlos Tatit HOLTZ	BID	41-9199 2436	antonioholtz@globo.com	
14	Zuleide Amorim	SETUR/PI	86-9439 3367	z.setur@hotmail.com	
15	Clea Silveira	SETUR/PI	(86)-3216-2203/9901-8801	cleasilveira@hotmail.com	
16	José Valdo Mesquita	UEE/CE	85 3101 4678	valdo.mesquita@gmail.com	
17	Izelda Rocha	UEE/CE			
18	Maria Alice	UEE/CE			
19	Diomira Maria	BID/BNB	31-88140390	diomira@uol.com.br	
20	Francisca Diana	BID/BNB	(31) 93298007	diana@cnd.uop.br	
21	Bruno GABAI	BNB	85-3879-8121	gabai@bnb.gov.br	
22	CLAUDEMIR Marcelino de Souza	BNB	85- 3299.3523	Claudemirms@bnb.gov.br	

Banco do Nordeste

PRODETUR/NE II – PCR
CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
23	DEBORAH Maria Esmeraldo Lima	BNB	(85)3299-3116	deborahmel@bnb.gov.br	Deborah Maria Esmeraldo
24	ELIZABETH Castelo Branco	BNB			
25	FÁTIMA Maria Ferreira	BNB	(85) 3299 3706	fatimamf@bnb.gov.br	
26	FRANCISCO de Assis de Moraes Lisboa	BNB	(85) 3299 3518	flisboa@bnb.gov.br	
27	JANE Mary Gondim de Souza	BNB			
28	JOAO CESAR Bispo Lisboa	BNB	71 9190-1109	JCESAR@BNB.GOV.BR	
29	JUSCELINO da Cunha Alexandre	BNB	81-39841146	jcalexandre@bnb.gov.br	
30	JUSSARA Limeira Holesch	BNB	85-32993243	jussarala@bnb.gov.br	
31	LAURA Lúcia Ramos Freire	BNB	85-3299 3034	laurarf@bnb.gov.br	
32	LEANDRO Bezerra de Menezes Filho	BNB			
33	LORENA de Fatima de Araujo Chagas	BNB			
34	MÁRCIO Menezes Porto	BNB	(85)3299-35-18	MARCIOMP@BNB.GOV.BR	
35	Luiz Fernando Gonçalves Viana	BNB			
36	Maria LADY Paz Sales Carmo	BNB	(85)3299-3455	mladyp@bnb.gov.br	
37	Maria TERTULIANA Maia Araripe	BNB	(85) 88581509	tertuliaa@bnb.gov.br	
38	MÔNICA Torres Bezerra	BNB	(71) 3103-2829	monicatb@bnb.gov.br	
39	João Antônio de Castro	BNB			
40	OCIONE Marques Mendonça	BNB	85-8778-1401	OCIONEC@bnb.gov.br	
41	RÉGIA Maria Lemos Campello	BNB	85-3299-3343	regia@bnb.gov.br	
42	SILVIA de Fátima PIMENTA Sampaio	BNB	85. 3251. 5642	silviapimenta@bnb.gov.br	
43	SIMONE Eugênia Melo de Lima	BNB	85 3299 3116	simoneeugenia@bnb.gov.br	
44	[illegible]	MAT		[illegible]	

ANEXO 2 – Custos do Programa.

Anexo 2A

		Orçamento Inicial (Anexo A do Contrato Original)			Orçamento Vigente			
Itens	**Categorias de Investimento**	**BID**	**APORTE LOCAL**	**TOTAL**	**BID**	**PORTE LOCA**	**TOTAL**	**DIFERENÇA**
		Mil US$	**Mil US$**	**Mil US$**	**Mil US$**	**Mil US$**	**Mil US$**	**Mil US$**
I	**Engenharia e Administração**	**4.250**	**10.750**	**15.000**	**2.182**	**10.750**	**12.932**	**-2.068**
1.1	Unidades Executoras	0	10.000	10.000	0	10.000	10.000	0
1.2	Revisão Técnica Externa	4.250	750	5.000	2.182	750	2.932	-2.068
II	**Custos Diretos**	**232.000**	**107.500**	**339.500**	**237.659**	**107.500**	**345.159**	**5.659**
2.1	Fortalecimento Municipal	32.650	32.650	65.300	32.148	**32.650**	**64.798**	-502
2.1.1	Gestão Fiscal	995	995	1.990	0	995	995	-995
2.1.2	Gestão Turística	6.610	6.610	13.220	877	6.610	7.487	-5.733
2.1.3	Gestão de Resíduos Sólidos	7.545	7.545	15.090	822	7.545	8.367	-6.723
2.1.4	Proteção a Recursos Naturais	5.000	5.000	10.000	2.113	5.000	7.113	-2.887
2.1.5	Patrimônio Cultural	5.000	5.000	10.000	12.048	5.000	17.048	7.048
2.1.6	Urbanização de Áreas Turísticas	7.500	7.500	15.000	16.288	7.500	23.788	8.788
2.2	Planejamento, Capacitação e Infraestrutura	**184.150**	**69.750**	**253.900**	**205.195**	**69.750**	**274.945**	21.045
2.2.1	Planejamento Estratégico	8.150	8.150	16.300	7.195	8.150	15.345	-955
2,2,2	Campanhas de Conscientização	3.000	2.000	5.000	0	2.000	2.000	-3.000
2.2.3	Capacitação Profissional	16.000	2.800	18.800	7.681	2.800	10.481	-8.319
2.2.4	Água e Saneamento	76.700	34.050	110.750	56.915	34.050	90.965	-19.785
2.2.5	Obras de Infraestrutura	80.300	22.750	103.050	133.404	22.750	156.154	53.104
2.3	Promoção de Investimento Privado	**15.200**	**5.100**	**20.300**	**316**	**5.100**	**5.416**	-14.884
2.3.1	Treinamento, Seminários e Oficinas de Trabalho	6.100	2.050	8.150	316	2.050	2.366	-5.784
2.3.2	Planos e Campanhas de Marketing	9.100	3.050	12.150	0	3.050	3.050	-9.100
III	**Outros Custos**	**1.350**	**250**	**1.600**	**16**	**250**	**266**	**-1.334**
3.1	Avaliação e Acompanhamento	1.100	200	1.300	16	200	216	-1.084
3.2	Auditoria	250	50	300	0	50	50	-250
IV	**Custos Financeiros**	**2.400**	**41.500**	**43.900**	**143**	**41.500**	**41.643**	**-2.258**
4.1	Juros	0	36.700	36.700	0	36.700	36.700	0
4.2	Comissão de Crédito	0	4.800	4.800	0	4.800	4.800	0
4.3	Inspeção e Supervisão	2.400	0	2.400	143	0	143	-2.258
	TOTAL	**240.000**	**160.000**	**400.000**	**240.000**	**160.000**	**400.000**	**-1**

	Anexo 2B Calendário de Investimentos		
Anos		**Observado**	
	BID	**APORTE LOCAL**	**TOTAL**
	Mil US$	**Mil US$**	**Mil US$**
2003			0,00
2004	142,50	0,00	142,50
2005	1.482,87	3.032,77	4.515,64
2006	6.102,11	696,41	6.798,52
2007	28.245,24	16.682,44	44.927,68
2008	54.393,10	40.574,31	94.967,41
2009	39.314,72	26.366,25	65.680,97
2010	55.363,67	31.816,50	87.180,17
2011	42.755,79	13.843,04	56.598,83
2012	11.368,51	38.734,35	50.102,86
Fundo de Reserva (Devolução)	631,49		631,49
TOTAL	**239.800,00**	**171.746,07**	**411.546,07**

Anexo 2C Investimentos Realizados - Desembolsos do BID
Montantes em US$ (*)

Categoria	Aprovado	Desembolsado	%	Disponível
Administração e Supervisão	2.182.347,17	1.834.391,95	76,66	347.955,22
Custos Diretos	237.658.806,25	237.175.276,08	95,62	483.530,17
Outros Custos	16.346,58	16.346,58	1,21	0,00
Custos Financeiros	142.500,00	142.500,00	100,00	0,00
Fundo de Reserva (Devolução)	0,00	631.485,39		-631.485,39
TOTAL	**240.000.000,00**	**239.800.000,00**	**99,92**	200.000,00

(*) Fonte: Executive Financial Sumary (28/03/2012), com transferências acertadas em 2008

Anexo 2D Investimentos Realizados - Desembolsos de Contrapartida
Montantes em US$ (*)

Categoria	Aprovado	Desembolsado	%	Disponível
Administração e Supervisão	10.750.000,00	2.100.486,20	19,54	8.649.513,80
Custos Diretos	107.500.000,00	155.546.537,18	144,69	-48.046.537,18
Outros Custos	250.000,00	1.705,97	0,68	248.294,03
Custos Financeiros	41.500.000,00	14.097.337,13	33,97	27.402.662,87
Fundo de Reserva	0,00	0,00		0,00
TOTAL	**160.000.000,00**	**171.746.066,48**	**107,34**	-11.746.066,48

(*) Fonte: Orçamento vigente, com transferências acertadas em 2008

ANEXO 3 – Avaliação do BID pelo Mutuário

Desempenho do Banco			
[ ] Muito Satisfatório	[S] Satisfatório	[ ] Insatisfatório	[ ] Muito Insatisfatório

Comentários:

Como resultado do planejamento e execução do Prodetur/NE I e II, o BNB consolidou seus conhecimentos com vistas a atender às demandas de serviços inerentes à contratação, implementação e gestão de operações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, notadamente quanto ao cumprimento dos critérios técnicos de elegibilidade dos projetos e das políticas e normas do BID.

Registramos que a atuação da equipe do BID, não obstante mudanças consecutivas de Especialistas na condução do Programa junto ao Banco do Nordeste, foi fundamental para o aprimoramento da parceria entre BID, BNB e Estados, através de suas Unidades Executoras Estaduais.

O resultado dessa parceria, no acompanhamento do Programa no seu "pari passu", resultou no êxito e na boa consecução dos objetivos propostos na implementação do Programa, onde sistematicamente atuaram em conjunto procurando soluções visando a minimizar as dificuldades encontradas pelos co-executores na condução da operação; muitas vezes flexibilizando situações que, na prática somente caso a caso poderiam ser equacionadas, dada as especificidades de cada ente subcontratado. Todavia, entende-se que é possível aprimorar esse apoio, notadamente nas etapas de análise e acompanhamento dos projetos.

Ademais, avalia-se positivamente a flexibilidade demonstrada pelo Banco quando da realização das modificações no contrato de empréstimo e nas sucessivas prorrogações concedidas, as quais foram fundamentais para a viabilidade da implementação de todas as ações do PRODETUR/NE II.

Desta forma, acreditamos que os esforços despendidos pelo BID e pelo Banco do Nordeste somaram-se para o sucesso da conclusão satisfatória do Programa (Fase I) e para uma futura Fase II(PRODETUR/NE III), cabendo assim para ambos o compromisso da transparência e parceria na continuidade da qualidade dos serviços prestados nos papéis de Banco e Mutuário.

ANEXO 4

Marco Lógico do PRODETUR NE II

RESUMO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES
FIM			
1. Melhorar a qualidade de vida da população residente nos Pólos Turísticos.	1.1 Os empregos diretos permanentes em hotéis e restaurantes cresce num ritmo mais rápido que no período 1995/2000 nos polos: Polo — Ano 2000 (*) — Taxa % Descobrimento — 3.583 — 12,4 Coqueirais — 2.341 — 17,7 Dunas — 6.375 — 9,8 1.2 Renda de ISS dos municípios dos polos cresce a uma taxa maior que do período 1995/2000 Descobrimento — R$2.978.892,00 — 5,6 % Coqueirais — R$28.146.595,00 — 14,5 Dunas — R$33.936.032,00 — 19,8 1.3 Renda do IPTU dos municípios dos polos cresce a uma taxa maior que no período 1995/2000 Descobrimento — R$1.576.391,00 — 6,6 % Coqueirais — R$20.257.864,00 — 17,6 Dunas — R$13.919.773,00 — 8,0 1.4 Porcentagem da população dos três polos que creem que o turismo beneficia o povo aumenta.	1.1 Dados do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) 1.2 Dados dos balanços municipais (data) 1.3 Dados dos Municípios 1.4 Enquete com a população a cada três anos	
PROPÓSITO DO PROGRAMA			
2. Aumentar de maneira sustentável a renda gerada pelo turismo nos polos através do crescimento das receitas provenientes da atividade turística e da melhora da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios	2.1 Número de turistas cresce nos polos Polo — Linha de Base 2000 — Intermediários 2005 — Término de Projeto 2010 Descobrimento — 1.037.500 — 1.262.200 — 1.535.700 Coqueirais — 408.500 — 546.700 — 693.900 Dunas — 1.008.400 — 1.219.100 — 1.530.900 2.2 Número de unidades habitacionais cresce nos polos Descobrimento — 11.609 — 12.100 — 16.900 Coqueirais — 2.434 — 3.100 — 4.500 Dunas — 9.085 — 10.400 — 12.100 2.3 Aumento sustentado da participação dos hotéis e restaurantes nas categorias superiores nos polos 2.4 Aumenta em relação a 2002 a satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística e qualidade ambiental 2002 — 2004 — 2006 2.5 Índice de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados por pequenas e médias empresas de turismo aumenta.	2.1 Dados da Secretaria de Turismo dos Estados_ 2.2 Associação Brasileira de Hoteis/Secretaria Turismo Estados (data) 2.3 Publicação Anual do Guia 4 Rodas 2.4 Enquete bianual com turistas 2.5 Enquete bianual com turistas	Parte do incremento da renda municipal é utilizada para beneficiar a população de baixa renda. Há vontade política de cobrar o IPTU. As empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados na população residente nos Polos. Criação de oportunidades de emprego em coordenação com o setor privado.

PROPÓSITO DOS COMPONENTES			
RESUMO	**INDICADORES**	**MEIOS DE VERIFICAÇÃO**	**HIPÓTESES**
1 Componente 1: Fortalecimento Municipal Turístico:	1.1 Grau de satisfação da Associação de Empresas Turísticas com a segurança pública, limpeza das praias e espaços públicos, manutenção desses espaços e do patrimônio natural e histórico dos polos 1.2 Normas de urbanização e códigos de construção na orla cumpridos. 1.3 Cadastros atualizados antes de 2004 em todos municípios dos polos e funcionários capacitados pelo Programa trabalhando no faturamento e cobrança de IPTU. 1.4 Aumento da porcentagem de pessoas nos municípios que conheçam o conteúdo do projeto de conscientização.	1.1 Enquete anual bianual. 1.2 Relatório semestral de ONG contratada para monitorar o Programa. 1.3 Relatório de progresso da unidade executora. 1.4 Enquete anual bianual	Conselhos Turísticos efetivamente operando. Vontade política de ser mais independente dos Estados e do Governo Federal. O Estado é efetivo em manter a infraestrutura pública. Se mantém estáveis as variáveis macro -econômicas. A demanda de turismo para o Nordeste segue crescendo. Bolsas de emprego operando e atualizadas.
2. Componente 2: Fortalecimento Estadual com melhora do Planejamento, Capacitação, Infraestrutura	2.1 Índice de balneabilidade das principais praias na alta estação dos polos mantém o valor de 2000 ou melhora. 2.2 O número de veículos usando os caminhos de acesso do Programa aumenta, contando a partir da implantação. 2.3 As áreas que foram desflorestadas, pela erosão ou outros problemas originados no Prodetur/NE I tratadas e replantadas. 2.4 Aumento da porcentagem da mão de obra empregada em hotéis e restaurantes que estejam nos polos há mais de 5 anos, a partir de um estudo de base.	2.1 Órgão Ambiental Estadual 2.2 Contagem de trafego de uma semana na estação alta e na estação baixa a cada 3 anos. 2.3 Relatório semestral de ONG contratada para monitorar o Programa. 2.4 Enquete realizada em 2002 e a cada 2 anos depois	
3. Componente 3: Promoção de Investimento Privado	3.1 Número de pequenas e médias empresas com o Selo de Compromisso com a Qualidade	3.1 Sistema Brasileiro de Certificação Profissional para o Setor Turismo.	

Anexo 5: AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PRODETUR/NE II (FINANCIAMENTO E CONTRAPARTIDA)

Estado da Bahia

Implementação dos Planos de Gestão Municipal do Turismo no municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Cairu, Camamu, Itacaré, Maraú, Valença, Camaçari, Itaparica, Mata de São João, Vera Cruz
Avaliação Regional da Gestão de Resíduos Sólidos da Costa do Descobrimento
Elaboração do Estudo Sócioeconômico - Aterro/Coleta Seletiva na Península de Maraú
Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e Educação Ambiental da Sede e Ilhas de Cairu e Boipeba
Avaliação Regional da Gestão dos Resíduos Sólidos do Circuito do Diamante
Elaboração do PGIRS e Educação Ambiental na Península de Maraú
Recuperação e Educação Ambiental na Bacia do Rio dos Mangues
Aquisição de Mobiliário para a APA de Caraíva - Trancoso
Elaboração do Plano de Manejo e Educação Ambiental da APA da Baía de Camamu
Revisão do Plano de Manejo da APA de Guaibim
Recuperação do Palacete das Artes - Museu Rodin
Restauração da Casa das Sete Mortes
Restauração da Igreja N. Sra. da Conceição do Boqueirão
Recuperação da Nova Sede do IPAC
Recuperação do Forte Santo Antonio Além do Carmo
Recuperação do Palácio Rio Branco
Recuperação da Igreja e Cemitério do Pilar
Elaboração do Projeto de Urbanização e Drenagem de Imbassaí
Elaboração do Projeto de Urbanização de Morro de São Paulo
Elaboração do Projeto de Urbanização da Orla de Guaibim
Elaboração do Projeto de Sinalização Turística da Costa do Descobrimento
Elaboração do Projeto de Sinalização do Polo Litoral Sul
Atualização dos Projetos de Recuperação do Centro Histórico de Salvador - 6ª Etapa
Urbanização e Drenagem de Imbassaí

Urbanização Paisagística e Funcional do Centro Histórico de Itaparica e Bica de Itaparica

Urbanização de Morro de São Paulo

Urbanização do Polo Turístico e Hoteleiro de Armação - Salvador

Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para os Polos Salvador e Entorno, Litoral Sul e Descobrimento

Fortalecimento Institucional do Órgão Gestor do Turismo

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Porto Seguro - Setor B e C

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Canavieiras

Sondagem para implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAS) da Barra Grande - Maraú

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Imbassaí

Execução do PRAD da Rodovia Santa Cruz Cabrália/Belmonte

Implantação da Sinalização Turística da Costa do Descobrimento

Rodovia BA 001- Implantação do Trecho Itacaré/Camamu

Pesq. diag. e elab.dos Proj.de Capacitação dos Polos Litoral Sul e Salvador e Entorno

Execução do Programa de Capacitação Empresarial da Costa do Descobrimento

Execução do Programa de Capacitação Empresarial do Polo Salvador e Entorno

Execução do Programa de Capacitação Profissional da Costa do Descobrimento

Estado do Ceará

Elaboração Plano de Gestão Fiscal de Aquiraz

Elaboração de Plano Diretor Municipal de Itarema

Elaboração do Estudo Socioeconômico do Patrimônio Histórico de Fortaleza

Revitalização do Prédio da EMCETUR

Restauração do Teatro Carlos Câmara

Restauração do Museu Sacro São José de Ribamar - Aquiraz

Restauração do Seminário da Prainha

Revitalização Urbana da Vila do Pecém

Urbanização da Orla do Paracuru

Fortalecimento Institucional da SETUR

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa do Sol

Elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa do Sol

Diagnóstico e elaboração do Programa de Capacitação do Polo Costa do Sol

Execução do Programa de Capacitação Profissional do Polo Costa do Sol

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Jericoacoara

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Barrento/ Aracatiara

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Aracatiara/ Itarema

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Jijoca/Parazinho

Implantação da Rodovia CE-085 - Trecho Parazinho/Granja

Duplicação da CE-040 - Trecho Aquiraz/Barra-entroncamento CE 453

Melhoramento e pavimentação da CE 176 - Trecho Amontada/Aracatiara/Icaraí

Melhoramento e pavimentação da Rodovia CE-311 - Trecho Granja/Viçosa do Ceará

Melhoramento e pavimentação da Rodovia CE 177- Trecho Itarema/ Almofala

Estado de Minas Gerais

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo do Jequitinhonha

Diagnóstico e Elaboração do Programa de Capacitação Profissional e Empresarial do Polo do Jequitinhonha

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Diamantina

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Serro

Ampliação e Melhoria do Aeródromo JK de Diamantina

Melhoramento e pavimentação da Rodovia Milho Verde / Serro

Estado de Pernambuco

Plano de Preservação e de Gestão do Sítio Histórico de Vila Velha, em Itamaracá

Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá

Elaboração do PGIRS de Ipojuca

Elaboração do PGIRS para Fernando de Noronha

Revisão do Plano de Manejo da APA de Guadalupe

Implantação da Estação Cultural Museu da Cidade do Recife no Forte de Cinco Pontas

Elaboração do Projeto de Requalificação do Engenho Monjope em Igarassu

Implantacão do Projeto Trilhas do Patrimônio - Bairro do Recife

Requalificação Urbana do Molhe de Brasília Teimosa e acesso ao Parque das Esculturas

Requalificação Urbana do Alto da Sé de Olinda

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Arrecifes

Consultoria para Prestação de Serviço de Assessoria Técnica à Unidade Executora Estadual

Elaboração do Projeto de Sinalização Turística do Polo Costa dos Arrecifes

Implantação do Fortalecimento Institucional - SETUR

Revisão do Projeto de Perenização das Rodovias Vicinais de Fernando de Noronha

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Tamandaré

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Sirinhaém

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e de Esgotamento Sanitário (SES) da praia de Gaibu

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Nossa Sra do Ó

Conclusão da Via Penetração Sul e Implantação da Ponte sobre o Rio Ariquindá

Implantação da Via de Contorno de Tamandaré

Implantação de ciclovia, pista de cooper e interseções na Rod PE 009 - Trecho: N.Srª do Ó / Vila de Porto de Galinhas

Duplicação da Rodovia Porto de Galinhas/ Maracaípe

Implantação e pavimentação da PE-051- Trecho Porto de Galinhas/Acesso a Serrambi

Implantação da Alça Sul - Complexo Viário do Aeroporto do Guararapes

Implantação da Sinalização Turística do Polo Costa dos Arrecifes

Pavimentação da Rodovia Pontas de Pedra / Barra de Catuama

Estado do Piauí

Elaboração do Plano Diretor Municipal de Luís Correia

Elaboração dos Planos de Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo dos municípios do Polo Costa do Delta

Execução do Projeto de Controle Ambiental das Dunas da Lagoa do Portinho

Implantação de Trilha Ecológica e Recinto dos Ursos no Parque Zoobotânico de Teresina

Elaboração do Projeto de Restauração do Porto das Barcas - Parnaíba

Urbanização da Orla da Praia de Atalaia

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa do Delta

Elaboração do Diagnóstico e Projeto de Capacitação Profissional e Empresarial do Polo Costa do Delta

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnaíba - 1ª Etapa

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnaíba - 2ª Etapa

Restauração da Rodovia PI-210 - Trecho Ilha Grande/Porto dos Tatus

Restauração da rodovia PI-116/315 - Trecho Coqueiro/Entroncamento

Restauração da rodovia PI-116/315 - Trecho Macapá/Entroncamento

Estado do Rio Grande do Norte

Elaboração dos Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal para o Turismo dos municípios do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano de Manejo da APA de Jenipabu

Elaboração do Plano de Manejo da APA de Bonfim/Guaraíra

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa das Dunas

Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal

Elaboração da Base Cartográfica para os Municípios do Polo Costa das Dunas

Elaboração do Projeto de Urbanização das orlas de Pirangi, Cotovelo, Pitangui, Jacumã, Muriu, Tibau do Sul e Pipa

Elaboração do Projeto do Museu da Rampa

Elaboração dos Projetos Executivos de Transportes e Recuperação de Áreas Degradadas

Elaboração do Projeto de Fortalecimento da SETUR

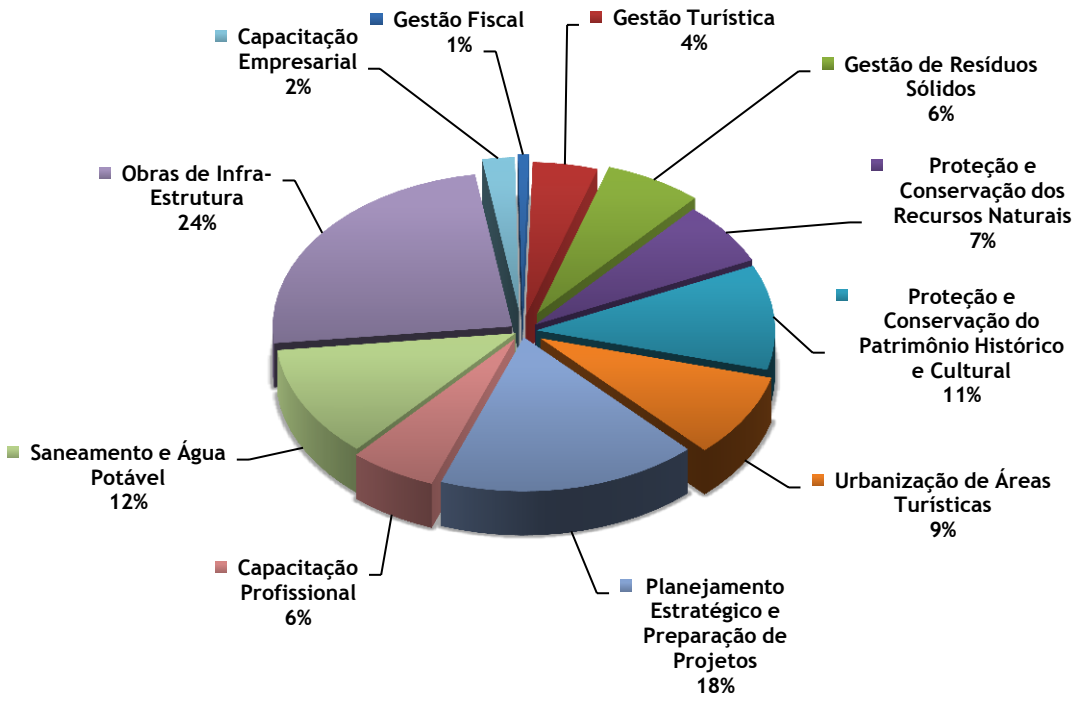
Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremóz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros

Diagnóstico da Capacitação de Mão-de-obra para o Turismo do Polo Costa das Dunas
Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) dos Bairros de Redinha e Redinha Nova
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Pium, Cotovelo e Pirangi
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Tibau do Sul e Pipa
Implantação da Rodovia Tibau do Sul / Pipa
Melhoramento e Pavimentação do Anel Viário de Pipa (Contorno de Pipa)
Melhoramento e Pavimentação da Rodovia Pipa/ Sibaúma
Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada Pitangui / Jacumã
Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada Binário de Pirangi / Nísia Floresta
Recuperação de Passivo Ambiental - Area Degradada RN-313 / N.Parnamirim
Recuperação de Passivo Ambiental - Acostamento Tibau do Sul / Goianinha
Implantação da Sinalização Turística no Polo Costa das Dunas
Ampliação do Centro de Convenções de Natal
Execução do Programa de Capacitação Empresarial nos municípios de Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremóz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros

***

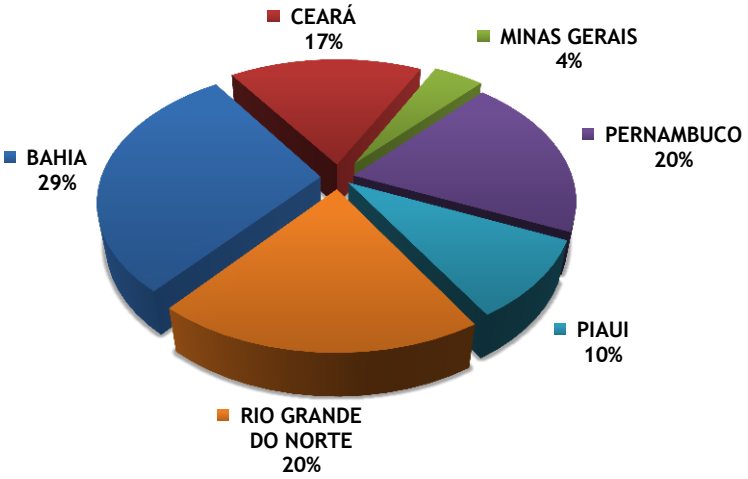
Anexo 6: PROJETOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PRODETUR/NE II - Por Subcomponente

SUBCOMPONENTE	QUANT. PROJS.	%
Gestão Fiscal	1	1%
Gestão Turística	6	4%
Gestão de Resíduos Sólidos	9	7%
Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	9	7%
Proteção e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural	15	11%
Urbanização de Áreas Turísticas	12	9%
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	24	18%
Capacitação Profissional	8	6%
Saneamento e Água Potável	16	12%
Obras de Infra-Estrutura	33	24%
Capacitação Empresarial	3	2%
TOTAL	**136**	**100%**



Anexo 7: PROJETOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PRODETUR/NE II - Por Estado

ESTADOS	QUANT. PROJS.	%
BAHIA	40	29%
CEARÁ	23	17%
MINAS GERAIS	6	4%
PERNAMBUCO	27	20%
PIAUI	13	10%
RIO GRANDE DO NORTE	27	20%
TOTAL	**136**	**100%**



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: **Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta)**

País: **Brasil**

Setor/Subsetor: **Desenvolvimento Urbano e Habitação**

Equipe de Projeto Original: **Arthur Darling (REI/ENI) Jefe; Luis Macedo (REI/ENI); Eduardo Rojas (SDW/SOS); Emilio Cueto (LEG/OPR); Ana Lúcia Dezolt (COF/CBR); Consultants: Alberto Sturla; Charles MacDonald; Ephim Shluger; Sandra Whiting**

Número de Empréstimo: **1200/OC-BR (BR-0261)**

Data do QRR: **12 dezembro, 2010**

Data de Aprovação Final: **13 janeiro, 2011**

Equipe PCR:

Ana Lucia Dezolt (ICF/FMM), Especialista Setorial, Jefe; Mônica Merlo (PDP/CBR), Especialista Financeiro; Benard Darnel (CSC/CBR), Consultor; Ida M. Fernández (ICF/FMM).

Acrônimos e Abreviações

AF	Agente Financeiro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BL	Base Line (linha de base de dados)
CGU	Controlaria Geral da União
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CESI	Comitê de Impacto Ambiental e Social - CESI
CCNAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CUMN	Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
EOP	End of Project
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada
IP	Implementação do Projeto (BID)
IPTU	Imposto Territorial Urbano
ISDP	Informativo do Sistema de Desempenho do Projeto (BID) (também PPMR)
MinC	Ministério da Cultura
OD	Objetivo de Desenvolvimento (BID)
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCR	Project Completion Report (BID)
PPA	Plano Plurianual
PPMR	Project Performance Monitoring Report
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicações do Governo
SFC	Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda
SHUN	Sítios Histórico Urbano Nacional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIP	Sistema de Informações de Patrimônio/SIP
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISPLAN	Sistema de Planejamento
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
TCU	Tribunal de Contas da União
UCG	Unidade Central de Gerenciamento
UEP	Unidade Executora do Projeto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

I. Informação Básica 1

II. O Projeto 2
A. Contexto do Projetos 2
B. Descrição do Projeto 7
C. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) N.A. 8

III. Resultados 8
A. Efeitos Diretos 8
B. Externalidades 10
C. Produtos 11
D. Custos do Projeto 13

IV. Implementação do Projeto 14
A. Desempenho do Mutuário/Agência Executora 15
B. Desempenho do Banco 15

V. Sustentabilidade 15
A. Análise de Fatores Críticos 15
B. Riscos Potenciais 16
C. Capacidade Institucional 16

VI. Monitoramento e Avaliação 17
A. Informação sobre Resultados 17
B. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post 17

VII. Lições Aprendidas 17
A. Na Preparação Do Programa E Dos Projetos 17
B. Na Preparação/Execução Do Programa E Dos Projetos 18
C. Na Execução Do Programa E Dos Projetos: 18
D. No monitoramento e avaliação do programa e dos projetos 19

ANEXOS
Anexo 1: Financiamento do Projeto • Anexo 1-A: Fonte de Financiamento • Anexo 1- B: Calendário de Investimentos
Anexo 2: Avaliação do Mutuário

	LINKS ELECTRÔNICOS	Link
1.	MONUMENTA - Proposta de Empréstimo (Espanhol)	Doc #35449302
2.	MONUMENTA - Loan Proposal (English)	Doc #35449308
3.	Regulamento Operativo_Setembro 2006	Doc #35449317
4.	Marcos Lógicos dos 26 Projetos de Investimentos Integrados do Programa	Doc #35449321
5.	EXPO MONUMENTA 2010	Doc #35449332
6.	Linha do Tempo da Defesa do Patrimônio Histórico Brasileiro e do Programa Monumenta	Doc #35449338
7.	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas	Doc #35449345
8.	Plano de Ação para as Cidades Históricas – IPHAN	Doc #35449346
9.	Revisão dos Indicadores do Programa – Retrofitting do PPMR 2003/2004	Doc #35453622
10.	Lista de Publicações do Programa	Doc #35452377
11.	Cartilha para Financiamento de Imóveis Privados	Doc #35453362
12.	Cartilha sobre Implantação e Operacionalização do Fundo de Preservação	Doc #35453369
13.	Carta Consulta Aprovada da 2ª Fase do Programa Monumenta	Doc #35453381
14.	Avaliação Independente e Pesquisa de Percepção do Programa MONUMENTA – 2009 e Anexos	Doc #35452398
ANEXOS DO LINK 14	14.1 MONUMENTA - Seminário Mariana - Relatório Final	Doc #35453009
	14.2 MONUMENTA - Avaliação Belém-PA	Doc #35453015
	14.3 MONUMENTA - Avaliação Cachoeira-BA	Doc #35453018
	14.4 MONUMENTA - Avaliação Congonhas-MG	Doc #35453024
	14.5 MONUMENTA - Avaliação Corumbá-MS	Doc #35453004
	14.6 MONUMENTA - Avaliação Diamantina-MG	Doc #35453048
	14.7 MONUMENTA - Avaliação Goiás-GO	Doc #35453053
	14.8 MONUMENTA - Avaliação Icó-CE	Doc #35453059
	14.9 MONUMENTA - Avaliação Laranjeiras-CE	Doc #35453061
	14.10 MONUMENTA - Avaliação Lençóis-BA	Doc #35453045
	14.11 MONUMENTA - Avaliação Manaus-AM	Doc #35453081
	14.12 MONUMENTA - Avaliação Mariana-MG	Doc #35453082
	14.13 MONUMENTA - Avaliação Natividade-TO	Doc #35453084
	14.14 MONUMENTA - Avaliação Oeiras-PI	Doc #35453088

	14.15 MONUMENTA - Avaliação Olinda-PE	Doc #35453077
	14.16 MONUMENTA - Avaliação Ouro Preto-MG	Doc #35453096
	14.17 MONUMENTA - Avaliação Pelotas-RS	Doc #35453099
	14.18 MONUMENTA - Avaliação Penedo-AL	Doc #35453101
	14.19 MONUMENTA - Avaliação Porto Alegre-RS	Doc #35453102
	14.20 MONUMENTA - Avaliação Recife-PE	Doc #35453093
	14.21 MONUMENTA - Avaliação Rio de Janeiro-RJ	Doc #35453122
	14.22 MONUMENTA - Avaliação Salvador-BA	Doc #35453124
	14.23 MONUMENTA - Avaliação São Cristóvão-SE	Doc #35453126
	14.24 MONUMENTA - Avaliação São Francisco Sul-SC	Doc #35453127
	14.25 MONUMENTA - Avaliação São Paulo-SP	Doc #35453119
	14.26 MONUMENTA - Avaliação Serro-MG	Doc #35453157
	14.27 MONUMENTA - Avaliação Fortalecimento IPHAN	Doc #35453134
	14.28 MONUMENTA - Avaliação PROGRAMA GLOBAL	Doc #35453136
	14.29 MONUMENTA - Demonstrativo Execução Financeira	Doc #35453137
	14.30 MONUMENTA - Monitoramento Imóveis Privados 09MAR2009	Doc #35453138
	14.31 MONUMENTA - Procedimentos Operacionais Imoveis Privados	Doc #35453131
	14.32 MONUMENTA - Carta Consulta_v01SET2008	Doc #35453141
	14.33 MONUMENTA E PNAFM - Síntese Avaliação 08JUN2009	Doc #35453139
15	Seminário Nacional de Avaliação do Programa Monumenta, Mariana, MG - Novembro/2007: Conclusões e Recomendações do Seminário - Lista de Participantes	Doc #35513315

I. INFORMAÇÃO BÁSICA

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US$)

N0 PROJETO: BR 0261

TITULO: Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumento)

Mutuário: Republica Federativa do Brasíl
Agência Executora (AE): Ministério da Cultura

Empréstimo (s): 1200/OC-BR
Setor: Desenvolvimento Urbano e Habitação

Instrumento de Empréstimo:
Investimento específico

Data da Aprovação pelo Diretório: 22.09.1999
Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 04.12.1999
Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 28.03.2000

1) Meses em Execução:
*** Desde a aprovação:** 131
*** Desde a efetividade do contrato**: 128

Períodos de Desembolso
Data Original de Ultimo Desembolso: 04. 12.2004
Data Atual de Ultimo Desembolso: 04.10.2010
Extensão Acumulada (Meses): 70

Montante do Empréstimo(s)
*** Montante Original**: 62,500,000
*** montante Atual:** 62,500,000
*** Pari Passu (se aplicável):**
Houve Redirecionamento de recursos de [ ] para [ ] este projeto?
[x] N/A (Favor marcar opção correspondente)

Section .01

Montante US$: **- 0 -**

Section .02

Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:
N/A
Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:
Montante US$:

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Não
Equidade Social (SEQ): Sim
Classificação Ambiental: A, B, ou C

O Executor analisou os impactos sociais e ambientais dos projetos da amostrar de acordo com as recomendações do Comitê de Impacto Ambiental e Social - CESI
Conforme a Proposta de Empréstimo do Projeto, os riscos de efeitos ambientais adversos eram considerados mínimos e e transitórios, relacionado com as pequenas obras e a eventual necessidade de reassentamento de poucas famílias.

2) Desembolsos
*** Montante atual**: **56.691.708,92** (90.7 %)

Custo total do projeto (estimativa original): 125,000,000

Em estado de "Alerta"
Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho				
OD	[ ] Muito Provável (MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)
PI	[ ] Muito Satisfatório(MS)	[**x**] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório(I)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[ ] Muito Provável (MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

II. O PROJETO E RESUMO EXECUTIVO

A. Contexto do Projeto e Resumo Executivo

1. Antecedentes

2.1 Apesar do Brasil ter sido um dos primeiros países a reconhecer em lei a importância do patrimônio cultural e histórico criando o IPHAN em 1937 (com o objetivo de proteger, preservar, divulgar e gerir o patrimônio cultural do país), os monumentos, imóveis e sítios arqueológicos, apresentavam um elevado nível de deterioração e risco de arruinamento. Antes do início do Monumenta o IPHAN calculou que a maioria dos edifícios históricos não estavam em boas condições[1].

2.2 No desenvolvimento deste programa o MinC realizou uma pesquisa, de âmbito nacional (15 regiões, 21 cidades e 1.800 famílias), para averiguar a atitude e o conhecimentos deste patrimônio. Nestas 21 cidades, as pessoas puderam identificar apenas 25,8% dos conceitos expostos. Verificou-se ainda que o conhecimento da história e do patrimônio aumenta de acordo com a escolaridade, a idade e a classe social do pesquisado. Os resultados da pesquisa refletiram ainda isolamento regional e bairrismo. Os dados indicaram uma probabilidade três vezes maior, por parte dos pesquisados, de conhecer a história e o patrimônio de sua região do que de outras áreas.

2.3 As principais causas da deterioração do patrimônio histórico foram fundamentalmente devido ao uso que se fazia dos edifícios históricos, o qual muitas vezes não justificava os gastos com a preservação de suas características históricas e artísticas[2]. A maioria dos edifícios históricos eram funcionalmente obsoletos, em áreas de difícil acesso, mal iluminadas e inseguras, levando a um círculo vicioso de redução dos atrativos/incentivos para sua ocupação e promoção do comércio ao redor destes edifícios, tornando estas áreas cada vez menos seguras.

2.4 Alguns dos incentivos tributários[3] com o objetivo de aumentar os investimentos e promover a manutenção e uso do patrimônio foram mal concebidos e eram ineficientes, pois não estabeleciam prioridades no investimento destes recursos nem estavam condicionadas à devida manutenção do bem. Estes recursos apesar de destinados a atividades culturais, em sua maior parte estavam desvinculadas da finalidade de preservação do patrimônio imóvel[4].

2.5 Considerando que a maioria dos edifícios históricos eram funcionalmente obsoletos e inadequados para seu uso, seus proprietários, que em geral desconheciam a importância histórica do patrimônio, fizeram modificações incompatíveis com a preservação do patrimônio, que danificaram ou afetaram suas características originais[5]. Mesmo quando a intenção era preservar, a escassez de mão de obra e não exigência de certificação técnica para participar das licitações, somada ao desconhecimento da maioria dos empreiteiros e artesãos das técnicas apropriadas para trabalhar com edifícios e materiais históricos trouxe resultados danosos à preservação.

2. O Projeto e a Modalidade de Execução

a) O Contrato com o Banco

2.6 O apoio do BID para a preparação e implementação do Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA representa um marco importante na modernização, em todo território do pais, da forma como o IPHAN e o MinC preservam os sítios históricos federais.

2.7 A preparação do Programa culminou com a aprovação, em setembro de 1999, pelo Diretório do BID, de um financiamento no valor de US$ 62.5 milhões para apoiar o Ministério da Cultura – MinC, e grupo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na implementação do MONUMENTA. O Contrato com o Banco contemplou um aporte de contrapartida do Governo do Brasil num montante igual ao do financiamento do BID e prazo de execução de cinco anos.

Visto que a operação não se enquadrou nos requisitos estabelecidas na Oitava Reposição de Capital do BID no que tange a investimentos em projetos destinados a melhorar a justiça social e/ou a redução da pobreza, a mesma não se beneficiou dos dez pontos percentuais em financiamento adicional. Por outro lado, o objetivo do Projeto era consistente com a estratégia do Banco de apoiar a reforma e a modernização do setor público.

---

[1] Dos 800 monumentos nacionais (edifícios históricos) inventariados, a maioria estava em regiões urbanas, somente 20% estavam em boas condições; 10% em ruínas; 40% em más condições; 25% foram modificados de forma inadequada e 5% precisavam de reparos menores.

[2] Segundo o IPHAN apenas 32% dos monumentos declarados eram usados de forma compatível com a preservação. Dos restantes, 45% estavam destinados a usos que os deterioravam, 20% parcialmente ocupados e 3% foram abandonados.

[3] A Lei Federal 8.313-91 oferece incentivo às empresas na dedução dos seus impostos federais entre 60 e 80%. Além disso, vários estados e municípios adotam legislação similar.

[4] No entanto, a aplicação deste sistema resultou em alguma consciência pública sobre a importância do patrimônio cultural, uma vez que as empresas privadas fizeram publicidade sobre seus investimentos na preservação do patrimônio cultural.

[5] Contudo, alguns danos foram intencionais visando auferir maior lucratividade ao libertar-se das restrições legais. As punições para estes comportamentos não estavam bem codificadas pela lei e não eram bem aplicadas.

2.8 O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR entre o BID e a Republica Federativa do Brasil foi assinado em dezembro de 1999, tendo como Órgão Executor o Ministério da Cultura com a participação, na implementação, do IPHAN, dos Estados, Municípios e do setor privado. A operação se tornou elegível para desembolsos em março de 2000.

b) Objetivos e Componentes do Projeto

2.9 O Projeto teve como objetivo contribuir para a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, conscientizar a população do país acerca da existência, valor cultural e necessidade de preservação desse patrimônio, e aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação.

2.10 Os sítios ou conjuntos históricos federais, adicionais àqueles da amostra representativa do Programa (Olinda, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo), foram priorizados por uma comissão especial constituída de especialistas independentes da área de patrimônio e, representantes da UNESCO, do próprio Ministério, do Ministério da Educação, do IPHAN, da Embratur e representantes de órgãos estaduais e municipais de patrimônio. Coube a essa comissão, em setembro de 2000, por meio da análise de estudos monográficos sobre o estado de conservação e representatividade histórica e cultural de cada uma das então 101 áreas protegidas, distribuídas nas cinco regiões geográficas do País, concluir por uma ordem de prioridades de intervenção.

2.11 As 26 cidades participantes do Programa constituem-se portanto em uma relação representativa da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, que contempla desde os conjuntos urbanos clássicos, vários deles pertencentes à lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, até outros que, apesar de menos notórios, são portadores de referências insubstituíveis para se compor o quadro da formação cultural do País.

2.12 Para promover o alcance dos citados objetivos, o Projeto foi estruturado em cinco componentes, a seguir:

(i) O Componente de Investimentos Integrados em Áreas de Projetos era a categoria principal de investimentos para a restauração de sítios ou conjuntos urbanos federais eleitos prioritários pelo Ministério, em 26 cidades do Brasil. No mesmo Componente também ficou inserido o financiamento para a restauração de imóveis privados situados nas áreas de projeto, visando recuperar suas características históricas e artísticas.

(ii) O Componente de Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura, do IPHAN e dos Municípios, teve o objetivo de tornar a tomada de decisões do setor sobre os projetos de preservação urbana mais transparente e estabelecer um sistema rigoroso de inventários, classificação e de prioridades de intervenção.

(iii) O Componente de Promoção de Atividades Econômicas financiou atividades experimentais para incentivar a participação de empresas privadas, moradores, ONG's e outros grupos interessados no uso econômico do patrimônio urbano.

(iv) Um quarto Componente apoiava a capacitação de agentes culturais e de turismo locais, instrutores e artesãos em técnicas de restauração, incluindo carpinteiros, pedreiros, ferreiros e pintores.

(v) O quinto Componente financiou Programas Educativos para informar a população sobre seu patrimônio histórico, cultural e artístico, assim como seu cuidado e uso.

c) O Executor e Agente Financeiro

2.13 Para a execução do Programa foi criada uma Unidade Central de Gerenciamento (UCG) com responsabilidade para todas as medidas financeiras, administrativas, organizacionais e de planejamento necessárias ao desenvolvimento do mesmo sob a coordenação geral do MinC. A UCG também atuou na coordenação da formulação e supervisão de projetos municipais. Sua equipe foi formada por um gerente executivo, especialistas em arquitetura, engenharia, direito, finanças públicas, economia, comunicações, meio-ambiente, financiamentos privados de imóveis e representantes do IPHAN.

2.14 Os municípios beneficiados com projeto de investimento integrado foram designados como sub-executores do Programa, constituindo-se, em cada município, uma Unidade de Execução do Projeto (UEP) com a responsabilidade de preparar, coordenar, supervisionar, executar e administrar financeiramente seu projeto.

2.15 O agente financeiro designado para o Programa foi a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

2.16 Adicionalmente, o MinC contou com a assessoria técnica e operacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

d) O Regulamento Operativo e os Investimentos Integrados

2.17 As condições e procedimentos de implementação do MONUMENTA foram estabelecidas no Contrato de Empréstimo e num detalhado Regulamento Operativo (ROP), aprovado pelo Banco como condição prévia ao primeiro desembolso do financiamento. (Link Regulamento Operativo).

2.18 Para receber financiamento, os municípios comprovaram: (i) possuir sítios nacionais urbanos ou um conjunto urbano de monumentos nacionais incluídos na lista de prioridades do Ministério;(ii) ter a capacidade de executar os investimentos e proporcionar uma contrapartida financeira; (iii) possuir uma proposta para um projeto específico baseada em reuniões participativas, nas quais os moradores, a Câmara de Comércio, a universidade local, as ONG's, as autoridades municipais e o IPHAN identificariam os problemas da área e os objetivos do Projeto, além de demonstrar o interesse do setor privado em participar do Projeto.

2.19 O projeto selecionado teve que: (i) ter um custo total de menos de US$1 milhão, quando não incluía um componente de investimento integrado e de menos de US$8 milhões nos demais casos; (ii) ter um custo total por monumento, individualmente declarado que não ultrapassava US$1,5 milhão; (iii) identificar o uso previsto de bens recuperados e demonstrar que a entidade responsável possuía recursos suficientes para a sua operação e manutenção; (iv) conter um relatório sobre impacto social e ambiental; (v) consultar a comunidade durante a preparação do projeto para averiguar a opinião pública sobre os planos de reassentamento; (vi) constituir legalmente um Fundo de Preservação para utilização dos recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo projeto, para cobrir os custos de conservação dos investimentos em monumentos federais, individualmente declarados na Área do Projeto.

2.20 Para fins de execução e repasse de recursos financeiros do MONUMNENTA, foram firmados três tipos instrumentos: (i) Um contrato entre o MinC e o Agente Financeiro. (ii) Um contrato entre o MinC, agente financeiro e cada sub-executor. (iii) Um convênio entre o MinC e o subexecutor estabelecendo as responsabilidades de cada uma das partes de acordo com o Projeto aprovado.

2.21 A seleção de imóveis privados situados na Área de Projeto, elegíveis para o financiamento foi feito mediante edital público de seleção e apresentação de propostas de proprietários interessados. A classificação foi feita por uma comissão de representantes do Município/Estado e do Ministério da Cultura e do IPHAN. As propostas selecionadas foram atendidas pela ordem de classificação, até que se esgotassem os recursos alocados a esse componente.

2.22 O financiamento de imóveis privados contemplava obras de recuperação de fachadas e coberturas; demolição de acréscimos que tenham descaracterizado a edificação; estabilização ou consolidação estrutural da edificação; instalações elétricas. Poderiam ainda ser admitidas obras de reforma nos interiores da edificação, desde que demonstrado que a renda familiar mensal do proprietário morador fosse inferior a três salários mínimos, estimulando a permanência dos moradores nos centros históricos e propiciando alternativas de intervenção para o IPHAN, em casos de arruinamento ou risco de desabamento de edifícios, para proprietários que não possuíam recursos para sua recuperação.

2.23 O financiamento ao beneficiário foi oneroso com retorno obrigatório mediante depósito no Fundo Municipal de Preservação. Foi exigido do beneficiário um Termo de Compromisso de Cooperação Financeira e Contrato de Transação e Confissão de Dívida firmados com o agente financeiro, de acordo com os regulamentos estabelecidos no ROP. O prazo máximo de retorno do financiamento estabelecido foi de quinze anos, para imóveis residenciais ou mistos, e de dez anos, para imóveis comerciais.

2.24 Para promover a sustentabililidade dos Projetos nas cidades, foi criado, em cada uma delas, um Fundo de Preservação com uma conta bancária especial para o recebimento de recursos gerados direta ou indiretamente pelas ações do respectivo Projeto. O Fundo, criado por lei municipal, seria administrado por um Conselho formado pelo setor público e privado, o setor público representado pelo MinC, o IPHAN, os governos do Estado e dos Municípios e o setor privado pela sociedade civil, as companhias, as universidades e outras associações vinculadas à conservação do patrimônio histórico.

e) Avaliação e Indicadores de Desempenho

2.25 Anualmente, o organismo executor do Programa apresentou indicadores de metas e propósitos realizados de acordo com o marco lógico do Programa. No último ano de execução, o organismo executor deveria apresentar os resultados de uma pesquisa sobre atitudes e conhecimentos em relação ao patrimônio cultural, utilizando a mesma metodologia empregada pela pesquisa realizada na preparação do Programa (pesquisa em andamento, com previsão de término no final do primeiro semestre de 2011).

2.26 Os indicadores de desempenho foram aferidos a partir dos relatórios financeiros do Programa, dos Projetos e dos Fundos de Preservação. A UCG e o IPHAN mantiveram registros e relatórios financeiros separados que foram objeto de auditoria anual pela Secretaria Federal de Controle da Presidência da República, assim como cada uma das UEPs do Programa.

2.27 Os indicadores de desempenho foram derivados da Proposta de Empréstimo (Link: Proposta de Empréstimo em espanhol / Proposta de Empréstimo em inglês). Ressalta-se que, baseado numa decisão do Comitê de Políticas e Avaliação do Diretório Executivo do BID, entre 2003 e 2004 houve uma atualização dos indicadores de diversas operações do Banco no Brasil e outros países da America Latina, incluindo a revisão dos indicadores do Programa MONUMENTA. (Link: PPMR Retrofitting Exercise). Para fins de acompanhamento e avaliação, cada um das cidades participantes do Programa apresentou um Marco Lógico para seu projeto. (Link: Marco Lógico das Cidades).

2.28 O programa terá alcançado seus objetivos em longo prazo (metas) (i) quando as áreas do projeto forem capazes de manter as características restauradas sem necessidade de recorrer aos fundos federais adicionais para sua manutenção; (ii) quando for observado um aumento no grau de conhecimento público e de atitude favorável em relação ao patrimônio cultural e histórico do país, e (iii) quando a estratégia utilizada no desenvolvimento do MONUMENTA for aplicada na recuperação de sítios nele não incluídos, independentemente da participação do BID no financiamento.

3. O Contexto Econômico e Político durante a Execução

2.29 As conquistas alcançadas pelo MONUMENTA estão intrinsecamente atreladas ao contexto sócio-econômico presente no cenário nacional e internacional. A concepção e o desenho do Programa aconteceram em meio a várias turbulências que atingiram o país entre os anos de 1997 e 1999, com as crises do mercado internacional de capitais. Se de um lado, o modelo de estabilização alicerçado sobre a âncora cambial iniciado em 1994 fazia com que se mantivessem os juros elevados como forma de atrair divisas; de outro, os reiterados choques externos (crises do México, do Sudeste Asiático e da Rússia) incentivavam ainda mais a manutenção de altas taxas, diante do risco da fuga de capitais.

2.30 Em 1999, a despeito de uma política de desvalorizações gradativas e controladas acima do índice de inflação, o ritmo não foi suficiente para sinalizar aos agentes de mercado que o Real aproximava-se de uma cotação adequada em relação ao dólar. Com isso, as reiteradas crises externas e a conseqüente drenagem de divisas que acarretavam, foram mais fortes do que qualquer escolha que fizessem as autoridades monetárias, consubstanciando-se, assim, a crise cambial.

2.31 No cenário político, o ano de 2000 deve ser destacado pela realização de eleições para o Executivo e Legislativo municipal e o ano de 2001 pela realização de eleições para o Poder Executivo no âmbito nacional (Presidência da República). Como resultado do pleito, houve alternância de poder no âmbito do Governo Federal, com eleição do Presidente da República de diferente sigla partidária. Também no ano de 2001 ocorreram as eleições para os governos estaduais.

2.32 O cenário econômico-financeiro do ano de 2002 apresentou uma forte ameaça para a contenção da inflação e para a estabilidade monetária no Brasil, em função da alternância do poder no âmbito do Governo Federal e por uma possível descontinuidade da política econômica vigente.

2.33 O sucesso da política antiinflacionária, influenciada pela queda do dólar, a partir de outubro de 2002, bem como pela política orçamentária rigorosa, aumentou a previsibilidade da economia brasileira e favoreceu a aplicação de estratégias financeiras e de planejamento, melhorando o nível de competição dos agentes econômicos.

2.34 No período de 2003-2006, o desempenho da economia brasileira foi marcado por bons resultados apresentados nas contas externas, pela manutenção das taxas de inflação próximas às metas estabelecidas e pela expansão da demanda interna da economia.

2.35 No cenário político, o ano de 2004 deve ser destacado mais uma vez pela realização de eleições para o Executivo e Legislativo municipal.

2.36 No período de 2007-2008, o desempenho da economia brasileira foi marcado por algumas turbulências resultantes da crise internacional instalada no final de 2008. No cenário político de 2008 também se destaca a realização da 3a eleição em âmbito municipal ocorrida desde o início do Programa.

4. Implementação do Projeto

2.37 Os elementos principais da implementação do MONUMENTA estão relacionados no Capitulo III do presente documento. Sobre este tema, vale salientar que o prazo inicial de cinco anos de execução do Programa se estendeu por seis anos adicionais, e os 07 sítios históricos planejados ao início tornaram-se 26 sítios, havendo ainda impactos por fatores transversais e intervenientes do contexto econômico e político, alheios ao controle direto do Executor, e pela complexidade do empreendimento, amplamente refletido nas seguintes observações:

2.38 O programa partiu de uma concepção inovadora para a gestão do patrimônio cultural, de que as ações de preservação deviam ser integradas a atividades de fortalecimento institucional promoção de atividades econômicas, de programas educativos para a população e de capacitação e qualificação de profissionais que atuam sobre o patrimônio cultural. Porém, na implementação, nem todas as cidades apresentaram condições políticas favoráveis para a atuação conjunta com o governo federal, e nem todas as prefeituras apresentaram interesse e comprometimento com a preservação do patrimônio, o que limitou seu envolvimento no Programa. Nesses casos, houve maior dificuldade de realização de ações integradas, com maior ênfase nos investimentos em obras e serviços, e nos financiamentos de imóveis privados, que dependiam mais da equipe do programa e menor ênfase nas ações de fortalecimento institucional, atividades educativas e de desenvolvimento econômico, que dependiam do maior envolvimento dos atores locais.

2.39 No final de 2007, foi realizado um Seminário do Monumenta, reunindo 171 especialistas representantes do poder público e do IPHAN das cidades tombadas e das participantes, além de técnicos da Caixa e convidados de diversas Universidades, para uma avaliação do Programa. (Link: Seminário de Mariana) De maneira sintética, o resultado final dessa avaliação foi o seguinte:

- *Perfil do Projeto:* componentes pré-determinados rigidamente geraram uma limitação para atender à diversidade de municípios – o programa em geral apresentou resultados mais efetivos nas pequenas cidades e menos significativos nas grandes. Deveria haver maior flexibilidade, e possibilidades de reavaliações no decorrer do projeto.
- *Integração das ações*: houve pouco espaço para a proposição e compatibilização de ações, principalmente no entendimento de sustentabilidade econômica para diversas realidades locais.

- *Fortalecimento da gestão local*: a integração UEP – Prefeitura – Governo do Estado – IPHAN, nem sempre foi positiva, dependendo de conjunturas locais. Uma limitação significativa foi o quadro geral de fragilidade das estruturas municipais para a implementação de políticas de preservação.
- *Participação e controle social:* dependia de um comprometimento maior das gestões locais, por isso só se deu efetivamente em poucas cidades, e em geral pontualmente no momento de elaboração de projetos (e não na execução). Poderia envolver mais escolas públicas e universidades. Há a necessidade de mais capacitação para gestores, para compreensão da importância da participação social no projeto.

- *Fundo Municipal de Preservação*: houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais. Faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização dos recursos. Poderia haver maior flexibilidade, permitindo a articulação com outros fundos municipais existentes.
- *Resultados gerais do programa:* houve impactos positivos na valorização do patrimônio e no seu reconhecimento pela população. Faltaram indicadores para medir impactos sociais do programa, houve uma ênfase nos resultados de sustentabilidade econômica a partir de indicadores financeiros. A recuperação de imóveis gerou valorização imobiliária e demanda por novos usos, mas não suficiente para gerar essa sustentabilidade. Destacou-se a importância de fomentar a permanência de usos tradicionais e dificuldades de consolidação da população de baixa renda moradora.

5. Resultados e Conclusão

2.40 O objetivo do Programa era o de aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas prioritárias do Patrimônio Histórico e Artístico Urbano sob proteção federal, aperfeiçoando a gestão desse patrimônio, estabelecendo critérios para implementação de prioridades de conservação, conscientizando a população brasileira acerca desse patrimônio.

2.41 Cidades participantes do Programa:

- Região Centro-Oeste (2 Cidades): Corumbá (MS), Goiás (GO);
- Região Norte (3 Cidades): Natividade (TO); Belém (PA); Manaus (AM);
- Região Nordeste (11 Cidades): Alcântara (MA); Cachoeira (BA); Icó (CE); Laranjeiras (SE); Lençóis (BA); Oeiras (PI); Olinda (PE); Penedo (AL); Recife (PE); Salvador (BA); São Cristóvão (SE);
- Região Sudeste (7 Cidades): Congonhas (MG); Diamantina (MG); Mariana (MG); Ouro Preto (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Serro (MG).
- Região Sul (3 Cidades): Pelotas (RS); Porto Alegre (RS); São Francisco do Sul (SC).

2.42 O Programa Monumenta representa um avanço no tratamento do patrimônio cultural brasileiro pela articulação das ações de preservação, desenvolvimento local e integração governamental e setorial. Sua atuação se destacou principalmente em três frentes: na dinamização econômica e cultural, nas qualificações urbanísticas integradas e na recuperação de imóveis privados. Exemplos a seguir:

2.43 Em Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE) foram instalados campi universitários federais - a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e Universidade Federal de Sergipe – em locais que se encontravam em estado de arruinamento. A implantação das Universidades teve como objetivo dar novo significado a um importante conjunto histórico dessas cidades e, ainda, atender a uma carência do ensino superior na região. Ações como estas representam o poder de articulação da Coordenação Nacional do Programa, conseguindo mobilizar os Municípios, os Estados, as Universidades e o Ministério da Educação, proporcionando uma nova dinâmica econômica com uma proposta de desenvolvimento de caráter sustentável.

2.44 No centro de Ouro Preto (MG), o Programa criou um parque urbano com a requalificação de uma importante área verde localizada bem no centro da cidade. A intervenção no Vale dos Contos e no Horto Botânico modifica completamente a interação da população e dos visitantes com o sítio histórico, propiciando uma nova fruição da paisagem local.

2.45 Em Corumbá (MS) e São Francisco do Sul (SC), as intervenções de requalificação das orlas do rio Paraguai e da Baia da Babitonga promoveram melhoras significativas nesses espaços públicos que permitiram aos moradores restabelecer (resgatar) o uso qualificado dessas áreas e a relação com o rio e o mar.

2.46 A recuperação dos imóveis privados tem reforçado a importância da moradia como eixo estrutural das estratégias de recuperação dos centros históricos, reduzindo a subutilização e a degradação dos imóveis. A melhora da qualidade de vida dos moradores é sensível nas mais de 260 recuperações que já foram financiadas pelo Monumenta. A busca por esse crédito com condições especiais e adequadas às realidades locais das cidades históricas demonstra a enorme demanda que ainda precisa ser atendida. Foram lançados quase 60 editais em 25 cidades que somaram mais de 1200 propostas no valor de R$ 63 milhões de reais.

2.47 Em Natividade (TO), detentora de um conjunto arquitetônico que se destaca pela simplicidade, a ação teve um impacto muito positivo no sítio histórico e na vida dos moradores. Foram recuperados 58 imóveis, o que corresponde a 75% da área protegida, sendo quase todos para famílias com renda de até três salários mínimos.

2.48 Finalmente, o Programa Monumenta atua hoje em 26 cidades de forma integrada, com todo o conjunto de ações acima descritas, e em outras 54 com o apoio direto a projetos de capacitação e promoção. Todo o investimento realizado até o momento, no entanto, ainda é insuficiente para atender as demandas e necessidades de todas as cidades que possuem bens protegidos, no caso federal são 91 cidades com 112 sítios históricos ou conjuntos urbanos. A avaliação do Programa (apresentada no item 2.3) mostra que foram obtidos resultados muito importantes na conservação do patrimônio cultural das cidades atendidas, mas aponta

também as limitações para responder às suas diferentes necessidades que são fruto das diversidades urbana, social, econômica e institucional e, principalmente, do patrimônio cultural.

2.49 O Plano Plurianual de 2008-2011 propõe uma combinação ótima de investimentos, a partir das realidades locais, que levem ao desenvolvimento regional mais equilibrado em uma perspectiva de longo prazo. Uma proposta de continuidade do Programa Monumenta se alinha com essa perspectiva na medida em que busca a preservação sustentada do patrimônio cultural brasileiro.

B. Descrição do Projeto

1. Objetivo(s) de Desenvolvimento

2.50 O Programa **tem os seguintes obje**tivos de longo prazo:

a. Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;

b. Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;

c. Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação.

2.51 O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto.

2.52 Os fins e os propósitos serão alcançados quando os sítios históricos forem sustentáveis, isto é, conseguirem manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos aportes federais para sua conservação. Quando a população estiver consciente sobre a importância de ser preservar o patrimônio existente; e, ainda, quando a estratégia usada para desenvolver esse Programa for também usada para recuperar sítios nele não incluídos, independentemente da participação do BID no financiamento.

2.53 Além das obras de restauração, o Programa compreende um conjunto de ações complementares, visando a sustentabilidade, como a formação de mão-de-obra, programas educativos, promoção turística e a reestruturação institucional do setor. Entende-se a sustentabilidade como um conjunto de ações que vão desde as intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro.

2.54 Não houve alteração do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto estabelecido na Proposta de Empréstimo e no Anexo A do Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR.

2. Componentes

2.55 O Programa estrutura-se em cinco componentes para alcançar seus objetivos:

a) Investimentos Integrados em Áreas de Projetos.

2.56 Compreende o financiamento das obras e serviços de preservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos tombados pelo Governo Federal, como também de outros monumentos, edificações e espaços públicos que garantam a sustentabilidade do Programa.

b) Fortalecimento Institucional.

2.57 Este Componente compõe-se de três sub-componentes:

a. Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura.

b. Fortalecimento Institucional do Iphan.

c. Fortalecimento Institucional dos Municípios

c) Promoção de Atividades Econômicas.

2.58 Através de eventos culturais e promoção turística que contribuam para intensificar a economia local e o uso dos imóveis nas áreas do projeto e que tenham pertinência com a história e patrimônio local.

d) Capacitação de Artífices e de Agentes Locais de Cultura e Turismo;

2.59 Financiamento de treinamento de instrutores e de agentes locais de cultura e turismo, assim como a formação de artífices em técnicas de conservação.

e) Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico;

2.60 Visando estimular o exercício da cidadania através do envolvimento e participação da comunidade no resgate, proteção e valorização do patrimônio cultural.

C. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) n.a.

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	[x] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (i)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)

III. RESULTADOS

A. Efeitos Diretos

ALCANCE DOs OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)	
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	**Indicadores Chaves de Efeitos Diretos**
OBJETIVO I: **Melhoria da Gestão do Patrimônio Histórico, estabelecendo as prioridades de preservação/conservação pelo IPHAN**. Inicialmente, é importante esclarecer quanto ao alcance do Programa, que o MONUMENTA atua em 26 cidades de forma integrada e em 54 com o apoio direto a projetos de capacitação e promoção, num universo de 91 cidades com 112 sítios históricos ou conjuntos urbanos possuem bens protegidos, no âmbito federal.	
Meta/Efeito: Áreas históricas e culturais urbanas são preservadas **LB = Linha de Base EOP = End of Project Target**	
a) Efeitos Diretos Planejados: **(1ª) EOP revisado em 2003** • IPHAN mantém os 32 inventários atualizados a partir de 2008. **LB 1997:** IPHAN não dispunha de inventários atualizados dos sítios históricos federais.	**2) Efeitos Diretos Obtidos (dezembro 2009)** **(1ª)** • IPHAN gerou e mantêm 43 inventários.
3) **Classificação OD:** Provável	
(1b) A estratégia do Programa é aplicada em outros sítios históricos não incluídos no Programa **LB 1998:** o PPA do Governo Federal disponibiliza recursos apenas para intervenções e não projetos integrados de preservação	**(1b)** O PPA de 2008-2011 do Governo Federal incorpora a Preservação do Patrimônio como política de governo: - Programa: Programa 0167 Brasil Patrimônio Cultural - Recursos alocados: R$ 324.644.792 Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas.
Classificação OD: Muito Provável	
OBJETIVO II: **Incremento do conhecimento e apreciação da população brasileira sobre seu patrimônio**	
Meta/Efeito: O conhecimento e apreciação da população brasileira sobre seu patrimônio aumentada **4) LB = Linha de Base EOP = End of Project Target**	
Efeitos Diretos Planejados: **(2)EOP:** Ao término do Programa, pesquisa nacional de conhecimento, realizada antes do último desembolso, aponta acréscimo do percentual de conhecimento da população do país para 35% **LB 1998 :** 25,8% da população nacional pesquisada conhecem e apreciam o patrimônio histórico cultural. A média ponderada de atitude dos respondentes na pesquisa nacional de conhecimento indica aumento na seguintes questões: 1. Disposto a doar tempo de LB 4,5 para EOP 5,0 2. Disposto a pagar pelo patrimônio de LB 2,7 para EOP 3,2	**Efeitos Diretos Obtidos (dezembro 2009)** **(2)** Pesquisa em andamento, com previsão de término no final de primeiro semestre de 2011. Obs: Estimativas baseadas em seminários e avaliações locais anteriores sugerem que esse *benchmark* já foi superado na maioria das áreas de atuação do Programa, porém com variações consideráveis entre um sitio e outro, dependendo de diversos fatores como localização, acesso, a administração municipal, o fluxo de turistas e outros.

3. Governos Municipais deverão investir na preservação, de LB 3,0 para EOP 3,5	
Classificação OD: Muito Provável	

OBJETIVO III:
Preservação de 26 sítios históricos e culturais urbanos prioritários, continuamente, sem a necessidade de aporte de recursos do Governo federal.

Meta/Efeito Uso econômico, cultural e social das áreas restauradas aumentado
LB = Linha de Base EOP = End of Project Target

(3a) EOP: Ao término do Programa, o volume de processos judiciais propostos anualmente pelo IPHAN decresce para até 100, nas 26 cidades onde normas de inventário e de acordos municipais são implementados. **LB 1996-1998:** média de 207 processos judiciais propostos pelo IPHAN por ano**.**	**(3a)** Reduzido para 172 processos em dezembro de 2007 OBS: Não existe sistema de acompanhamento nacional deste dado, o que dificulta sua contabilização.
Classificação OD: Muito Provável	
(3b) EOP: 26 Fundos de Preservação com recursos suficientes para gestão do patrimônio histórico local, a partir de 2008. OBS: Indicação de número de Fundos com recursos na conta especial. **LB 1997**: não existe Fundo de Preservação nos 26 municípios.	**(3b)** • 25 Fundos de Preservação estabelecidos, dos quais 11 com capacidade operacional. • 21 Fundos possuem recursos financeiros em conta. **Obs**. houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais, pois faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização desses recursos.
Classificação OD: Baixa Probabilidade	
(3c) EOP: 26 sítios históricos e culturais urbanos prioritários preservados. **LB 1997:** Nenhuma cidade com projeto de preservação integrado em execução em sitio histórico federal.	**(3c)** Ver 26 Marcos Lógicos dos sítios históricos anexados por Link Eletrônico.
Classificação OD: Muito Provável	

Reformulação: Não houve reformulação do Projeto **[X] N/A**

PPMR Retrofitting: Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas conseqüências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metas. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

O Programa MONUMENTA foi um dos projetos piloto para a readequação do ISDP, realizada em junho de 2003 com a equipe responsável pela revisão e a equipe de projeto. Ressalta-se, no entanto, que a característica multisetorial do Programa, e seus vários componentes dificultaram sua inserção neste instrumento.

Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):

[ ] Muito Provável(MP) [**x**] Provável (P) [ ] Pouco Provável (LP) [ ] Improvável (I)

Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.

(i) Apesar de grandes desafios na execução dos projetos nos municípios e do pequeno quadro institucional do IPHAN, as ações para o fortalecimento do IPHAN e dos gestores locais foram realizadas a contento, gerando uma melhoria significativa nos instrumentos de trabalho disponíveis.
(ii) O IPHAN realizou diversos concursos públicos para ampliar seu quadro de profissionais e técnicos no país para garantir a gestão de excelência e a sustentabilidade para o patrimônio histórico.
(iii) Os municípios reconhecem a importância de seu patrimônio histórico e o Programa proporcionou um grande estreitamento entre estas instâncias (Municípios - IPHAN - MinC).
(iv) A UCG está fortemente empenhada na regulação dos Fundos de Preservação, imprescindível para a sustentabilidade dos sítios históricos federais. Conforme indicado, o funcionamento dos mesmos nas cidades ainda é muito incipiente. Ressalta -se que mesmo com o pleno funcionamento do Fundo, as demandas da área patrimonial são muito superiores à capacidade financeira dos Fundos, não havendo a total viabilidade econômica dos subprojetos e resolução de todas as demandas de intervenção resolvidas por ele.
(v) Os pressupostos foram validados pela boa execução do componente fortalecimento institucional do IPHAN e do aprendizado dos municípios no trabalho conjunto de preparação do perfil de projeto, e em especial com a grande demanda pelo financiamento à imóveis privados, em prol da excelência na gestão patrimonial.

Obs. Classificação "provável" validada mediante pesquisa independente do Programa Monumena - Link Eletrônico

Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país

Este programa se constitui num primeiro passo na modernização da forma em que o IPHAN e o Ministério da cultura preservam os sítios históricos e culturais no Brasil. Foi desenvolvido de forma conjunta com a UNESCO, a qual proporcionou suporte financeiro e assessoria técnica ao MinC.

O programa age em diferentes áreas para o mesmo objetivo a gestão de excelência do patrimônio histórico urbano. Sua concentração em áreas centrais das cidades contempladas favorecem a reabilitação urbana, criando nova dinâmica na economia local posto que todas as intervenções prevêm seu respectivo uso, e ainda contempla a requalificação de imóveis privados, promovendo a revitalização da área como um todo e não apenas em intervenções pontuais. Com a gestão local fortalecida e a população local mobilizada, tendo melhorado sua qualidade de vida, com o apoio destas intervenções e as ações educativas e de fomento à atividades econômicas, gera novo impulso para o desenvolvimento local.

O programa se baseia e prioriza a educação, com campanhas de conscientização pública, educação sobre o patrimônio e a capacitação de artesãos. Finalmente, financia programas modelo para demonstrar como o redimensionamento urbano e o patrimônio podem cooperar para revitalizar as zonas urbanas e tornar o patrimônio sustentável.

B. Externalidades

Positivas	Negativas
Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida: Aumento da auto-estima da população; Incremento das atividades culturais ligadas à música e as artes cênicas; Requalificação da paisagem urbana e sua utilização no período noturno e final de semana; Criação de Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico.	**Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida:** Aumento no número e fluxo de veículos sem estudo e plano de trânsito adequados; Redução de vagas de estacionamento para carros; Maior volume de lixo urbano e poluição em vários níveis; Transtornos ocasionados pela realização de várias obras concomitantemente.
Desenvolvimento Econômico: Diminuição na taxa de desemprego; Incremento do turismo; Aumento da movimentação financeira na economia da cidade; Aparecimento de novos interesses empresariais, nos ramos hoteleiros, bancário, cultural e no mercado imobiliário.	**Desenvolvimento Econômico**: Supervalorização e aumento da especulação imobiliária em áreas comerciais e residenciais.
Desenvolvimento da Educação: Interlocução multisetorial para implantação de Campis universitário; Repercussão do Programa no meio acadêmico, dada a grande produção técnica e metodológica mediante linha editorial do Programa.	
Desenvolvimento da Cultura: Incremento anual médio de 8,9% no orçamento do IPHAN, e de 12,7% no orçamento do MinC, no período de doze anos (1996-2007); Ampliação do campo do patrimônio cultural brasileiro, incluindo bens materiais e manifestações imateriais.	**Desenvolvimento da Cultura:** o concurso público para o IPHAN, pressuposto para a execução do Programa Monumenta quando de sua elaboração, previsto ao seu início (1999) se deu apenas em 2006. Ainda assim, dado que ainda não há plano de cargos e salários vários funcionários deste concurso já se desligaram do Quadro de Pessoal.
Parcerias: Constituição de uma rede de equipes, agentes e disposições orçamentárias nos três níveis da administração, para execução do Programa; Parceria com fundações e empresas privadas; Aumento do número de convênios com a iniciativa privada e com o Governo Federal**.**	**Parcerias: D**ados os três níveis da esfera da administração pública envolvidos na execução do Programa, as normas do Banco e da Agência Especializada da ONU (UNESCO), houve grande superposição de burocracias, gerando retrabalho e procedimentos duplicados.

Obs. Externalidades validadas pela pesquisa de percepção junto aos atores envolvidos na execução do programa (Link Eletrônico)

C. Produtos

Component/ Output / Indicator		Produtos Planejados		Prod. Obtidos		Custos			% Executado	
		Qtd.	Unidade	Atual	%	BID	Local	Total	BID	LOCAL
				GLOBAL	87,6%			97.361	56.362	33.870
1- Programas de Investimento Integrado					**106,5%**	49.491	29.905	**79.396**	43.682	**30.160**
1.1	155 Imóveis Públicos, integrantes dos 26 sítios históricos, revitalizados até 2007.	155	Nº. de Imóveis	130	84%	22.362	13.512	35.874	22.351	19.414
1.2	260 imóveis privados, integrantes dos 26 sítios históricos, restaurados até 2007.	260	Nº. de Imóveis	371	143%	16.245	9.816	26.061	9.425	405
1.3	26 Fundos de Preservação Ativos	26	Nº. de Fundos	11	42%	-	-	-	-	-
1.4	Ao final do Programa, 127 espaços públicos restaurados.	127	Nº. de Intervenções	93	73%	10.884	6.577	17.461	11.906	10.341
2- Fortalecimento Institucional					**103%**	**4.940**	**1.245**	**6.185**	**4.940**	**1.297**
2.1	Sistema Nacional de Informações Patrimoniais - SNIP em funcionamento.	1	Nº. de Sistema	-	0%	-	129	129	-	-
2.2	20 Planos diretores ou planos de preservação elaborados até 2006.	20	Nº. de Planos	14	70%	619	-	619	619	-
2.3	Em 2003, 08 manuais técnicos do IPHAN sobre conservação, manutenção, uso e preparação de projeto estarão disponíveis no site do IPHAN.	8	Nº. de Manuais	16	200%	1.962	-	1.962	1.962	135
2.4	Em 2000, IPHAN desenvolveu os instrumentos legais e administrativos para gerenciar a proteção em conjunto com as municipalidades. Obs: PAC Cidades Históricas lançado como Política Pública para o Setor, no entanto mesmo constituindo-se diretrizes para a atuação do IPHAN não possuem força de lei.	1	Marco Legal	1	100%	1.752	755	2.507	-	-
2.5	Em 2000, IPHAN reúne uma equipe de especialistas para determinar a relevância histórica e artística de todos os monumentos declarados individualmente, sítios e prédios nos sítios.	1	Lista de Prioridades	1	100%	607	264	871	607	1.061
2.6	Em 2001, IPHAN elabora um plano estratégico para seu sistema de informação.	1	Plano Estratégico	1	100%	-	97	97	1.752	101
3- Promoção de Atividades Econômicas					**81%**	**3.257**	**1.080**	**4.337**	**3.257**	**578**
3.1	Ao final do Programa, 108 projetos de promoção de atividades econômicas em sítios históricos urbanos nacionais, executados em parceria com o setor privado.	108	Nº. de Projetos	87	81%	3.257	1.080	4.337	3.257	578
4- Treinamento/Formação					**84%**	**1.679**	**1.900**	**3.579**	**1.679**	**789**
4.1	Ao final do Programa, 03 grupos de seis instrutores treinados em restauração de carpintaria, alvenaria de pedra, escultura em pedra, ferraria, trabalho em estuque e pintura.	18	Nº. de Instrutores	34	189%	659	1.686	2.345	1.311	759
4.2	Ao final do Programa, 240 novos artífices treinados.	240	Nº. de Artífices	154	64%	-	118	118	55	4
4.3	Ao final do Programa, 1200 artífices são treinados em cursos de pequena duração nas áreas de cantaria, metais, alvenaria, marcenaria, carpintaria e entalhe, pintura de revestimentos parietais e estuque.	1.200	Nº. de Artífices	1.036	86%	1.020	96	1.116	313	26
5- Programas Educativos					**53%**	**2.804**	**1.060**	**3.864**	**2.804**	**1.046**
5.1	Ao final do Programa, Nº. de peças publicitárias realizadas para promover a conscientização, conservação, investimentos e visitas em áreas históricas - (01 campanha nacional, 3 campanhas regionais, 6 documentários, 40 clips, 20 programas televisivos	70	Nº. de Peças	-	0%	-	-	-	-	-
5.2	50 projetos de educação patrimonial realizados, em sítios históricos urbanos federais, ao final do Programa.	50	Nº. de Projetos	38	76%	1.435	418	1.853	1.010	376
5.3	30 publicações na área de interesse do Programa, desenvolvidas e publicadas, ao final do Programa.	30	Nº. de Publicações	41	137%	1.369	642	2.011	1.794	670

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

1.1 - Os imóveis públicos do Projeto em Alcântara, único convênio cancelado no Programa Monumenta, foram executados diretamente pelo IPHAN com recursos próprios. Com a valorização do Real frente ao Dólar foi necessário o financiamento da restauração de imóveis públicos nos sítios históricos beneficiados com recursos extra programa.
1.2 - O efeito multiplicador dos primeiros financiamentos à imóveis privados foi muito expressivo, atualmente o Programa conta com uma lista de espera de aproximadamente de 700 proponentes.
1.3 - Houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais, pois faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização desses recursos. Não são necessários gastos com sua implementação.
1.4 - Os espaços públicos do Projeto em Alcântara, único convênio cancelado no Programa Monumenta, foram executados diretamente pelo IPHAN com recursos próprios. Com a valorização do Real frente ao Dólar também foi necessário o financiamento da restauração desses espaços públicos nos sítios históricos beneficiados com recursos extra programa.
2.1. Sistema Nacional de Informações Patrimoniais - SNIP em funcionamento.
2.2. Os planos diretores foram financiados em coordenação com outros Ministérios que também tinham previsão orçamentária para esta mesma finalidade (Ministério das Cidades e do Meio Ambiente).
2.3. A linha editorial do Programa foi bastante priorizada - Manuais.
3.1. Foram beneficiadas todas as propostas classificadas pela Comissão Técnica. Os projetos foram selecionados mediante edital de seleção específico, com ênfase no fortalecimento de grupos locais.
4.1. Foram identificados 34 Mestres Artífices por intermédio de edital de seleção, ampliando-se as vagas para o processo de formação.
4.2. Núcleos de Restauro – revisão e ampliação da carga horária dos cursos de formação.
4.3. Não foram contabilizados alunos que realizaram mais de um curso quando este foi ministrado na mesma cidade.
5.1. A Coordenação Nacional não deu continuidade à contratação de Agência de Publicidade para realização de campanhas, nacional e regionais, assim como de documentários, para que se voltar especificamente ao apoio de iniciativas de menor custo unitário mas de grande impacto local, via edital de seleção de propostas de projetos educativos.
5.2. Foram beneficiadas todas as propostas classificadas pela Comissão Técnica, selecionadas mediante edital específico.
5.3. A linha editorial do Programa foi bastante priorizada – publicações de projetos e livros técnicos dereferência.

D. Custos do Projeto

	Custo Total Projeto - Planejado (US$000)						Custo Total do Projeto - Atual (US$000)			
Categoria de Investimento	**Orçamento Inicial Anexo A (Original)**			**Orçamento Vigente**			**Custo Atual** Investimentos realizados até 04.10.2010			
	BID 1	**LOCAL 2**	**TOTAL 3**	**BID 4**	**LOCAL 5**	**TOTAL 6**	**BID 7**	**LOCAL 8**	**TOTAL 9**	% do Planejado **10**
1.0 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	**-**	**14.600**	**14.600**	**-**	**25.038**	**25.038**	**-**	**33.074**	**33.074**	**132.1**
1.1 Administração e Supervisão	-	7.700	7.700	-	20.523	20.523	-	25.722	25.722	125.3
1.2 Estudos e Projetos	-	6.900	6.900	-		6.900	-	7.352	7.352	106.2
2.0 CUSTOS DIRETOS	**36.695**	**16.405**	**53.100**	**49.491**	**29.905**	**79.396**	**43.683**	**30.161**	**73.844**	**93.0**
2.1 Investimentos Integrados	36.695	16.405	53.100	49.491	29.905	79.396	43.683	30.161	73.844	93.0
3. ATIVIDADES CONCORRENTES	**25.180**	**18.785**	**43.965**	**12.680**	**5.285**	**17.965**	**12.680**	**3.711**	**16.391**	**91.2**
3.1 Fortalecimento Institucional	6.600	1.530	8.130	4.940	1.245	6.185	4.940.	1.2971	6.238	100.1
3.2 Promoção de atividades econômicas	3.900	3.620	7.520	3.257	1.080	4.337	3.257	578	3.835	88.4
3.3 Treinamento/Formação	4.080	3.790	7.870	1.679	1.900	3.579	1.679	789	2.468	68.9
3.4 Programas educativos	10.600	9.845	20.445	2.804	1.060	3.864	2.804	1.046	3.850	100.1
4.0 CUSTOS FINANCEIROS	**625**	**12.710**	**13.335**	**329**	**12.710**	**13.039**	**329**	**7.875**	**8.204**	**62.9**
4.1 Juros	-	11.700	11.700		11.700	11.700	**-**	6.328	6.328	**54.1**
4.2 Comissão de crédito	-	1.010	1.010	**-**	1.010	1.010.0	**-**	1.547	1.547	**153.2**
4.3 Inspeção e Supervisão	625	-	625	329	**-**	329	329	-	329	**100.0**
CUSTO TOTAL	**62.500**	**62.500**	**125.000**	**62.500**	**62.500**	**125.000**	**56.692**	**74.821**	**131.512**	**105.2**
Parcela do Custo	**50%**	**50%**	**100%**	**50%**	**50%**	**100%**	**43.1%**	**56.9%**	**100%**	

Explique brevemente diferenças.

(a) O *Orçamento Inicial* (Colunas 1,2,3) apresenta os valores do Anexo A do Contrato de Empréstimo.

(b) O *Orçamento Vigente* apresenta modificações no Quadro de *Custo do Programa e Plano de Financiamento*, refletindo ajustes necessários na execução do Programa Monumenta, (sem alteração dos objetivos do Programa) em função de:

(1) Valorização do Real frente ao Dólar demandando maior montante de moeda local para execução das obras propostas.

(2) Maior disponibilização de recursos para Investimentos Integrados dado o cumprimento de metas nos outros Componentes do Programa.

(3) Cancelamento: a interrupção e\ou o baixo ritmo de execução de algumas obras contratadas foram ocasionados por achados arqueológicos significativos e dificuldades de repasses financeiras pelo Governo federal ao Município por razões de inadimplência.

(c) O Custo Atual (Colunas 7, 8, e 9) corresponde aos investimentos do financiamento e da contrapartida do Projeto Monumenta realizados até 04 de outubro de 2010:

(1) O montante do financiamento de US $5.808.291,08 não utilizado foi cancelado.

(2) O aumento de custos em relação ao previsto, tanto doOrçamento Inicial e Orçamento Vigente nas categorias 1.0 e 4.2, decorrem do prazo maior de execução do Projeto.

IV. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Positivos	Negativos
Desenho do programa e dos projetos: Disponibilidade de recursos governamentais para conservação, preservação e restauração do Patrimônio Histórico e de Imóveis Privados em áreas protegidas; Apoio financeiro e institucional de governos estaduais; Concepção de uma nova metodologia de trabalho visando projetos de intervenção integrada.	**Desenho do Programa e dos projetos:** Rigidez dos Componentes; Falta de apoio do Programa na fase de formatação do Perfil de Projeto; Integralidade das necessidades do IPHAN não incluídas no Componente Fortalecimento Institucional; Limitação do Programa para 26 cidades; Falta de interesse das empresas nos certames devido aos baixos valores das obras públicas, serviços especializados e dispersão geográfica.
Mecanismos de execução: Execução de obras de recuperação levando em consideração os diferentes aspectos para a revitalização física, sócio-econômica e cultural da área de Projeto; Atuação do Programa em Imóveis Privados; Confiança das empresas pela seriedade do Projeto.	**Mecanismo de Execução**: prazo de execução previsto não realista, tendo em vista a complexidade das obras; inelegibilidade do uso de recursos do financiamento para recuperação de partes internas dos prédios (imóveis privados e projetos complementares em Monumentos); Dificuldade nos deslocamentos para acompanhamento das obras (equipes estaduais); Dificuldade de compatibilização das normas de licitação do organismo financiador com as normas nacionais. Inadimplência constante de subexecutores impedindo o repasse adequado dos recursos conforme plano de trabalho.
Procedimentos: Implantação local do Escritório Técnico do Programa; Simplicidade dos procedimentos para prestação de contas e execução; Identificação, pelo IPHAN, de monumentos a serem restaurados; Celeridade do IPHAN na aprovação dos projetos e acompanhamento das obras; Lançamento de Editais para atividades concorrentes; Sistemática de monitoramento à distância; Compromisso na elaboração da Carta Consulta e no Perfil do Projeto; Fornecimento de material técnico às UEPs; Utilização de cartilhas educativas; Realização de visitas aos municípios por equipes multidisciplinares; intercâmbio de experiências e boas práticas entre UEPs.	**Procedimentos**: Lentidão do IPHAN na análise e aprovação dos projetos; Morosidade da Justiça nos processos de desapropriação dos imóveis; Atraso no repasse para pagamento das medições de obras; Lentidão no aporte da contrapartida local: Demora na elaboração do Perfil e na assinatura do convênio; Incorreção do mapa cadastral da cidade; poucas ações de educação patrimonial; Ausência de uma política de prospecções arqueológicas nos monumentos (anterior à elaboração dos projetos e antes de se iniciar a obra); Morosidade da administração local; processos licitatórios realizados sem sucesso; Descrédito das ações de financiamento pelos proponentes aprovados no Edital de Seleção devido à demora na implementação inicial das ações pelo IPHAN e pela CAIXA; Escolhas políticas em detrimento de escolhas técnicas para a composição da UEP (cumprimento mínimo do perfil técnico estabelecido.
Arranjo Institucional: Estabilidade e competência da UEP; Participação da UEP em seminários e cursos de formação e treinamento; O apoio técnico e participação de agência especializada (UNESCO).	**Arranjo Institucional**: Dificuldade de contratação dos membros das UEPs frente ao grau de exigência de formação profissional; Burocracia do IPHAN; Reduzido quadro de funcionários do IPHAN e complexa burocracia na tramitação de aprovação de projetos sem a clara definição de parâmetros e procedimentos; Escolha da CAIXA como agente financeiro para imóveis privados pela falta de priorização na condução/contratação dos financiamentos. Procedimentos dos 03 níveis de governo, e diferentes estruturas, com procedimentos específicos, geraram retrabalho e tramitações superpostas(SEAIN/MP e ABC/MRE; STN/MF e MinC; CAIXA, Estados e Municípios).
Recursos Financeiros: Criação do Fundo de Preservação; Priorização do Setor com o financiamento do Programa por Banco de Desenvolvimento. Manutenção do planejamento orçamentário por todo o período de execução do Programa.	**Recursos financeiros**: Contingenciamento de recursos durante os primeiros anos de execução do Programa; Dificuldade na gestão e valorização do Fundo Municipal de Preservação pelos governos locais; Ausência de mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos financeiros para o fundo.
Infra-Estrutura Local: Aumento da estrutura física e de equipamentos disponíveis no Município; Comprometimento da administração local e do IPHAN na formação de equipes.	**Infra-Estrutura Local**: Falta de habilitação técnica das empresas locais para participação nas licitações; Escassez de mão de obra especializada; Deficiência em recursos humanos e financeiros nos Escritórios Regionais do IPHAN; Ausência de plano diretor das cidades; incapacidade municipal em prover adequadamente a contrapartida; Falta de infra-estrutura para o turismo em Sítios Históricos.
Controle e Supervisão: Sistemática de monitoramento, avaliação e supervisão implementada pelo MinC/IPHAN.	**Controle e Supervisão**: Variedade nos mecanismos de controle (3 níveis de governo, BID, CAIXA e UNESCO); Necessidade de capacitação para gestores.
Relacionamento entre as Equipes: Acesso aos técnicos da UCG e do IPHAN.	**Relacionamento entre as Equipes:** Frágil integração entre UEP – Prefeitura – Governo do Estado – IPHAN e UCG.

Apoio governamental, parcerias e sustentabilidade: Apoio dos Governos Estadual e Municipal para viabilização do Programa – aporte técnico e financeiro; Interface e parceria dos governos locais com o IPHAN fortalecida; Interlocução com entes governamentais criando sinergias entre projetos e na aplicação de novas soluções para áreas protegidas – Ministério das Cidades, Ministério do Meio-Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério da Educação; Universidades Estaduais (Recôncavo e Sergipe); Fundações e ONGs.	**Apoio governamental, parcerias e sustentabilidade:** Falta de interação entre os Ministérios na execução de projetos; Constantes mudanças administrativas; Pouca participação e controle social; Atuação negativa da imprensa nas questões geradas pelo embargo de obras; Ausência de um programa de educação patrimonial paralelo à implementação dos projetos de intervenções integradas.
Envolvimento da Comunidade: Participação da comunidade na discussão das ações a serem contempladas pelo Programa quando de sua formulação.	**Envolvimento da Comunidade:** Descrédito da comunidade em relação ao tempo despendido entre o início da formulação do perfil de projeto e o início efetivo de sua execução (média de 03 anos); Demora nos processos licitatórios, causando frustração das expectativas da população.

A. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	**[X] Satisfatório (S)**	**[ ] Insatisfatório** (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

B. Desempenho do Banco

Desempenho do Banco			
[ ]] Muito Satisfatório (MS)	**[X] Satisfatório (S)**	**[ ] Insatisf**tório (I)	[ ] Muito Insatisfatório(MI)

V. SUSTENTABILIDADE

A. Análise de Fatores Críticos

Positivos	Negativos
Gestão Pública: Disponibilidade de recursos do Governo federal; Estabelecimento do Programa Monumenta no âmbito do Plano Plurianual de 2008-2011; Sistematização de reuniões com órgãos estaduais e municipais envolvidos no programa. Previsão orçamentária de investimentos municipais e ação de conservação do sítio histórico e instrumento de gerenciamento do Plano de Trabalho e alocação de recursos (Fundo de Preservação).	**Gestão Pública:** Dificuldade de coordenação das ações em cada nível de governo - interministerial/estadual/municipal integrada; Precária alocação de recursos públicos para manutenção dos prédios e áreas restauradas; Falta de ênfase em ações de educação patrimonial nas áreas de projeto; Dificuldades de implantação do uso proposto a monumentos ao final do restauro; Falta de integração entre a política urbana e a de preservação do patrimônio.
Participação da Comunidade: Forte adesão ao financiamento de Imóveis Privados fomentando recursos para o Fundo de Preservação; Aceitação e aprovação do Projeto pela comunidade; Confiança dos empresários na valorização da área de abrangência do Programa; Implantação de um novo paradigma na preservação do patrimônio histórico.	**Participação da Comunidade**: No início do Programa houve pouca adesão ao financiamento dos imóveis privados; Confuso sistema de cobrança da CAIXA aos financiamentos de imóveis privados; Irregularidade fundiária e fiscal dos imóveis; Pouco envolvimento da maioria das cidades na estratégia e consolidação dos Fundos de Preservação.
Mecanismos de Execução: Execução de obras em edifícios com propostas de uso sustentável; Adesão aos Editais de Atividades concorrentes; Elaboração de projetos culturais para uso dos espaços públicos revitalizados; ações de educação patrimonial; Cursos de capacitação e oficinas participativas; Aumento das atividades econômicas na área protegida; Parcerias bem sucedidas, como exemplo, a instalação de Campi Universitários em áreas protegidas (Cachoeira/BA e Laranjeiras/SE).	**Mecanismos de Execução**: Dificuldades jurídico-operacionais e resistência na implantação do Fundo de Preservação; ausência de mecanismo para a vinculação do retorno dos investimentos em obras para a conservação dos monumentos restaurados; Pouco interesse das empresas de construção civil nas licitações do Programa pela especificidade do trabalho vis à vis o baixo valor médio das intervenções.
Procedimentos: Criação do Fundo Municipal de Preservação e mobilização do Comitê Gestor; Realização do depósito obrigatório, pelo subexecutor, na conta do Fundo de Preservação; Inclusão no Projeto dos usos comerciais e de serviços para o restauro do monumento/imóvel; Divulgação na imprensa das ações do MONUMENTA; Incremento de atividades institucionais e de lazer na área do Projeto; Ampliação dos inventários e o estabelecimento das normas técnicas pelo IPHAN.	**Procedimentos:** Dificuldades operacionais e falta de aporte de recursos no Fundo de Preservação; Demora da aprovação pela CAIXA para o financiamento de imóveis privados.

Recursos Financeiros: Disponibilidade de recursos do Governo federal; Estabelecimento do Programa no Plano Plurianual de 2008-2011.	**Recursos Financeiros:** Escassez de recursos municipais para o cumprimento das medidas necessárias para a manutenção e conservação do patrimônio municipal.

B. Riscos Potenciais

Riscos identificados	Ações de mitigação
Participação da Comunidade e imóveis privados: Migração de moradores e do comércio do Centro Histórico para outros bairros; Não ocupação dos imóveis restaurados; Inadimplência dos contratos.	**Participação da Comunidade e imóveis privados:** Fiscalização, envolvimento e cobrança da comunidade para a continuidade dos compromissos assumidos. Educação patrimonial nas escolas e na comunidade; Monitoramento permanente para evitar a inadimplência e aplicação das penalidades previstas.
Gestão local: Debilidade administrativa, indisponibilidade financeira para o aporte de contrapartida, ausência de ações de manutenção e conservação; Ausência de educação patrimonial; Baixa capacidade institucional dos Estados e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, para contribuir com o alcance de uma gestão compartilhada e eficiente do Patrimônio Cultural Brasileiro; Inoperância do Fundo de Preservação por dificuldades e indefinições jurídico-operacionais.	**Gestão local:** Fortalecimento de sua capacidade institucional incluindo o planejamento e gestão com participação social; Implantação de equipamentos urbanos; Licitação por parte da Prefeitura de terceirização dos espaços com base nas orientações da UCG; Transparência no processo de cobrança; Estabilidade profissional e exigência de critérios técnicos para a contratação de pessoal; Parcerias entre Estado, Município e iniciativa privada; Permanência da Lei que cria o conselho curador.
Gestão nacional: Estrutura do IPHAN (21 Superintendências Regionais, 6 sub-regionais, 27 escritórios técnicos, 28 Museus, 3 unidades especiais - e o Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro) é insuficiente para a realização da sua missão.; Não disponibilização em meio digital dos documentos produzidos através do site do IPHAN.	**Gestão nacional:** Está em tramitação proposta de reestruturação do MinC e de suas vinculadas. Pretende-se ampliar a capacidade das unidades descentralizadas do IPHAN que, em alguns casos, contam com menos de 5 servidores para exercer suas competências gerenciais, técnicas e administrativas; Disponibilização de documentos técnicos e manuais no site do IPHAN.
Recursos financeiros: Baixa transferência e/ou aplicação de recursos em áreas protegidas, como exemplo, os recursos concedidos via Lei Rouanet, destinados a atividades culturais vinculadas ao patrimônio material, são de aproximadamente apenas 20% do total.	**Recursos financeiros:** Atualmente a Lei Rouanet está sendo revista pelo MinC para propiciar um melhor direcionamento destes recursos às políticas públicas culturais do País; Incentivo fiscais vinculados a boa conservação dos imóveis; Incentivo a ocupação habitacional no Centro Histórico com financiamentos específicos.
Recursos humanos: Insuficiência de infra-estrutura e recursos humanos para a realização do trabalho no IPHAN, aliados a inexistência de um plano de cargos e salários; Cerca de 60% do corpo técnico do IPHAN poderá se aposentar nos próximos 5 anos; Ausência de um programa de atualização da qualificação do corpo técnico.	**Recursos humanos:** A realização de concursos públicos, aliada a capacitação e atualização do corpo técnico, propiciará ao IPHAN manter e recuperar sua capacidade técnica e institucional condizente a sua missão.

C. Capacidade Institucional

5.1 No Fortalecimento Institucional dos Municípios, a estratégia baseou-se, por um lado, no apoio financeiro para a atualização legislativa e, por outro, na capacitação de gestores de funções publicas, nos aspectos atinentes ao objetivo do programa.

5.2 As ações sistemáticas de fortalecimento institucional do MINC e do IPHAN, o apoio institucional aos municípios, e principalmente as ações desenvolvidas nas Atividades Concorrentes contribuíram para um público mais conscientizado. A experiência de uma década de implementação, envolvendo centenas de atores governamentais e da sociedade civil, em todo Brasil, também contribuiu para sustentar um novo paradigma na valorização do patrimônio histórico e cultural do País.

5.3 Como evidência pode-se citar o Plano Plurianual de 2008-2011, o qual propõe uma combinação ótima de investimentos, a partir das realidades locais, que levem ao desenvolvimento regional mais equilibrado em uma perspectiva de longo prazo. Uma proposta de continuidade do Programa Monumenta se alinha com essa perspectiva na medida em que busca a preservação sustentada do patrimônio cultural brasileiro.

5.4 Destaca-se também que, em novembro de 2007, foi promovida pelo IPHAN a reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas que contou com a presença de mais de 40 prefeitos de 13 Estados da Federação. Ainda em dezembro de 2007, o IPHAN apresentou sua proposta de construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) ao Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e pactuou com o Fórum a estratégia para a construção desse Sistema, e em 2008, foi promovida a primeira reunião entre o IPHAN e os órgãos estaduais de gestão do patrimônio cultural desde 1971, dando início a uma agenda sistemática de trabalho desde então.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
[ ] Muito Provável (MP)	[**x**] Provável (P)	[ ] Pouco Provável (PP)	[ ] Improvável (I)

VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A. Informação sobre Resultados

6.1 O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR estabeleceu as condições supervisão e monitoramento do Projeto de acordo com as normas e procedimentos do Banco e especificados mediante detalhado Regulamento Operacional. Por parte do Executor foram estabelecidos diversos mecanismos e processos informatizados de acompanhamento como o já mencionado SISPLAN, Patrimônio/SIP e Sistema específico o monitoramento e a avaliação do Programa, o processo decisório, o controle físico e financeiro, a auditoria e a produção de relatórios confiáveis. Durante a implementação, as demonstrações financeiras federais e municipais relacionados com o Programa foram auditadas pela Secretaria Federal de Controle da Presidência da República.

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Desenho do Programa: Instrumentos de gestão modernizados, sistemática de monitoramento e diretrizes para conservação dos imóveis, ferramenta para definição de investimentos.	**Desenho do Programa:** Utilização de indicadores padrão para todas as cidades; Apresentação, através do Marco-Lógico, de meios de verificação e indicadores muito ambiciosos aos resultados propostos; Deficiência das linhas de base propostas e dependência de coleta de dados primários;. Inadequação dos instrumentos de monitoramento e avaliação que ainda não estavam prontos ao início da execução do Programa.
Cursos, visitas e eventos: Credibilidade do Programa favorecida pela visita constante de autoridades federais; Realização de cursos de capacitação e seminários de avaliação; Realização de reuniões freqüentes (inclusive missões do organismo financiador) entre técnicos da UCG e do IPHAN, permitindo adequar as ações respeitando as demandas/realidade do sítio histórico.	**Cursos, visitas e eventos:** Falta de registro unificado de inúmeras palestras e cursos dados pelas UEPs; Limitações financeiras para acompanhamento periódico dos técnicos da UCG.
Instrumentos e procedimentos: Consolidação de procedimentos de monitoramento e instrumentos para auxiliar a tomada de decisões mediante relatórios de progresso, relatórios de conservação e manutenção; banco de dados (inventários); Elaboração de procedimentos e fluxos administrativos (fluxogramas, regulamento operativo, manuais, documentos padrão, check list, exemplos recomendados); Divulgação atualizada do MONUMENTA em site oficial; Acessibilidade à área de projeto para vistoria/acompanhamento e medições.	**Instrumentos e procedimentos:** Falta de relatório de retorno da UCG com o estrato das ações da UEP indicando deficiências e propondo ações mitigadoras; Morosidade nas decisões para solucionar problemas no andamento das obras (UEP, IPHAN e UCG); Acúmulo de obras para fiscalização ao engenheiro responsável pela medição; Atraso na vistoria das obras para aprovação das planilhas de medições e emissão de relatório de fiscalização – IPHAN.

B. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

a. Os sistemas de monitoramento do MinC e IPHAN apoiarão futuras ações de monitoramento e avaliações dos efeitos do Programa Monumenta.

b. O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR não estabelece a condição de uma avaliação ex-post.

VII. LIÇÕES APRENDIDAS

A. NA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:

7.1 A rigidez na estrutura do programa ou projeto, com excessiva limitação na oferta de recursos, reduz a atratividade e pode exigir revisões e reavaliações que retardam a execução e resultam em demandas freqüentes por alterações nos regulamentos e contratos (estimativas orçamentárias e variação cambial).

7.2 Na implementação de um projeto que prevê a participação dos 03 níveis de Governo, é imprescindível contar com o comprometimento dos atores estratégicos com os objetivos e metas descritos para o programa e para os projetos locais. Esta interlocução é essencial durante todo o ciclo de preparação, execução e avaliação. Isto implica na constituição de um pacto local, envolvendo necessariamente o poder público municipal, e na definição de prioridades e de uma agenda compartilhada com as ações do governo estadual e federal.

7.3 O arranjo institucional de um programa nacional deve estimular a criação de ambientes de troca de experiências e de aprendizagem, assim como de compartilhamento de soluções técnicas, entre todos os beneficiários dos projetos.

7.4 A participação das equipes técnicas na elaboração do diagnóstico e no desenho do programa e dos projetos é essencial para a apropriação de seus conteúdos, para o conhecimento de indicadores que reflitam as especificidades locais e para o comprometimento com a execução.

7.5 Todos os documentos jurídicos, necessários à operacionalização do Programa, devem ser elaborados durante sua preparação a fim de não causar atrasos em sua execução, como exemplo: o instrumento para financiamento de imóveis privados (05 anos entre elaboração e validação); e o modelo para funcionamento do Fundo de Preservação Municipal.

7.6 O Programa não deve prever ações que detém pressupostos para sua realização que não estão sob controle do mesmo, como exemplo: as ações de fortalecimento do quadro técnico do IPHAN pressupunham a realização de concurso público para contratação de pessoal, o não ocorreu nos 05 anos de execução previstos originalmente.

B. NA PREPARAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS

7.7 A utilização de metodologia para preparação do programa e elaboração dos projetos, suportada por instrumentos que sejam facilmente assimilados pelas equipes locais favorece a sua implementação.

7.8 A coordenação técnica compartilhada de um programa nacional exige clara definição de papéis e de responsabilidades e a adoção de modelo de gestão descentralizado, que aproxime a UCG e o BID das UEPs.

7.9 A avaliação da capacidade institucional do organismo executor (nacional ou local) com identificação de deficiências e elaboração de plano de ação e de investimentos para mitigar os riscos de execução.

7.10 Dada a execução descentralizada dos projetos, a capacitação das equipes técnicas na estrutura conceitual, nas metodologias e nos procedimentos do programa e dos projetos, nas políticas de aquisições, e, contratações e em gestão, monitoramento e avaliação de projetos, devem ter início, ainda, durante a etapa de preparação e ser de caráter continuado na execução, inclusive para prevenir descontinuidades administrativas.

7.11 O uso de agências especializadas para apoio à coordenação nacional pode ampliar a burocracia na execução em razão da inclusão de normas adicionais às definidas pelos executor e pelo financiador, e pela sua capacidade de resposta às demandas do Programa.

7.12 Programas com arranjo institucional e intervenções complexas devem ser desenhados sob a modalidade "multifase", promovendo uma intervenção mais focalizada, com maior impacto local, melhores elementos para sua avaliação e melhorias para as futuras intervenções. Esta característica também diminuiria a magnitude das extensões pretendidas, pois houve grande comprometimento destes prazos unicamente com sua tramitação em diferentes níveis governamentais de aprovação.

7.13 A importância de se prever um período de execução realista frente à magnitude dos objetivos a serem alcançados. Não obstante o Programa ter ampliado em mais de 3 vezes a meta de intervenção em sítios históricos (07 para 26 sítios históricos), exceder o prazo de execução em mais que o dobro do tempo esperado compromete a capacidade de avaliação do alcance das metas do Programa.

C. NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:

7.14 A importância de se realizar um detalhado dimensionamento da complexidade institucional do Programa, requerida para a intervenção em tantos sítios históricos, especialmente quando envolve os atores tão diversos e, às vezes, com interesses conflitantes: MinC, IPHAN, estados, municípios, setor privado e sociedade civil.

7.15 As normas nacionais para transferências de recursos por meio de convênios do governo federal para os municípios adicionam burocracia aos procedimentos de execução, em especial quanto aos desembolsos (transferências por recursos comprometidos).

7.16 A composição das equipes de coordenação e execução com pessoal do quadro permanente mitiga os riscos da rotatividade, da resistência ao processo de mudança e da descontinuidade administrativa, que interrompem as ações de preparação e execução.

7.17 A utilização de metodologia para execução dos projetos, com padronização de procedimentos e disponibilização de manuais de apoio à execução, agiliza o cumprimento das atividades, reduz o retrabalho, aumenta a capacidade de execução e o fluxo de desembolso.

7.18 A utilização de tecnologias e ferramentas de gestão do conhecimento, de divulgação de melhores práticas e de educação à distância otimiza as soluções e aproxima os envolvidos.

D. NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:

7.19 As metas e indicadores são instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação e representam o compromisso dos executores com os resultados. Assim, a definição de indicadores sem prévia identificação de linha de base, ou composta de dados primários, dificulta a mensuração integrada do programa: (a) resultados da implementação dos produtos; (b) resultados finais dos componentes.

7.20 A supervisão deve atender pelos menos aos seguintes requisitos: (i) resultados do projeto (indicadores e metas); (ii) acompanhamento sistemático com monitoramento de riscos; (iii) orientação e capacitação dos executores; (iv) identificação de problemas e elaboração de plano de ações corretivas.

Anexo 1A e 1B

Financiamento do Projeto

Anexo 1-A Fonte de Financiamento

Empréstimo 1200/OC-BR, BR0261

Categoria de Investimento	Custo Total Projeto - Planejado (US$000)						Custo Total do Projeto - Atual (US$ milhões)			% do planejado		
	Orçamento Inicial Anexo A (Original)			Orçamento Vigente								
	BID 1	LOCAL 2	TOTAL 3	BID 4	LOCAL 5	TOTAL 6	BID 7	LOCAL 8	TOTAL 9	BID 10	LOCAL 11	TOTAL 12
1.0 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	**0**	**14.600**	**14.600**	**-**	**25.038**	**25.038**	**-**	**33.074**	**33.074**	**-**	**132.1**	**132.1**
1.1 Administração e Supervisão	0	7.700	7.700	-	20.523	20.523	-	25.722	25.722	-	125.3	125.3
1.2 Estudos e Projetos	0	6.900	6.900	-		6.900	-	7.352	7.352	-	106.2	106.2
2.0 CUSTOS DIRETOS	**36.695**	**16.405**	**53.100**	**49.491**	**29.905**	**79.396**	**43.683**	**30.161**	**73.844**	**88.2**	**99.2**	**93.0**
2.1 Investimentos Integrados	36.695	16.405	53.100	49.491	29.905	79.396	43.683	30.161	73.844	88.2	99.2	93.0
3. ATIVIDADES CONCORRENTES	**25.180**	**18.785**	**43.965**	**12.680**	**5.285**	**17.965**	**12.680**	**3.711**	**16.391**	**100**	**70.2**	**91.2**
3.1 Fortalecimento Institucional	6.600	1.530	8.130	4.940	1.245	6.185	4.940.	1.2971	6.238	100	104.2	100.1
3.2 Promoção de atividades econômicas	3.900	3.620	7.520	3.257	1.080	4.337	3.257	578	3.835	100	53.5	88.4
3.3 Treinamento/Formação	4.080	3.790	7.870	1.679	1.900	3.579	1.679	789	2.468	100	41.5	68.9
3.4 Programas educativos	10.600	9.845	20.445	2.804	1.060	3.864	2.804	1.046	3.850	100	98.7	100.1
4.0 CUSTOS FINANCEIROS	**625**	**12.710**	**13.335**	**329**	**12.710**	**13.039**	**329**	**7.875**	**8.204**	100	**62.9**	**62.9**
4.1 Juros	0	11.700	11.700		11.700	11.700	**-**	6.328	6.328	**-**	54.1	54.1
4.2 Comissão de crédito	0	1.010	1.010	**-**	1.010	1.010.0	**-**	1.547	1.547	**-**	153.2	153.2
4.3 Inspeção e Supervisão	625	0	625	329	**-**	329	329	-	329	100	-	**100.0**
CUSTO TOTAL	**62.500**	**62.500**	**125.000**	**62.500**	**62.500**	**125.000**	**56.692**	**74.821**	**131.512**			
Parcela do Custo	**50%**	**50%**	**100%**	**50%**	**50%**	**100%**	**43.1%**	**56.9%**	**100%**			

Fonte: Colunas 1-3, Anexo A, Contrato de Empréstimo; Colunas 4-9 LMS e Relatório Semestral 1º de 2010 com informações em 30.06.2010.

Obs. Referente o Anexo 1B, a Proposta de Empréstimo não estabeleceu um Calendário de Investimentos

ANEXO 2

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Relatório de Término de Projeto – PCR 2006
Avaliação do Mutuário

Número do Projeto: BR- 1200/OC	
Agência(s) Executora(s): Ministério da Cultura Co-executoras:	
Mutuário: República Federativa do Brasil	
Data de Aprovação do Projeto: 22/09/1999	Data de Efetivo contrato: 04/12/1999
Data de Avaliação do Mutuário: 07/12/2010	Data da Reunião de Encerramento: 19/11/2010

Classificação de Desempenho do mutuário no Projeto

Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:

[ ] Muito Provável (MP) [X] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

Implementação do Projeto:

[ ] Muito Satisfatório (MS) [X] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

Resultado de Sustentabilidade do Projeto:

[ ] Muito Provável (MP) [X] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

Comentários:

O alcance dos objetivos é provável, posto que 26 fundos de preservação foram criados, sendo que 11 se encontram com conselho gestor nomeado e possuem recursos sendo depositados em conta corrente; contudo, o efetivo alcance somente se com o efetivo funcionamento desses fundos criados.

Também por estes motivos, o resultado da sustentabilidade do Projeto é entendido como provável, sendo que neste quesito soma-se o fato do mutuário estar aproveitando a experiência do Programa para criar novas linhas de ação que visam à sustentabilidade, como o PAC Cidades Históricas.

Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

[ ] Muito Satisfatório (MS) [**X**] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

Destacamos a participação popular na detecção de demandas a serem atendidas como o principal elemento positivo na preparação dos projetos das cidades para posterior apresentação ao Programa.

Desempenho do Mutuário durante a Execução
Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto: [X] Muito Satisfatório (MS) [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI) Comentários: Não hesitamos em propor e promover alterações significantes na forma de atuar, buscando constantemente aprimorar métodos e equipe, bem como apresentando uma boa interface, de forma geral, com as instâncias executoras do Programa.

Desempenho do Banco durante a Preparação e Supervisão do Projeto
Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: O Banco facilitou o desenho do projeto? Propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento)? Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras? Tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto? [X] Muito Satisfatório (MS) [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MI) Comentários: O Banco se fez presente em todos os momentos da preparação e da execução do Projeto, buscando aportar conhecimento e experiência às questões inerentes a cada etapa, indicando e até mesmo provendo estratégias e serviços de consultoria que apoiassem às necessidades do mutuário; além disso, o relacionamento com os representantes do Banco propiciou um fórum de discussões que contribuiu sobremaneira na avaliação da efetiva possibilidade de concreção dos objetivos principais e objetos esperados, o que ajudou em muito a melhorar o alcance dos objetivos pactuados..

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco
Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro. Para o futuro, recomendamos avaliar, durante o desenho dos projetos, a relação entre prazo estimado de execução x objetos pactuados, buscando evitar que a variedade de tipos de ação contemplados não se torne um obstáculo ao prazo desejável de execução. No caso especifico de programas que envolvem a participação popular na elaboração das propostas a serem contempladas, convém buscar a manutenção da participação de tais atores durante o processo de execução, de forma a melhor promover o acompanhamento, a fiscalização e o conhecimento por parte das sociedades locais.